Renata Peixoto de Oliveira
Silvia Garcia Nogueira
Filipe Reis Melo
(Organizadores)

América Andina

integração regional, segurança e outros olhares

eduepb

CAMPINA GRANDE - PB
2012

A EDUEPB segue o acordo ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, em vigor no Brasil, desde 2009.

Editora da Universidade Estadual da Paraíba

Cidoval Morais de Sousa | ***Diretor***

Arão de Azevêdo Souza | ***Editor Assistente de projetos visuais***

Antonio Roberto F. da Costa | ***Editor Assistente de Conteúdo***

Editoração Eletrônica
Jefferson Ricardo Lima Araujo Nunes
Leonardo Ramos Araujo

Design da Capa
Arão de Azevedo Souza

Ilustração da capa
Cueva de las Manos (Pintura de mãos feitas por indígenas numa caverna na província de Santa Cruz, Argentina)

Comercialização e Divulgação
Júlio Cézar Gonçalves Porto
Zoraide Barbosa de Oliveira Pereira

Revisão Linguística
Elizete Amaral de Medeiros

Normalização Técnica
Heliane Maria Idalino da Silva

Depósito legal na Biblioteca Nacional, conforme decreto nº 1.825, de 20 de dezembro de 1907.
FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL - UEPB

337
A512 América Andina: integração regional, segurança e outros olhares./ Renata Peixoto de Oliveira, Silvia Garcia Nogueira, Filipe Reis Melo (Organizadores)... et al.]. – Campina Grande: EDUEPB, 2012.

306 p.

ISBN - **978-85-7879-127-8**

1.Relações Econômicas Internacionais. 2. Integração Econômica – América do Sul. 3. Economia Política Internacional. 4. Ciência Política e Sociologia. I. Oliveira, Renata Peixoto de. II. Nogueira, Silvia Garcia. III. Melo, Filipe Reis.

21. ed. CDD

Sumário

Parte II - Segurança na Região Andina

Parte III - Temas Específicos

Sobre os Autores

Augusto W. M. Teixeira Júnior

Professor do Departamento de Relações Internacionais da UFPB. Mestre em Ciência Política e Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Atualmente é doutorando em Ciência Política pelo PPGCP-UFPE. Pesquisa na área de concentração de Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Defesa e Segurança Internacional, Cooperação e Integração Regional e Política Comparada. Conta com artigos publicados em periódicos e comunicações em anais de congressos e periódicos sobre os temas acima citados. E-mail: augustoteixeirajr@gmail.com e augustoteixeirajr@ccsa.ufpb.br.

Elias David Morales Martínez

Professor dos cursos de mestrado e de graduação (coordenador) em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba. Possui graduação em Licenciatura em Línguas Modernas: Espanhol-Inglês pela Universidad Distrital

Francisco Jose de Caldas (1997), graduação em Ciência Política pela Universidad Nacional de Colombia (2001), mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília (2005) e doutorado em Integração da América Latina (Práticas Políticas e Relações Internacionais) pela Universidade de São Paulo (tese aprovada com distinção, 2008). Tem experiência nas áreas de ensino de língua inglesa e espanhola, tradução; Ciência Política e Relações Internacionais. Atua nos seguintes temas: Regimes Internacionais, Geopolítica, Política Ambiental Global, Não Proliferação de Armas de Destruição em Massa, Desarmamento, Teoria das Relações Internacionais, Segurança Internacional e Integração Regional. E-mail: davidmorales.ri@gmail.com.

Fábio Borges

Professor da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Doutor em Sociologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Visiting Scholar 2009-2010 no Center for Iberian and Latin American Studies (CILAS) Universidade da Califórnia, San Diego (UCSD), EUA. Possui graduação em Ciências Econômicas pela UNESP (2003) e mestrado em Relações Internacionais (2006) pela UNESP-UNICAMP-PUC-SP. Coordenador do Grupo de Pesquisa Integração Regional: Amazônia e MERCOSUL na UNILA. E-mail: borges_fabio@yahoo.com.br e fabio.borges@unila.edu.br.

Fabio José da Silva Franco

Graduando em Relações Internacionais pelo Núcleo de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista do projeto PIBIC/ Fapitec intitulado "O renascimento do Sendero Luminoso: o Peru e os efeitos de um Intractable Conflit (2002-2010)", desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos de Conflitos e Paz (LABECON). E-mail: fabio.francori@gmail.com.

Fabricio Pereira da Silva

Professor Adjunto de Ciência Política da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), com doutorado em Ciência Política pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Trabalha principalmente com os seguintes temas: movimentos e partidos de esquerda latino-americanos, e teorias e instituições democráticas. Esse artigo não poderia ser realizado sem a contribuição dos estudantes Franco Nerone, Agustín Casanova e María Haro, participantes do Núcleo de Estudos da Democracia Latino-Americana, que coordeno na referida instituição. E-mail: fabricio.pereira@unila.edu.br.

Filipe Reis Melo

Professor dos cursos de mestrado e de graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba. É membro do Fórum Universitário Mercosul (FoMerco) e coordenador do Grupo de Trabalho Mídia, Democracia e Poder. É colaborador da Cátedra José Martí, do Centro de

Educação da Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Ciência Política pela Universidade de Deusto (Espanha) e Pós-Graduação em Estudos Europeus pela mesma Universidade. Possui Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: freismelo@yahoo.com e filipe.reis@ccbsa.uepb.edu.br.

Gustavo Adolfo Tamayo Puyo

Professor do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Direito e Ciências Políticas e Sociais da Universidad Nacional de Colombia. Diretor do Grupo de Investigación en Relaciones Internacionales y Asuntos Globales (RIAG) da Universidad Nacional de Colombia. É Especialista em Estudos Europeus pela Universidade Católica de Lovaina e possui mestrado em Desenvolvimento pela mesma universidade. Possui mestrado em Ciência Política pela Université Paris-Est Marne-la-Vallée. E-mail: gapuyota@gmail.com.

Juan Agulló

Juan Agulló (Madrid, España, 1971) é doutor em Sociologia pela École des Hautes Études en Sciences Sociales de Paris, onde trabalhou com Michäel Löwy. É autor de "La historia escamoteada: clientelismo, neoliberalismo y resistencias sociales en México". Possui pós-doc pela UNAM (México), quando realizou um estudo sobre a "Movilización social y cambio político en la Venezuela contemporánea" (próximo a ser publicado). Ao longo de sua trajetória trabalhou temas como teoria geopolítica da América Latina, a diáspora espanhola na América Latina e o conhecimento livre na América Latina.

Atualmente é pesquisador associado do Centro de Estudios Latinoamericanos da UNAM. E-mail: geoibero@gmail.com.

Luciano Wexell Severo

Professor Visitante do curso de Economia, Integração e Desenvolvimento da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Economista formado pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre e Doutorando em Economia Política Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Foi bolsista da CAPES e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para pesquisas sobre a integração sul-americana. Autor do livro "Economía venezolana 1899-2008, La lucha por el petróleo y la emancipación" e de capítulos de livros sobre a integração regional. Pesquisador do Núcleo de Análise da Conjuntura Internacional (NACI) da PUC-SP e do Grupo de Pesquisa "Região Andina em Foco" da UNILA. Atualmente desenvolve pesquisas nas áreas de integração financeira, comercial, industrial e de infraestrutura da América do Sul. O autor agradece os valiosos comentários do colega e professor Raphael Padula, da UFRJ. E-mail: luciano.severo@unila.edu.br.

Mariana Fortaleza Vieira

Graduanda em Relações Internacionais pelo Núcleo de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Bolsista do PIIC/UFS A dissimetria de segurança no Peru e as ações do Sendero Luminoso entre 2000 e 2010 desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos de Conflitos e Paz (LABECON). E-mail: mfortal@gmail.com.

Neyff Rosendo Feitosa

Graduando em Relações Internacionais pelo Núcleo de Relações Internacionais da Universidade Federal de Sergipe (UFS); Membro integrante do projeto intitulado “O renascimento do Sendero Luminoso: o Peru e os efeitos de um Intractable Conflit (2002-2010)”, desenvolvido no âmbito do Laboratório de Estudos de Conflitos e Paz (LABECON). Presidente Nacional do LEO Clube. E-mail: neyff-biomedico@hotmail.com.

Nilson Araújo de Souza

O autor é doutor em Economia pela Universidad Nacional Autônoma de México, com Pós-Doutoramento em Economia pela Universidade de São Paulo; é professor aposentado da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul e professor visitante sênior da Universidade Federal da Integração Latino-Americana pelo Programa CAPES/UNILA; é autor de vários livros, artigos e ensaios sobre economia mundial, economia latino-americana e economia brasileira, destacando-se Economia brasileira contemporânea – de Getúlio a Lula – e Economia internacional contemporânea – da depressão de 1929 ao colapso financeiro de 2008 –, ambos editados pela Atlas. E-mail: nilson.araujo@unila.edu.br.

Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

Professor dos cursos de mestrado e de graduação (coordenador) em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba. Pesquisa forças armadas e sociedade, estrutura e

missões das forças militares, paz e segurança, com ênfase nas estruturas de defesa e segurança humana na América Latina. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais (GEPRI/UEPB). Doutor (2007) e mestre (2001) em Ciência Política pela Universidade de São Paulo. É bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar de Agulhas Negras (1985). E-mail: prlkuhlm@gmail.com.

Renata Peixoto de Oliveira

Doutora em Ciência Política pela UFMG (2011), Estágio de Doutorado pela Capes no Center for Latin American Studies da University of Florida (2008) e professora adjunta do curso de bacharelado Ciência Política e Sociologia: Sociedade, Estado e Política na América Latina da Universidade Federal da Integração Latino Americana (UNILA) em Foz do Iguaçu. Autora da tese de doutorado Velhos fundamentos, novas estratégias? Petróleo, Democracia e a Política Externa de Hugo Chávez (1999-2010) e, atualmente, se dedica ao projeto de pesquisa (Re) Configuração geopolítica hemisférica no início do século XXI: aspectos econômicos e políticos da integração e cooperação latino-americana, vinculado ao grupo de pesquisa "Região Andina em Foco" que lidera, no diretório de grupos de pesquisa do CNPQ. E-mail: renata.oliveira@unila.edu.br.

Silvia Garcia Nogueira

Professora dos cursos de mestrado e de graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba. Possui graduação em Comunicação Social (Jornalismo) pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1990),

mestrado em Antropologia Social (1998) e Doutorado em Antropologia (2005) pelo Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Atualmente desenvolve pesquisa sobre opinião pública e mídia nas Relações Internacionais, migrações internacionais, cultura e identidades em processos de integração regional. E-mail: silvianogueira_ri@yahoo.com.br e silvia.nogueira@pq.cnpq.br.

Tereza Cristina Nascimento França

Doutora em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília, Mestra em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2000), Graduada e licenciada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (1996). Professora do Núcleo de Relações Internacionais (NURI) da Universidade Federal de Sergipe. Membro da International Law Association - Branch Brazil: Membro do Comitê Nuclear weapons, non proliferation & contemporary international law. Membro da International Political Science Association. Membro da Associação Brasileira de Estudos da Defesa (ABED). Membro do International Studies Association (ISA). Coordenadora e líder do grupo de pesquisa do CNPQ: Laboratório de Estudos de Conflitos e Paz (LABECON). Vem desenvolvendo pesquisas nas áreas de concentração de Relações Internacionais, atuando principalmente nos seguintes temas: Segurança Internacional, Segurança Humana, Conflitos, Guerrilha, Guerra e Paz, História das Relações Internacionais e Diplomacia. E-mail: heresnemo@gmail.com.

Apresentação

O interesse pela região andina, crescente nos últimos anos, dá-se pelas profundas mudanças ocorridas a partir do final da década de 1990. Se, por um lado, ocorreu a ascensão de governos de esquerda críticos ao modelo neoliberal e ao papel dos Estados Unidos na América Latina, em países como Venezuela, Bolívia e Equador; por outro, Chile, Peru e Colômbia são considerados importantes aliados de Washington.

A região andina representa o maior foco de instabilidade política da América do Sul, sendo palco de ingerências estadunidenses e peça fundamental de sua guerra contra o narcotráfico. Nela, têm ocorrido tentativas de golpes de estado (Venezuela em 2002) e graves crises de governabilidade (Equador 2005, Bolívia em 2008), erosão de regimes políticos antes pretensos modelos de estabilidade e governabilidade (Pacto de Punto Fijo na Venezuela, Democracia pactuada na Bolívia), grupos guerrilheiros e paramilitares (FARC, UC-ELN), tráfico de drogas e eclosão das demandas de movimentos sociais, principalmente de movimentos indígenas, diante da marginalização histórica.

Com o intuito de compreender a complexidade da realidade social, econômica e política dos países dessa região, além de suas relações internacionais e processos de integração regional, foi criado, em 2011, o Grupo de Pesquisa Região Andina em Foco, da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA). Paralelamente, na Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas em Relações Internacionais (GEPRI) e do grupo Cultura e Identidade nas Relações Internacionais têm desenvolvido pesquisas que incluem países da região andina.

Diante disso, e para divulgar os resultados das pesquisas, a professora Renata Peixoto de Oliveira, do curso de Ciência Política e Sociologia: Sociedade, Estado e Política na América Latina, da UNILA, e os professores Silvia Garcia Nogueira e Filipe Reis Melo, ambos do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da UEPB, decidiram organizar uma coletânea de artigos sobre a região andina.

O caráter dos artigos apresentados é multidisciplinar e interdisciplinar, sendo uma tarefa árdua a classificação por áreas. Embora seja difícil estabelecer seções considerando os diferentes temas, abordagens e países investigados, optou-se por dividir a coletânea em dois blocos, “Integração Regional” e “Segurança”, de seis e três artigos respectivamente, além de dois artigos que versam sobre assuntos distintos.

Esta coletânea se inicia com a temática “Integração Regional”. O primeiro artigo intitulado *ALBA-TCP, ¿nuevo regionalismo o más del mismo?*, de Filipe Reis Melo, aborda a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América/ Tratado de Comércio dos Povos (ALBA-TCP) e a compara

com experiências anteriores de integração latino-americana. O segundo, *Efectos políticos de los Tratados Bilaterales de Libre Comercio sobre la Comunidad Andina de Naciones*, de Gustavo Puyo e Elias David Morales Martinez, avalia os efeitos políticos que os tratados bilaterais de livre comércio entre Colômbia, Peru e Estados Unidos têm para a Comunidade Andina de Nações. O terceiro, *Política Externa do governo Chávez: seus principais fundamentos e objetivos*, de Renata Peixoto de Oliveira, faz uma análise dos delineamentos da Política Externa Venezuelana do governo Chávez, a partir da análise de documentos do Ministério do Poder Popular das Relações Exteriores e da Constituição de 1999. Ainda sobre a Venezuela, o artigo "*Voz a los que no la tienen": a integração regional no olhar bolivariano da Telesur*, de Silvia Garcia Nogueira, trata especificamente da rede de comunicação Telesur e o modo como os ideais bolivarianos de integração regional nela estão presentes. Na sequência, há dois trabalhos que tratam da questão geopolítica. Juan Agulló, com o artigo *Geopolítica de la Venezuela Bolivariana* aborda as mudanças da política externa venezuelana e da política externa dos EUA para aquele país após a chegada de Hugo Chávez à presidência; e Luciano Wexell Severo, em *A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul*, analisa a importância geopolítica da Bolívia no cenário da América do Sul, assim como o papel do país no atual processo de integração regional, a partir da ótica de destacados pensadores de diferentes nacionalidades. Já Nilson Araújo de Souza, com o artigo *Inserção internacional, integração e desenvolvimento do Equador na hora da crise mundial e da refundação*, discute a reação do governo equatoriano ao

impacto da crise que, em 2007, ressurgiu nos EUA, inicialmente sob a forma de crise imobiliária.

A segunda parte deste livro está composta por três artigos da área de "Segurança". O primeiro, *Agendas e dinâmicas de segurança andina e o conselho de defesa sul-americano*, de Augusto W. M. Teixeira Júnior, discute a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano à luz de dinâmicas e agendas de segurança da região andina. Em seguida, o artigo de Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann, *Segurança humana, estatal e pública no arco andino,* apresenta algumas das diversas lógicas de entrecruzamento entre as forças militares e policiais, e as diferentes relações de insegurança humana. O artigo de Tereza Cristina Nascimento França, Fabio José da Silva Franco, Mariana Fortaleza Vieira e Neyff Rosendo Feitosa, cujo título é *O Sendero Luminoso e o 17 de maio de 1980: metamorfoses possíveis*, fecha o segundo bloco ao analisar o renascimento do Sendero Luminoso no início do século XXI no Peru.

Finalmente, dois artigos com temáticas específicas encerram esta coletânea: *Democracia(s) em debate novos: discursos democráticos nos países andinos*, de Fabricio Pereira da Silva, que analisa concepções democráticas expressas nos processos de refundação levados adiante na Venezuela, na Bolívia e no Equador; e *As relações do Brasil com a Colômbia (1995-2010): aproximações e divergências*, de Fábio Borges, que avalia as relações entre os dois países nos mandatos dos presidentes brasileiros Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010).

Longe de pretender esgotar o debate sobre uma região que tem sido vista tanto como fonte de preocupações quanto de interesses estratégicos do “Norte”, os organizadores desta coletânea desejam que esta represente um esforço inicial de sistematização de distintos olhares sobre a região andina e uma primeira iniciativa de colaboração entre pesquisadores de diferentes instituições acadêmicas.

Renata Peixoto de Oliveira
Silvia Garcia Nogueira
Filipe Reis Melo

Março de 2012

Parte I

Integração Regional

ALBA-TCP, ¿un nuevo regionalismo o más de lo mismo?

Filipe Reis Melo

Resumen

Este artículo analiza La Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América/Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP) y lo compara con experiencias anteriores de integración latinoamericana. ¿Se puede considerar el ALBA como una inédita experiencia de integración latinoamericana? ¿Se le puede catalogar dentro de la tradicional clasificación de niveles de integración regional que se inicia en las conocidas Áreas de Libre Comercio? Se observan el discurso presente en los documentos oficiales del ALBA y algunos proyectos llevados a cabo en dicho bloque. Se concluye que el ALBA rompe con el patrón tradicional de integración regional latinoamericana tanto a través del discurso como a través de la práctica.

Abstract

This article analyses "The Bolivarian Alliance for the Peoples of Our America/Peoples' Trade Treaty (ALBA-TCP in Spanish)" and compares it to the previous experiences of Latin American integration. Can ALBA be considered as a first-ever experiment in Latin America? Can we catalog it within the traditional classification of levels of regional integration that has been started in the so-called Free Trade Zones? The pronouncements in the official ALBA documents are examined as are some of projects that the block has carried out. The conclusion is reached that ALBA breaks with the traditional pattern of regional integration in Latin America both in the discourse it uses and in what it has put into practice.

Introducción

La historia de la integración latinoamericana está marcada por experiencias regionales que, de forma general, no han tenido el éxito que se esperaba a juzgar por los objetivos que se propugnaban. No ha sido por falta de intentos, sino por un conjunto de razones internas y externas que acabaron por limitar los logros de la integración latinoamericana. Este artículo trata una de las experiencias de integración regional latinoamericana: la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América/Tratado de Comercio de los Pueblos (ALBA-TCP). Entre los varios intentos de integración regional que han tenido lugar en Latinoamérica, el ALBA se propone formalmente a romper con algunos rasgos que son intrínsecos en la historia de la integración latinoamericana.

Para ello, discutiré rápidamente sobre las experiencias latinoamericanas de integración regional y en seguida analizaré la experiencia del ALBA, intentando evidenciar si hay algún elemento novedoso.

En los discursos oficiales, el ALBA busca ser un modelo de desarrollo independiente con énfasis en la complementariedad regional que permita promover el desarrollo de todos y el fortalecimiento de la cooperación a través del respeto mutuo y de la solidaridad. ¿Se puede considerar el ALBA como una inédita experiencia de integración latinoamericana? ¿Es su práctica de acuerdo con su discurso oficial? ¿Puede el ALBA ser calificada dentro de la tradicional clasificación de niveles de integración regional que se inicia en los llamados Acuerdos Preferenciales? Esas son algunas de las cuestiones a que ese artículo pretende responder al teorizar sobre esa experiencia latinoamericana de integración regional.

Las primeras experiencias latinoamericanas de integración regional se dan a partir de la segunda mitad del siglo XX. Como sabemos, entre 1945 y 1991 el mundo vivió la llamada Guerra Fría, período durante el cual la diplomacia, la política y la economía mundial estuvieron marcadas por ese contexto internacional. Muchos fueron los motivos que dificultaron la integración latinoamericana. Las dictaduras militares de derecha proliferaron en gran parte del continente americano y el recelo de que movimientos de izquierda se hicieran con el poder motivó una desconfianza casi irracional entre los gobiernos de los países latinoamericanos. Cundía el nacionalismo exacerbado y los cambios frecuentes de gobierno dificultaban aún más cualquier intento de llevar a cabo un proyecto conjunto a largo plazo. El apoyo estadounidense en la organización de varios golpes de Estado contribuyó para

arreciar el aislamiento de los países de la región. En el ámbito económico, las economías latinoamericanas presentaban una estructura productiva más similar que complementaria, haciendo con que fueran, históricamente, países exportadores que competían entre sí en los mercados internacionales. Ello de por sí ya dificultaba la integración, pero además de esto, la infraestructura en el continente siempre ha sido deficiente. Por ese motivo, importar productos provenientes de un país latinoamericano, muchas veces, era más caro que importar productos similares de países europeos o de los Estados Unidos. La falta de integración física entre los países latinoamericanos acababa por aumentar los costes del intercambio comercial y dificultaba, al fin y al cabo, la integración regional. Sumado a todo ello, aún podemos citar la inestabilidad macroeconómica de los países que en nada contribuía a un proyecto de integración.

No fueron pocos los intentos latinoamericanos de integración, algunos de los cuales aún existen actualmente. Los principales: Asociación Latinoamericana de Libre Comercio (ALALC) en 1960, Mercado Común Centroamericano (MCCA) en 1960, Pacto Andino (hoy Comunidad Andina de Naciones –CAN) en 1969, Comunidad del Caribe (CARICOM) en 1973, Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI) en 1980, Mercado Común del Sur (Mercosur) en 1991, Sistema de la Integración Centroamericana (SICA) en 1993, Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA) en 2000, Área de Libre Comercio Suramericana (ALCSA) en 2004, Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA) en 2004, Unión de Naciones Suramericanas (Unasur) en 2008, Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) en 2010 y Alianza del Pacífico en 2012.

Históricamente, la mayor parte de los intentos de integración primaba por una integración económica a través del favorecimiento al comercio, como son los casos de la ALALC, la ALADI, el MCCA, el CAN, el CARICOM, el SICA y el Mercosur. La integración en otros ámbitos como el político o social vendrían en seguida. Ese modelo de integración que se ha buscado en América seguía (o sigue) el modelo liberal de la Unión Europea que se compone de cinco peldaños de integración, cada uno más complejo que el anterior: Zona de Libre Comercio, Unión Aduanera, Mercado Común, Unión Económica y Monetaria, y Unión Política. Sin embargo, en la última década empezaron a surgir intentos de integración que no persiguen la lógica liberal de integración. La IIRSA, el ALBA, la Unasur o la CELAC, por ejemplo, se plantean desarrollar formas distintas de integración.

El discurso del ALBA-TCP

El ALBA nació el 14 de diciembre de 2004 en La Habana, Cuba, cuando los presidentes Hugo Chávez, de Venezuela, y Fidel Castro, de Cuba, firmaron la Declaración Conjunta. Desde entonces, el bloque ha recibido nuevos miembros: Bolivia en 2006; Nicaragua en 2007; Dominica en 2008; Ecuador, Antigua y Barbuda, y San Vicente y Granadinas en 2009. En total son 8 países. Honduras ingresó en 2008, pero se retiró en diciembre de 2009 tras el golpe de estado sufrido por el entonces presidente Manuel Zelaya.

Según los documentos oficiales del ALBA, ese proyecto persigue un modelo socialista de integración. Algunos de sus

documentos oficiales suelen referirse al capitalismo como una llaga en la historia latinoamericana. La Declaración de la V Cumbre del ALBA subraya que el bloque es “una alternativa de justicia frente al neoliberalismo y la inequidad” y que “está demostrando con estadísticas concretas que el libre comercio no es capaz de generar los cambios sociales requeridos” (DECLARACIÓN, 2007).

La Declaración Final de la IX Cumbre del ALBA, celebrada el 19 de abril de 2010, firmada por los jefes de Estado de los países miembros, cita “los proyectos y empresas grannacionales” (sobre los que nos detendremos más adelante), el Sucre, la moneda virtual del bloque, el banco del ALBA y también expresa el deseo de:

> [...] construir una base económica independiente, desarrollada y socialista. [...] Nos proponemos la construcción y consolidación de un Espacio de Interdependencia, Soberanía y Solidaridad Económica que eleve a una mayor dimensión los proyectos y empresas grannacionales, el Tratado de Comercio de los Pueblos, el SUCRE y el Banco del ALBA, como elementos en construcción de una Zona Económica Común [subrayado nuestro] (MANIFIESTO, 2010).

El Acuerdo para la Constitución del Espacio Económico del ALBA-TCP, en su artículo segundo, firmado en la XI Cumbre Presidencial en 2012, hace referencia al reconocimiento del papel de los Estados soberanos en el desarrollo socio-económico y en la regulación de la economía. Aboga por el fortalecimiento del Estado, apoya expresamente

la nacionalización de empresas y pretende enfrentar las prácticas privadas que no sean de interés de los miembros:

> A diferencia de los TLC [*tratados de libre comercio*] que persiguen la privatización de los diferentes sectores de la economía y el achicamiento del Estado, el TCP busca fortalecer al Estado como actor central de la economía de un país a todos los niveles enfrentando las prácticas privadas contrarias al interés público, tales como el monopolio, el oligopolio, la cartelización, acaparamiento, especulación y usura. El TCP apoya la nacionalización y la recuperación de las empresas y recursos naturales a los que tienen derecho los pueblos estableciendo mecanismos de defensa legal de los mismos [subrayado nuestro] (ACUERDO, 2012).

La Declaración Conjunta para la creación del ALBA firmada por los presidentes de Cuba y Venezuela, el 14 de diciembre de 2004, expone 12 principios por los cuales el ALBA debe guiarse. Destaco aquí cinco principios:

> 1. El comercio y la inversión no deben ser fines en sí mismos, sino instrumentos para alcanzar un desarrollo justo y sustentable, pues la verdadera integración latinoamericana caribeña no puede ser hija ciega del mercado, ni tampoco una simple estrategia para ampliar los mercados externos estimulando el comercio para lograrlo, se requiere una efectiva participación del estado como regulador y coordinador de la actividad económica;

4. Cooperación y solidaridad que se exprese en planes especiales para los países menos desarrollados en la región, que incluya un plan continental contra el analfabetismo, utilizando modernas tecnologías que ya fueron probadas en Venezuela; un plan latinoamericano de tratamiento gratuito de salud a ciudadanos que carecen de tales servicios y un plan de becas de carácter regionales, en las áreas de mayor interés para el desarrollo económico y social.

9. Fomento de las inversiones de capitales latinoamericanos en la propia América Latina y el Caribe, con el objetivo de reducir la dependencia de los países de la región de los inversionistas foráneos. Para ello se crearían, un fondo latinoamericano de inversiones, un banco de desarrollo del sur, y la sociedad de garantías recíprocas latinoamericanas.

10. Defensa de la cultura latinoamericana y caribeña y de la identidad de los pueblos de la región, con particular respeto y fomento de las culturas autóctonas e indígenas, Creación de la Televisora del Sur (Telesur) como instrumento alternativo al servicio de la difusión de nuestras realidades.

11. Medidas para que las normas de propiedad intelectual, al tiempo que protejan el patrimonio de los países latinoamericanos y caribeños frente a la voracidad de las empresas transnacionales, no se conviertan en un freno de la necesaria cooperación en todos los terrenos en entre nuestros países [subrayado nuestro] (DECLARACIÓN, 2004).

El principio 1 pone de manifiesto la preocupación para que el comercio no sea el principal objetivo de la integración, y además, llama la atención el hecho de que se requiere la participación del Estado como coordinador de ese comercio. El principio 4 clama por un plan regional contra el analfabetismo y por un plan latinoamericano de servicio gratuito de salud. Esto es algo novedoso en la historia de la integración latinoamericana. El principio 9 demuestra la preocupación con la dependencia de capitales de fuera de la región y busca crear mecanismos de desarrollo endógeno como un fondo de inversiones y un banco, seguramente para reducir o eliminar la dependencia de los países de la región con respecto al Fondo Monetario Internacional. El principio 10 pone de relieve la identidad latinoamericana (en contrapunto a la identidad occidental) y se propone la creación de un canal de televisión (Telesur) para contrarrestar el punto de vista ideológico de los grandes medios de comunicación occidentales. En la XI Cumbre Presidencial del ALBA, realizada los días 4 y 5 de febrero de 2012, se acordó el desarrollo del proyecto Radio del Sur y la creación de una agencia de noticias del ALBA. El principio 11 indica una percepción negativa de las empresas transnacionales (occidentales) al hacer referencia a la "voracidad" de esas empresas, además de cierta preocupación con la interpretación de lo que son las normas de propiedad intelectual.

Tanto los principios como la retórica que aparecen en los documentos oficiales del ALBA han recibido y reciben gran influencia de los gobiernos venezolano –chavista– y cubano –castrista– al acusar al capitalismo de causador del subdesarrollo latinoamericano y al hacer referencia a la intención de construir el "socialismo del siglo XXI". Es un

discurso que no es novedoso si viene del gobierno cubano, cuya revolución socialista ya ha cumplido 54 años, pero sí lo es si procede del gobierno venezolano. En ese sentido quizás el ALBA sea demasiado dependiente de la coyuntura interna venezolana, esto es, hasta ahora dependiente de la permanencia del proyecto bolivariano representado en la figura del presidente Hugo Chávez.

La puesta en práctica del ALBA-TCP

Del Acuerdo para la Aplicación de la Alternativa Bolivariana para las Américas destaco dos artículos:

> Artículo 12/11no: Cuba pone a disposición de la Universidad Bolivariana el apoyo de más de 15.000 profesionales de la medicina que participan en la Misión Barrio Adentro, para la formación de cuantos médicos integrales y especialistas de la salud, incluso candidatos a títulos científicos, necesite Venezuela [...].
>
> Artículo 13/2do: La República Bolivariana de Venezuela elimina de manera inmediata cualquier tipo de barrera no arancelaria a todas las importaciones hechas por Venezuela cuyo origen sea la República de Cuba (ACUERDO, 2004).

En el Artículo 12 se ve la aplicación del acuerdo en el ámbito de la salud que beneficia parte de la población venezolana con la llegada de médicos cubanos que fueron a trabajar en zonas

rurales de Venezuela donde no había suficientes médicos venezolanos. En el Artículo 13, Venezuela decide eliminar las barreras no arancelarias para productos provenientes de Cuba. La desgravación de las barreras arancelarias empezó de forma progresiva en 2005.

El año siguiente, en 2005, se acordó un Plan Estratégico para inaugurar en ese mismo año en Venezuela 600 centros de diagnóstico integral, 600 salas de rehabilitación y fisioterapia, y 35 centros de alta tecnología para ofrecer servicios gratuitos de salud a toda la población venezolana. Se acordó también la formación de médicos en Venezuela, el envío de 10.000 venezolanos para estudiar medicina y enfermería en Cuba, la permanencia de 30.000 médicos cubanos en territorio venezolano y el envío de 100.000 venezolanos para ser intervenidos quirúrgicamente en Cuba por distintas afectaciones de la vista (DECLARACIÓN, 2005). En 2004, casi 8.000 pacientes venezolanos habían sido atendidos en Cuba. En la esfera educacional, Bolivia, Ecuador y Nicaragua se declararon en 2008 libres del analfabetismo tras poner en marcha Proyectos Grannacionales.

En el ámbito económico, se otorgaron preferencias arancelarias a 104 nuevos productos procedentes de Cuba y se estableció un cronograma de desgravación progresiva. Por su parte, Cuba eximió el pago de los derechos de aduana a los productos de origen venezolano y asimismo eliminó los impuestos cobrados a barcos de bandera venezolana que atraquen en puertos cubanos.

Con la entrada de Bolivia al bloque, Cuba y Venezuela reconocieron la situación peculiar del país más pobre de

América del Sur y pusieron de relieve la historia de dominio colonial de Bolivia:

> Artículo 12: Los gobiernos de Venezuela y Cuba reconocen las especiales necesidades de Bolivia como resultado de la explotación y el saqueo de sus recursos naturales durante siglos de dominio colonial y neocolonial (ACUERDO, 2006).

Entre Cuba y Bolivia se establecieron acuerdos en el ámbito de salud parecidos a los que había entre Cuba y Venezuela: envío de médicos cubanos para trabajar en Bolivia, 5.000 becas del gobierno cubano para la formación de médicos bolivianos en Cuba. Cuba otorgó a las líneas aéreas bolivianas las mismas facilidades de que disponen las líneas aéreas cubanas en cuanto al transporte de pasajeros y de carga desde Cuba a Bolivia y viceversa. Por su parte, Venezuela estableció una serie de mecanismos de ayuda en el sector energético y minero, ofreció 5.000 becas para bolivianos estudiar en Venezuela, donó treinta millones de dólares para atender necesidades de carácter social y productivo, además de otros acuerdos de cooperación. En el ámbito comercial, Cuba y Venezuela eliminaron los aranceles y las barreras no arancelarias aplicadas a las importaciones de origen boliviano, y garantizaron a Bolivia la compra de productos de la cadena oleaginosa y otros productos agrícolas e industriales exportados por Bolivia, que pudieran quedar sin mercado como resultado de la aplicación de los Tratados de Libre Comercio promovidos por el gobierno de Estados Unidos o gobiernos europeos (ACUERDO, 2006).

El ALBA funciona como un área donde los países miembros firman distintos acuerdos de cooperación bilaterales, trilaterales o multilaterales según sus necesidades e intereses. De hecho, la mayoría de los acuerdos existentes no abarcan a todos los miembros a la vez, pero sí están abiertos a nuevas adhesiones de los Estados partes. Esa es una vía más rápida para poner en marcha proyectos que respondan a las necesidades de los países sin tener que esperar el visto bueno de los demás. Los acuerdos tratan distintas áreas como política, comunicaciones, ciencia y tecnología, recursos hidráulicos, pesca, construcción, petróleo, educación, cultura, turismo, deporte y cine.

Eso genera una dinámica diferente de lo que ocurre en bloques económicos al estilo de la Unión Europea o Mercosur, en donde se busca construir instituciones supranacionales. En vez de tales instituciones, se crearon seis Consejos que se encargan de llevar hacia adelante las conversaciones que se plasman en los acuerdos de cooperación. Los Consejos son: Consejo Presidencial, Consejo Político, Consejo Ministerial del Área Social, Consejo Ministerial de Complementación Económica, Consejo de Defensa y Consejo de Movimientos Sociales.

El 26 de enero de 2008, durante la VI Cumbre del ALBA, entre los documentos oficiales se publicó un documento que aclaraba los conceptos de proyecto grannacional y empresa grannacional (CONCEPTUALIZACIÓN, 2008). La palabra grannacional tiene un concepto esencialmente político en contraposición a transnacional que está ligado a las grandes corporaciones privadas transnacionales occidentales. Tiene un fundamento histórico dentro de la visión bolivariana de unión de los países latinoamericanos y caribeños; tiene un fundamento económico y social regional que considera que el

bienestar de las poblaciones se logrará a través de la producción de bienes y servicios para, prioritariamente, la satisfacción de las necesidades intra-ALBA y va en contra de la lógica de la reproducción y acumulación del capital; y, finalmente, un fundamento ideológico que se contrapone a la globalización neoliberal y al mercado. Los proyectos grannacionales abarcan lo político, lo social, lo cultural, lo económico, lo científico e industrial hasta cualquier otro ámbito que pueda ser incorporado a la lógica grannacional (CONCEPTUALIZACIÓN, 2008). No todo proyecto grannacional debe convertirse en empresa grannacional, pero sí toda empresa grannacional es un producto de un proyecto grannacional. Los proyectos grannacionales y las empresas pueden funcionar en dos o más países del ALBA, no siendo necesario que todos los miembros hagan parte del proyecto o de la empresa.

Un rasgo peculiar del ALBA es que los Ministerios de Relaciones Exteriores de los países miembros intentan aproximar sus posiciones oficiales sobre cuestiones internacionales a través de Comunicados Especiales y Declaraciones. Esos Comunicados Especiales y Declaraciones tratan sobre temas internacionales y son emitidos siempre y cuando las distintas diplomacias de los miembros lo juzguen necesario. Esa práctica intenta generar una imagen de unidad entre los miembros del bloque que sirve, en el plano interno, para fortalecer la unión de los miembros, y en el plano externo, para indicar que sus miembros poseen una posición definida sobre las problemáticas internacionales independiente de las posiciones de terceros países. Hasta febrero de 2012, se han emitido 11 Comunicados Especiales y 9 Declaraciones: Comunicado sobre Siria (05/02/2012), Declaración sobre la situación colonial en las Islas Malvinas (05/02/2012),

Declaración sobre Puerto Rico (05/02/2012), Declaración sobre los cinco héroes cubanos (05/02/2012), Comunicado sobre Siria y Libia (09/09/2011), Comunicados ante nueva agresión de EEUU a Venezuela (09/09/2011), Comunicado sobre Palestina (09/09/2011), Comunicado de rechazo a la agresión militar a Libia (19/03/2011), Comunicado de rechazo al intervencionismo de la OEA en Venezuela (19/02/2011), Comunicado respaldando el diálogo entre Nicaragua y Costa Rica (11/11/2010), Comunicado ante el intento de golpe de estado en Ecuador (30/11/2010), Comunicado a un año del golpe de estado en Honduras (28/06/2010), Comunicado sobre cambio climático de la VIII Cumbre del ALBA-TCP con miras a la XV Conferencia de las Partes en Copenhague (14/12/2009), Declaración Política del ALBA en Cumbre Climática (18/12/2009), Declaración del Consejo Político sobre la situación en Honduras (09/08/2009), Declaración sobre la necesidad de poner fin al bloqueo económico, comercial y financiero impuesto por los Estados Unidos de América a Cuba, incluida la Aplicación de la llamada Ley Helms-Burton (24/06/2009), Declaración de los países miembros de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América sobre la solicitud de extradición del connotado terrorista internacional Luis Posada Carriles (24/06/2009), Declaración de los países miembros de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América sobre la solicitud de extradición del ex-presidente Gonzalo Sánchez de Lozada y sus colaboradores (24/06/2009), Declaración de los países miembros de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América en respaldo al proceso de consulta popular por iniciativa del presidente Manuel Zelaya y del Gobierno del Poder Ciudadano

(24/06/2009), Comunicado conjunto [sobre el ingreso de Bolivia al ALBA] (29/04/2006).

ALBA-TCP: nuevos parámetros

La experiencia del ALBA-TCP de integración regional se diferencia del patrón liberal que históricamente ha existido en Latinoamérica. Es un bloque cuyo discurso oficial se presenta como anticapitalista y antiimperialista, que no se fía ni de las grandes corporaciones occidentales ni de las reglas del mercado, y que busca construir una cooperación basada en principios socialistas de modo que el Estado ejerza un papel coordinador y de liderazgo en la planificación y en el desarrollo. Según esos principios, se busca poner en práctica un intercambio de conocimientos y de experiencias, fomentar las capacidades de los países miembros de analizar los problemas que impiden su desarrollo y proponer estrategias propias de superación del subdesarrollo regional, sustituyendo así la competencia liberal de mercado por la cooperación.

Por sus rasgos, su peculiaridad, y por no haber etapas de integración bien definidas, no es posible clasificar el ALBA conforme al modelo liberal de integración visto anteriormente. Los seis Consejos trabajan paralelamente y algunas áreas avanzan más rápidamente que otras. Sobre ello, explica Muhr (2010):

> [...] apesar de certa lógica evolutiva, eles [*os níveis de integração*] não devem ser entendidos como uma série de etapas, pois na ALBA os diferentes níveis estão se desenvolvendo simultaneamente. É

> importante notar que, contrastando com atuais (sub)regionalismos, como a União Europeia, o Acordo Norte-Americano de Livre Comércio (NAFTA) e os Mercosul, nos quais a dimensão social (bem-estar/previdência social) é inexistente ou apenas entra no quarto ou quinto nível de regionalidade (Hettne, 2003), na ALBA o social tem assumido desde o início um papel fundamental de integração.

Aunque sin haber hecho un estudio exhaustivo de los principios rectores de todos los procesos de integración latinoamericanos, defiendo aquí que la experiencia del ALBA se configura en un regionalismo diferente del que hubo en la segunda mitad del siglo pasado en Latinoamérica. El conjunto de los intentos de integración tiene objetivos generales muy parecidos porque busca, a *grosso modo*, la justicia social y el bienestar de sus pueblos. Pero los principios y los medios sí son diferentes. Los principios de la ALADI, por ejemplo, son el "pluralismo", la "convergencia", la "flexibilidad", los "tratamientos diferenciales" y "múltiples" (TRATADO, 1980); los del Mercosur son la "gradualidad, flexibilidad y equilibrio" (TRATADO, 1991). Los principios del ALBA, algunos de los cuales hemos visto anteriormente, están dentro de la lógica de la Teoría del Moderno Sistema-Mundo, de Immanuel Wallerstein, que contrapone el centro de sistema capitalista a la periferia. Las experiencias al estilo ALADI o Mercosur (liberal) buscan la constitución de un mercado común como medio para lograr sus objetivos, mientras que el ALBA persigue la constitución de relaciones de cooperación que priman por la complementación y la solidaridad entre todos sus miembros.

Desde la perspectiva de las relaciones internacionales, y en especial de la economía política, al Estado se le ha reservado un papel más bien regulador en el regionalismo liberal, mientras que en el ALBA se le otorga un papel protagónico. Así el ALBA se diferencia de las integraciones anteriores tanto a través del discurso como a través de la práctica. El hecho de Cuba ser miembro del ALBA lo hace también peculiar, ya que Cuba, por ser socialista, en la mayoría de los casos no ha sido invitada a participar de algunos procesos de integración y en otros casos, unilateralmente ha rechazado las propuestas de participación.

El ámbito económico no ha sido olvidado, prueba de ello es el Sucre, la moneda que por el momento es virtual. Sin embargo, la cooperación en otras esferas aparece con más fuerza e importancia, en especial la cooperación política mediante la emisión de Comunicados y Declaraciones. Además de esos dos instrumentos, los preámbulos de los acuerdos y de las declaraciones finales de cada cumbre, suelen hacer referencia al pasado colonial regional e intentan consolidar una identidad latinoamericana.

El proyecto ALBA es un producto del giro a la izquierda que ha experimentado América Latina a partir de finales de los años 1990 y la primera década de 2000. Si esta experiencia de integración tendrá más éxitos que las experiencias anteriores aún no lo sabemos, pero sí podemos afirmar que el camino perseguido, sus instrumentos y los medios utilizados sí son distintos a lo que la historia de la integración latinoamericana conoce.

Referencias

ACUERDO entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de Cuba, para la Aplicación de la Alternativa Bolivariana para las Américas. 14/12/2004. **Portal ALBA-TCP**. Disponible en: http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=81. Acceso en: 01 fev. 2012.

ACUERDO para la Aplicación de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América y el Tratado de Comercio de los Pueblos. 29/04/2006. **Portal ALBA-TCP**. Disponible en: http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=516. Acceso en: 01 fev. 2012.

ACUERDO para la Constitución del Espacio Económico del ALBA-TCP (ECOALBA-TCP). 05/02/2012. **Portal ALBA-TCP**. Disponible en: http://www.alianzabolivariana.org/images/xicumbrealba/ECOALBA.pdf. Acceso en: 01 fev. 2012.

CONCEPTUALIZACIÓN de Proyecto y Empresa Grannacional en el Marco del ALBA. Documentos de la VI Cumbre. 26/01/2008. **Portal ALBA-TCP**. Disponible en: http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2074. Acceso en: 01 fev. 2012.

DECLARACIÓN Conjunta entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba para la Creación del ALBA. 14/12/2004. **Portal ALBA-TCP**. Disponible en:

http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2060. Acceso en: 01 fev. 2012.

DECLARACIÓN Final de la Primera Reunión Cuba-Venezuela para la Aplicación de la Alternativa Bolivariana para las Américas. 28/04/2005. **Portal ALBA-TCP.** Disponible en: http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=231. Acceso en: 01 fev. 2012.

DECLARACIÓN Política de la V Cumbre de la Alternativa Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América. 29/04/2007. **Portal ALBA-TCP**. Disponible en: http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=1801. Acceso en: 01 fev. 2012.

MANIFIESTO Bicentenario de Caracas, Declaración Final de la IX Cumbre del ALBA. 19/04/2010. **Portal ALBA-TCP.** Disponible en: http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=6266. Acceso en: 01 fev. 2012.

MUHR, Thomas. Venezuela e ALBA: regionalismo contra-hegemônico e ensino superior para todos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.36, n.2, p.611-627, maio/ago, 2010.

TRATADO de Asunción. 1991. **Portal Mercosur.int.** Disponible en: http://www.mercosur . int/innovaportal/v/3750/1/secretaria/tratados_protocolos_y_acuerdos_depositados_en_paraguay. Acceso en: 01 fev. 2012.

TRATADO de Montevideo. 1980. **Portal Aladi.org.** Disponible en: http://www.aladi.org/nsfaladi/juridica.nsf/vtratadoweb/tm80. Acceso en: 01 fev. 2012.

La comunidad andina: *cohesión interna e intereses individuales de los Estados miembros*

Gustavo Adolfo Puyo Tamayo
Elias David Morales Martinez[1]

Resumen

La Comunidad Andina se debate entre un discurso de integración que se refleja en el diseño de las políticas exteriores de cada uno de los Estados miembros y una realidad económica que es producto de la baja complementariedad de mercados, lo que hace que se privilegien las relaciones extracomunitarias. Mientras se prioriza en la política exterior la necesidad de fortalecer la integración, la política comercial de los Estados miembros busca firmar acuerdos arancelarios preferenciales

1 Esta publicación contó con el apoyo financiero de las Agencias CAPES/CNPq y PROPESQ/UEPB.

y tratados de libre comercio con otros socios comerciales. En este artículo se muestra la importancia económica que para cada uno de los Estados miembros tienen otros mercados y áreas geográficas, evidenciando por qué es difícil alcanzar los objetivos diseñados en la política exterior. Cabe señalar que la visión sobre la integración de las siguientes páginas es exclusivamente sobre los aspectos económicos y comerciales y que no se tienen en cuenta otros en donde la integración andina ha mostrado frutos.

Abstract

The Andean Community is inside a debate between a discourse of integration that is reflected in the design of the foreign policies of each of the member States and an economic reality that is the product of the low complementarity of markets, which makes privilege relations from outside. While it is prioritized in the foreign policy the need to strengthen the integration, the commercial policy of the member States seeks to sign preferential tariff agreements and free trade agreements with other trading partners. This paper demonstrates the economic relevance for each of the member States have other markets and geographic areas, demonstrating because it is difficult to achieve the objectives designed in foreign policy. It should be noted that the vision on the integration of the following pages is exclusively on the economic and commercial aspects and which are not taken into account where the Andean integration has shown results.

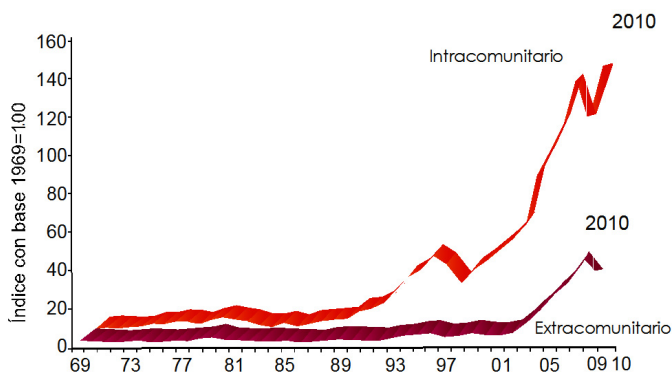
Introducción

Desde la década de los sesenta, los países andinos han buscado materializar un proceso de integración efectiva y real en todas las dimensiones de interacción. La búsqueda de este objetivo no ha sido fácil y ha estado llena de obstáculos que han sido sobrepasados con grandes dificultades.

En efecto, la experiencia de la integración andina registra momentos de crisis y de ruptura como la salida de Chile en 1977 y de Venezuela en 2006, en donde se evidencia desequilibrios en los intereses comerciales de los países del bloque. Pero también se registran momentos de auge en donde se alcanzan importantes acuerdos para el proceso como es la eliminación de barreras tarifarias y la puestas en marcha de una zona de libre comercio desde 1993.

Los resultados del proceso de integración se evidencian en el comportamiento del comercio exterior de los países del bloque a lo largo de más de cuarenta años de existencia. Las exportaciones al interior de la CAN han aumentado en este periodo más de 150 veces mientras que las exportaciones extracomunitarias lo hicieron solamente alrededor de 50 veces de acuerdo a como lo muestra la gráfica 1 (COMUNIAD ANDINA, 2010 [a], pág. 7). Vale la pena señalar, que se encuentra una tendencia similar de crecimiento en el comercio extra e intra comunitario desde 1969 (año de nacimiento del bloque) hasta 1993. Desde este año y hasta 2008, la tendencia de crecimiento del comercio intracomunitario es mucho mayor que la observada en el comercio extracomunitario, lo que demuestra que la entrada en vigencia de la zona de libre comercio ha dinamizado el proceso de integración en los últimos veinte años.

La gráfica 1 muestra que después de 2008 hay una tendencia del comercio exterior intra y extra comunitario a la baja. Esta tendencia se explica por el surgimiento de la crisis internacional que se presenta desde este año, pero el comportamiento idéntico entre el comercio intra y extra comunitario desde 2008 demuestra que el proceso de integración es altamente vulnerable a las coyunturas internacionales al no tener una política que permita la protección de sus miembros ante este tipo de eventos. Esto se da porque los países miembros de la CAN, a pesar de su intencionalidad por mantener la cohesión del grupo, como lo demuestra el discurso y el diseño de sus políticas exteriores, privilegian el intercambio comercial con sus socios extracomunitarios.

Gráfica 1
Exportaciones Intracomunitarias y Extracomunitarias 1969-2010

Fuente: COMUNIDAD ANDINA (2011 [a]).
Documento Estadístico SG/de 399.

Lo anterior indica que la dinámica del proceso de integración ha cambiado, y que aunque hay una gran intensión de mantener el bloque unido, los intereses de los Estados miembros están ubicados en otros escenarios. Esto se evidencia al hacer una breve revisión de las prioridades en torno a los procesos de integración que tienen los Estados en sus políticas exteriores y contrastarlo con las prioridades comerciales de cada uno de ellos, de acuerdo al comportamiento de su comercio exterior.

Prioridades de la política exterior de Estados de la CAN

La política exterior de los estados miembros de la CAN siempre ha propendido por mantener la integración andina. Pero la noción de integración es cambiante como lo es también la política y es por esta razón que se hace necesario revisar los objetivos y directrices que frente a los procesos de integración tienen los diferentes países de la región andina. En ese orden de ideas, a continuación se hará una breve revisión de los objetivos que frente a la integración se plantean en la actualidad las políticas exteriores de los estados miembros de la CAN.

Ecuador en 2006 elabora el Plan Nacional de Política Exterior (PLANEX 2020) que intenta configurar una política de Estado, al brindar lineamientos estratégicos para la inserción del país en la economía mundial al identificar como prioridades la inserción en la Cuenca del Pacífico y el fortalecimiento de los procesos de integración regional (específicamente la CAN). Ecuador se define como un país que mantiene la aspiración de lograr la integración

suramericana, e insiste en el fortalecimiento de su carácter supranacional como condición para el éxito. Identifica en los procesos de integración una oportunidad para implementar una estrategia que le permita la inserción ecuatoriana en la economía mundial.

Bolivia mantiene como prioridad de su política exterior la búsqueda de una salida al mar que involucra intereses estratégicos como la inserción en la Cuenca del Pacífico y la propende por una asociación comercial con los países de la región al tiempo que busca el reconocimiento como actor estratégico por su importancia geopolítica que permite mantener la iniciativa en temas de integración física y energética son características de la política exterior. Siguiendo estos lineamientos se destaca el fortalecimiento de las relaciones bilaterales con los países fronterizos superando el esquema de integración comercial y avanzando hacia la integración política, cultural, energética y migratoria.

Perú, frente a los procesos de integración latinoamericana, ha mantenido una política de cooperación con los países limítrofes fortaleciendo la integración fronteriza ya emprendidas, ha intensificado acciones en el campo económico para facilitar el acercamiento comercial con los países de la CAN y ha adecuado su legislación a las necesidades del proceso de integración andino. Así mismo, dentro de los objetivos actuales de política exterior se destacan "participar activamente en los diversos procesos de integración con miras a un desarrollo armónico y la generación de condiciones más equitativas en el proceso de globalización; e impulsar el desarrollo sostenible y la integración en las regiones fronterizas" (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, 2009).

En Colombia la directriz de política exterior en lo tocante a la integración la brinda la constitución política que en su preámbulo dice "*El Pueblo de Colombia* (...), y comprometido a impulsar la integración de la comunidad latinoamericana, decreta, sanciona y promulga la siguiente: Constitución Política de Colombia" (CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA, 1991, s/p. Preámbulo). A partir de allí, Colombia ha adecuado su legislación a las necesidades del proceso de integración y ha propendido por mantener la cohesión de los miembros del acuerdo.

Prioridades del comercio exterior de Estados de la CAN

Analizando los principales mercados de destino y de origen de la CAN durante el año 2010, se identifica el grado de importancia y de significación estratégica para el bloque y para sus miembros. En conjunto se observa que el principal comprador de exportaciones andinas es Estados Unidos que demandó en este año el 29% del total de exportaciones del bloque, seguido de la Unión Europea con un 14%. Para el bloque, la CAN es el tercer lugar de destino de sus exportaciones con el 8%, lugar compartido con China que demanda el mismo porcentaje. Las ventas al MERSOSUR son apenas dos puntos porcentuales más bajas que lo que representa la CAN para sus propias exportaciones.

La gráfica 2 muestra además de los principales destinos de exportación, la procedencia de las principales importaciones que realizó la CAN en 2010. En ella se evidencia que el principal vendedor que ha tenido la CAN es Estados Unidos que vendió a la región este año el 21% de los productos importados, seguido de China que aportó el 14% del total

de las importaciones del bloque y de la Unión Europea que contribuyó con el 12%. En cuarto lugar se encuentra MERCOSUR que vendió a la CAN el 11% de los productos importados y sólo en quinto lugar se encuentran las ventas que la CAN realiza a sí misma y que sólo pesan el 9% del total.

Gráfica 2
CAN - Principales mercados de destino y origen 2010

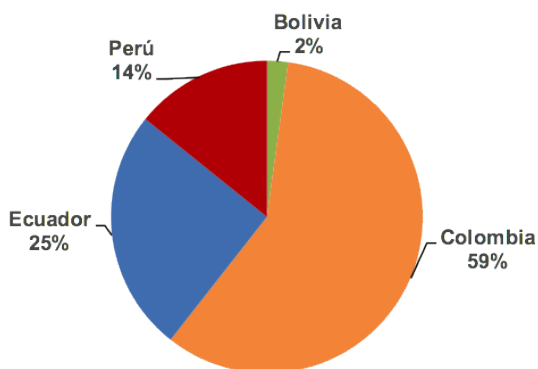
	EXPORTACIONES / DESTINO	IMPORTACIONES / ORIGEN
Estados Unidos	29%	22%
Unión Europea	14%	12%
China	8%	14%
Comunidad Andina	8%	9%
MERCOSUR	6%	11%
Suiza	5%	1%
Chile	3%	3%
Venezuela	3%	1%
Japón	3%	4%
Corea	2%	3%
México	1%	6%
Rusia	1%	1%
CARICOM	1%	1%
India	1%	1%

Fuente: COMUNIDAD ANDINA (2011-a). Documento Estadístico SG/de 399.

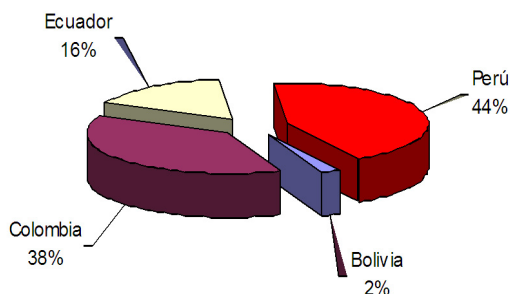
En ese sentido se puede observar que para los países de la CAN existen otras prioridades comerciales y oportunidades de negocio más atractivas que las que encuentran en sus propias economías. El simple hecho de que MERCOSUR exporte más a los países andinos de lo que ellos mismos lo hacen, es un claro reflejo de que existen cambios intrínsecos al interior de las políticas comerciales que han venido implementándose gradualmente. La búsqueda incesante de Colombia por un Tratado de Libre Comercio con Estados

Unidos es un claro ejemplo de esta tendencia direccionada a brindar una mayor importancia a este país que al bloque de integración al que pertenece.

Colombia, además de ser el mayor exportador al interior de la CAN (Documento Estadístico SG/de 399) es también el principal exportador del bloque a Estados Unidos. En el primer semestre de 2011 exportó a este país más de 10 mil millones de dólares, lo que le representó un 59% de las exportaciones del bloque andino a este destino. Ecuador que con menos de la mitad de la cantidad colombiana, es el segundo exportador al países del norte con un 25% del total de las ventas a Estados Unidos y Perú con 14%. Muy lejos en la proporción estadística, encontramos a Bolivia que contribuye con sólo el 2% del total de las ventas andinas al país del norte. Estos dos últimos países tienen otros socios comerciales más atractivos que los Estados Unidos.

Gráfica 3
Exportaciones de la CAN hacia Estados Unidos.
Enero-Junio 2011 (Estructura Porcentual %)

Fuente: http://estadisticas.comunidadandina.org/eportal/contenidos/1700_8.pdf

Por su parte Perú mantiene el más alto nivel de intercambio comercial con la Unión Europea y con China. En el 2008 las exportaciones de este país a la Unión Europea superaron los 5 mil millones de dólares, monto que le representó un 44% de la totalidad de las exportaciones andinas, mientras que Colombia exportó al bloque europeo un 38% del total de las ventas del bloque andino a la Unión Europea. Ecuador, por su parte, realizó el 16% del total de las ventas andinas al bloque extracontinental y Bolivia contribuyó con un modesto 2% del total.

Gráfica 4
Exportaciones de la CAN hacia la Unión Europea 2008

Fuente: Comunidad Andina, 2009.

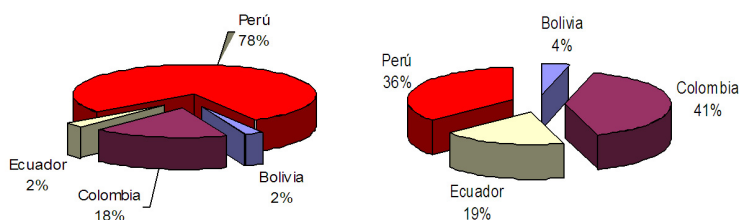
Con China, tercer socio comercial de la CAN, se encuentra que en 2010 Perú es quien reporta también la mayor proporción del total de las ventas, registrando el 78% del total de las mismas, seguido de Colombia que exportó en el mismo año al país asiático el 18% del total de las ventas de la CAN a ese continente y de Ecuador y Bolivia que reportan apenas el 2% del total de ventas cada una. Hay una notable diferencia entre las cifras peruanas y las del resto de los países andinos.

Ecuador y Bolivia se encuentran con índices muy bajos de exportación a China.

Con relación a las importaciones de productos chinos, es Colombia quien más recibe seguido muy de cerca por Perú. Nuevamente Ecuador y Bolivia registran datos significativamente inferiores, lo que demuestra un comercio poco sólido entre estos países.

Gráfica 5
Exportaciones de la CAN hacia China e
Importaciones desde China hacia la CAN 200-2009

Perú 78%
Ecuador 2%
Colombia 18%
Bolivia 2%

Bolivia 4%
Perú 36%
Colombia 41%
Ecuador 19%

Fuente: Comunidad Andina, 2010 [a].

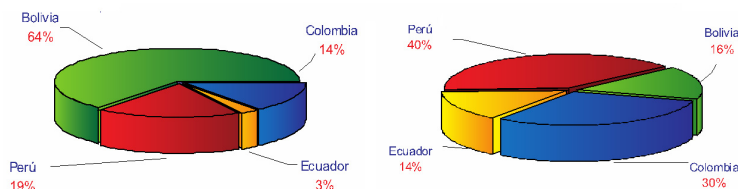
Para Bolivia, son tan importantes las relaciones con la CAN como las que teje con MERCOSUR. Si se tiene el ejercicio realizado hasta aquí, se evidencia que este país no contribuye significativamente con las exportaciones del bloque andino a Estados Unidos y China, y que tampoco son significativas las ventas que realiza a la Unión Europea si se comparan con el monto exportado por el bloque andino a este destino.

Bolivia es el principal exportador andino al Mercosur. En 2008 representó el 64% del total de las exportaciones de la CAN al bloque suramericano; porcentaje nada modesto cuando se compara con las exportaciones de Perú,

que ocupando el segundo lugar entre países de la CAN exportadores a MERCOSUR, contribuye con un distante 19% del total de las ventas del bloque andino. En su orden, el tercer país de la CAN, exportador al bloque suramericano es Colombia que aporta en 2008 el 14% del total de las ventas y finalmente se encuentra Ecuador que contribuye con un 3%.

Sin embargo cuando analizamos las importaciones desde el MERCOSUR, encontramos a Perú como principal comprador de productos provenientes del bloque suramericano al demandar el 40% del total de las compras que el bloque andino registra como provenientes del MERCOSUR, seguido de Colombia que representa un significativo 30% del total de las compras realizadas por el bloque andino en MERCOSUR.

Bolivia se ubica en tercer lugar con un modesto 16% seguido muy de cerca por Ecuador que realiza el 14% de las compras.

Gráfica 6
Exportaciones de la CAN e Importaciones desde el Mercosur 2008

Fuente: Comunidad Andina, 2010 [b].

Los bajos niveles de intercambios de comercio de Bolivia con los principales centros de comercio mundial, hacen que para este país la integración suramericana se constituya

en su mejor oportunidad para alcanzar mejores niveles de desarrollo. Ahora bien, si se tiene en cuenta que en 2010, las exportaciones bolivianas a la CAN alcanzaron el 8,1% de la estructura de las exportaciones del bloque, MERCOSUR se constituye en la mejor oportunidad comercial para este país.

Consideraciones Finales

A pesar de los esfuerzos realizados por los Estados miembros de la Comunidad Andina para sacar adelante el proceso de integración, éste encuentra cada vez más obstáculos para lograr los objetivos propuestos. En efecto, la integración es entendida como una estrategia de inserción necesaria para lograr el desarrollo los Estados miembros, y todos ellos la privilegian en el discurso oficial que identifica la política exterior. Sin embargo, el comportamiento real de la economía muestra que a pesar de los esfuerzos nacionales por mantener la cohesión del bloque, éste se resquebraja por razones que contradicen sus propios lineamientos de política exterior.

Cuando se plantea la necesidad de la integración como una estrategia para insertarse en la economía mundial a través del alcance de objetivos comunes y se encuentra una baja complementariedad en el comercio, se introduce el concepto de regionalismo abierto que explica porque a pesar del proceso de integración, el comercio entre los estados miembros no es tan activo como con otros países o regiones.

En efecto, a pesar de que los países miembros de la CAN propenden todos por la cohesión del bloque y se esfuerzan por mantener la unidad latinoamericana, todos ellos están

buscando alternativas comerciales que les permitan lograr sus objetivos de política internacional relacionada con la inserción a la economía mundial. Por esta razón, se evidencia que sin renunciar al bloque andino, todos sus miembros busquen mejores alternativas comerciales por fuera de él, como es el caso de Colombia con el Tratado de Libre Comercio con Estados Unidos, o de Ecuador tratando de abrirse espacio en la Cuenca del pacífico, o de Perú privilegiando acuerdos comerciales con China y la Unión Europea y de Bolivia que encuentra mejores expectativas de desarrollo en MERCOSUR.

Por tanto, se puede verificar que la CAN presenta una clara vulnerabilidad debido a una notable asimetría entre las políticas comerciales implementadas por cada uno de los países miembros. Mientras que Colombia y Perú buscaron afanosamente una mayor liberalización de sus economias através de la firma de Tratados de Libre Comercio con Estados Unidos y otros países desarrollados, Bolivia y Ecuador se muestran mucho más reticentes en “mirar hacia el norte” prefiriendo dar prioridad al MERCOSUR.

En ese sentido, se puede observar que la concretización de una zona de libre comercio en América del Sur todavía parece remota. La heterogeneidad en las políticas exteriores y las tendencias de cada país al preferir otros bloques comerciales, denotan una preferencia por acuerdos bilaterales fuera del bloque antes que privilegiar una mayor profundización del proceso de integración subregional. La CAN refleja una situación en la que los países miembros se debaten entre una fragmentación sutil y una integración deseada que no logra imponerse frente al poder seductor de nuevos acuerdos

bilaterales con países altamente desarrollados. Sin embargo, la visión sobre la integración en estas pocas páginas está limitada exclusivamente a la parte económica y comercial y no tiene en cuenta otros aspectos de la integración en donde se han logrado grandes avances en el tema.

Referencias

COMUNIDAD ANDINA. **El comercio exterior de bienes entre la Comunidad Andina y la Unión Europea 1999-2008.** Documento Estadístico SG/de, 25 de septiembre de 2009. Disponível em: http://estadisticas.comunidadandina.org/eportal/BusqSimple.aspx?bus=uni%F3n%20europea.

COMUNIDAD ANDINA. **El comercio exterior de bienes entre la Comunidad Andina y China 2001-2010.** Documento Estadístico. 2010 (a). Disponível em: http://estadisticas.comunidadandina.org/eportal/BusqSimple.aspx?bus=china.

COMUNIDAD ANDINA. **Exportaciones e importaciones entre la CAN y el Mercosur.** Estadísticas de la Semana. SG/de 297. 2010 (b). Disponível em: http://estadisticas.comunidadandina.org/eportal/BusqSimple.aspx?bus=mercosur.

COMUNIDAD ANDINA (a). **Comercio exterior en la Comunidad Andina 2010.** Documento Estadístico SG/de 399, 8 de marzo de 2011. E. 3.1. Disponível em: http://estadisticas.comunidadandina.org/eportal/contenidos/1556_8.pdf.

COMUNIDAD ANDINA (b). **Resumen Ejecutivo.** Compendio de series estadísticas de la Comunidad Andina – 2011. Disponível em: http://estadisticas.comunidadandina.org/eportal/contenidos/imagenes/file/CE2011/SGde422.pdf.

COMUNIDAD ANDINA (c). **Comercio exterior de la Comunidad Andina con Estados Unidos Enero – Junio 2011.** Estadísticas de la Semana. SG/de 453. 14 de septiembre de 2011. E. 3.1. Disponível em: http://estadisticas.comunidadandina.org/eportal/contenidos/1700_8.pdf.

CONSTITUCIÓN POLÍTICA DE COLOMBIA. Disponível em: http://www.banrep.gov.co/regimen/resoluciones/cp91.pdf.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE LA REPÚBLIA DEL ECUADOR (MRE). (2006). **PLANEX 2020 - Plan Nacional de Política Exterior 2006-2020**. Quito, Ecuador.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE BOLIVIA. **Objetivos estratégicos institucionales.** Disponível em: http://www.rree.gob.bo/.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DEL PERÚ. **Lineamientos de la política Exterior.** Disponible en: http://www.rree.gob.pe/portal/pexterior.nsf/1AA43027D97D4C52052567930078A768/9D9836B8E66438D805256E52005304B9?OpenDocument . Acesso em: ago. 2009.

Política Externa do governo Chávez: *seus principais fundamentos e objetivos*

Renata Peixoto de Oliveira

Resumo

Os fundamentos da atual Política Externa Venezuelana podem ser compreendidos a partir de elementos tais quais sua tradição diplomática, a identidade nacional, aspectos político-ideológicos do governo em questão, bem como estratégias vislumbradas na construção de alianças políticas, nas relações comerciais e em sua atuação em organismos internacionais. Com este breve artigo objetiva-se compreender quais seriam estes principais fundamentos e estratégias que conformam a Política Externa venezuelana. Com o pressuposto de que a Política doméstica impacta fundamentalmente sobre a Política Externa, esta análise parte do texto constitucional de 1999, para em seguida dar atenção às reformas no regulamento e mudanças ocorridas no Ministério das Relações

Exteriores. Por fim, buscam-se elementos para o delineamento da Política Externa Venezuelana, ao longo de um pouco mais de uma década, tendo como base documentos oficiais do Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores. Percebe-se, assim, que no plano externo a Venezuela procura projetar seu regime democrático e os elementos de sua Revolução Bolivariana, demonstrando o impacto e a relação direta entre mudanças internas e os novos contornos de sua Política Externa, ao mesmo tempo em que são visíveis elementos de continuidade, como o fomento das relações Sul-Sul, ou uma Política Externa ativa, vigentes nos governos do *Pacto de Punto Fijo* da década de 1970.

Abstract

The foundation of current Venezuelan Foreign Policy can be understood from the elements such their diplomatic tradition, national identity, political and ideological aspects of the government, as well strategies envisioned the construction of political alliances, trade relations and the role played in international organisms. This brief article aims to understand which are those fundamentals and key strategies that make up the Venezuelan Foreign Policy. Assuming that the domestic policy impacts fundamentally foreign policy, the analysis begin with the constitutional text of 1999 analysis, to then give attention to the regulation reforms and changes within the Ministry of Foreign Affairs. Finally, elements are sought for the design of Venezuelan Foreign Policy over a little more than a decade, such as some official documents from the Ministry of Popular Power for Foreign Affairs.

It is noticed that in the external plan Venezuela seeks to project its democratic system, the elements of the Bolivarian Revolution, thus demonstrating the impact and the direct relationship between internal changes and new contours of its Foreign Policy, while elements of visible continuity, as the promotion of South-South relation or an active foreign policy from the governments of the Pact of *Punto Fijo* the 1970s, were rescued.

Introdução

De início, analisaremos as principais mudanças constitucionais que se referem à formulação de Política Externa no país, bem como as transformações ocorridas no Ministério das Relações Exteriores na última década. Tão importante quanto destacar as instituições e atores responsáveis pela formulação de Política Externa, é conhecer seus fundamentos e princípios básicos. Desde que Chávez assumiu a presidência, os contornos da Política Externa Venezuelana se transformaram de maneira significativa.

Com o intuito de identificar essas mudanças, passaremos a considerar alguns dos principais objetivos e estratégias definidos para a Política Externa através de documentos oficiais produzidos no período 1999-2007: *Programa Económico de Transición* (1999); *Venezuela Construye su camino: 2001 Año de definiciones para grandes logros* (2001); *Plan de desarrollo económico y social de la nación* (2001); *El Nuevo Mapa Estratégico* (2004); *Marco filosófico de la nueva integración del sur* (2007); *Proyecto nacional Simón Bolívar y la Venezuela socialista* (2007).

2 Constituição Bolivariana de 1999 e o Ministério do Poder Popular das Relações Exteriores

Na Constituição de 1999, já é possível perceber mudanças de orientação sutis que ganharão relevância no decorrer do tempo. É exemplar o discurso mais enfático no que se refere à defesa da soberania nacional, principalmente quando o assunto diz respeito ao possível uso do território venezuelano para instalação de bases militares de outros países, à solidariedade internacional, ao processo de integração regional e a aprovação de tratados internacionais:

> Artículo 13. El territorio no podrá ser jamás cedido, traspasado, arrendado, ni en forma alguna enajenado, ni aun temporal o parcialmente, a Estados extranjeros u otros sujetos de derecho internacional.
>
> El espacio geográfico venezolano es una zona de paz. No se podrán establecer en él bases militares extranjeras o instalaciones que tengan de alguna manera propósitos militares, por parte de ninguna potencia o coalición de potencias[1] (VENEZUELA, 1999).

Ainda versando sobre a soberania nacional, a Constituição, além de referendar os tradicionais princípios de autodeterminação e de não intervenção em assuntos internos de outros Estados, incorpora temas de época como a defesa dos direitos

1 A Venezuela é um dos únicos países da América Latina que não possuem bases norte-americanas em seu território.

humanos e, sobretudo, vincula-os aos “interesses do povo”: e à “defesa da prática democrática “em todos os organismos e instituições internacionais”, além de promover a solidariedade internacional entre os povos (SILVA; ROMERO; ROMERO, 2003, p.163).

> Artículo 152. Las relaciones internacionales de la República responden a los fines del Estado en función del ejercicio de la soberanía y de los intereses del pueblo; ellas se rigen por los principios de independencia, igualdad entre los Estados, libre determinación y no intervención en sus asuntos internos, solución pacífica de los conflictos internacionales, cooperación, respeto de los derechos humanos y solidaridad entre los pueblos en la lucha por su emancipación y el bienestar de la humanidad. La República mantendrá la más firme y decidida defensa de estos principios y de la práctica democrática en todos los organismos e instituciones internacionales.
>
> Artículo 155. En los tratados, convenios y acuerdos internacionales que la República celebre, se insertará una cláusula por la cual las partes se obliguen a resolver por las vías pacíficas reconocidas en el derecho internacional o previamente convenidas por ellas, si tal fuere el caso, las controversias que pudieren suscitarse entre las mismas con motivo de su interpretación o ejecución si no fuere improcedente y así lo permita el procedimiento que deba seguirse para su celebración. (VENEZUELA, 1999).

No que se refere ao processo de integração regional, se comparamos os artigos 108 da Constituição de 1961 e o artigo 153 da Constituição de 1999, percebemos mudanças significativas, pois a nova carta visa a promover um processo de integração que vai além da mera integração econômica. Por outro lado, a constituição bolivariana, além de ser mais específica e detalhista quanto à integração latino-americana, ainda estabelece que as normas adotadas no marco dos acordos de integração devem prevalecer sobre o ordenamento legal interno:

> Art. 108. La República favorecerá la integración económica latinoamericana. A este fin se procurará coordinar recursos y esfuerzos para fomentar el desarrollo económico y aumentar el bienestar y seguridad comunes (VENEZUELA, 1961).
>
> Artículo 153. La República promoverá y favorecerá la integración latinoamericana y caribeña, en aras de avanzar hacia la creación de una comunidad de naciones, defendiendo los intereses económicos, sociales, culturales, políticos y ambientales de la región. La República podrá suscribir tratados internacionales que conjuguen y coordinen esfuerzos para promover el desarrollo común de nuestras naciones, y que aseguren el bienestar de los pueblos y la seguridad colectiva de sus habitantes. Para estos fines, la República podrá atribuir a organizaciones supranacionales, mediante tratados, el ejercicio de las competencias necesarias para llevar a cabo estos procesos de integración. Dentro de las políticas de integración y unión con Latinoamérica y el

> Caribe, la República privilegiará relaciones con Iberoamérica, procurando sea una política común de toda nuestra América Latina. Las normas que se adopten en el marco de los acuerdos de integración serán consideradas parte integrante del ordenamiento legal vigente y de aplicación directa y preferente a la legislación interna (VENEZUELA, 1999).

Tratados ou contratos internacionais dependem, nas duas constituições, da aprovação do legislativo, mas o artigo 73 da Carta de 1999 introduz a possibilidade de realização de referendos populares para celebração de alguns compromissos internacionais (SILVA; ROMERO; ROMERO, 2003, p.163). Dessa maneira, o conceito de democracia participativa, fortemente destacado no delineamento do regime interno, desdobra-se e projeta para o âmbito das relações internacionais, articulando, mais uma vez, a trama da política doméstica com a da Política Externa.

Apesar das diferenças, a celebração de contratos internacionais nas duas constituições depende da aprovação do legislativo conforme indica o artigo 154. Mesmo assim, a Carta de 1999 inovou, ao prever a possibilidade de realização de referendos populares, acordos internacionais que possam ferir a soberania nacional, conforme sinaliza o artigo 73:

> Artículo 154. Los tratados celebrados por la República deben ser aprobados por la Asamblea Nacional antes de su ratificación por el Presidente o Presidenta de la República, a excepción de aquellos mediante los cuales se trate de ejecutar o

> perfeccionar obligaciones preexistentes de la República, aplicar principios expresamente reconocidos por ella, ejecutar actos ordinarios en las relaciones internacionales o ejercer facultades que la ley atribuya expresamente al Ejecutivo Nacional.
>
> Artículo 73. Serán sometidos a referendo aquellos proyectos de ley en discusión por la Asamblea Nacional, cuando así lo decidan por lo menos las dos terceras partes de los o las integrantes de la Asamblea. Si el referendo concluye en un sí aprobatorio, siempre que haya concurrido el veinticinco por ciento de los electores o electoras inscritos o inscritas en el registro civil y electoral, el proyecto correspondiente será sancionado como ley.
>
> Los tratados, convenios o acuerdos internacionales que pudieren comprometer la soberanía nacional o transferir competencias a órganos supranacionales, podrán ser sometidos a referendo por iniciativa del Presidente o Presidenta de la República en Consejo de Ministros; por el voto de las dos terceras partes de los o las integrantes de la Asamblea; o por el quince por ciento de los electores o electoras inscritos e inscritas en el Registro Civil y Electoral. (VENEZUELA, 1999).

Mudanças em termos de Política Externa e no âmbito das Relações Exteriores também podem ser percebidas na atuação do Ministério das Relações Exteriores e no papel de diferentes

atores na formulação de sua Política Externa. Na Venezuela, os principais formuladores da Política Externa são a presidência da República e o Ministério do Poder Popular para as Relações Exteriores (MPPRE), com sede na *Casa Amarilla* no centro de Caracas, e o poder legislativo, sobretudo através da Comissão Permanente de Política Exterior na Assembleia Nacional. Mas mesmo com a participação do legislativo, existe uma forte tendência à centralização da Política Externa nas mãos do executivo, ainda mais evidente quando o governo eliminou a "Comissão Assessora de Relações Exteriores" que era formada por delegados do congresso, executivo, instituições políticas, chanceleres e ex-presidentes da República.

Dentre as principais normativas do MPPRE da Venezuela, estão a própria Constituição de 1999, a *Ley Orgánica de Administración Pública* (2001), o *Reglamento Orgánico MRE* (2004), a *Ley Del Servicio Exterior* (2005), além do Regulamento interno e suas demais resoluções.[2] De maneira, geral, as mudanças na organização e regulamentação do serviço exterior venezuelano visaram a adequar a atuação do Ministério aos objetivos internacionais previstos na Constituição Bolivariana.

Desde que Chávez assumiu a presidência, seis ministros ocuparam a pasta das relações exteriores. O ritmo das trocas, intenso nos primeiros anos e bem menor a partir de 2004, revela o quanto a Política Externa acompanha as fases de turbulência e de estabilidade da política doméstica, assim como

2 De uma maneira, geral, as mudanças na organização e regulamentação do serviço exterior venezuelano visaram a adequar a atuação do Ministério aos objetivos internacionais previstos na Constituição Bolivariana.

o embate ideológico que se deflagra em torno daquela no interior da sociedade:

> Los cambios que enfrentaba el MRE para el año 2000 incluían una organización adecuada a los nuevos principios constitucionales de Democracia Participativa y a las tendencias internacionales. Así, con la llegada de la Ley del Servicio Exterior de 2001, el MRE se vio afectado integralmente en su composición e inmediatamente trajo como resultado una lucha gerencial entre quienes apoyaban las tendencias institucionales tradicionales y quienes apoyaban las modernas. Esa lucha gerencial estallaría efectivamente en abril de 2002 cuando "Unos embajadores se sumaron al golpe, otros arremetieron contra los despachos y el resto simplemente guardó silencio (TORREALBA, 2006, p.161).

Depois das mudanças constitucionais, as que mais afetaram a diplomacia venezuelana vieram em 2001, quando aprovada a *Ley del Servicio Exterior*. Em 2001, ajustou-se a quota anterior de 60% para 50% de embaixadores que poderiam ser designados pelo presidente. Mas em 2005, quando ocorreu uma nova reforma da mesma lei, em seu artigo 57, o presidente poderia designar 100% dos embaixadores das missões diplomáticas, missões permanentes em organismos internacionais e das oficinas consulares da Venezuela. Segundo a pesquisadora Maria Tereza Romero (2008), a diplomacia venezuelana promoveria a politização do serviço exterior através de sua

"desprofissionalização", o que seria sintomático da radicalização ideológica do atual governo. Segundo Romero, apenas 16% dos embaixadores venezuelanos são de carreira.

Mais relevante para nosso objeto de estudo foram as mudanças ocorridas em 2004, com o advento da *Reforma Parcial del Reglamento orgánico de Relaciones Exteriores* que foram implementadas em 2005, quando efetuada uma mudança parcial referente às hierarquias dentro do MRE. A mudança ocorrida se refere à criação de vice-ministérios destinados às diferentes regiões do mundo, com o objetivo de descentralizar as decisões sobre cada uma delas e que antes se concentravam na *Comissão Assessora,* diretamente ao *Despacho del Ministro*. Ao todo foram criados cinco vice-ministérios: 1) África; 2) América do Norte; 3) Ásia; Oriente Médio e Oceania; 4) Europa; 5) América Latina e Caribe. Essa divisão visava, por um lado, a especializar a política exterior do país de modo a torná-la mais pontual e eficaz no alcance de seus objetivos e, por outro, a promover a "projeção da estratégia nacional", não apenas no nível da região, mas no âmbito extracontinental (MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LAS RELACIONES EXTERIORES, 2004).

Em síntese, além das mudanças constitucionais apontadas acima, percebe-se que desde a ascensão política de Hugo Chávez, o Ministério das Relações Exteriores se fortaleceu. Passou a acumular novas funções relativas à planificação, formulação, execução, coordenação e harmonização da Política Externa. Cabe destacar que todas são fruto das mudanças constitucionais e de leis e regulamentos específicos do próprio MPPRE, o qual agora tem a missão de harmonizar *las acciones de los diversos órganos del Estado, en lo que concierne*

a las relaciones internacionales, a objeto de propiciar una posición estratégica, consecuente con la defensa del Interés Nacional (TORREALBA, 2006, p.164).

Quadro 1 – Funções do MPPRE Venezuelano

Funções do Ministério de Relações exteriores			
Planificação	**Formulação**	**Execução**	**Coordenação e harmonização**
Organizar, elaborar, orientar e coordenar a execução de planos para a consecução dos objetivos nacionais em âmbito nacional e de acordo com os princípios constitucionais da Política Externa.	Formulação conceitual e programática da Política Exterior.	Responsável, a nível nacional e internacional, pela execução da Política Exterior através da sede central e de suas representações no exterior.	Cabe ao Ministério coordenar e harmonizar as necessidades de diferentes atores públicos e privados que têm interesse na ação internacional do país.

Fonte: Elaboração própria.

Fundamentos de Política Externa: Documentos oficiais

Quando Hugo Chávez assumiu a presidência da República, a Venezuela passava por uma profunda crise econômica. O governo concentrou todas as suas atenções para o alcance da estabilidade macroeconômica, e, em função disso, a Política Externa não teve maior destaque. O sucesso da nova administração dependia, em grande parte, do alcance da estabilidade macroeconômica. Na época foi proposto o *Programa Económico de Transición de 1999-2000*, no qual

se destacava a necessidade de um ajuste fiscal, do combate à inflação e da adoção de novas políticas nas áreas cambial e monetária. O plano em questão tinha caráter ortodoxo e a política econômica do novo governo ainda se assemelhava àquela empreendida por governos anteriores, duramente criticados por Chávez.

Mas, mesmo com a centralidade conferida aos problemas domésticos, o *Programa Económico de Transición* prenunciava as primeiras diretrizes da Política Externa do novo regime. Naquele documento, explicitava-se a necessidade do país aproveitar melhor suas vantagens comparativas em clara alusão a seus abundantes recursos naturais, e o grande interesse pelos blocos econômicos, *Comunidad Andina de Naciones* (CAN), MERCOSUL, Grupo dos três e Caricom (Comunidade do Caribe). (GOBIERNO DE VENEZUELA, 1999).

A partir de 2001, alguns delineamentos da Política Externa se tornaram mais nítidos, principalmente, aqueles que se referem à defesa de uma ordem internacional multipolar. Naquele ano, foi lançado o documento *Venezuela Construye su camino: 2001 Año de decisiones para grandes logros* que traçou os seguintes objetivos para a Política Externa: a) posicionamento soberano do país no cenário internacional; b) incentivo ao fortalecimento de organizações internacionais de países em desenvolvimento; c) estreitamento das relações com países das regiões caribenha, andina e amazônica; d) diversificação das relações internacionais mediante acordos energéticos com países extra-hemisféricos como França, China e Rússia; e) defesa dos preços do petróleo e fortalecimento da OPEP. A busca por uma melhor inserção regional e pela diversificação de suas relações internacionais pode ser vislumbrada através

do incremento do comércio entre a Venezuela e outros países da região. Além disso, nesse documento, o governo reafirmou as bases ideológicas da revolução como "humanista e bolivariana", abrindo caminho para a futura criação das *Misiones bolivarianas*, e a projeção do regime particularmente no cenário latino-americano. Ainda naquele mesmo ano, foi lançado, para o período 2001-2007, o *Plan de desarrollo económico y social de la nación* determinando que, no âmbito das relações exteriores, o país retomaria sua vocação integracionista, dando prosseguimento à estratégia de cooperação internacional com outros países (p.9). No capítulo intitulado "equilíbrio internacional", a defesa da soberania nacional e a promoção de um mundo multipolar foram definidos, mais uma vez, como objetivos primordiais para a agenda externa do país.

> Finalmente, con un carácter estratégicamente crucial, se está fortaleciendo la soberanía nacional, definiendo un perfil internacional propio, fundamentado en una visión multipolar de las relaciones internacionales, que permita que éstas se desenvuelvan sobre la base de la simetría y reciprocidad entre las naciones (GOBIERNO DE VENEZUELA, 2001b, p.15).

No *Plan de desarrollo* (GOBIERNO DE VENEZUELA, 2001b, p.155-160), ainda estava previsto o estabelecimento de duas etapas para a implementação do projeto conhecido como Revolução Bolivariana. A primeira delas, denominada Década de Prata, estender-se-ia de 2001 a 2010, já a segunda fase, conhecida como Década de Ouro, dar-se-ia entre 2011 e 2020, quando ocorreria a consolidação do processo

revolucionário. Dos objetivos de Política Externa apresentados no texto destacam-se: a) a promoção da democracia participativa fora do país; b) o apoio ao processo de paz regional (em clara alusão aos conflitos na vizinha Colômbia); c) a integração regional baseada em uma identidade comum entre os países (identidade latino-americana; andina ou bolivariana; caribenha); d) a integração política e cooperação militar; e) a aproximação em relação a outros países e regiões do globo; f) o fortalecimento dos laços Sul-Sul.

A partir da análise dos documentos lançados nos dois primeiros anos de governo, é possível destacar, na agenda externa do governo Chávez, os aspectos concernentes à defesa de uma ordem internacional multipolar e solidária, especialmente, com países subdesenvolvidos e com as nações latino-americanas, a promoção de uma identidade comum entre os países da região, com uma nítida fundamentação ideológica de esquerda e o resgate da doutrina das múltiplas identidades na definição das prioridades regionais.

Após um interregno de dois anos, caracterizados pela crise de governabilidade, radicalização e polarização política do país, foi lançado, em 2004, *El Nuevo Mapa Estratégico* (GOBIERNO DE VENEZUELA, 2004). O novo documento, além de recuperar preceitos já delineados nos primeiros anos de governo, detalha e sistematiza uma série de intervenções feitas pelo próprio presidente, dentro de um cenário marcado pela consolidação do governo Chávez e pelo fim das turbulências derivadas da tentativa de golpe, em 2002, e do paro petroleiro de 2003. Nele, o contexto internacional é analisado a partir de uma ideia norteadora: o horizonte benéfico que se abre para uma maior inserção internacional

da Venezuela, com o advento de uma ordem multipolar, fruto do declínio estadunidense e da ascensão da Europa (p.23).

Neste documento, é possível perceber mudanças significativas no próprio campo discursivo, em que se destaca a adoção de uma linguagem mais confrontacionista e cética em relação aos Estados Unidos e sua posição no hemisfério ocidental. O presidente demonstrou certo temor pelo endurecimento da Política Externa estadunidense após os atentados de 11 de Setembro de 2001, já que isso afetou a agenda norte-americana para a região com impacto para o avanço de sua Revolução Bolivariana.

Comparativamente aos documentos anteriores, *El Nuevo Mapa Estratégico* está carregado de simbologias e referências à realização de uma verdadeira "revolução socialista" no país. Pela primeira vez, menciona-se a necessidade de conformação de uma economia socialista na Venezuela (p. 29). Os termos bolivarianismo, humanitarismo, terceiro-mundismo e militarismo aparecem com frequência, e de maneira contundente, ao longo de todo o documento. Quanto ao militarismo, por exemplo, salienta-se a necessidade de se formar uma aliança entre setores civis e militares, como já era previsto pelo *Plan Bolívar* (2000), um dos primeiros programas sociais desse governo. O documento apresenta uma leitura, bem sistematizada, da dinâmica geopolítica regional, considerando a existência de três diferentes eixos (p. 25). O primeiro deles, denominado *Eixo Contraposto Brasília, Caracas e Buenos Aires*, estaria constituído pela aliança entre a Venezuela e dois importantes países da região, Argentina e Brasil, num claro reconhecimento do peso destas duas economias e do papel de ambas no MERCOSUL – objeto de grande interesse por

parte do governo Chávez. Justamente por isso, para o presidente venezuelano, existiria um grande esforço dos EUA para desestabilizar essa importante aliança na região.

O segundo seria o *Eixo Bolívar* formado pelas bacias hidrográficas dos rios Orinoco, Amazonas e Rio da Prata, abarcando a região andina, a amazônica e o Cone Sul. Por sua própria abrangência, a partir deste eixo seriam maiores as possibilidades de regionalização da Revolução Bolivariana, e a constituição de um contrapeso à presença e influência norte-americanas, principalmente na região andina.

Por último, existiria um eixo comandado pelo próprio Pentágono, composto por seus aliados, importantes interlocutores dos Estados Unidos na região. Sendo formado por Bogotá, Lima, Santiago e, até a data em que o documento foi lançado, por Quito e La Paz, cooptados, posteriormente para o eixo Bolívar. Estes países, naquela época, mantinham fortes laços políticos e comerciais com os EUA, em detrimento de um projeto de integração regional autônomo.

Em 2007, já no segundo mandato de Chávez, foram lançados novos documentos oficiais sobre Política Externa. Dessa vez, foi explicitada uma proposta de integração regional que, extrapolando a área comercial, buscaria o estabelecimento de laços de solidariedade com base em projetos de cooperação, financiados pelos recursos do petróleo. Embora o termo "solidariedad", associado a programas de assistência, ter sido amplamente utilizado pelos governos do modelo *puntufijista*, na década de 1970, na política desenhada pelo governo Chávez, o sentido do termo é de natureza notadamente distinta. As diferenças atualmente encontram-se não apenas no volume de recursos comprometidos na Política Externa, mas

na sua projeção continental e internacional, assim como no conteúdo político das alianças que envolvem, e nas dimensões culturais e simbólicas que promovem.

Com efeito, em documento elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, intitulado *Marco filosófico de la nueva integración del sur* (GOBIERNO DE VENEZUELA, 2007), o governo, ao tempo de defender a necessidade de um projeto de desenvolvimento endógeno (p. 23), afirma que a projeção externa da Venezuela deveria ter alcance mundial, objetivando impulsionar um comércio internacional mais justo e um novo modelo econômico produtivo, humanista, alternativo e sustentável, tendo por alicerce a integração energética. No documento, aponta-se, ainda, para a existência de dois processos de integração regional em curso na região. O primeiro deles, marcado por processos de integração nos moldes do MERCOSUL ou mesmo por países que optariam pelo fortalecimento deste bloco priorizando a cooperação e integração econômica. O segundo, capitaneado pela própria Venezuela, iria além da cooperação comercial, e implicaria na união política dos países da região. Os Estados favoráveis a este último projeto são os mesmos que vieram a compor o Eixo Bolívar e que também fazem a ALBA (Alternativa Bolivariana para as Américas), ou seja, Bolívia, Cuba, Venezuela, Equador (a incorporação da Nicarágua, não citada no documento, dar-se-á mais tarde). De acordo com o próprio Ministério das Relações Exteriores, este seria o *Processo Integrador Solidário Humanista* em que se é reconhecido o papel da sociedade civil na conformação de uma “Diplomacia dos Povos.” Em verdade, trata-se de um plano estratégico para o estabelecimento de uma *união entre os povos,* que incluiria um projeto nas áreas alimentar, de saúde e desenvolvimento econômico.

Por fim, o referido documento destaca a necessidade de coordenação das Forças Armadas da região para se criar um bloco de poder autônomo na América Latina.

As bases éticas e teóricas da Política Externa venezuelana também foram definidas no documento *Proyecto Nacional Simón Bolívar y La Venezuela Socialista (2007-2013)*. Nele, afirma-se que os fundamentos teóricos e ideológicos da Política Externa venezuelana caracterizam-se pela fusão de correntes humanistas do socialismo com a herança histórica de Símón Bolívar, o grande herói nacional (GOBIERNO DE VENEZUELA, 2007).

Além do resgate de elementos provenientes de uma Política Externa ativa, que vigorou no país há cerca de três décadas, agregaram-se elementos como o socialismo e a solidariedade. Nesse projeto, encontram-se também as diretrizes para o que se convencionou chamar *Nueva Geopolítica Internacional*, que procuraria romper com a subordinação dos países latino-americanos em relação aos interesses econômicos e políticos estadunidenses na região, através da construção e articulação de novos polos de poder geopolítico, incluindo um maior intercâmbio cultural e científico entre os países. No bojo desse processo, seria vital para a Venezuela uma aproximação com o MERCOSUL, a conformação da *Comunidad Sulamericana de Naciones* e a consolidação da própria ALBA.

Considerações finais

Através deste breve trabalho, procurou-se estabelecer os elementos centrais que indicavam uma mudança de orientação da Política Externa venezuelana ao longo da última década e que, ao mesmo tempo, permitiram estas mudanças no plano legal a partir de uma nova constituição para o país e das reformas realizadas no âmbito do MPPRE.

Os diversos documentos oficiais que pontuaram os novos rumos seguidos pelo atual governo em sua Política Externa são um indicativo das mudanças de orientação, estratégias e fundamentos que se delinearam no governo Chávez.

Referências

GOBIERNO DE VENEZUELA. El Nuevo Mapa Estratégico 2004. Disponível: http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html. Acesso em: 01 jul. 2009.

______. Marco filosófico de la nueva integración del sur 2007. Disponível em: http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html Acesso em: 01 jul.2009.

______. Programa Económico de Transición 1999. Disponível em: http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html. Acesso em: 01 jul.2009.

______. Venezuela Construye su camino: 2001 Año de definiciones para grandes logros. 2001a. Disponível em: http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html Acesso em: 01 jul.2009.

______. Plan de desarrollo económico y social de la nación. 2001b. Disponível em: http://www.minci.gob.ve/libros_folletos/6/p--13/tp--30/libros_folletos.html Acesso em: 01 jul.2009.

______. Proyecto nacional Simón Bolívar y la Venezuela socialista. 2007b. Disponível em http://www.cendit.gob.ve/uploaded/pdf/Proyecto_Nacional_Simon_Bolivar.pdf. Acesso em: 01 jul.2009.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LAS RELACIONES EXTERIORES. Reforma Parcial del Reglamento orgánico de Relaciones Exteriores. Caracas. 2004.

ROMERO, Maria Tereza. Comunicação no seminário: Ten Years of Venezuelan Foreign Policy: Impacts on the hemisphere and the world. Florida International. University, Miami, FL, May 29, 2008.

SILVA, Elsa Cardoso; ROMERO, Carlos; ROMERO, Maria Teresa. La Política Exterior en las constituciones de 1961 y 1999: una visión comparada de sus principios, procedimientos y temas. Caracas.Revista Venezolana de Economía y ciencias sociales. v. 9, n 1, ganar, p. 163-183, 2003.

TORREALBA, Alfredo Afonso. Enfoque de la neodiplomacia en Venezuela. Ministerio de Relaciones Exteriores de la República Bolivariana de Venezuela. Periodo 1999-2005. Caracas. Instituto de Altos Estudios Diplomáticos Pedro Gual. 2006.

VENEZUELA. Constitución de la República Bolivariana de Venezuela. 1999. **Georgetown Political Data Base of Americas**. Disponível em: http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Venezuela/ven1999.html. Acesso em: 02 out. 2011.

VENEZUELA. Constituição da República Federativa da Venezuela 1961. **Georgetown Political Data Base of America.** Disponível em. Disponível em: http://pdba.georgetown.edu/Constitutions/Venezuela/ven1961.html. Acesso em: 02 out. 2011.

“Voz a los que no la tienen”: *a integração regional no olhar bolivariano da Telesur*

Silvia Garcia Nogueira

Resumo

A rede multiestatal de comunicação Telesur, sediada na Venezuela, desde sua criação (2005) apresenta como slogan “Nuestro Norte es el Sur”, defendendo, como vocação social, a informação “veraz e oportuna” como um direito dos povos e, como objetivo principal, a transformação social baseada no ideal bolivariano de integração regional. A Telesur opera, assim, em consonância com a estratégia midiática desenvolvida pelo presidente Hugo Chávez, idealizador da rede, para quem o bolivarianismo a ser construído pressupõe o fortalecimento da identidade latino-americana formada pela pluralidade de vozes dos povos, em especial “a los que no la tienen”. Este artigo pretende, portanto, discutir o modo como o tema da integração regional vem aparecendo no site Telesurtv.net.

Abstract

The multistate communication network Telesur based in Venezuela since its foundation (2005) has as its slogan "Nuestro Norte es el Sur"/ "Our North is South", advocating, as a social purpose, the information"truthful and timely" as a right of peoples and, as its main objective, a social transformation based on the Bolivarian ideal of regional integration. Telesur operates in line with the media strategy developed by the President Hugo Chávez, founder of the network, for whom the Bolivarianism to be built requires the strengthening of Latin American identity formed by the plurality of voices of people, in particular "a los que no la tienen"/ "to whose who do not have it". This article therefore aims to discuss how the theme of regional integration has been appearing on the website Telesurtv.net.

Introdução

A integração latino-americana, há mais de um século, vem se constituindo como uma importante e recorrente questão regional. Ao longo do tempo, a discussão política sobre sua efetividade tem englobado aspectos administrativos, políticos, econômicos e socioculturais. Atualmente, o presidente venezuelano Hugo Chávez talvez se constitua como um dos principais líderes a empunhar tal bandeira, dentro do chamado movimento bolivarianista (ou neo-bolivarianista).

Por meio de falas públicas e de promoção de ações burocrático-formais, o presidente Chávez reforça política e simbolicamente esse desejo quando a Venezuela passa a ser

institucionalmente denominada República Bolivariana da Venezuela (RBV) [1]. Tendo a comunicação social como um dos pilares de seu governo, a integração regional aparece constantemente como tema a ser difundido junto às massas. Para isso, vem empreendendo uma série de estratégias consonantes com suas aspirações de singularização e fortalecimento regional. Entre elas, a criação da rede multiestatal Telesur, e de outros veículos, como a VTV (Venezoelana de Televisón) e a Vive TV, subordinados diretamente ao *Ministerio del Poder Popular para la Comunicación y la Información*.

Diante do papel que o jogo político-midiático desempenha para os ideais bolivarianos chavistas, pretende-se aqui tecer uma pequena discussão sobre o modo como a Telesur vem atuando desde sua criação para a construção de um ambiente cultural propício à ideia de uma região integrada em suas múltiplas dimensões. O suporte para esta análise é uma pesquisa que vem sendo desenvolvida desde 2006, com o acompanhamento do site da rede, a Telesurtvnet.com.

Assim, este artigo abordará algumas questões relacionadas aos processos de integração regional, ao campo midiático na América Latina, ao contexto de criação da Telesur e ao modo como a rede vem atuando, dentro de uma estratégia política mais ampla de dar “voz a los que no la tienen”.

---

1 Para um entendimento mais detalhado desse processo, ver Lander (2005).

A Integração Latino-Americana[2]

Durante o século XIX, como nos lembra Saraiva (2007, p.114), existiam duas formas de pan-americanismo defendidas politicamente: o bolivarianismo, que tomava como base os ideais unificadores de Simon Bolívar e propunha a formação de uma confederação interamericana de Estados; e o monroísmo, que se inspirava na Doutrina Monroe[3].

De acordo com a autora, dessas duas visões vigentes na época, é o bolivarianismo que tem até hoje "um papel importante no campo das ideias da América Latina, na percepção que as sociedades latino-americanas têm de si mesmas e nas reflexões que incentivaram os processos de integração regional e sub-regional" (SARAIVA, 2007, p.114-115).

Citando Vigevani (2005), Saraiva ressalta que a noção de integração se baseava na época em um sentimento proveniente de "uma herança colonial relativamente comum, de alguma identidade nas formas de alcançar a independência; portanto, de uma genérica percepção coletiva de unidade política". Do ponto de vista dos resultados concretos, os autores apontam que já no decorrer do século XIX, o bolivarianismo deixou transparecer suas lacunas e foi deixado de lado pelos países da região.

2 Esta discussão, posta de modo ampliado, está presente em Nogueira 2009.

3 Baseada na frase "América para os americanos", a doutrina foi apresentada pelo presidente Monroe, em 1823, com o objetivo de garantir que as metrópoles europeias não interviessem na região (SARAIVA, 2007, p.114).

A retomada com mais força pela RBV no contexto do século XXI pode ser explicada por outra interpretação sobre o papel do "bolivarianismo". No enfoque fornecido por Muller-Rojas (2001), não se trata nem de uma doutrina nem de um corpo teórico a ser utilizado para solucionar os problemas reais que a sociedade enfrenta, mas de um espaço no qual é atribuído um conteúdo metafórico à sociedade venezuelana. Nessa mesma linha, Lander (2005, p.195), relaciona-o mais a um "conteúdo simbólico integrador de reconstrução do sentido da história nacional e continental do que conteúdos propriamente ditos de um projeto político ou econômico para o país".

Longe, no entanto, de constituir-se sem um respaldo concreto, o ideal de integração passa a ganhar um sentido formal alinhado aos ideiais bolivarianistas a partir da Constituição de 1999, como aponta Renata Oliveira, em outro artigo desta coletânea. Para a autora, se na Constituição de 1961, a ênfase era dada à integração meramente econômica, na de 1999, suas possibilidades são ampliadas – tendo como base a ideia de uma identidade compartilhada pelos países – e passam a orientar a poltítica externa venezuelana.

No que se refere ao papel dos meios de comunicação de massa nesse processo, é interessante observar que o discurso midiático homogeneizador de integração regional baseia-se na veiculação de símbolos e valores compartilhados por Estados que supostamente teriam um passado (experiências e memória) e um presente (ocupação de uma posição não-hegemônica na América) comuns. É precisamente nessa dimensão que tal ideal bolivariano de construção cultural de uma identidade latino-americana se coloca. Do mesmo modo, também

é nela que se engendra a possibilidade de objetivação cultural do plano simbólico, no qual os discursos ou enunciados que carregam valores e interesses se transmutam em realidades culturais – vividas e compartilhadas pelos membros da comunidade.

Comunicação de massa e visibilidade na América Latina

Nos anos 1980, uma das características da América Latina no campo da comunicação de massa era uma forte presença de veículos e redes estrangeiras. Produtores de discursos relativamente unificados, esses meios de comunicação tornam-se importantes para a legitimação do imperialismo cultural e para o processo consumista, conforme a visão de Guareschi (2001).

Na atualidade, a tendência latino-americana vem sendo o surgimento de veículos de comunicação mais "localizados", com atuação a partir de parâmetros regionais ou locais para a produção de discursos próprios e divulgação de conteúdos produzidos sob perspectivas com características êmicas. Além de rádios, jornais e televisões comunitárias – e da internet –, vê-se iniciativas de implementação de veículos e redes de comunicação públicas (como a extinta TV Brasil – Canal Integración e a Telesur), comprometidas com a transmissão de conteúdos relacionados pela diversidade cultural regional, e também doméstica, servindo explicitamente como alternativa à visão externa dos veículos e redes estrangeiras.

De acordo com Mota (2004, p.78), há uma tendência atual à vinculação do "exercício da política e a comunicação

eletrônica ao desenvolvimento de processos sociais". A autora lembra que as televisões públicas em geral foram criadas como projetos nacionais com o objetivo de integração simbólica dos países latino-americanos.

A crescente utilização estratégica dos meios de comunicação por distintos governos pode ser entendida, então, como resultado de mudanças sociais mais profundas quanto ao modo de percepção do mundo e às formas de interação. Os veículos de massa transformaram-se em importantes mediadores sociais. Desse modo, a utilização da mídia massiva como transmissora de diversos conteúdos por distintos agentes sociais, em geral, objetiva a visibilidade de discursos, temáticas, valores e posicionamentos políticos na esfera pública, com impactos sobre a formação de opinião pública, em âmbitos nacionais e internacionais.

Nesse sentido, os papéis desempenhados pela mídia e pela opinião pública relacionam-se diretamente com a construção de um ambiente social em que políticas de distintas naturezas são formuladas e empreendidas. Assim, os discursos midiáticos, políticos, diplomáticos, empresariais, militares e acadêmicos são essenciais na construção de representações coletivas internas e externas sobre um Estado, e a identidade nacional a ele relacionada.

Em parte, isso seria explicado pelo fato de que viveríamos em uma "sociedade do espetáculo". Expressão cunhada por Debord (1997), esse tipo de sociedade seria caracterizada pela avidez do público pelo espetacular; pela visibilidade que a mídia possibilita aos vários agentes sociais que, por sua vez, dominam códigos midiáticos que tornam os assuntos adequados à lógica do espetáculo; pelas ações sociais que incorporam

a dimensão midiática; e pela interpretação de que a "realidade" é a "realidade" criada pela mídia.

Ou, posto de outro modo, "o mundo vira espetáculo do espetáculo da comunicação" (BLANCHOT, 1978, p.359 *apud* CHAUÍ, 2006, p.34). Portanto, segundo Blanchot, o cotidiano já não pode ser alcançado, uma vez que já não corresponde mais àquilo que se vive, mas ao que se olha, que se mostra. O mundo inteiro passa a ser oferecido sob a forma do olhar, e a consequência é a despolitização (CHAUÍ, 2006, p.34). Assim, a partir do século XX, a sociedade passa a ter como tríade sagrada a informação, o entretenimento e a educação para as massas.

A Telesur

A rede latino-americana de comunicação, Telesur, é uma sociedade multiestatal (Venezuela, com maior participação, seguida por Argentina, Cuba, Uruguai e Bolívia), com sede na RBV. Criada em 2005 e inaugurada no dia 24 de julho, como comemoração do aniversário de Simon Bolívar, a rede desde o início deixou claro seu comprometimento com os ideiais bolivarianos, explicitando sua missão como a "serviço da integração das nações e povos da América Latina e Caribe".

Tendo como principal referência de oposição os Estados Unidos e a "mídia imperialista", vem se autodefinindo como meio latino-americano com vocação social para "liderar y promover los procesos de unión de los pueblos del SUR", este entendido como "concepto geopolítico que promueve la lucha de los pueblos por la paz, autodeterminación, respeto

por los Derechos Humanos y la Justicia Social". Assim, a idéia de Sul (*Sur*), mais do que uma concepcção geográfica, adquire sentido ideológico, tendo em vista possibilidades políticas de diálogo e união entre países que compartilham mesmas experiências, e de resistência ao seu oposto, o "Norte".

No portal da rede, o objetivo da integração regional a partir da formação de uma identidade latino-americana única construída por uma pluralidade de vozes é explicitada pela Telesur em sua autoapresentação:

> **Nuestra visión**
>
> Ser un multimedio y multiplataforma de servicio público con cobertura global que, desde el SUR*, produce y divulga contenido informativo y formativo para una base de usuarios amplia y leal; con una visión integradora de los pueblos.
>
> (...)
>
> **Compromiso**
>
> - Sentimos satisfacción y pasión por brindar los mejores contenidos, productos y servicios impulsados por nuestra identificación y lealtad con la organización y el orgullo de pertenecer a su colectivo de trabajadoras y trabajadores.
> - Atendemos con respeto las necesidades de nuestras audiencias, orientándonos permanentemente a su satisfacción y a superar sus expectativas.
> - Actuamos con transparencia, facilitando el acceso a la información veraz y oportuna en el ejercicio de nuestras funciones.

- Nos comprometemos con nuestra Misión y Visión manteniendo la consistencia *entre los que decimos y hacemos.*

(...)

Vocación social (...)

- Formamos parte de las nuevas sociedades progresistas en construcción y contribuimos activamente en su desarrollo y bienestar colectivo. (...)

Transformación social

- Somos agentes de transformación, influyendo e inspirando a otros, *creando espacios de comunicación e intercambio para fortalecer la integración regional, la participación protagónica de sus pueblos y la suprema felicidad social*.
- *Servimos como ventana de nuestra América para el mundo dándole voz a los que no la tienen* [grifo nosso]. (http://www.telesurtvnet)

A partir desses conteúdos visíveis, pode-se perceber, então, o modo como o discurso bolivariano está presente na combinação da expressão "integração regional" com "participação protagônica dos povos" e "suprema felicidade social". E mais: a experiência não serve somente para a América; a Telesur está a serviço do "mundo", ao "dar voz aos que não a possuem". Precisamente aí reside a estratégia político-ideológica da possibilidade do diálogo do "Sul", no sentido por eles anteriormente definido, contra o "Norte".

Cabe ressaltar que a rede de comunicação possui mais de 30 parcerias do "Sul" com emissoras distintas – a TV Brasil e a Al-Jazeera (Qatar) são algumas delas. O conselho consultor é integrado por intelectuais latino-americanos e internacionais de prestígio. Idealizada pelo presidente venezuelano Hugo Chávez, desde antes de sua inauguração, a Telesur foi duramente criticada pelo governo americano, sendo comparada à Al-Jazeera, "rede terrorista".

No âmbito regional, semelhantemente, tanto a TV Brasil – Canal Integración (que deu lugar a TV Brasil Internacional, em 2009) – quanto a Telesur surgem relativamente na mesma época atreladas a uma perspectiva que pressupõe "a integração como condição para chegar ao desenvolvimento", segundo Pereira (2006, p.119), e inseridas em um contexto de disputa pela liderança latino-americana. Para o autor (p. 119-120), que fez uma análise cuidadosa da rede brasileira pouco depois de sua criação, para ela se tornar uma referência no mercado e "um agente de fomento à integração" é preciso: 1) ser uma TV pública de qualidade; 2) que a política externa brasileira oriente o "enfoque a ser dado à integração"; 3) *tomar a própria Telesur como referência* [grifo nosso], espelhando-se em sua estratégia de distribuição de sinal na região (considerada bem-sucedida).

Empreendendo uma análise comparativa mais ampla no que se refere aos sistemas públicos de comunicação na America Latina e demais regiões, a Intervozes (2009, p.26-46) trabalha com a seguinte classificação da mídia pública: elitista, pública não-estatal, pública como alternativa à mídia comercial, culturalista e como aparelhos de Estado. No caso da Empresa Brasileira de Comunicação, a mídia pública no

Brasil estaria situada "como um espaço situado entre o mercado e o Estado" (p. 45), e no caso venezuelano, contrariando uma tendência maior de aproximação com o modelo comercial, o sistema seria marcado por uma "forte presença estatal" (p.255).

O fato é que no que se refere a Telesur, a rede multiestatal vem se consolidando cada vez mais na América Latina, com grande capacidade de reinventar-se e criar fatos novos que reforcem seus ideais bolivarianos de integração regional. Ao lado de transmissões de conteúdos provenientes de vários países, revelando "a pluralidade de vozes" da região, conteúdos de cunhos políticos e simbólicos fortes – como a exibição dos supostos restos mortais de Simon Bolívar, no mês de julho de 2010, por exemplo –, tão preciosos ao ideal integracionista, parecem ajudar ao fortalecimento dos fatores necessários ao sucesso de que fala Pereira.

"Latinoamérica para los latinoamericanos", Telesur para o mundo

Na coluna *Opinión*, da Telesurtv.net, de 06/02/2012, artigo intitulado "*América Latina: Proyecto en construcción*" (**http://www.telesurtv.net/articulos/america-latina-proyecto-en-construccion**), assinado por Carlos Chacho Álvarez –Secretário Geral da *Asociación Latinoamericana de Integración* (ALADI)–, expressa claramente os posicionamentos políticos da rede e, em última instância, do próprio governo chavista.

A partir de uma análise da atual conjuntura na qual a América Latina vive – segundo o autor, um período de

declínio dos Estados Unidos e de crise européia –, o texto defende a ideia de que a região deve aproveitar-se de todas as dimensões do momento. Em destaque, principalmente aquela relacionada a acordos regionais e parciais que permitam "la vertebración de un espacio común integrado" a partir de um grande mercado interno ampliado, que, de acordo com Chacho Álvarez, ao lado dos recursos naturais, seriam os principais atributos da região. Quanto aos aspectos culturais integrativos, tratar-se-ia de convergências quase naturais, visíveis e viáveis.

A ideia formalizada de integração bem-sucedida seria a presente no modelo da CELAC (Comunidade de Estados Latinoamericanos y del Caribe). Segundo o autor, "si la pretensión es ir hacia algo así como 'Latinoamérica para los latinoamericanos', la primera opción es buscar cómo se diseña y articula, más allá y más acá de la inserción externa que haya elegido cada país, un espacio común más integrado".

Para isso, seriam necessários "paciencia" e "muchas energías" para a exploração de complementariedades comerciais e produtivas com projetos de desenvolvimento e de inserção externa. A consequência política seria justamente um espaço onde todos ganhariam – os países no âmbito externo e os diversos povos que compõem a região –, apesar da diversidade interna que a caracteriza. Para o autor, a unidade latino-americana não deveria constituir-se como uma "foto de família" com unidade passada; antes, deveria projetar-se como uma comunidade de destino.

O desejo de projeção de que fala o secretário, nesse sentido, está presente desde a inauguração da Telesur. O acompanhamento do site da rede ao longo do tempo permite dizer

que os conteúdos difundidos reforçam os ideais bolivarianistas de integração, abrem espaço para camadas sociais e países "sem voz" no cenário internacional e fortalecem a possibilidade de um imaginário cultural compartilhado que entende que unidade e heterogeneidade não são termos contraditórios politicamente.

Desse modo, ao estar presente em mídias digitais, comunitárias e públicas, dirigidas para consumidores de informações locais, regionais e internacionais – dimensões cujos acessos tais meios de comunicação social possibilitam –, a Telesur pretende criar um ambiente simbólico de sentimento de familiaridade, semelhança ou experiência comum que podem gerar ações concretas no campo político e social.

Assim, dar "voz a los que no la tienen" pode ser interpretado em um duplo movimento: o de países latino-americanos que desejam ser ouvidos para além de seus limites geográficos, e o desejo de ser ouvido dos distintos povos que compõem os países da região dentro do próprio estado em que estão inseridos. Nessa direção, o desafio de integração regional sem a prevalência de um sobre o outro – ou como já dito por Chacho Álvarez –, de um projeto em que todos saiam ganhando é de mesma magnitude que o desafio imposto por um projeto social no qual todos os povos possuam vozes equivalentes mesmo que diferentes.

Ao voltar-se para o mundo, a Telesur possui como principal desafio político a atuação voltada para a construção de um espaço em que caibam distintos olhares culturais da realidade, embora todos voltados para a mesma direção – a integração latino-americana em suas múltiplas dimensões.

Referências

BLANCHOT, Maurice. **L'entrétien infini**. Paris: Gallimard, 1978.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Edição Fundação Perseu Abramo, 2006.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo.** Rio de Janeiro: Conraponto, 1997.

GUARESCHI, Pedrinho A.. **Comunicação e Poder**: a presença e o papel dos meios de comunicação de massa estrangeiros na América Latina. Petrópolis: Vozes, 2001 (13a. ed.).

INTERVOZES. Coletivo Brasil de Comunicação Social. **Sistemas públicos de comunicação no mundo**: experiências de doze países e o caso brasileiro. São Paulo: Paulus, 2009.

LANDER, Edgardo. Venezuela: a busca de um projeto contra-hegemônico". In: CECEÑA, Ana Esther (org.). **Hegemonias e emancipações no século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MOTA, Regina. Uma pauta pública para uma nova televisão brasileira. **Revista de Sociologia e Política** (Curitiba), n.22, p. 77-86, jun. 2004.

NOGUEIRA, Silvia Garcia. A identidade latino-americana e a integração regional: o projeto da rede de comunicação Telesur. **Carta Internacional**, vol. 4, p. 7-14, 2009.

PEREIRA, Rodrigo Berçot C. **No ar**: TV Brasil Integración. Dissertação de Mestrado, Centro de Desenvolvimento Sustentável, UNB, 2006.

SARAIVA, Miriam Gomes. A evolução dos processos de integração na América Latina. In: LESSA, Mônica Leite; GONÇALVES, Williams da Silva (orgs.). **História das Relações Internacionais**: Teoria e Processos. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007. p.111-132.

VIGEVANI, Tullo. Integração Latino-Americana. In: SARAIVA, Miriam Gomes; WANDERLEY, L. E. (orgs.). **Governos subnacionais:** inserção internacional e integração regional. São Paulo: EDUC, 2005.

Sites consultados

AGENCIA Carta Maior. Disponível em: <http://www.agenciacartamaior.uol.com.br>

ALTERNATIVA bolivariana. Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org>

MERCOSUR. Disponível em: <http://www.mercosur.org.uy>

TELESURTV: La Señal Informativo de América Latina. Disponível em: <http://www.telesurtv.net>

TELESURRADIO. Disponível em: <http://www.telesur-radio.net>

O VERMELHO. Disponível em: <http://www.overmelho.org.br>

Geopolítica de la Venezuela Bolivariana

Juan Agulló

Resumen

Aunque sigue siendo una gran desconocida, Venezuela, da qué hablar. Su Revolución Bolivariana promueve una política exterior anti-imperialista en el marco de una América Latina cambiante. Pese a que Washington siempre se ha sentido incómodo sigue comprando su petróleo ¿Foto fija?

'El petróleo es un arma geopolítica y estos imbéciles que nos gobiernan no se dan cuenta del poder de un país que produce petróleo'

(Hugo Chávez, en 1997)[1]

Introducción

Hugo Chávez es una estrella mediática global. Desde que llegó a la Presidencia de Venezuela en 1999 se convirtió en un habitual de los medios de comunicación. Una situación novedosa para un país al que hasta principios de siglo solía

1 Citado por Nicholas Kozloff (2006).

prestársele una atención muy discreta en la información internacional, pese a ser el séptimo del mundo con mayores reservas de petróleo probadas, noveno productor y cuarto proveedor de Estados Unidos.

Las apariencias, en todo caso, no deben engañar: que, actualmente, la prensa mundial hable de Venezuela y de su Presidente bastante más que en el pasado no quiere decir que los conocimientos globales en torno a dicho país sean mayores que antaño. Las tendencias estructurales lastran: los fondos sobre Venezuela en seis de las bibliotecas latinoamericanistas más importantes del mundo siguen resultando bastante escasos en términos comparados[2].

Peor: siete de cada diez venezolanistas extranjeros trabajan en Estados Unidos y la mayoría de los académicos venezolanos con proyección internacional tiene algún tipo de relación institucional con dicho país[3]. Consecuencia lógica:

---

2 Un estudio de fondos bibliográficos, realizado en seis de las bibliotecas latinoamericanistas más importantes del mundo (Biblioteca Hispánica de Madrid ; Bibliothèque Pierre Monbeig del IHEAL de París ; University of Cambridge Library ; Latin American Network Information Center de EEUU ; Biblioteca Central de la UNAM, México y Biblioteca Virtual del Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, Buenos Aires) arrojó los siguientes resultados comparados : Argentina, 14,944 ; Cuba, 13,591 ; México, 34,960 y Venezuela, 8,422.

3 ...y no cualquier tipo de relación : Universidades del prestigio de *Harvard, Chicago, Columbia, Stanford* o *Princeton* suelen acoger, intermitentemente, a algunos de los investigadores sociales venezolanos de mayor prestigio internacional. Georgetown ; Florida International ; Michigan ; Illinois o Iowa también lo hacen. Fuera de Estados Unidos tan solo en Gran Bretaña hay cierta tradición (fundamentalmente en Oxford y Cambridge, alrededor de sus cátedras *Andrés Bello* y *Simón Bolívar*). Existe por último, en Venezuela, un caso extremo que merece la pena

los únicos programas académicos del mundo orientados a Venezuela están en Estados Unidos[4] y la *Sección de Estudios Venezolanos* de la LASA tiene su sede en Pensilvania[5]...

Todo ello implica que – pese al anti-americanismo que caracteriza al *chavismo* – la mayoría del escaso conocimiento científico internacional sobre Venezuela siga siendo producido – o circule, al menos– por Estados Unidos. Una paradoja típica de muchos países de la periferia que, en el caso de Venezuela, se explica por una estructura académica (docente e investigadora) y editorial (bibliográfica y hemerográfica) especialmente débil en términos comparados[6].

---

ser mencionado : el 90% de los profesores a tiempo completo del IESA de Caracas (centro de formación e investigación, por excelencia, de las clases pudientes venezolanas) se ha formado y/o mantiene algún tipo de relación con Universidades estadounidenses.

4 Dicho programa forma parte del *Center for Latin American Studies* de la *Georgetown University* (http://clas.georgetown.edu) y está financiado por la –antichavista- *Fundación Cisneros* (http://www.orinoco.org/apg/fundacion.asp?lang=es). No se trata, por cierto, de la única iniciativa de este tipo : la reseñada fundación también financia una cátedra –focalizada, obviamente, en la Venezuela contemporánea- en el muy exclusivo *David Rockefeller Center for Latin American Studies* de la *Harvard University* (www.fas.**harvard**.edu/~drclas).

5 Algunos organismos internacionales también promueven trabajos periódicos sobre la realidad venezolana (el *Club de Roma* podría constituir un excelente ejemplo al respecto). Si no son aquí considerados es, bien porque sus propuestas no son estrictamente académicas ; bien porque sus metodologías son globales y no se adaptan, específicamente, a Venezuela.

6 En Venezuela hay -planteles universitarios al margen- una veintena de centros de estudio e investigación social que tienen por objeto al propio país : escaso en términos comparados. La estructura organizativa y financiera así como la de propiedad de los mismos son, además, muy variables (van desde aquellos que dependen exclusivamente del financiamiento público hasta aquellos otros que – como el CEDICE

Hay, en efecto, otros países latinoamericanos – como México, Brasil, Chile, Argentina e incluso, Cuba[7]– que al haber alcanzado un grado de desarrollo académico mayor están en mejores condiciones para construir (e incluso, distribuir) conocimiento propio en torno a sus propias realidades. A Venezuela, sin embargo, se le complica: de ahí las dependencias teóricas y como consecuencia de las mismas, las lagunas y estereotipos circulantes...

---

o el ya citado IESA- lo hacen de consorcios privados que reagrupan a, prácticamente, todos los sectores empresariales del país). Existe, por lo general, escasa coordinación entre dichos centros ; poca unificación de criterios e incluso, duplicación de funciones. Dicho escenario tiene que ver, como ha sido apuntado, con los lineamientos de una política científica nacional relativamente reciente (la puesta en marcha del CONICIT, antecedente del actual FONACIT, data de 1969) caracterizada, además, por una fuerte tendencia a la dispersión. Iván del la Vega (2003) habla de *financiación irregular ; indefinición de objetivos globales y descoordinación institucional*. En este marco, el hecho verdaderamente significativo es que hay áreas estratégicas del conocimiento nacional que, incluso actualmente, quedan sin cubrir por parte de los propios venezolanos. De algunas de ellas, se ocupan organismos extranjeros a través de, fundamentalmente, tres tipos de estrategia : 1) financiamiento a organismos locales (como, por ejemplo, PROVEA) ; 2) financiamiento a delegaciones regionales de grandes organizaciones extranjeras (es el caso de las fundaciones alemanas ; de las agencias de desarrollo europeas y norteamericanas -sobre todo, USAid ; de las cámaras de comercio anglosajonas o de otras grandes organizaciones como *Amnistía Internacional* ; *Transparencia Internacional* o *Conservación Internacional*) 3) financiamiento de las delegaciones regionales de algunas de las agencias más importantes de Naciones Unidas como el ACNUR, la FAO, la OMS, el PNUD, el Programa de Población ; la UNESCO o la UNICEF.

7 Un buen ejemplo, cuantitativo, del grado de desarrollo académico e internacionalización alcanzado por cada país podría ser el número de centros académicos afiliados a CLACSO. Para comparar, tomamos los mismos países tenidos en cuenta en la nota nº2 : Argentina, 29 ; Cuba, 15 ; México, 33 y Venezuela, 5.

La Venezuela no petrolera

Uno de los clichés más extendidos es que Venezuela es un país eminentemente petrolero. No es que sea falso: sus reservas –aunque algo exageradas– se encuentran entre las más importantes del mundo[8]. Sus ya aludidos niveles de producción son, por otra parte, los culpables de que un 25% de su PIB; un 80% de sus exportaciones y un 50% de sus ingresos fiscales dependan del petróleo.

El país sudamericano, sin embargo, es mucho más que hidrocarburos. En su subsuelo también abundan el oro, la plata, los diamantes, el hierro y el cobre. Además, pueden encontrarse otros minerales de elevado valor estratégico – como el aluminio, la bauxita o el uranio – y otros dos adicionales – como la tantalita o el torio– que aunque

8 Oficialmente, a mediados de 2007, Venezuela tenía unas reservas de petróleo probadas de 80,582 millones de barriles, lo cual ubica al país como el octavo del mundo. A partir de ahí PDVSA – que está embarcada en un proyecto de certificación de las reservas de la *Faja Petrolífera del Orinoco*- asegura que cuando culmine dicho proceso, a las reservas actuales habrá que sumarles 236 mil millones de barriles adicionales. De ser cierto ello colocaría al país con unos 316 mil millones de barriles, como primero del mundo por reservas (actualmente dicho puesto lo ocupa Arabia Saudita, con 262 mil millones de barriles) . Dicha posibilidad, sin embargo, no pasa de ser eso, una posibilidad. Más allá de las dudas sobre el posible total de las reservas del Orinoco, hay un elemento aún más inquietante : los crudos de aquella región son, sobre todo, de carácter asfáltico y aunque es verdad que los métodos de refinación mejoran, obtener la certificación internacional tampoco resulta sencillo. De no obtenerse, dichos crudos pueden venderse pero a precios muy inferiores a los de mercado y desde luego, no son considerados como *reservas probadas*…

prácticamente todavía no se explotan tienen un valor agregado cada vez mayor en los mercados internacionales[9].

Dista de ser todo: el agua es otro de los grandes insumos estratégicos con los que cuenta el país. Cerca de mil ríos, con un potencial hidroeléctrico estimado de 55 mil Mw (uno de los más altos de América Latina), surcan las fértiles y ricas tierras de un país que, en su vertiente subterránea, está drenado por una sucesión de acuíferos que cubren cerca de 800 mil kms^2 (90% del territorio nacional). Detalle clave: el país solo consume un 1% del agua que posee...

Consecuencia lógica: Venezuela, con sus 25 mil especies vegetales y más de 3 mil 200 animales, forma parte de uno de los siete ecosistemas con mayor biodiversidad del mundo. Ello implica unos elevados índices de endemismo: en el país sudamericano hay más de 200 especies únicas[10] que habitan en cuatro *clusters* – o microambientes – diferenciados,

---

9 Venezuela concentra, por ejemplo, el 12% de la producción mundial de oro y en cuanto a la potencialidad de otros recursos, sus reservas de hierro frisan los 10 mil millones de toneladas y los de bauxita los 2 mil millones... De la potencialidad de la tantalita (útil para el desarrollo de la tecnología celular) y del torio (útil como combustible nuclear de bajo costo: alternativa al uranio) habla el crecimiento exponencial de su valor agregado a lo largo de los últimos años (Roskill Information Center). A pesar de las cifras, no obstante, nadie debe llamarse engaño: aunque el aluminio es el segundo producto de exportación venezolano, no le genera al país más que un 2.2% de sus ingresos por exportaciones frente al 80% del petróleo (CEPAL, 2004).

10 En el caso de las aves, por ejemplo, en Venezuela hay hasta mil 308 especies diferentes: el 40% de todas las neotropicales conocidas (MARN, 1997).

algo de lo que no muchos países del tamaño de Venezuela pueden presumir[11].

Queda la guinda: aunque Venezuela está relativamente poco poblada (31 habitantes por km^2[12]) al tratarse de una economía eminentemente rentista con un mercado de trabajo de reducidas proporciones y un entorno geográfico conflictivo, la mano de obra abunda. Como la calificación media de los trabajadores es estructuralmente escasa y el valor del Bolívar, sucesivamente devaluado, el costo de los factores productivos resulta comparativamente bajo.

¿Cómo explicar, entonces, el monocultivo petrolero? Sencillo: formalidades al margen, la creación de Venezuela como nación es reciente. Dos pilares de su Estado moderno, como el ejército y PDVSA, fueron creados en fechas tan tardías como 1910 y 1974. Seguramente por eso hay una corriente teórica que siempre ha considerado al país como a un *Failed State* y otra, más moderada, que subraya las dificultades para la construcción de un proyecto nacional[13].

---

11 "Un *cluster* es un conjunto de atractivos turísticos, infraestructuras y equipamientos, empresas de actividades de ocio y servicios, concentrados en un espacio geográfico homogéneo en cuyo seno tienen lugar las experiencias turísticas" (THR, 2001). En el caso de Venezuela los citados *clusters* son: el área de costas e islas; la de los Andes y las dos de mayor potencial, los Llanos y sobre todo, la Guayana (que abarca todo el sureste del país, rico en recursos biológicos y mineros y pobre en población).

12 Pese a que la densidad demográfica de Venezuela es algo superior a la de Brasil (24 habitantes por km2), en términos comparativos internacionales, se puede decir que es baja.

13 *Failed State* (*Estado fallido*) es un término polémico. Acuñado por la Ciencia Política estadounidense (Noam Chomsky – 2006- es uno de sus principales y más recientes impulsores) se refiere, en principio, a Estados internacionalmente reconocidos cuyos Gobiernos centrales tienen un

El obstáculo histórico más evidente para asentar la viabilidad política del país radica en una fragilidad institucional directamente relacionada a una enorme segmentación social (tras una década de *chavismo*, sigue habiendo un 28% de pobreza). No hay, en efecto, una Venezuela sino dos. No puede decirse, sin embargo, que uno de los dos países viva a costa del otro: más bien, los recursos no son asignados con la equidad y la eficacia debidas.[14]

Un estudio que a principios de siglo pretendía promover el turismo como fuente alternativa de ingresos describe las trabas que lastran al país sudamericano: 'escasa variedad de actividades; mala cantidad y calidad de la información; bajo dominio de los idiomas; insatisfactoria relación calidad/ precio; pocas facilidades de pago; muy escasa profesionalidad del personal; pésima señalización; poco transporte y elevada inseguridad pública' (THR, 2001).

---

control práctico muy limitado sobre su propio territorio. Desde 2005, la ONG estadounidense *Fund for Peace* y la revista *Foreign Policy* publican un índice mundial anual de *Estados Fallidos*. En 2005 Venezuela ocupó el puesto 55 (de 76) ; en 2006, el 82 (de 146) y en 2007, el 103 (de 177). Independientemente de los parámetros con los que se calcula dicho índice hay datos que demuestran que, efectivamente, en Venezuela –tradicionalmente- los Gobiernos centrales han tenido un control muy limitado de su propio territorio : el 90% de la población vive, por ejemplo, en las ciudades y el 70%, en la franja costera Norte... La corriente más moderada – que no llega a considerar al país como un *Failed State* aunque sí subraya las dificultades históricas para el desarrollo de un nacionalismo venezolano- pudiera estar representada por antropólogos como Fernando Coronil (1997) o incluso militares como Emilio Fuentes (1995).

14 Asdrúbal Baptista (1997) recuerda que en Venezuela, petróleo mediante, por cada hora trabajada ¡se recibe el producto de cuatro!

En definitiva: personas, ideas y capitales encuentran serias dificultades para circular desde, hacia y por Venezuela, un país cuya economía es, no por casualidad, de las menos productivas y de las menos competitivas del mundo[15]. Pretender, en todo caso, que ello se deba a la orientación socialista del actual Gobierno carece de fundamento: la mayoría de las problemáticas son estructurales y están emparentadas con la especificidad petrolera[16].

El *chavismo* – y más allá de éste, los elevados precios internacionales del crudo – a lo único que están contribuyendo es a reforzar (o para ser más precisos, a recuperar) el papel del Estado como agente de desarrollo. En dicho marco, la evaporación – durante los últimos años– de casi dos terceras partes de la inversión extranjera directa[17], si de algo es indicativo es de un muy débil desarrollo de las fuerzas productivas, típico de una economía rentista.

15 Para muestra, un indicador: el *Informe de Competitividad Global* 2006/2007 ubica al país sudamericano en el puesto 88 del mundo, 13º latinoamericano (WEF, 2007).

16 Los cambios estructurales vienen, en efecto, de lejos. El año clave en la reciente historia venezolana fue1960 : en dicha fecha los ingresos por exportaciones petroleras supusieron – por vez primera- la mitad de las exportaciones totales mientras que, la titularidad del capital, fue – también por vez primera- mayoritariamente pública. Ambas tendencias, estructuralmente importantísimas, se debieron al hecho petrolero y no precisamente a decisiones en contra de los intereses privados. Prueba evidente de ello es que, desde entonces – y a pesar de los Gobiernos de signo contrapuesto que se han llegado a suceder- ninguna de ambas tendencias ha variado en lo esencial (Baptista, 2006).

17 Venezuela ocupa un muy discreto noveno lugar en el ranking latinoamericano de inversión extranjera directa - pese a ser el séptimo país por extensión y sexto por población: 1,144 millones de dólares en 2004 frente a 3,683 en 2001 (CEPAL, 2005).

En pura lógica capitalista, pocos emprendedores se aventurarían a producir en un país en el que –como consecuencia del hecho petrolero – la preeminencia del consumismo sobre la productividad resulta apabullante. Ese es, en efecto, el *quid* de la cuestión: la rápida monetarización de la actividad económica provocada por la renta petrolera retrae las inversiones productivas privadas. Expresado concisamente: los empresarios prefieren vender antes que producir.

Por eso el Gobierno, en un contexto de bonanza como el actual, se siente obligado a promover un arriesgado desarrollo productivo. Sus predecesores – como toda inversión en rubros no petroleros (recursos naturales o tejido industrial) tiende a redoblar las dependencias petroleras – solían preferir centrarse en la explotación de hidrocarburos reforzando así, indirecta y puede que incluso, involuntariamente, el carácter de reserva geoestratégica del país.

El factor petrolero

La IV República – creada en plena Guerra Fría, prácticamente en paralelo a la Revolución Cubana – no solo fue alumbrada a partir de dichos planteamientos sino que, como consecuencia de los mismos, reforzó el vínculo entre el *mal holandés* (que suele desarrollar toda economía dopada por un ingreso brusco y exponencial[18]) y la decisión política

---

18 *Mal Holandés* es el nombre con el que los especialistas se refieren a las consecuencias dañinas, para una economía, de un brusco – y significativo- aumento de los ingresos monetarios de un país. Dicho fenómeno toma su nombre de un artículo en el que Warner Max Corden y J. Peter

de fundamentar el crecimiento (y por ende, la creación del Estado moderno) casi exclusivamente, en el ingreso petrolero.

Dicha apuesta, sin embargo, comenzó a frisar sus límites cuando los rendimientos petroleros comenzaron a menguar dificultando la –conocida en Venezuela como – *siembra del petróleo*[19]. Se quebró entonces uno de los principios clave del consenso intraoligárquico que independientemente del régimen político regía el país desde 1918: las regalías ya no bastaban, el Estado necesitaba más ingresos y por ende, muchos más impuestos...

Ante dicho escenario, las petroleras estadounidenses[20] comenzaron a presionar en pro de una nacionalización, rápidamente asumida por una clase dirigente que terminó anteponiendo sus propias necesidades a las de un Estado en

---

Neary (1982) analizaron los efectos negativos que, para la economía holandesa, tuvo el descubrimiento – durante la década de los 1960- de grandes yacimientos de gas en el Mar del Norte. En el caso de Venezuela, obviamente, el *Mal Holandés* tiene una relación directa con los ingresos petroleros. Odalis López analizó en un artículo – en 2001- los efectos de dichos ingresos en la economía nacional durante el periodo 1973-1982.

19 Asdrúbal Baptista (2006) sostiene que el petróleo tiene dos caras, una productiva y otra improductiva. El punto de cruce entre ambas tuvo lugar tras el *choc* petrolero de 1973: a partir de ese momento el Estado incrementó la dependencia fiscal del petróleo. Con el posterior descenso de los precios internacionales, el déficit fiscal comenzó a adquirir proporciones insostenibles.

20 Inmediatamente antes de la nacionalización petrolera, la mayoría de las petroleras extranjeras presentes en Venezuela eran estadounidenses (sobre todo, Exxon, Shell y Mobil). Ninguna de ellas operaba – durante los últimos años- como tal sino a través de filiales cuyos nombres solían estar compuestos de sufijo – *ven*.

construcción[21]. Dicho desliz, aparentemente inocuo, cerró un círculo vicioso, característico de Venezuela: desde entonces el poder quedó – más que nunca – asimilado a la intermediación entre recursos naturales y exportación[22].

En parte por eso, a largo plazo, la nacionalización de la industria petrolera venezolana (emprendida en 1976, efectiva a partir de 1983[23]) no terminó resultando tan geopolíticamente determinante como se pensó. El país sudamericano continuó fungiendo, en efecto, de enorme reserva geoestratégica occidental: incluso su perfil en el

21 El incremento del gasto público durante la primera presidencia de Carlos Andrés Pérez (1974-1979), bajo cuyo mandato se nacionalizó el petróleo, fue de un 370% (Coronil, 1997).

22 Fernando Coronil plantea – frente a lo que suele ser habitual- que dicho proceso se inició, casi desde el comienzo mismo de la explotación petrolera – bajo la dictadura de Juan Vicente Gómez- hacia 1913/1914. Su asentamiento resultó, sin embargo, progresivo. La IV República, al basar su proyecto de modernización en la explotación petrolera, aceleró notablemente el proceso : 1960 fue importante puesto que en dicho año, los ingresos por exportación petrolera superaron, por vez primera, el 50%. 1976 constituyó, sin embargo, el momento clave ya que convirtió al Estado en intermediador entre las riquezas nacionales y el gran capital transnacional. Por eso a partir de entonces, no controlar la producción de petróleo en Venezuela equivale a no tener un control efectivo del poder como tal.

23 La nacionalización del petróleo venezolano no fue producto de una decisión súbita. Se trató, al contrario, de un largo proceso que arrancó en 1943. Dicho año, bajo la presidencia de Isaías Medina Angarita y bajo la inspiración política de la nacionalización mexicana (realizada por Lázaro Cárdenas seis años antes, en 1937) fue aprobada una Ley de Hidrocarburos (luego de un referéndum) que preveía la no renovación de los contratos de explotación petrolera, el último de los cuales expiraba en 1983. Carlos Andrés Pérez, por consiguiente, lo único que hizo en 1976 fue dotar de sentido político y de viabilidad económica a la medida.

cártel petrolero internacional (OPEP) terminó por tender a la moderación en los años del *Choque Petrolero*[24].

El monocultivo promovido entre 1960 y 1976 había incrementado dramáticamente los términos de la dependencia de Venezuela hacia Estados Unidos. Por eso, un acto aparentemente soberanista como la nacionalización tuvo, en realidad, efectos muy limitados: terminó propiciando una progresiva pérdida de control del país sobre sus propios recursos que prácticamente hicieron desaparecer cualquier atisbo de autonomía en el ámbito internacional.

Seguramente es ahí – y no tanto en la *Venezuelan Exception*[25]– donde hay que buscar los motivos de fondo

---

24 Venezuela jugó un importante papel en la creación de la OPEP, en 1960. De ahí en adelante y hasta la llegada de Chávez al poder, a medida que la dependencia de la economía nacional fue siendo cada vez mayor del petróleo (y específicamente, de sus exportaciones a Estados Unidos) el papel del país dentro de la organización fue moderándose.

25 La *Venezuelan Exception* (*Excepción Venezolana*) remite a un viejo debate habido en el seno del venezolanismo (sobre todo, estadounidense) entre – aproximadamente- 1964 y 1994. Steve Ellner y Miguel Tinker Salas retomaron el debate sobre dicho debate -valga la repetición- impulsando y coordinando – en 2005- un número especial (doble) de *Latin American Perspectives* titulado, precisamente, *Venezuelan Exceptionalism Revisited* (TDA: *El excepcionalismo venezolano en perspectiva*). Aseveraban en el mismo que la tendencia a considerar a Venezuela como una excepción en el marco latinoamericano se había basado, fundamentalmente, en tres criterios: 1) los recursos privilegiados del país en relación a su entorno; 2) la ausencia de conflictos, explícitos o latentes, que amenazaran a su estabilidad y 3) la existencia de una cultura política sana y un sistema político sólido. Desde su punto de vista, la *Revolución Bolivariana* habría demostrado la falsedad de todos esos argumentos. Edgardo Lander, por su parte, apunta -en esa misma revista- que, precisamente, uno de los elementos que demuestran la *no excepcionalidad* venezolana es la

de un desinterés internacional tan grande como el que ha existido hacia el país sudamericano, al menos hasta 1999. Internamente, el hecho determinante para comprender esta aparente contradicción es que la directiva asignada a PDVSA desde su fundación compartía filosofía e intereses con las petroleras extranjeras.

No es raro: sus ejecutivos, pese a ser venezolanos, habían sido formados por petroleras estadounidenses como Exxon, Shell o Mobil en el credo del – por entonces naciente – neoliberalismo. Precisamente por eso, ese pequeño grupo (de no más de 27 mil ejecutivos en sus momentos álgidos) se planteó desmontar – al principio, en pro de la eficiência – el aparato de control operativo y fiscal trazado por los sucesivos Gobiernos desde 1960.

El resultado fue, a la larga, mucho peor que el insuficiente sistema de regalías al que, en principio, pretendió complementar la nacionalización: a partir de 1983 un ente autónomo como PDVSA comenzó a crecer en el seno del Estado, internacionalizando la compañía casi en la misma medida en la que aislaba y empobrecía al país.

---

aplicación que hubo en el país de políticas económicas neoliberales, a pesar de no haber padecido – como en otras latitudes- dictaduras militares. Podría añadirse que precisamente eso fue posible por la enorme dependencia estructural –fundamentalmente, de Estados Unidos- que le implicó al país fundamentar su desarrollo moderno (casi exclusivamente) en la explotación de sus recursos petroleros. Dicha dependencia antecedería, por consiguiente, a cualquier tipo de excepcionalidad quedando como específico, exclusivamente, el petróleo, vehículo de la reseñada dependencia.

El mecanismo financiero fue muy sencillo: importación de costos; exportación de beneficios[26].

A primera vista, pareciera no tener sentido: los ejecutivos de PDVSA siempre fueron, sin embargo, extremadamente eficaces... Lo que comenzó siendo una sutil resistencia ideológica contra intervenciones gubernamentales (como la realizada, en 1983, para sostener al Bolívar) terminó convirtiéndose en lo que autores como Luis Lander o Bernard Mommer han definido como una simple y llana *subversión*, soterradamente contrapuesta al nacionalismo militar.

Visto en términos de política internacional, la realidad quizás sea algo más moderada aunque no por ello, más defendible: los ejecutivos de PDVSA, verdadero meollo del

---

26 La estructura del mecanismo en cuestión fue magistralmente descrita por Juan Carlos Boué, en 2004. Dicho autor definió la *internacionalización* de PDVSA como '*un programa estratégico de inversiones de largo plazo, encaminadas a integrar verticalmente, a través de la propiedad directa de activos, las actividades de exploración y producción de petróleo de PDVSA en Venezuela con las actividades de refinación, distribución, almacenamiento y mercadeo al detal de productos petrolíferos en algunos países que se cuentan entre los consumidores de petróleo más importantes del mundo*'. Para muestra, un botón: un año antes del *paro petrolero* 19 refinerías venezolanas ubicadas en el área del Caribe, Estados Unidos, Alemania, Suecia, Bélgica y el Reino Unido, recibieron más del 40% de la producción petrolera nacional. A partir de ese volumen, se generaron 26.927 millones de dólares en ingresos brutos que reportaron unas ganancias de tan solo 638 millones de dólares. ¿Dónde se perdió el resto? Que se sepa: 936 millones de dólares en el *descuento* que PDVSA le realizaba a sus propias filiales; 517, en *reinversión* en esas mismas filiales y 298, en impuestos... ¡cobrados por la Hacienda de los países que albergaban dichas filiales! Por consiguiente, solo ese año el fisco venezolano dejó de ingresar, como mínimo, algo más de mil millones de dólares (frisando el endeudamiento externo del país por aquel entonces, los 3 mil millones de dólares).

poder en Venezuela, tomaron conciencia en algún momento de que la compañía podía sustituir al Estado en la intermediación entre recursos petroleros y exportación... Desde un punto de vista geopolítico (sobre todo, estadounidense) dicha perspectiva, resultaba atractiva...

Se trataba de negociar, no en vano, con personajes ideológicamente afines, no sometidos a fiscalización ni obligación alguna por parte de instituciones supuestamente democráticas como las que regían el país. Despolitización, en suma, de la producción petrolera. ¿Casual que durante aquellos años el precio del crudo venezolano llegara a bajar hasta los 12 dólares[27]? ¿Y que la fuga acumulada de capitales doblara el montante total del *Plan Marshall*[28]?

Planteamientos éticos al margen, el problema es que mientras todo eso ocurría, el país languidecía: Venezuela, en la práctica, no solo quedó aislada en la escena internacional sino que, económicamente hablando, se vio equiparada a un país no petrolero al que se le complicaba, por añadidura, la explotación de sus otros ricos recursos naturales. Una bomba

---

27 El petróleo venezolano de exportación (*Tía Juana Light* : que durante el periodo 1983-1998 se vendió a un precio medio de 21,45 dólares por barril ; frente a los 30,95 dólares del periodo 1999-2007) llegó a cotizar a 12,27 dólares en 1989. En 2007 lo hace a 55,57 dólares.

28 El *Plan Marshall* fue una iniciativa económica estadounidense para la reconstrucción de Europa tras la Segunda Guerra Mundial. Se desarrolló entre 1948 y 1951, beneficiando a 17 países. El montante total de la suma desembolsada fue de 12,741 millones de dólares, equivalentes a 36,873 millones de dólares de 1999 (189,41% de inflación acumulada: Federal Reserve, 2007). Según cálculos de Emilio Medina-Smith (2005) la fuga acumulada de capitales en Venezuela rondó, entre 1950 y 1999, los 70,464 millones de dólares (a precios de 1999).

social de tiempo: *Caracazo* en 1989; golpes de Estado en 1992 y Chávez, en 1998.

El saldo de la acción combinada de *internacionalización* de PDVSA y *ajuste estructural* interno resultó telúrico: en sólo quince años la pobreza creció en un 617% y la inflación, en un 50,000%[29]. Caso internacionalmente equiparable, tan solo, al de países que – como la República Democrática del Congo o la ex Yugoslavia– padecieron cruentas guerras civiles o – como las Repúblicas ex soviéticas– auténticos derrumbes de sus sistemas políticos...

Ese fue el motivo, en parte, de la arrolladora victoria electoral de Chávez en 1999. El verdadero vuelco político se produjo sin embargo cuando, en 2003, el actual Presidente logró desarmar el *paro petrolero* haciéndose, a continuación, con el control de PDVSA. El exponencial incremento, en 2004, de los precios internacionales del petróleo asentó su poder favoreciendo, de paso, la reinternacionalización de Venezuela[30]: el escenario había cambiado...

---

29 En el caso de la pobreza, cálculos propios a partir de datos del Banco Central de Venezuela y en el de la inflación, los datos son de Leonor Filardo (2007).

30 Hay tantas teorías sobre el incremento de los precios del petróleo a partir de 2004 como sobre el Golpe de Estado en Venezuela de 2002. Seguramente sea necesario esperar a la apertura de determinados archivos para conocer, en un futuro, la realidad de los hechos. Lo que aquí nos interesa subrayar son, sin embargo, las teorías que ligan el Golpe de Estado y el posterior *Paro Petrolero* a la Guerra de Irak. Los que las sostienen argumentan que, al principio, George W. Bus habría tratado de financiar dicho conflicto de forma parecida a como lo hizo su padre, en 1991, con la Guerra del Golfo: sacando el petróleo – en este caso, venezolano: vía Golpe de Estado - del mercado en aras de generar una elevada *prima petrolera* que, una vez reintroducido el petróleo iraquí en

La política exterior *chavista*

Tras una *desaparición forzada* de una veintena años (1983-2003), Venezuela volvió al escenario internacional tan solo cuando su Estado logró recuperar un papel de intermediador entre los recursos petroleros del país y el gran capital transnacional, es decir, cuando logró repolitizar las relaciones petroleras. Una maniobra clave al respecto previa al cierre patronal de 2002/2003 fue la apuesta por una recuperación del carácter de cártel de la OPEP[31].

El *primer Chávez*, pese a las apariencias, tendió a la moderación[32]. Sin embargo, el 11-S en Estados Unidos

---

el mercado, le permitiera a Washington tener un control político de la producción, tanto en Irak como en Venezuela. Sea o no cierto, lo curioso del caso es que la realidad de los hechos – cuatro años después - es que Estados Unidos no controla ni una ni otra producción y que, además, si hay un beneficiario de la *prima petrolera* en el mundo, ese es Caracas.

31 La OPEP, que a mediados de la década de los 1990, había visto reducida al mínimo su influencia en la política internacional volvió a recuperarla a partir de los años 2001/2003. La propaganda oficial venezolana atribuye dicho logro a la actividad política y diplomática desplegada por Hugo Chávez en el seno de la organización desde 1999. Aunque hubo toda otra serie de factores que determinaron dicha deriva (como la pérdida de peso de los países productores de petróleo no miembros de la OPEP o las dificultades estadounidenses para volver a introducir el petróleo iraquí en el mercado internacional) lo cierto es que la cohesión en el interior del cártel se ha incrementado notablemente: en qué medida ello se deba al exponencial incremento de los precios internacionales del petróleo o a las iniciativas *chavistas* es algo difícilmente mesurable…

32 Hablar de *moderación* del *chavismo* primigenio no es retórico… Durante una entrevista realizada en 2005 el propio Chávez reconoció que, antes, no había sido socialista: '[…] *llegué a mencionar como referencia la llamada Tercera Vía, una de las tesis de Tony Blair* […] *Llegué a pensar en un capitalismo con rostro humano, o el capitalismo social, una tercera vía*

y el Golpe de Estado de 2002 en Venezuela alteraron las circunstancias: de hecho, aunque todavía subsisten ciertas dudas sobre el papel de Washington en su intento de derrocamiento[33], una vez logrado el control de PDVSA, Chávez mudó rápidamente su multilateralismo en anti-imperialismo y su *blairismo* en *socialismo*.

Emprendió entonces una política exterior tendiente a reposicionar a Venezuela en el mundo. Ello había de pasar, desde su perspectiva, no solo por la promoción de un proceso de *reconstrucción nacional*, sino por una redefinición geopolítica de América Latina que debía aprovechar una coyuntura favorable: Estados Unidos estaba entrampado en dos guerras asiáticas y Brasil, aspiraba a un papel internacional (y latinoamericano) cada vez más activo[34].

---

entre socialismo y capitalismo. El paso de los años me convenció que eso era imposible: un capitalismo humano es una contradicción en sí mismo'.

33 Un lustro después del Golpe de Estado de 2002 todavía resulta aventurado realizar afirmaciones tajantes con respecto al mismo. Varios de sus actores continúan en puestos de responsabilidad en sus respectivos países... Aunque algunos documentos oficiales ya se han llegado a conocer, la mayoría, todavía tardará años (por no decir, décadas) en ser públicos... Se puede hablar, por lo tanto, de grandes tendencias (como la evidente connivencia de Washington en la acción: Forero, 2004) pero sería demasiado aventurado desmenuzar los matices... Desde entonces, mucho ha sido publicado – sobre todo en Venezuela- pero, poco, debidamente fundamentado. La mayoría son conjeturas. Desde aquí remitimos a un par de documentos, relativamente diferentes: la comparecencia del ministro español de Asuntos Exteriores ante el parlamento de su país para dilucidar el papel jugado por España en el Golpe (por tratarse de un documento oficial) y un libro editado por la Defensoría del Pueblo de Venezuela en 2003 (por tratarse de una institución oficial).

34 Después del 11-S, en menos de dos años, Estados Unidos se vio involucrado, sucesivamente, en dos guerras asiáticas (Afganistán, 2001 e Irak,

El latinoamericanismo militante (amén de la política petrolera) debía fungir, por consiguiente, de guía pero, también, de garante de la nueva política exterior venezolana. De hecho, esta última debía orientarse a promover la integración regional pero, también, a cobijarse tanto en las relaciones bilaterales como, sobre todo, en las estructuras multilaterales autónomas que podían/debían constituir su consecuencia más tangible.

La pretensión última del *chavismo* consistía en sortear las limitaciones objetivas de ser un país relativamente pequeño, poco poblado y estructuralmente dependiente para convertirlo en una referencia (geopolítica pero, también, ideológica) tanto en el marco latinoamericano como, incluso, en el mundial. De ahí que, el principio que siempre ha alimentado la *Diplomacia Bolivariana* sea una *fraternidad entre los pueblos* traducida en realizaciones concretas.

Dichas realizaciones se estructuran, fundamentalmente, a dos grandes niveles: uno, simbólico y el otro, financiero. El nivel simbólico tiene que ver con la pretensión *chavista* de erosionar la hegemonía estadounidense, sobre todo en América Latina. Aquí es donde la inspiración *anti-imperialista* adquiere una dimensión, incluso, estratégica:

2003) que, al afectar seriamente al déficit público de Washington, algunos autores se han atrevido a situar en la génesis de la crisis financiera que estalló en 2008. 2003 fue, por otra parte, el año de la llegada de Luiz Inazio *Lula* da Silva a la Presidencia de Brasil, que marcó un giro considerable en la política exterior de dicho país: una presencia, mucho más activa que antaño en América Latina y al mismo tiempo, una intensa e inédita promoción de relaciones Sur-Sur (fundamentalmente, a través de iniciativas como los BRICS, etc.).

tanto en el ámbito del altermundismo como, sobre todo, en el de la izquierda latinoamericana.

La asociación estratégica de Venezuela con Cuba[35] resulta clave en este sentido. De hecho, la dimensión bilateral de la misma resulta interesante pero más lo es, si cabe, su dimensión simbólica. De hecho, dicha relación, no solo ha contribuido a dotar de legitimidad y de credibilidad al *chavismo* en ciertos sectores de la izquierda mundial sino que ha propiciado un marco maniqueo de referencia en el que, Chávez, siempre se ha movido muy a gusto[36].

El nivel financiero, por otra parte, es sólo petrolero en origen. De hecho, la Venezuela *chavista* está llevando a cabo una utilización muy racional de sus recursos: promoviendo – sobre todo en el ámbito latinoamericano – iniciativas políticas basadas en heterodoxos intercambios (como el ALBA o

35 El instrumento jurídico que regula dicha asociación es un *Convenio Integral de Cooperación* suscrito entre Caracas y La Habana en 1999 y renovado cada cinco años. La relación entre ambos países se fraguó, en realidad, desde mucho antes: apenas salido de la cárcel, uno de los primeros países visitados por Hugo Chávez fue Cuba. Posteriormente, momentos como la *Tragedia de Vargas* (1999) o el Golpe de Estado de 2002 contribuyeron a asentar una relación que a Cuba también le resulta estratégica. El *Convenio* establece, no en vano, el suministro de petróleo por parte de Venezuela a cambio de asistencia técnica en diversas áreas, sobre todo sociales. Según un cálculo realizado por el anti-*chavista* periódico *El Universal* (Párraga, 2005) Venezuela le habría suministrado a Cuba, en los cinco primeros años de vigencia del *Convenio*, el equivalente a 850 millones de dólares.

36 Esto se puede resumir muy bien en una frase que se convirtió en clave, durante el referéndum revocatorio de 2004: “O conmigo [con Chávez] o con Bush”.

PetroCaribe[37]) y afianzando relaciones no tradicionales con países no latinoamericanos mediante la utilización de novedosos instrumentos financieros.

La intención geopolítica última de iniciativas como el ALBA o PetroCaribe es, por su parte, doble. De hecho, se trata de una estrategia encaminada a propiciar un blindaje diplomático pero, también, político de la Venezuela Bolivariana[38] que, al mismo tiempo es útil para potenciar

---

37 La *Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra América-Tratado de Comercio de los Pueblos* (conocida como ALBA) es una organización internacional, promovida por Venezuela en el ámbito latinoamericano que fue creada en 2004 como alternativa al *Área de Libre Comercio de las Américas* (ALCA: promovida por Estados Unidos desde 1994). Con el paso de los años se ha convertido en una instancia de cooperación entre ocho países latinoamericanos y caribeños (más algunos otros satélites) que, además, está actuando como grupo de presión independiente en el seno de instituciones oficiales de integración regional como la *Unión de Naciones Sudamericanas* (UNASUR). Para Venezuela, su valor político está siendo invaluable ya que le está permitiendo redoblar su influencia internacional por medio de un ejercicio, constante, de representación.
PetroCaribe es, por su parte, una iniciativa complementaria con la anterior. Legalmente hablando funciona como una acuerdo de cooperación energética entre siete países del área del Caribe y Venezuela. En lo básico, Caracas, provee a los países miembro de petróleo a precios espaciales a cambio, no solo de dinero sino de otro tipo de mercancias y saberes. Mucho se ha discutido sobre si éste es un acuerdo que le convenga, económicamente hablando, a Venezuela. Políticamnete hablando, no cabe duda: Caracas está logrando institucionalizar una influencia nunca antes soñada en el área del Caribe que tiene un valor diplomático (pensando en posibles votaciones en el marco de Naciones Unidas) pero, también estratégico.

38 Una de las obsesiones de Hugo Chávez es evitar, en la medida de lo posible, un intento de Golpe como el de 2002. Ese es el motivo por el que, desde entonces, se ha procedido a un blindaje estratégico del país que también afecta a su política internacional. La idea básica es poder

la capacidad de influencia de Caracas en el marco de un abigarrado proceso de integración latinoamericana (que pivota alrededor de UNASUR y de MERCOSUR).

Por cuanto se refiere a la política no latinoamericana de Caracas ésta tiene, fundamentalmente, dos grandes principios rectores. Sus vectores son tanto los países productores de hidrocarburos (Venezuela, no solo contribuyó a la reactivación política de la OPEP sino que, a partir de 2001, comenzó a promover la creación de un *Foro de Países Exportadores de Gas*[39]*) como los países emergentes* o aquellos definidos por Washington como *Rogue States*[40].

---

contar, en casos extremos, con apoyos diplomáticos muy firmes. En ese contexto es en el que hay que leer el desarrollo de iniciativas que – como el ALBA o PetroCaribe- ligan los intereses nacionales de diversos países vecinos a los de la propia Venezuela e incluso, los institucionalizan.

39 El *Foro de Países Exportadores de Gas* (FPEG) se planificó, desde un primer momento, como una especie de "OPEP del gas": con los mismos principios y los mismos objetivos de dicha organización. Lo interesante del asunto es que, en este caso, Caracas logró involucrar en la idea a un país gasífero de peso como Rusia. Al final, una veintena de Gobiernos terminaron reuniéndose a partir de 2001. Pese a la importancia geopolítica de la iniciativa y a que la FPEG, formalmente no ha desaparecido, lo cierto es que en los últimos años se ha estancado un poco. Su potencialidad geopolítica se encuentra, empero, fuera de toda duda.

40 *Rogue State* es un controvertido término desarollado por los *neo-con* estadounidenses durante la presidencia de George W. Bush (2001-2008). En español ha sido traducido como *Estado Canalla*. Teóricamente se refiere a países, presuntamente autoritarios e incluso violadores de los Derechos Humanos que además serían políticamente enemigos del llamado *mundo libre*. Irán, Sudán, Siria o Corea del Norte se encuentran entre los países que gozan del dudoso honor de haber sido considerados como tales. En el pasado Afganistán, Irak y Libia, también compartieron dicho calificativo. Como se podrá observar, la mayoría de ellos padecieron guerras o en todo caso, actitudes políticas muy hostiles por parte de Estados Unidos y de sus *aliados*.

La relación con los primeros le garantiza a Caracas el mantenimiento de unos elevados precios de sus hidrocarburos que le permite, no sólo mantener intacta su influencia política en América Latina, sino seguir financiando el ya citado proceso de *reconstrucción nacional*. Por su parte, la relación con los países *emergentes* y con los *Rogue States* le aportaría a Venezuela, respectivamente, seguridad estratégica y prestigio político[41].

Lo interesante aquí son, en todo caso, los instrumentos que la Venezuela *chavista* está utilizando para afianzar las relaciones diplomáticas que considera más importantes (incluso en el ámbito latinoamericano). Se trata, fundamentalmente, de los llamados *Fondos Soberanos*[42], una herramienta financiera

---

41 Los países *emergentes* (como China, India, Rusia o Brasil, entre otros) le aportarían a Venezuela seguridad estratégica en la medida en la que su peso económico e incluso, militar, va en aumento a escala global. Desde la perspectiva *chavista*, los *Rogue States* aportarían prestigio, fundamentalmente, entre algunos países del Sur e incluso desprestigio entre la mayoría de los Occidentales, cosa que no siempre le disgusta a Chávez. Ambas percepciones estratégicas deben ser entendidas en el marco de los intentos de blindaje político que Caracas está pretendiendo a escala internacional desde el intento de Golpe de Estado de 2002.

42 Los *Fondos Soberanos* (en inglés, Sovereign Wealth Founds) son unos instrumentos financieros de inversión que suelen ser de titularidad pública. En términos generales su capital suele provenir de ingresos extraordinarios por *commodities* (en la mayoría de los casos, aunque no en todos, del petróleo). El primero en existir en el mundo fue la *Kuwait Investment Authority*, en 1953. Desde entonces, los fondos, han sido creados en oleadas sucesivas: una primera en el marco del *schock* petrolero de la década de los 1970 y una segunda, en el marco de la crisis financiera global actual. Su utlidad es grande ya que suelen servir muy bien para proteger (e incluso incrementar) los ingresos de un país y para financiar, en la mayoría de los casos, su desarrollo. El primer fondo de estas características en ser creado en América Latina fue el *Fondo de*

que no solo está permitiendo reinvertir inteligentemente los petrodólares sino ligarlos, en términos bilaterales, al problema del desarrollo.

La política exterior chavista es, en definitiva, una estructura compleja y aunque muy discutida en algunos aspectos (sobre todo, en Europa y en Estados Unidos) tiene, no sólo una racionalidad de fondo sino una relación estrecha con la coyuntura política interna de Venezuela. Sus objetivos finales pivotan alrededor de un único fin: afianzar la *reconstrucción nacional* reduciendo para ello (o más bien, diversificando) dependencias difícilmente superables.

Si eso se está logrando o no, es otra cosa. De hecho uno de los aspectos más contradictorios de la política exterior *chavista* es que de momento, Venezuela, no sólo continúa alimentando el tanque de un país que – como Estados Unidos – mueve un tercio de la maquinaria capitalista mundial sino que, por mucho que la diversificación se haya convertido en un prioridad, sigue sentando, a diestra y a siniestra, las bases de un desarrollo capitalista global insostenible.

La política de Estados Unidos hacia Venezuela

Desde Washington, el *chavismo* en general y su política exterior en particular, siempre han sido contemplados con una mezcla de incomprensión y desprecio. En términos generales, se trata de un tema que siempre ha preocupado más

---

Estabilización Socioeconómica chilena, en 1985 (sus fondos provienen de los ingresos por cobre). Venezuela fue el primer país latinoamericano en crear un fondo soberano ligado a los ingresos petroleros, en 1998.

de lo reconocido, que es menos de lo que Caracas pretende[43]. Pese a todo, las visiones nunca han sido uniformes en Estados Unidos: los especialistas (sobre todo, los académicos) los gobernantes y los medios nunca han solido coincidir.

Quizás por eso, en la década larga que Chávez lleva en el poder, la política de Estados Unidos hacia Venezuela ha carecido de un rumbo definido. De hecho, las consideraciones tácticas siempre han solido primar sobre las estratégicas. Al principio –desde el final de la Presidencia de Bill Clinton– se operó a partir de la *Doctrina Maisto* (del nombre del ex embajador John Maisto: 1997-2000): 'No juzgar a Chávez por lo que dice sino por lo que hace'.

Por aquel entonces se pensaba que las dependencias estructurales de la economía venezolana hacia Estados Unidos – urdidas desde la década de los 1930[44] – mantendrían a Chávez dentro de unos límites[45]. Una visión coherente con

43 Para muestra, dos –aparentemente- contradictorios botones: en 2006 no hubo (a pesar de ser año electoral en Venezuela) ninguna audiencia monográfica sobre dicho país en la poderosa comisión de Relaciones Exteriores del Senado estadounidense (tampoco en lo que va de 2007: http://foreign.senate.gov/hearing.html). Ese mismo año, sin embargo, Washington anunció la creación de una misión especial de la CIA para supervisar las operaciones de inteligencia de Cuba y Venezuela: un *honor* que solo comparte una veintena de países, considerados por el NIC como los más *inestables* del mundo (CIA, 2006).

44 Janet Kelly y Carlos A. Romero (2002) describen a la perfección dicho proceso.

45 Hay un ejemplo que ilustra la forma de pensar que tenían los responsables políticos y diplomáticos estadounidenses, incluso, años después de la enunciación de la *Doctrina Maisto*. En junio de 2002, apenas dos meses después del Golpe de Estado, Julia E. Sweig (responsable del área para América Latina de la *Fundación Rockefeller* y consultora del

la política latinoamericana de distensión y de libre comercio introducida en América Latina por un Gobierno más ligado a capitales tecnológicos y a energías renovables que a la industria pesada y a los recursos no renovables.

A George W. Bush le sostuvo, por el contrario, la industria pesada que se nutre, precisamente, de recursos no renovables. Siendo más claros: él mismo pertenece a una familia petrolera. Por eso es lógico que, aunque después de 2001, Washington siguiera sin definir claramente una posición estratégica con respecto a la Venezuela *chavista*, endureciera su posición táctica. Más aún tras el 11-S y las guerras de Afganistán y sobre todo Irak, otro país petrolero...

Se abrió así una etapa de intervencionismo que pudiera ser calificado de *indirecto*, en la medida en la que las fuerzas armadas estadounidenses nunca llegaron a estar formalmente involucradas[46]. Salvo por un embargo inexistente, el modelo

---

CFR) escribió en *Los Angeles Times*: '*La antipatía de Washington hacia Chávez puede ser más ideológica que sustantiva. Bajo Chávez, Venezuela ha tomado decisiones del agrado de Washington. Nunca ha existido una amenaza real de corte del suministro de petróleo venezolano hacia Estados Unidos, que representa aproximadamente el 14% de las importaciones petroleras estadounidenses. La compañía telefónica ha sido privatizada (sic) y la moneda, devaluada. Caracas colabora con el Fondo Monetario Internacional y otras agencias multilaterales y sigue cooperando en la lucha contra el narcotráfico y otros asuntos de inteligencia. Además, recientemente, el Comando Sur del ejército de Estados Unidos ha reconocido que no hay evidencias de apoyo venezolano a la guerrilla más importante de Colombia*'.

46 Resulta muy interesante, en este sentido, la polémica desatada por la realización – en mayo de 2001: justo un año antes del Golpe de Estado- de la *Operación Balboa*, unos ejercicios militares promovidos por España (en los que participaron, también, Colombia y Panamá) que se planteaban una posible invasión del Occidente de Venezuela (fueron realizadas en las

aplicado presentó ciertas similitudes con la política cubana de Washington, especialmente, con la posterior al derrumbe de la Unión Soviética. Hay evidencias de que el lobby cubano--americano influyó al respecto[47].

---

cercanías de la isla de Curaçao) en el marco de una supuesta situación de guerra. Estados Unidos, teóricamente, no participó en dicha operación aunque, según la investigadora Eva Golinger (2006) hay múltiples indicios que involucrarían a su Gobierno quien habría podido, incluso, incitar a la mismísima realización de las referidas maniobras.

47 Los indicios de la participación estadounidense (sobre todo, financiera) en acciones de desestabilización en Venezuela son numerosos, sobre todo, desde 2001. Menos estudiado ha sido, sin embargo, el papel político jugado en las mismas (sobre todo, en términos de cabildeo) por el lobby cubano-americano, aliado de la colonia venezolana en Florida (que supera, ya, los 160 mil individuos; está organizada en, al menos, dos grandes asociaciones - IVAC y ORVEX- y ya cuenta, incluso, con una sección específica en *El Nuevo Herald*, el gran periódico de la comunidad cubano-americana). Méndez y Buajasén (2006) aportan interesantes datos teóricos sobre los métodos de funcionamiento político-institucional de dicho grupo de presión. Artículos más periodísticos como los de Casto Ocando (2002) resultan, por su parte, muy elocuentes: '*Los venezolanos y los cubanos han realizado durante casi tres años una gran cantidad de actividades en conjunto, para reforzar la protesta internacional en contra de lo que califican de la* pesadilla *chavista. Con frecuencia se organizan reuniones en locales de los grupos cubanos, se intercambian permisos de protesta, y es normal ver a venezolanos y cubanos protestando juntos en el consulado de Venezuela en la avenida Brickell, o ante el busto de Simón Bolívar en Bayside. La ayuda del exilio se ha traducido también en apoyo logístico y de cabildeo ante organismos como la OEA y la ONU, adonde organizaciones venezolanas han denunciado al gobierno de Chávez*' Cabe añadir que en los últimos tiempos dicha relación ha comenzado a generar frutos: en marzo de 2007 los congresistas Lincoln Díaz-Balart; Ileana Ros-Lehtinen; Mario Díaz-Balart; Connie Mack y Jerry Weller (todos ellos cubano-americanos o ligados al lobby cubano-americano) solicitaron al Presidente George W. Bush una protección migratoria especial a favor de los venezolanos. Su concesión podría implicar una alteración sustancial del estatus político oficial del país sudamericano en Estados Unidos...

Esta ideologización de la relación bilateral no estuvo exenta de consecuencias: fue el momento en el que los conocimientos académicos estadounidenses resultaron más divergentes con las decisiones políticas asumidas por Washington. Primaron, al igual que en el caso cubano, los estereotipos y las acciones de desestabilización basadas en errores de cálculo: la cúspide de dicha conducta coincidió con el fallido Golpe de Estado de 2002.

Es muy probable que la decisión de promoverlo – o al menos, de alentarlo – fuera tomada por un equipo de *halcones* en función de evaluaciones *de campo* inexactas[48] (especialmente en lo concerniente al apoyo social real con el que contaba Chávez). Como consecuencia de ello, al igual que posteriormente sucedió en Irak, el margen de maniobra

48 Existen múltiples pruebas (a las que se ha aludido previamente) que demuestran que Washington sabía que iba a haber un Golpe de Estado en Venezuela, en abril de 2002. En su momento lo denunció, incluso, el *The New York Times* (Forero, 2004). El único extremo que, quizás, todavía queda por averiguar es hasta dónde llegó la implicación política real de Washington: ¿promovió el Golpe; solo lo amparó ; lo promovió primero y lo amparó después o se trató, tan solo, de elementos aislados ? Ocurriera lo que ocurriera, hay algo evidente : la actitud condescendiente de Washington debió estar marcada por el equipo de *halcones* que dirigía – sobre todo en el momento del Golpe- la política latinoamericana del Gobierno de George W. Bush. Caracas siempre ha apuntado, fundamentalmente, a tres personajes : el actual adjunto a la Secretaria de Estado, John Negroponte (ex embajador en Irak y en Naciones Unidas y gran urdidor, en la década de los 1980, de la *Contra* nicaragüense) ; Roger Noriega (ex embajador ante la OEA y ex responsable de asuntos latinoamericanos : 2003-2005) y Otto Reich (cubano-americano ; ex embajador en Venezuela : 1986-1989 y ex enviado especial del Presidente Bush a América Latina).

del Gobierno de Bush se vio reducido: si alguien salió políticamente fortalecido del Golpe, ese fue Chávez...

Dicha situación determinó cierto reflujo en la presión política estadounidense que abrió espacios para la realización de análisis, más actualizados y precisos, sobre Venezuela[49]. Washington fue comprendiendo que las informaciones de inteligencia no eran suficientes para aprehender la naturaleza del *chavismo* y que, además, los líderes opositores eran poco fiables. Los resultados obtenidos por Chávez durante el referéndum de 2004 confirmaron las sospechas[50]...

Coincidiendo con el inicio del segundo mandato presidencial de Bush (y con la intensificación del conflicto en Irak) el *intervencionismo indirecto* en Venezuela tendió a diluirse en una suerte de *bilateralismo intensivo*, caracterizado por una presión mucho más focalizada que la empleada desde 2001. De hecho, a partir de ese momento, los grandes temas

---

49 A partir de 2004, en efecto, en Estados Unidos comenzaron a aparecer investigaciones sociopolíticas orientadas, más que a ampliar los conocimientos con respecto a Venezuela, a actualizarlos. A moderados y *halcones* les unía la imperiosa necesidad de abandonar la vieja perspectiva de la *Venezuelan Exception*. Se actuó a diversos niveles: gubernamental (secretaría de Estado, ejército y servicios secretos); universitario (Universidades de Miami, Internacional de Florida, Texas, etc.); ideológico (think tanks como el *Council on Foreign Relations,* el *North American Congress on Latin America*; la *Heritage Foundation*; el *Council on the Americas*; el *Council in Hemispherics Affairs* e incluso, la *World Future Society*) y editorial (revistas como *Latin American Perspectives*, *Foreign Affairs* o *Foreign Policy*). [los más significativos se encuentran citados en las Fuentes].

50 Hugo Chávez obtuvo en el *referéndum revocatorio* –celebrado el 15 de agosto de 2004- 5,800,629 votos a su favor (59.10% de los votantes: 30.08% de abstención: <www.cnegov.ve>).

fueron el narcotráfico; el terrorismo; los derechos humanos, la democracia y un acoso político sutil pero constante[51].

Ello permitió que, poco a poco, un discurso más coherente con respecto a Venezuela – formulado por nuevos actores[52] – comenzara a filtrarse en Washington: ya no se trató de estructurar la relación bilateral, como con Clinton, alrededor del parámetro petrolero sino de abrir el juego alertando de una presunta *degradación* de la calidad de la democracia amén de la creación de supuestos *santuarios* de la *narcoguerrilla* colombiana al suroeste del país.

---

51 Las acciones de acoso político incluyeron, no en vano, desde financiamiento a grupos opositores (que, tras el Golpe de Estado, se institucionalizaron –a través de la USAid- y se diversificaron) hasta maniobras militares realizdas por países aliados (como la ya citada *Operación Balboa*) pasando por la instalación o refuerzo de bases estadounidenses en áreas cercanas a Venezuela (como Aruba y Curaçao) ; la – también referida- apertura de una *misión* de inteligencia encargada de Cuba y Venezuela o incluso el diseño de *Mercenaries 2, World in Flames* (www.mercs2.com) un videojuego en el que un comando militar tiene que tomar por asalto una refinería de un país tropical. El trabajo que el jugador ha de llevar a cabo forma parte, en realidad, de una misión más amplia: garantizar el control del petróleo, que se encuentra en manos de un *tirano* local...

52 Un punto interesante a este respecto: Thomas A. Shannon, máximo responsable de las políticas latinoamericanas de Estados Unidos desde 2005, conoce Venezuela mucho mejor que su predecesor – Roger Noriega- entre otras cosas porque fue consejero político de la Embajada estadounidense en Caracas, precisamente, cuando John Maisto era Embajador (1996-1999). Su declaración en el sentido de que la *democracia venezolana se encuentra en grave peligro* (2005) demuestra su evolución personal pero también – si lo comparamos con el tono de relativa moderación imprimido a las relaciones de Washington con Caracas - cierto grado de adaptación política subrayado, incluso, por Lapper (2006).

Independientemente de la falsedad de dichas acusaciones, lo importante del referido planteamiento es que, en la práctica, terminó dotando de una base política a la intransigencia de Washington. Lo relevante de dicha actitud es que, aunque siguió sin acompañarse de estrategias de largo plazo, comenzó a tener repercusiones mediáticas, sobre todo, en el ámbito *Occidental*: fue entonces cuando la imagen de Chávez como *dictador* comenzó a calar en la prensa.

Dicho "logro", sin embargo, nunca proporcionó resultados reales. Quizás por eso – coincidiendo con la segunda reelección de Chávez y el ocaso de la segunda Presidencia de Bush hijo – apareció la *Doctrina Lapper*[53] *que, en lo básico, planteó una desideologización* de la relación entre ambos países. En la práctica, se trató de una ofensiva de los sectores más tecnocráticos de la clase dirigente orientada a la recuperación de posiciones políticas más pragmáticas.

No por casualidad, la referida Doctrina argüía que aunque en la medida en la que Chávez había ido acumulando recursos, había ido logrando que sus dichos coincidieran con sus hechos, los límites de Caracas seguían estando marcados por un bien fluctuante y no renovable como el petróleo que hacía que la dependencia económica de Venezuela hacia Estados Unidos, medida en términos estructurales, siguiera sin desarticularse por completo[54].

53 Dicha Doctrina tomó el nombre de Richard Lapper, un analista del *Council on Foreign Relations*, un poderoso *think-tank*, de carácter *bipartisano*, centrado en política exterior.

54 Lapper (2006) desgrana varias razones. Argumenta, para empezar, que el crecimiento económico de Venezuela no es sostenible a largo plazo porque depende en una proporción determinante de un bien fluctuante

La conclusión de todo lo anterior era que, seguir promoviendo un *cambio de régimen* en Venezuela como estrategia política casi única, podía resultar contraproducente. Es más, que el aislamiento de Venezuela debía ser evitado: había que manejar bilateralmente los temas estratégicos y ubicar la comprensión del *chavismo* como fenómeno sociopolítico en el marco del giro a la izquierda ocurrido en América Latina desde finales de los años 1990.

En términos prácticos eso es, más o menos, lo que ha venido ocurriendo desde que Barack Obama accedió a la presidencia en 2009. Contemplado en términos globales es muy probable que la situación geopolítica mundial haya apuntalado esta corrección de rumbo: por una parte están los *puntos calientes* en los que, Washington, ha estado involucrado (Afganistán, Irán, Libia, etc.) y por la otra, sus prioridades estratégicas a largo plazo, que están en Asia.

Actualmente, todo ello nos coloca en el marco de una estrategia global de *soft power*[55] que, de paso, parece haber

---

y no renovable como el petróleo. A partir de ahí explica las razones de una dependencia que considera sólida: Estados Unidos sigue siendo el principal socio comercial, petrolero y no petrolero, de Venezuela; la política de incremento de la producción petrolera de Caracas (el *Plan Siembra Petrolera*) tiene limitantes técnicos (la falta de liquidez y la disminución de las inversiones extranjeras); económicos (el petróleo pesado venezolano solo es refinable a costos competitivos en Estados Unidos, razón por la cual a China le saldría demasiado caro comprar grandes contingentes) y políticos (no es seguro que China, con los intereses que tiene en Estados Unidos quiera importunar más de lo debido a Washington).

55 En los últimos tiempos, Washington, parece haber esbozado algunas trazas básicas de dicha política: sólida alianza con Brasil (rubricada a través del interés común en desarrollar los agrocombustibles como fuente

contribuido a ajustar los principios con los que funciona el lobby venezolano-americano: mayor asentamiento institucional en Estados Unidos y mayor realismo en relación a sus aspiraciones en Venezuela. En dicho contexto habría que ubicar el crecimiento, dopado por un apoyo sutil pero sin fisuras, a la candidatura opositora de Henrique Capriles.

Conclusiones

Desde que el petróleo venezolano comenzó a ser explotado a gran escala – en la década de los 1920 – el país sudamericano se convirtió en una pieza clave de las relaciones internacionales. Durante la Guerra Fría, Venezuela redobló una importancia geopolítica que la desaparición de la Unión Soviética no ha atenuado. Sigue tratándose, no en vano, de una de las grandes fuentes de reposición energética de Estados Unidos (es el cuarto exportador a dicho país).

Actualmente, Caracas, pregonará el *socialismo del siglo XXI* pero sus hidrocarburos siguen alimentando, en los hechos, la bulímica locomotora de la primera economía capitalista mundial (29% del PIB global). Su actual Presidente se habrá convertido, por otra parte, en una estrella mediática pero el desconocimiento – político y académico – que sigue existiendo en el mundo en torno al país sudamericano es grande, sobre todo, en términos comparados.

---

alternativa de energía) y vínculos comerciales estrechos con el resto de países *aliados* (los TLCs bilaterales sustituirían, en los hechos, al propio ALCA).

Venezuela siempre ha sido víctima de su riqueza petrolera. Históricamente, su explotación no sólo dificultó el aprovechamiento de otros recursos naturales sino que, además, propició una sumisión política hacia el exterior que tiene escasos parangones, incluso, en el marco latinoamericano. El momento álgido de dicha realidad se vivió cuando, durante las décadas de los 1980 y los 1990, PDVSA desactivó, despolitizándola, la acción exterior del país.

La llegada de Hugo Chávez al poder, sin embargo, cambió las cosas. La petrolera nacional volvió a someterse a las directrices de un Gobierno que, no sólo retomó el control de la acción exterior, sino que la repolitizó volviendo a colocar al país en el mapa. Pese a ello, fuera de Venezuela, los estereotipos se dispararon. Contribuyeron a ello, sin duda, las dificultades de Caracas para romper el cerco informativo al que fue sometida, prácticamente desde 2001.

Anécdotas al margen, hay dos elementos que caracterizan al cambio de rumbo protagonizado por la política exterior venezolana en los últimos años: apuesta por el multilateralismo y retórica anti-imperialista. De hecho, Estados Unidos, ha dejado de ser para Caracas la metrópoli de referencia. Más bien se ha convertido en un – martiniano – *Norte turbulento y brutal* que, pese a todo, sigue comprando hidrocarburos y siendo el principal socio comercial no petrolero...

En dicho contexto, a pesar de que la propaganda oficial venezolana tiende a atribuir su aparente alejamiento de Washington, exclusivamente, a la reciente politización de su *diplomacia petrolera*, hay otros factores que, como la crisis financiera mundial o el progresivo traslado del eje geopolítico global hacia Asia, también contribuyen a explicar

el alejamiento estadounidense, no sólo de Venezuela, sino de América Latina.

Dicho esto, cuesta creer que la proyección internacional de Venezuela hubiera sido la misma de no haber llegado Chávez a la presidencia. De hecho, si las cosas se ven desde ese punto de vista, se comprenderá por qué, aunque es cierto que los vínculos entre Caracas y Washington siguen teniendo un contenido significativo, el comportamiento político de la Venezuela Bolivariana se caracteriza por un carácter relativamente ambivalente.

Y lo calificamos de ambivalente porque, en la práctica, las posiciones de la Venezuela *chavista* resultan más moderadas de lo que la retórica oficial (pero, también, la mediática) dan a entender. De hecho, el Gobierno Bolivariano (muy táctico, sobre todo en el corto plazo) ha sido al mismo tiempo, pagador de deuda externa y altermundista; socio de activos financieros globales y socialista; suministrador de petróleo a Estados Unidos y anti-imperialista...

Quizás, ése sea el motivo por el que Caracas preocupa, más en el ámbito mediático, que en el político o en el diplomático occidental. Se es consciente, no en vano, de que su capacidad de influencia está condicionada por límites objetivos: la dependencia estructural de un bien fluctuante como el petróleo pero, también, la dependencia exterior que seguiría teniendo el país en caso de apostar por la exportación de bienes y/o recursos no petroleros.

Dicha conciencia no es óbice, en todo caso, para que la parte más simbólica del discurso *chavista* siga inquietando y en ocasiones, bastante. En el fondo, se trata de ejemplaridad: de hecho, en Europa y en Estados Unidos disgustan

sobremanera, tanto el anticapitalismo de Chávez como sus heterodoxas amistades con personajes controvertidos de las relaciones internacionales como los Gadafi, de Libia; los El-Assad, de Siria o los Castro, de Cuba.

En el fondo, ello revela una preocupación sostenida que trasciende, incluso, el caso de la Venezuela Bolivariana: se trata de la reciente evolución de las relaciones internacionales. En dicho ámbito, pese a las apariencias, el dominio occidental comienza a ser declinante y las relaciones que Venezuela mantiene, no sólo con los llamados *Rogue States* sino con potencias *emergentes* (como China, Rusia o incluso, Irán) son sólo su síntoma más evidente.

Actualmente asistimos a una progresiva recomposición del sistema internacional en el marco del cual, la competencia por los recursos naturales, está jugando un papel esencial. En dicho contexto, América Latina, es clave: se trata, no en vano, de una región tradicionalmente exportadora de recursos naturales que, desde hace aproximadamente una década, está logrando sustraerse, al menos en parte, al férreo control político que padeció antaño.

Ese es el marco en el que se mueve la Venezuela Bolivariana: un país que, independientemente de sus subterráneas relaciones con Occidente, está logrando redimensionar su importancia geopolítica, tanto entablando relaciones diplomáticas no tradicionales, como recuperando un espíritu de integración latinoamericana que, a su vez, está contribuyendo a revalorizar el papel de América Latina (y por ende, de Brasil) en el mundo contemporáneo.

(Ciudad de México, 7 de marzo de 2012).

Referencias

BAPTISTA, Asdrúbal. **Bases cualitativas de la economía venezolana**: 1830-2002. Caracas: Fundación Polar, 2006.

______. **El relevo del capitalismo rentístico**: hacia un nuevo balance de poder. Caracas: Fundación Polar, 2006.

_______. **Teoría económica del capitalismo rentístico**: economía, petróleo y renta. Caracas: IESA, 1997.

BOUÉ, Juan Carlos. **La internacionalización de PDVSA, una costosa ilusión**. Caracas: MEM, 2004.

CORONIL, Fernando. **The Magical State**: nature, money and modernity in Venezuela. Chicago: University of Chicago Press, 1997.

CHOMSKY, Noam. **Failed States**: the Abuse of Power and the Assault of Democracy. New York: Metropolitan Books, 2006.

ELLNER, Steve; TINKER SALAS, Miguel. The Venezuelan Exceptionalism Thesis: Separating Myth from Reality. Thousand Oaks: **Latin American Perspectives**, v. 32, n.2, p. 5-19, 2005).

FILARDO, Leonor. Reformas monetarias ineficaces. **Cedice**. Caracas, 2007. Disponible em: <www.cedice.org.ve>.

FORERO, Juan. Chávez. Documents Show C.I.A. Knew of a Coup Plot in Venezuela. New York: **The New York Times**, (December 3, 2004).

______. Chávez. Seeking Foreign Allies, Spends Billions. New York: **The New York Times**, April 4, 2006.

FUENTES, Emilio. **La identidad nacional venezolana.** Caracas: FUNDAIAEDEN, 1995.

GOLINGER, Eva. **Bush vs. Chávez**: La guerra de Washington contra Venezuela. La Habana: José Martí, 2006.

GOLINGER, Eva. **El código Chávez**: descrifrando la intervención de los Estados Unidos en Venezuela. La Habana: Ciencias Sociales, 2005.

KELLY, Janet; ROMERO, Carlos A. **United States and Venezuela**: Rethinking a Relationship. New York : Routledge, 2002.

KOZLOFF, Nicholas. **Hugo Chávez**: Oil, Politics and the Challenge to U.S. New York: MacMillan, 2006.

LANDER, Edgardo. Venezuelan social conflict in a Global Context. Thousand Oaks: **Latin American Perspectives**, v. 32, n.2, p. 20-38, 2005).

LANDER, Luis E. La insurrección de los gerentes: PDVSA y el Gobierno de Chávez. Caracas: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales, v.**.10, n.2, p. 13-32, may./ago. 2004).

LAPPER, Richard. **Living with Hugo:** U.S. Policy toward Hugo Chávez's Venezuela. New York: Council on Foreign Relations, 2006.

LÓPEZ, Odalis. La 'Enfermedad Holandesa' y la economía venezolana: el periodo 1973-1982 y el colapso del 'capitalismo rentístico. Caracas: **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 7, n.2, p. 67-107, may./ago 2001).

MEDINA-SMITH, Emilio. **La fuga de capitales en Venezuela**: 1950-1999. Caracas: BCV, 2005.

MÉNDEZ, José Luis; BUAJASÉN, José. **La República de Miami**. Caracas: Monteávila, 2006.

OCANDO, Casto. Antichavistas buscan apoyo en el exilio cubano. Miami: **El Nuevo Herald**, [(22-X-2002)].

PÁRRAGA, Marianna. $850 millones financió Venezuela a Cuba. Caracas: **El Universal**, [(31-X-2005)].

SHANNON, Thomas A. **Democracy in Venezuela is in Grave Peril**. (Statement by Assistant Secretary of State) Washington DC: House of Representatives, 2005 (Nov.17).

SWEIG, Julia E. Can't Live with Chávez, Can't Live without Him. Los Angeles: **Los Angeles Times**, [2-VI- 2002)].

THR. **Plan de marketing de Venezuela**. Madrid, 2001.

VEGA, Iván de la. Cienciometría y política científica en la periferia: el caso de Venezuela. Caracas: **Revista Espacio**, v. 24, n.1, Caracas, 2003.

A importância geopolítica da Bolívia e a integração da América do Sul

Luciano Wexell Severo

Resumo

O objetivo deste artigo é realizar uma breve análise sobre a importância geopolítica da Bolívia no cenário da América do Sul, a partir da ótica de destacados pensadores de diferentes nacionalidades. Inicialmente será apresentada uma visão geral do conceito de *Heartland*, desenvolvido no início do século passado pelo geógrafo inglês Halford Mackinder. A seguir, serão apresentadas as contribuições de autores como o brasileiro Mario Travassos, o estadunidense Lewis Tambs, o brasileiro Golbery do Couto e Silva, o chileno Augusto Pinochet e os bolivianos Jaime Mendoza, Alipio Valencia Vega, Alberto Ostria Gutierrez, Guillermo Francovich e Valentin Abecia Baldivieso, entre outros. Por fim, é sugerida uma releitura do papel da Bolívia no atual processo de integração regional, frente à recente diversificação das atividades econômicas, ao fortalecimento de novas cidades e à aplicação da iniciativa para a Integração de Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA).

Abstract

The aim of this paper is to present a brief analysis of the geopolitical importance of Bolivia in South American landscape, from the perspective of prominent thinkers of different nationalities. Initially it will be an overview of the concept of Heartland, developed at the beginning of last century by English geographer Halford Mackinder. Below, we present the contributions of authors such as Mario Travassos, Lewis Tambs, Golbery do Couto e Silva, Augusto Pinochet and the Bolivians Jaime Mendoza, Alipio Valencia Vega, Alberto Ostria Gutierrez, Guillermo Francovich and Valentin Abecia Baldivieso, among others. Finally, we suggest a reinterpretation of the current role of Bolivia in the regional integration process due to the recent diversification of economic activities, the strengthening of new cities and the implementation of the Initiative for Infrastructure Integration of South America (IIRSA).

Heartland de Mackinder

Em 1904, o geógrafo inglês Halford Mackinder apresentou para a Real Sociedade Geográfica de Londres o seu artigo *The Geographical Pivot of History*. No reconhecido trabalho, estava presente a sua teoria sobre a "área pivô". Em 1919, reapresentou a elaboração com o nome de *Heartland* (MELLO, 1999, p.45). Segundo a sua interpretação, o mundo estaria dividido em três zonas: o Grande Oceano (que abrange três quartos do planeta), a Ilha Mundial (Europa, Ásia e África) e as ilhas-continentes menores (Austrália e América).

A grande área continental, cujo centro estava afastado dos mares, tinha características geográficas de uma fortaleza natural rodeada por grandes acidentes geográficos, como rios, desertos, geleiras, planaltos e cadeias montanhosas. Além disso, essa região oferecia a possibilidade de fácil projeção em diversas direções. Tinha poder de articulação territorial e estava posicionada no centro de uma grande massa continental (PFRIMER; ROSEIRA, 2009, p.5). De acordo com Oliveira e Garcia (2010), o conceito de *Heartland*

> Foi desenvolvido para categorizar uma vasta região no "coração da Eurásia", o maior de todos os continentes da Terra, ou "Ilha-Mundo"... O *Heartland* foi definido originalmente como um vasto território, com amplo potencial para a agricultura, pecuária, extrativismo ou assentamento de grupos humanos. Rica em recursos naturais de toda sorte, além de terras férteis ou potencialmente agricultáveis, reservas de recursos hídricos, planícies, estepes e florestas, a zona "pivô" da Eurásia incluía, em suas definições originais, a ideia de rios caudalosos, enormes jazidas de recursos minerais, do ferro e manganês ao fósforo e o potássio, enormes reservas de recursos energéticos como carvão mineral e petróleo[1].

1 José Luis Fiori (2011) considera que "Mackinder formulou um novo princípio e uma nova teoria geopolítica, que marcaram a política externa inglesa do século XX. 'Quem controla o coração do mundo comanda a ilha do mundo, e quem controla a ilha do mundo comanda o mundo'. A 'ilha do mundo' seria o continente eurasiano, e o seu 'coração' estaria situado – mais ou menos – entre o Mar Báltico e o Mar Negro, e entre Berlim e Moscou".

No início do século passado, existia, naturalmente, uma forte influência das teorias geopolíticas da Europa e dos Estados Unidos nos meios militares sul-americanos. Foram exatamente autores relacionados com a área militar que se dedicaram a estudar a geopolítica da região. No caso específico de nosso trabalho, o mais relevante a destacar é que cerca de vinte anos depois da formulação de Mackinder, o conceito de *Heartland* passou a ser utilizado também nas análises sobre o território da América do Sul[2]. A principal contribuição neste sentido foi o trabalho desenvolvido por Travassos (1935), depois reinterpretado por Tambs (1965). Couto e Silva (1955) e Pinochet (1968) continuaram utilizando os referenciais teóricos existentes, mas aproveitaram-se das contribuições atualizadas pelo geógrafo e geoestrategista holandês Nicholas Spykman[3]. Os cinco pensadores bolivianos utilizados também agregaram pouco valor teórico à proposta original de Travassos, ainda que representem a visão própria de um país que perdeu quase dois terços do seu território em cinquenta anos, entre 1883 e 1935.

---

2 De acordo com os bolivianos Baldivieso (1986, p.44) e Francovich (1985, p.96), já no início do século XX, o cientista alemão Alexander Von Humboldt referiu-se ao atual território da Bolívia como "Maciço central dos Andes", "Peru interno" e "promontório da América do Sul".

3 Segundo Fiori (2007), Spykman "partiu das idéias de Halford Mackinder, mas modificou sua tese central. Para Spykman, quem tem o poder mundial não é quem controla diretamente o 'coração do mundo', mas quem é capaz de cercá-lo, como os Estados Unidos fizeram durante toda a Guerra Fria e seguem fazendo até os nossos dias". O *Heartland* perde importância frente ao *rimland*.

2. “Antagonismos geográficos” e “Triângulo estratégico” de Travassos

A primeira edição do livro de Mario Travassos, de 1930, chamava-se “Aspectos Geográficos Sul-Americanos”. Em 1935, o trabalho foi novamente publicado com o nome muito mais audaz de “Projeção Continental do Brasil”. De acordo com a interpretação deste autor, exatamente no território da Bolívia ocorria uma série de “antagonismos geográficos com resultantes geopolíticas”[4] relacionados com a sua localização em relação aos três grandes acidentes geológicos da América do Sul: a Cordilheira dos Andes, que divide o continente a leste e a oeste, e as bacias dos rios Amazonas e do Prata, que condicionam uma divisão norte-sul.

De acordo com essa visão, é no território boliviano, na região que entre 1559 e 1825 foi conhecida como “Audiência de Charcas”, que se unem as “vertentes” do Oceano Pacífico e do Oceano Atlântico e que se tocam as duas principais bacias hidrográficas da região (MEDEIROS FILHO, 2004, p.10). A Bolívia seria, portanto, o único país da América do Sul a ocupar simultaneamente ou exercer projeção sobre todos esses quatro espaços. As tensões sobre o território boliviano estavam concentradas na área situada entre as cidades de

4 Segundo Baldivieso (1986, p.48), o antagonismo proposto por Travassos “podría decirse que estaba insatisfecho y que había conformado un país vacilante en su triple rol sobre la hoyas amazónica, del Plata y del Pacífico, pero en ninguna de ellas gravitó con la fuerza necesaria para definir sus destinos como nación de estructuras centrípetas. Los internacionalistas y geopolíticos bolivianos, insistentemente, anotan su indudable rol en los tres caminos continentales, pero ocultan, muy comprensiblemente, su debilidad e invertebración que hizo de ella un país vacilante”.

Santa Cruz de La Sierra, Cochabamba e Sucre. Existia entre essas cidades um "triângulo estratégico", que incluía as importantes cidades mineradoras de Oruro e Potosí. Justamente nesta zona, de acordo com Travassos, confrontavam-se abertamente os interesses do Brasil ("influências amazônicas") e da Argentina ("influências platinas") pela supremacia geopolítica do sub-continente. Pfrimer e Roseira (2009, p.6) lembram que, para o militar brasileiro, "a chave desses problemas se encontra no triângulo econômico, verdadeiro signo da riqueza boliviana"[5].

Travassos identifica a influência da Argentina, detentora da desembocadura do rio da Prata, como uma ameaça sobre a Bolívia. Desde alguns anos antes, o país vinha criando vias férreas de comunicação com o Oceano Pacífico no sentido leste-oeste (desde Buenos Aires até Santiago do Chile) e no sentido sul-norte (desde Buenos Aires até La Paz e o porto de Arica)[6]. Segundo o autor, a estratégia argentina de estabelecer essas linhas verticais sobre o mapa sul-americano confrontava claramente com a projeção brasileira de criar caminhos no sentido do oeste, buscando permanentemente uma saída para o oceano Pacífico.

---

5 Vale apontar para o interessante fato de Ernesto Che Guevara ter decidido iniciar a sua guerrilha exatamente no meio do "triângulo estratégico", mesmo contra as orientações do Estado cubano. O argentino insistia que desde a localidade de Vallegrande seria possível projetar a luta armada para os demais países da região. Em 1967, foi capturado e morto por *Rangers* estadunidenses e pelo exército boliviano.

6 Também foi criado acesso para Assunção, estabelecendo contato com as capitais de três importantes países.

Para Leonel Itaussu Almeida Mello (1997), Travassos propunha que o Brasil lançasse mão de uma contundente política de comunicações que garantisse a unidade territorial e, ao mesmo tempo, assegurasse a projeção brasileira para a América do Sul. Durante o primeiro governo de Getúlio Vargas, iniciou-se a construção da linha entre Corumbá e Santa Cruz de la Sierra, visando exatamente a ampliar a presença do Brasil na porção oriental do território boliviano. Naquele momento, ainda não existia a atual conexão argentina entre Buenos Aires e Santa Cruz de la Sierra[7].

Vale comentar que Mackinder usou a ideia de *Heartland* para falar de uma área mediterrânea central que daria ao Estado que a domina capacidade de mobilidade e projeção em todas as direções da Eurásia. Ao mesmo tempo era uma fortaleza natural. O caso da Bolívia é similar. Uma área mediterrânea central que pode ser considerada uma fortaleza natural; um altiplano entre duas cordilheiras. É uma plataforma de projeção para todas as direções e, ao mesmo tempo, está sujeita a sofrer ameaças desde todas as direções. A grande boliviana questão é a não utilização destas potencialidades pelo Estado.

---

7 Pfrimer e Roseira (2009, p.11) apontam que "Por pressão argentina e pelas dificuldades de se romper os contrafortes andinos entre Cochabamba e Santa Cruz, construiu-se um ramal ligando Santa Cruz até o departamento de Tarija e daí até o norte argentino. Assim a malha ferroviária oriental boliviana se integra, ainda hoje, à ocidental apenas em território argentino". Ou seja, até os dias atuais não existe um ramal entre Santa Cruz e Cochabamba.

"*Heartland* Sul-Americano" de Tambs

Pfrimer e Roseira (2009, p.7) argumentam que "em momento algum" Travassos se referiu à ideia de *Heartland* ou Pivô Geográfico da História tal como havia feito Mackinder[8]. Consideram que a responsabilidade pela "reconceitualização dos postulados de Travassos em direção do conceito de *Heartland* foi proposta pelo professor de História do Brasil na Universidade de Creighton, Lewis Tambs". Este, não Travassos, teria adaptado a ideia de Mackinder para a situação da América do Sul. Assim, para o estadunidense, "quem controla Santa Cruz comanda Charcas. Quem controla Charcas comanda o *Heartland*. Quem controla o *Heartland* comanda a América do Sul" (GUMUCIO; WEISE, 1978)[9].

---

8 Afirmam que "talvez a única passagem que tenha sido mal interpretada posteriormente é aquela em que o marechal brasileiro afirmava a força coordenadora do Brasil em direção longitudinal no território sul-americano: 'Em primeiro lugar, as grandes linhas de massa continental - as cumiadas dos Andes dividindo-a em duas vertentes, a vertente de leste trabalha pelos compartimentos de duas imensas bacias – a do Amazonas e a do Prata. Em seguida, o fato dessas duas bacias se encontrarem em uma sorte de pivot, emergindo das formações da Cordilheira – o planalto boliviano – a partir do qual os caudais daquelas bacias se colocam verdadeiramente em antagonismos'. O uso da palavra pivot deve ser interpretada no contexto do parágrafo e do livro, nesse sentido ela não faz referência ao Pivô Geográfico da História de Mackinder, mas sim ao fato do planalto boliviano se constituir numa área de ligação entre a Bacia do Prata e Amazônica".

9 Tambs afirma que "a história mostrou a importância dessa região durante os impérios pré-colombianos Aymara e Inca e mais tarde durante a colonização espanhola, quando o altiplano e Charcas eram centros de poder. O Alto Peru permaneceu o centro nervoso do poder espanhol na América do Sul até o final do Império espanhol... O *rimland* sul-americano cercou Charcas. Sob a falta de liderança boliviana, o Heartland não teria mais força para agir e foi coagido. Vista como a luta pelo Heartland de Charcas, a história sul-americana dos séculos XIX e XX se torna inteligível (Idem, 1978). O autor utiliza o conceito de *rimland*, de Spykman, de 1942.

Nota-se que há um limite para a utilização do termo *Heartland* no caso da América do Sul. Em nossa interpretação, a validade do conceito se restringe a sugerir semelhanças gerais, que perdem sentido quando se busca generalizá-lo amplamente. Uma das grandes características que marca o *Heartland* sul-americano é a visível ausência de um poder integrador político, econômico e bélico. O Estado boliviano não assumiu esse caráter. Antes da Guerra do Chaco (1932-1935), as elites governantes da Bolívia fizeram poucos movimentos no sentido de construir vias para integrar o território nacional, consolidar as fronteiras e ocupar as vastas áreas do oriente, consideradas "baldias". Depois da Revolução Nacionalista de 1952, os planos de "marcha para o leste" ganharam amplo apoio, com a construção de infraestrutura de transportes e serviços. O projeto buscava ativar uma linha de polos de desenvolvimento, do altiplano, passando pelos vales e chegando aos *llanos* de Santa Cruz, promovendo a integração nacional (PFRIMER; ROSEIRA, 2009, p.10). Em 1954, o governo de La Paz construiu uma rodovia entre Cochabamba e Santa Cruz de la Sierra. Naquele momento, a Argentina e o Brasil já estavam unidos à cidade pelas linhas de trem desde Buenos Aires e Santos (DEL BOSCO, 2006, p.4). O geopolítico boliviano Alipio Valencia Vega (2011, p.255) afirma que:

> La vastedad territorial de Bolivia, abarcando cuatro regiones tan distintas entre sí y, sobre todo, separadas de otras por accidentes geográficos poderosos, sólo podría mantenerse a condición de que la acción humana de los escasos pobladores de dicho territorio se orientara prácticamente y sin descanso, desde el primer día

> de la independencia, al aprovechamiento efectivo de los principales recursos económicos de esas regiones y a la superación de los obstáculos geográficos, mediante la apertura de vías de penetración de unas regiones sobre otras. Si no se operaba esta acción, los centros nerviosos del país siempre estarían sumamente lejanos de la periferia de las fronteras, las cuales podían ser seccionadas fácilmente por los vecinos, en cuanto fuesen algo más poderosos y se aproximasen en su acción, desde sus costas hasta su propio interior.(VEGA, 2011, p.255).

Veremos a seguir como, anos mais tarde, alguns autores expandiram os "limites originais" do *Heartland* sul-americano como fruto das descobertas de maiores riquezas[10]. A área passou a incluir o norte argentino, o Paraguai e o centro-oeste brasileiro. Foi o caso dos militares Couto e Silva (1955) e Pinochet (1978), ambos fortemente influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional contra o "inimigo vermelho". O *Heartland* sul-americano ampliado, riquíssimo em rios, gás natural, petróleo, minérios e terras férteis passou a ser também identificado como estratégico para a segurança regional e vital para o processo de integração sul-americana.

10 Com o objetivo de definir uma abrangência física ao conceito de Heartland sul-americano, Oliveira e Garcia (2010, p.10) elaboraram um mapa azimutal equidistante centrado na fronteira entre o Brasil e a Bolívia. A figura mostra as principais cidades sul-americanas com mais de 500 mil habitantes. A partir do ponto central, em um raio de 2300 quilômetros, encontram-se as principais cidades do Cone Sul e dentro de um raio de 3100 quilômetros, estão todas as maiores cidades da América do Sul.

Em 1981, o general brasileiro Golbery do Couto e Silva apresentou a ideia de que na configuração geopolítica da América do Sul existiam cinco áreas continentais. No caso de nosso estudo, o mais pertinente é fazer referência à "Área Geopolítica Continental de Soldadura", integrada pelo Paraguai, a Bolívia e os estados brasileiros de Mato Grosso e Rondônia (FREITAS, 2004, p.49-50). É interessante destacar que dez anos antes, em 1946, no livro "*Una obra y un destino*", o boliviano Alberto Ostria Gutierrez já havia falado em termos muito parecidos e inclusive utilizado a expressão "soldadura"[11].

Outro destacado pensador boliviano, Jaime Mendoza, realizou trabalhos que resgataram a identidade nacional e enalteceram a nacionalidade. Seu livro "*El macizo boliviano*", de 1935, teve grande influência ao desenvolver ideias nativistas que relacionavam o território retalhado com a fortaleza cultural do país. O intelectual descreveu o maciço desta maneira:

> Hemos llamado Macizo de Charcas y por extensión Macizo Boliviano, a esa formidable expansión geográfica de los Andes sudamericanos que se halla en la parte céntrica de su recorrido de más de cuatro mil kilómetros por las costas del Pacífico.

---

11 Segundo este autor, "situada en el centro de la América Meridional, cabecera de los tres grandes sistemas hidrográficos – Amazonas, Plata y Pacífico – nexo entre dos océanos, limítrofe de cinco naciones, obligado paso de norte a sur y de este a oeste, la geografía impone a Bolivia, no una función aisladora y de aislamiento, sino de atracción, de articulación, de unión, de soldadura entre los países que le rodean".

> De ella dijimos que constituye el eslabón más grueso y pujante de cuantos integran la cadena andina, dilatándose al oriente hacia el corazón de Sudamérica, cual si quiera darse de mano con el macizo del Brasil. (MENDONZA, 1935).

O general Pinochet (1978), bastante influenciado pelas ideias de Golbery, descreve a região da seguinte maneira:

> Pela sua situação relativa na América do Sul não tem função isoladora, mas, ao contrário, de atração, articulação e soldadura entre os países que a rodeiam. Pela sua configuração, poderia ser comparada a um gigantesco imã que une as peças do conjunto e que se deixasse de atuar desmoronaria desarticulando-se[12].

4. Três conflitos, três derrotas

Os três conflitos bélicos enfrentados pela Bolívia resultaram em significativas perdas territoriais. No momento de sua criação, em 1825, o país tinha um território três vezes maior que os atuais 1,09 milhão de quilômetros quadrados.

---

12 Pinochet concebe o Estado como um "organismo formado por Territorio o espacio, Población o masa humana y Soberanía. Estos adquieren una constitución semejante a una ameba en el que se distinguen: las fronteras o capa envolvente cuya resistencia está de acuerdo con el grado de potencialidad del núcleo vital, el '*Heartland*', las comunicaciones y el Ciclo vital del Estado, que está demostrado por la historia de la humanidad en el transcurso de los siglos: nacer, desarrollarse y morir".

A situação foi totalmente alterada pela Guerra do Pacífico contra o Chile, a Questão do Acre contra o Brasil e a Guerra do Chaco contra o Paraguai. Ainda que a interpretação das razões e do desenrolar desses choques armados seja bastante complexa, podemos apontar dois fatores como os determinantes: a desatenção do Estado boliviano com as fronteiras distantes das principais cidades e a participação de empresas estrangeiras no centro dos embates[13].

Na Guerra do Pacífico (1879-1883), a Bolívia perdeu a sua única saída para o mar. Em 1825, com a independência boliviana, as autoridades chilenas haviam reconhecido (aceitado) os limites entre os dois países. No entanto, por volta de 1830, surgiu um novo elemento como detonador do conflito: as descobertas no litoral da Bolívia de imensas reservas de guano, nome dado às fezes de aves e morcegos acumuladas sobre as pedras. Devido aos grandes conteúdos de nitrogênio, fosfatos e amoníaco, o material era amplamente utilizado como fertilizante no empobrecido solo da Europa. O surgimento da química agrícola e a maior intervenção sobre as terras pobres alavancaram os preços internacionais dos fertilizantes. Posteriormente também foram identificadas, na região, imensas concentrações de salitre, outro tipo de adubo. A partir de então, as províncias de Tarapacá e Antofagasta e o deserto de Atacama ganharam relevância. Centenas de quilômetros de ferrovias passaram a conectar os portos bolivianos, de Antofagasta, com a cidade de Oruro, passando por Uyuni, no departamento de Potosí.

13 Reyes (2010) apresenta uma análise atual e detalhada dos três conflitos.

Os autores bolivianos analisados associam o estouro da guerra com os movimentos de empresas anglo-chilenas para apoderar-se de uma área rica, despovoada e praticamente abandonada pelo Estado boliviano. Por outro lado, alguns documentos chilenos, como o de Liberona (2002), atribuem o conflito ao fato do país discordar dos limites territoriais determinados de forma "arbitrária" pelo marechal Antonio José de Sucre, em 1825. O citado autor faz referência à ordem expressa de Simón Bolívar para Sucre: "dar un puerto para Bolivia a cualquier costo"[14].

A Questão do Acre (1902-1903) também é bastante intricada. De acordo com o general brasileiro Carlos de Meira Mattos (1980), os antecedentes do conflito estão presentes nas contendas sobre a navegabilidade nos rios fronteiriços entre o Brasil e a Bolívia. Desde 1826, os sucessivos governos brasileiros rechaçaram inúmeras propostas apresentadas por bolivianos e estadunidenses para autorizar a navegação de embarcações estrangeiras em águas interiores do território brasileiro.

Na prática, entretanto, a eclosão do enfrentamento coincidiu com o surto da borracha. O foco estava nas seringueiras,

14 "Tarapacá foi cedida em caráter definitivo ao Chile, que ainda recebeu a posse temporária de Tacna e Arica – acerca das quais desenvolveu-se uma longa disputa diplomática que somente veio a ser resolvida em 1929. Os últimos soldados chilenos deixaram o Peru em agosto de 1884. O armistício com a Bolívia (abril de 1884) permitiu ao Chile continuar no controle do Atacama até a negociação de um acordo de paz definitivo, que somente se materializou em 1904" (COLLIER apud REYES, 2010, p.56). Até os dias atuais, a Bolívia move judicialmente demandas para retomada de sua saída para o mar, mantendo a sua pequena frota estacionada no Lago Titicaca.

de cujo látex se produzia a borracha cada vez mais utilizada pela nascente indústria automobilística dos Estados Unidos e da Europa. Incapaz de defender as suas remotas províncias do nordeste, a Bolívia optou, com o apoio do governo dos Estados Unidos, por transferir o controle da região ao *Anglo-Bolivian Syndicate* de Nova Iorque. O "Sindicato" assumiu o controle efetivo sobre o Acre, com o monopólio de exploração da borracha na área e amplos poderes para administrar, arrecadar impostos e organizar polícias. A empresa tinha como principal executivo um primo do presidente estadunidense Theodore Roosevelt e como um dos maiores acionistas o banqueiro inglês Rothschild.

As tensões com o governo brasileiro foram crescentes até a assinatura do Tratado de Petrópolis, em 1903, no qual a Bolívia abriu mão do território do Acre. Como contrapartida, o Brasil ofereceu dois milhões de libras esterlinas e a proposta de construir a ferrovia Madeira-Mamoré, que possibilitaria uma saída boliviana pelo oceano Atlântico via Belém do Pará (REYES, 2010, p.61-62).

Desde os tempos coloniais, a região do Chaco sempre recebeu pouca atenção e era caracterizada por imprecisões na demarcação das fronteiras. A Guerra do Chaco (1932-1935) colocou frente a frente os dois países mais pobres da América do Sul, que lutaram de forma cruel por uma porção de terra inóspita, seca, arenosa e despovoada. Alguns autores, como Chiavenato (1980), relacionam o conflito com as descobertas de jazidas de petróleo no Chaco, por volta dos anos 1920. Como na Bolívia as explorações eram feitas pela estadunidense Standard Oil, enquanto no Paraguai os trabalhos estavam a cargo da inglesa Shell, a guerra seria resultado dos interesses dessas petrolíferas.

No entanto, outros autores, como Gumucio (1978), interpretam que o enfrentamento teve suas origens em motivos mais estruturais. É necessário tomar em conta a conjuntura de crise dos anos 1930, a queda das exportações bolivianas de estanho e a sublevação que tomou conta do país. Além disso, para a Bolívia, depois de perder a saída para o Pacífico, a relevância do Chaco estava na possibilidade de garantir uma saída para o Atlântico pela via dos rios Paraguai e da Prata. Em poucos dias, a tentativa boliviana de obter rapidamente o controle de portos no Rio Paraguai se transformou em uma terrível empreitada.

Gutierrez (1946) considera que com o término da Guerra do Chaco fechou-se para a Bolívia uma etapa da vida nacional. Acabou-se o processo de configuração territorial e foram estabelecidos os limites internacionais do país. De acordo com o autor, "estaban terminados los pleitos fronterizos con todos los vecinos, bien o mal, justa o injustamente, por la razón o por la fuerza, habían sido trazadas todas sus fronteras y suscritos los convenios respectivos"[15].

15 Vega (2011, p.257) considera que "Las mayores pérdidas territoriales de Bolivia no fueron realizadas por la vía diplomática, sino que fueron consecuencias de diversas guerras o 'revoluciones' sostenidas con los países vecinos. Diplomáticamente se perdieron parte del territorio del Litoral [no el propio litoral, sino un pedazo de la provincia del Litoral] cedido a Chile en 1866 y los territorios cedidos a Brasil en el norte y el oriente en 1867, también más tarde el territorio de Bermejo y la Puna de Atacama cedidos a Argentina por el tratado de 1889. Igualmente, la zona de Tambopata al Perú en 1909. Todos los demás territorios, o sea el Litoral sobre el Océano Pacífico, el Acre y el Chaco fueron perdidos como consecuencia de guerras que sostuvo Bolivia con los países vecinos: Chile, el Brasil y el Paraguay. En el fondo de estas guerras que aparecen en sus causas como esencialmente políticas, hay una influencia

O "triângulo estratégico" hoje

As medidas promovidas pelo Estado boliviano depois da Guerra do Chaco tiveram impacto visível sobre o ordenamento territorial do país. A nova rede de caminhos e estradas possibilitou a migração e estimulou o surgimento de novas cidades. Além disso, pode-se afirmar que um dos principais resultados da "competição" brasileira e argentina pelo controle de Charcas foi o progressivo fortalecimento do oriente boliviano, através de investimentos, estímulos financeiros, construção de infraestrutura e estabelecimento de uma maior oferta de serviços públicos. O triângulo estratégico proposto por Travassos foi alterado[16].

---

económica poderosa. Se producen esos conflictos armados por la codicia de la riquezas naturales existentes en los territorios disputados por las armas; riquezas naturales que son materias primas altamente apreciadas en los mercados del mundo".

16 Del Bosco (2006, p.6), fazendo referência a Travassos, afirma que "si tuviéramos que actualizar su pensamiento respecto a Bolivia, dejaríamos de lado el triángulo Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra y hablaríamos a futuro de un eje sur-norte, conformado por los departamentos de Tarija y Santa Cruz de la Sierra. El primero con la segunda reserva de gas en América del Sur, eje con capacidad para proyectarse exteriormente. Tarija gracias al impulso de los hidrocarburos es el departamento que más ha crecido. Durante el período 1988-2004 su PBI se incrementó en 191%". Por sua vez, Pfrimer e Roseira (Op.cit., p.12-15) consideram que "A influência dos discursos geopolíticos brasileiro e argentino, principalmente no que concerne o conceito de triângulo estratégico boliviano, sobre suas políticas territoriais, acabou ao longo dessa disputa materializando em solo boliviano um triângulo. Não aquele representado por Travassos, uma vez que Sucre deixou de ser a capital política do país e tem perdido cada vez mais sua importância econômica. Ademais, a expansão econômica de Tarija, após a descoberta das importantes reservas de gás e petróleo, a colocou como um dos quatro principais centros urbanos

Santa Cruz de la Sierra, de pequena vila jesuítica estabelecida em 1561 ao pé da cordilheira de Cochabamba, transformou-se rapidamente em um importante centro de articulação continental e em motor econômico da Bolívia[17]. Graças à intensa integração com o Brasil em diversos setores, como o agrícola e o energético, a zona já é interpretada como uma macro-região associada ao estado de Mato Grosso. Santa Cruz e o oriente boliviano contam com os privilégios de localização disponíveis ao *Heartland*. A região tem relações tanto com o Pacífico como com o Atlântico, potencializadas pelos

---

do país. Essa área com o formato triangular é constituída por uma rede urbana de três cidades principais: Santa Cruz, Cochabamba e Tarija. Envoltos e bem articulados a esses centros urbanos principais há ainda centros secundários como Potosí, Oruro, Sucre e Yacuiba... Esse novo arranjo territorial detém aproximadamente 60% do Produto Interno Boliviano, quase metade da população boliviana e 98 % e 99,2% das reservas provadas de gás e petróleo na Bolívia, respectivamente". Tomando em conta os projetos de corredores bioceânicos que passam pelos países andinos, acredita-se que a área do novo triângulo possa constituir-se no futuro Hub Logístico Sul-Americano.

17 Existem boas rodovias que conectam Santa Cruz com Cochabamba, La Paz e os portos do Peru (Matarani e Ilo) e do Chile (Arica e Antofagasta). Igualmente, há oferta para o leste até Corumbá e os portos do Rio Paraguai (um canal liga Puerto Aguirre, Puerto Quijarro e Puerto Suárez à Hidrovia Paraguai-Paraná, na fronteira com o Brasil). Nos últimos anos, tem avançado o projeto de ativação do Puerto Busch, localizado na fronteira boliviana com o Paraguai. Este é o chamado "Mar guarani", que permitirá um acesso direto da Bolívia ao oceano Atlântico via rio Paraguai, sem a necessidade de navegar pelo canal de Tamengo. O novo caminho permitirá intensificar os investimentos em atividades como petróleo, gás, ferro das minas de Mutún e a produção agrícola. As redes ferroviárias já integram Santa Cruz com o Atlântico (até Santos e Buenos Aires) e quase até o Pacífico. Há planos de ligar a região com o sistema amazônico, até Porto Velho, Manaus e Santarém.

projetos da iniciativa para a Integração da Infraestrutura Sul-Americana (IIRSA)[18]. Somente na Bolívia, são 53 obras de infraestrutura em marcha, como ferrovias, hidrovias, rodovias, sistemas intermodais, energia e fibra ótica[19].

A tendência é que ganhe força uma visão global de planejamento e organização para a integração regional sob critérios políticos e estratégicos, e não mais pelo simples estímulo do mercado ou das empresas privadas. A integração de infraestrutura, agora dirigida pela UNASUL, poderia articular a integração física com os esforços de ampliar o comércio intrarregional e de expandir a complementação das cadeias produtivas. Neste novo contexto, a importância do território

---

18 A IIRSA foi criada em 1990 sob a orientação do "Regionalismo Aberto" da CEPAL e do "Novo Regionalismo" do BID. A iniciativa funcionaria como a espinha dorsal da proposta estadunidense de anexação continental, a chamada Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A proposta da IIRSA, que continuou existindo apesar do enterro da ALCA em Mar del Plata, em 2005, se concentrou no fortalecimento de "corredores de exportação", aprofundando ainda mais a condição de nossos países como vendedores de mercadorias de baixo valor agregado para os centros industriais. A mudança atual está na criação do Conselho de Infraestrutura e Planejamento (Cosiplan) dentro da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL). Desta forma, os governos assumiram a direção do processo e a tendência é intensificar as obras orientadas para a efetiva integração regional em energia, transportes e comunicações. Entende-se como essencial que os Estados nacionais e as populações fortaleçam o seu poder de intervenção nos projetos.

19 Del Bosco (2006, p.5) aponta que "hoy Santa Cruz, además de petróleo, madera, caña de azúcar y ganadería, ha desarrollado el cultivo la soja y ha pasado a constituirse en un centro de importantes inversiones de agricultores argentinos y brasileños. Su PBI representa el 30% del total de Bolivia, la actividad agropecuaria el 43%, la del comercio el 36,2% y la industria manufacturera el 35%. Por su parte sus bancos acaparan el mayor movimiento financiero del país".

boliviano só tende a aumentar. Seja com um novo triângulo estratégico (Santa Cruz, Cochabamba e Tarija) ou junto ao Paraguai e ao Centro-Oeste do Brasil, a Bolívia continuará tendo uma função crucial neste processo, como a grande "área de soldadura". De acordo com Padula (2011), esses espaços mediterrâneos, situados no coração continental sul-americano, "ao mesmo tempo em que sofrem com o confinamento do interior, sua posição lhes aufere enorme potencial para exercer o papel de plataforma de interligação do comércio regional e bioceânico".

Referências

BALDIVIESO, Valentin Abecia. **Las relaciones internacionales en la historia de Bolivia**. Tomo III. Editorial Los Amigos del Libro, Cochabamba, 1986.

CHIAVENATO, José Julio. **A guerra do Chaco** (leia-se petróleo). São Paulo: Brasiliense, 1980.

COUTO E SILVA, Golbery do. **Conjuntura Política Nacional**, O Poder Executivo e a Geopolítica do Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1981.

______. **Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1955.

DEL BOSCO, Guillermo Travassos. **Santa Cruz de la Sierra y la Política Exterior Argentina.** Centro Argentino de Estudios Internacionales. Programa Política Exterior Argentina, 2006._www.caei.com.ar

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Da confrontação à cooperação:** as alterações geopolíticas na América do Sul, 2004.

FIORI, José Luís. Nicholas Spykman e a América Latina. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 24/11/2007.

FRANCOVICH, Guillermo. **El pensamiento boliviano en el siglo XX**. Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1985.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. **A escola geopolítica brasileira.** Rio de Janeiro: BIBLIEX, 2004.

GUMUCIO, Mariano Baptista; WEISE, Agustín Saavedra. **Antología Geopolítica en Bolivia.** Cochabamba: Los Amigos del Libro, 1978.

LEWIS, Paul H. O Paraguai da Guerra da Tríplice Aliança à Guerra do Chaco. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**: de 1870 a 1930, São Paulo: Edusp, 2008, volume V.

LIBERONA, Javier Sánchez. Mediterraneidad de Bolivia. Efectos geopolíticos de una eventual salida al Pacífico. **Revista de la Marina de Chile**, 2002.

MELLO, Leonel Itaussu de Almeida. **Quem tem medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp, 1999.

______. **Geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata.** Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 1997.

MENDOZA, Jaime. **El macizo boliviano.** La Paz: Imp. Arnó Hnos, 1935, p. 277.

OLIVEIRA, Lucas K.; GARCÍA, Tatiana de Souza L. **O conceito de *Heartland* na geopolítica clássica**: funcionalidade e limites para a análise da Região central da América do Sul. V Encontro Nacional da ANPPAS, Florianópolis, outubro 2010.

PADULA, Raphael. **Infraestrutura, geopolítica e desenvolvimento na integração sul-americana**: uma visão crítica à IIRSA. Laboratório de Estudos da América Latina (LEAL), 2011.

PINOCHET, Augusto. **Geopolítica de Chile**. Buenos Aires: El Cid, 1978.

PFRIMER, Matheus Hoffmann; ROSEIRA, Antônio Marcos. **Transformações territoriais na Bolívia**: um novo "triangulo estratégico"?. In: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 12, 2009 Montevideo.**Anais**... Montevideo, 2009.

PFRIMER, Matheus Hoffmann. *Heartland* Sul-americano? Dos discursos geopolíticos à territorialização de um novo triângulo estratégico boliviano. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 29, p. 131 - 144, 2011. Disponível em: 225-527-1-pB.pdf – Adobe Reader.

REYES, Fernando Siliano. **O papel das vias de circulação na coesão territorial do Estado boliviano**: da audiência de Charcas à Bolívia de 1971. Dissertação ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da USP, 2010.

TAMBS, Lewis (1965). Fatores em America Latina. In: GUMUCIO, Mariano Baptista; WEISE, Agustín Saavedra. Antologia Geopolitica en Bolívia. Cochabamba: Ed. Los Amigos del Libro, 1978, p. 229-244.

TRAVASSOS, Mário. **Projeção continental do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

Inserção internacional, integração e desenvolvimento do Equador na hora da crise mundial e da refundação

Nilson Araújo de Souza

Resumo

O objetivo deste texto é analisar a reação do governo equatoriano ao impacto da crise que, em 2007, ressurgiu nos EUA, inicialmente sob a forma de crise imobiliária. O Equador havia recém-iniciado um processo de transformação com base no programa "re-fundacional" implementado pelo governo de Rafael Correa. Essa transformação, no entanto, defrontava-se com vários obstáculos, dentre os quais se destacava a dolarização da economia. Esse limite bloqueava a capacidade de o governo praticar políticas monetária, fiscal e cambial. Apesar disso, a economia equatoriana foi uma das que melhor enfrentou a crise. Além de haver provocado no Equador um impacto menor do que o experimentado pela média da América Latina e do mundo, a crise teve uma menor duração naquele país. Postulamos que esse resultado se

deve ao processo de reconstrução das estruturas estatais que haviam sido desmontadas no período anterior e à utilização dessas estruturas para promover o investimento público, os programas sociais e a dinamização do mercado interno. Além de limitadas pela dolarização, essas mudanças defrontam-se com os limites impostos pelo ainda forte peso do capital estrangeiro no país, pela preponderância do modelo primário-exportador, pela economia rentista baseada no petróleo e pela forte concentração de riqueza e renda..

Abstract

The purpose of this work is to analyze the response of equatorian government to the impact of a crisis that, in 2007, emerge again at the US, initially as a mortgage crisis. Ecuador had newly begun a transformation process lay on a "re-foundation" program put into practice by Rafael Correa government. However, this transformation faced several obstacles; among them a dollarized economy played a key roll. It restricted government capacity to put both fiscal and monetary policies into practice. Nevertheless, equatorian economy well faced the crisis. The country was hit with strength below Latin America average and the crisis was less long. We assume that it is a result of a state structure rebuilt process and its utilization to promote public investment, social programs and home market increase. Yet, add to dolarization limits, this changes were confined by external capital influence, raw material/export model overweigh, oil rentier economy and concentration of wealth and incomes.

Introdução

Este texto é parte de uma pesquisa mais abrangente que está sendo realizada sobre a inserção internacional, a integração e o desenvolvimento de países sul-americanos em processo de transformação caracterizado por seus governantes como "refundação", a saber: Venezuela, Equador e Bolívia. O objetivo deste texto é analisar a reação do governo equatoriano ao impacto da crise que, em 2007, ressurgiu nos EUA, inicialmente sob a forma de crise imobiliária.

O Equador havia recém-iniciado um processo de transformação econômica, social, política e cultural com base no programa implementado pelo governo de Rafael Correa. Essa transformação, no entanto, defrontava-se com vários obstáculos, dentre os quais se destacava a dolarização da economia. Esse limite bloqueava a capacidade de o governo praticar políticas monetária, fiscal e cambial, bem como programas de desenvolvimento. Apesar disso, a economia equatoriana foi uma das que melhor enfrentou a crise[1].

A derrota do neoliberalismo e a vitória de Rafael Correa

No início de 2005, depois de crescente oposição e levantes maciços em Quito, as Forças Armadas desconheceram o governo de Lúcio Gutiérrez e o Congresso o destituiu, assumindo, em seu lugar, o vice Alfredo Palácio, em abril daquele ano.

1 Em 2010, segundo o Instituto Nacional de Estadísticas y Censos, a população do Equador era de 14.306.876 (INEC, 04.03.2011), situando-o em 10% lugar na escala demográfica da América Latina, ao lado da Guatemala (CEPAL, 2008).

Antes disso, segundo Rafael Correa, Gutiérrez "tratou de consolidar um modelo de desenvolvimento já em crise no resto do mundo, rechaçado nas urnas [o candidato que defendeu esse modelo, Osvaldo Hurtado, teve 1% dos votos], e que foi um fracasso quanto à eficiência e equidade na América Latina" (CORREA, 2010, p.109).

Em seu curto período, Palácio, ainda que timidamente, iniciou uma reação ao neoliberalismo: "realizou algumas reformas petroleiras que reivindicaram para o Equador o controle de seus recursos naturais. Sua política exterior foi digna e sua postura frente ao conflito colombiano foi firme" (AYALA MORA, 2008, p.124). "Suas realizações incluíam maiores investimentos nas áreas sociais e na reativação da produção petroleira sem capital estrangeiro" (PEDROSO, 2010, p.13).

O novo presidente nomeou como ministro de Economia e Finanças o economista Rafael Correa, que integrava um grupo de economistas progressistas do país. Correa rapidamente ganhou popularidade ao começar a mudar a política econômica. Além de usar as receitas petroleiras para programas sociais, liderou no Congresso a luta vitoriosa pela derrogação de um dos mais espúrios esquemas de renegociação da dívida externa, designado de Fundo de Estabilização, Inversão Social e Produtiva e Redução do Endividamento Público (FEIREP). Com isso, reduziu o peso da dívida externa. Pediu demissão do cargo, apenas três meses depois da posse, devido a desentendimentos com o presidente a propósito de uma negociação de empréstimo com o Banco Mundial. Mas estava no auge de sua popularidade[2].

---

2 Em pesquisa de opinião, 60% da população afirmaram ter confiança nele.

Criou, a seguir, a Aliança Pátria Altiva e Soberana, conhecida como Aliança PAIS, e lançou-se candidato a presidente da República nas eleições que se realizariam em novembro de 2006. Houve um grande número de candidatos, mas foi para o segundo turno com Correa um dos empresários mais ricos do país, Álvaro Noboa, do Partido Renovador Institucional da Ação Nacional (PRIAN), em sua terceira candidatura presidencial. Noboa apresentou propostas nos marcos de um neoliberalismo extremado, deixando evidente a polarização entre as duas candidaturas. Para Recalde, havia a "certeza de que se teria que eleger entre duas concepções absolutamente distintas sobre a reforma política, o papel do Estado, a função do mercado, as relações internacionais e as políticas públicas, para citar alguns temas" (RECALDE, 2007, p.20).

O ex-ministro da Economia, Rafael Correa, galvanizando o sentimento contra o neoliberalismo que tomara conta do povo equatoriano e prometendo mudanças, ganhou as eleições e assumiu o governo em janeiro de 2007. Segundo Coelho, "o principal motivo do sucesso da campanha de Correa foi o fato de ter concentrado suas forças na proposta da criação de uma Assembleia Constituinte" (COELHO, 2006, p.11). Essa bandeira vinha sendo levantada pelos movimentos indígenas e populares como instrumento para refundar o país. A Confederação das Nacionalidades Indígenas do Equador (Conaie) a hasteara desde 1994.

Contribuiu para sua vitória, certamente, o fato de ser um *outsider* da política praticada pelos partidos tradicionais, aos quais designava pejorativamente de *partidocracia*. Depois de dez anos de instabilidade política, em que nenhum Presidente conseguiu concluir seu mandato - todos depostos após se

afastarem dos compromissos de mudança assumidos em campanha -, havia um cansaço nacional em relação às forças políticas tradicionais. Mas, subjacente a isso, estava o fato de que, depois de sua experiência no Ministério da Economia, Correa condensou o sentimento de mudança acumulado ao longo dos dez anos anteriores. Segundo André Luiz Coelho:

> De forma bastante semelhante, esses presidentes foram eleitos com plataformas e alianças de centro-esquerda, prometendo medidas populares e contrárias ao neoliberalismo e, uma vez no poder, realizavam exatamente o oposto, ampliando ainda mais as reformas, realizando novos acordos com organismos internacionais de financiamento e aprofundando ainda mais os ajustes macroeconômicos (COELHO, 2008, apud PEDROSO, 2009, p.13).

A "refundação" do Equador e o impacto da crise mundial

Uma das primeiras iniciativas de Correa ao assumir a Presidência foi realizar uma consulta popular para a convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte, cujo objetivo seria "refundar" o país. O sentimento de mudança era tal que, em referendo popular, 82% da população votaram a favor de uma Constituinte com plenos poderes (PALACIOS, 2008). Havendo obtido ampla maioria na Constituinte, que se reuniu em Montecristi a partir de 2007, o governo logrou definir a feição da nova Constituição, referendada em consulta popular em 2008.

A nova Constituição representou uma transformação profunda dos marcos institucionais, político-administrativos e jurídicos do Estado equatoriano. Além dos poderes tradicionais das democracias representativas – Executivo, Legislativo e Judiciário -, a Constituinte criou o Conselho de Estado, o Poder Eleitoral e o Poder de Transparência e Controle Social (ECUADOR, 2008).

O Conselho de Estado é um órgão em que "todos os poderes devem dialogar e se articular, com vistas à cooperação e corresponsabilidade entre eles. Ele é composto por representantes de todas as funções e é presidido pelo presidente da República" (PEDROSO, 2009, p.24). O poder de Transparência e Controle Social é um dos indicativos do caráter participativo do projeto da nova democracia equatoriana, à medida que seus órgãos contam com a participação de membros das organizações sociais. O objetivo do Poder Eleitoral independente é garantir maior transparência no processo eleitoral.

Os próprios poderes Executivo, Legislativo e Judiciário sofreram importantes mudanças em relação a seus homólogos das democracias representativas. O Executivo e o Legislativo da democracia equatoriana estão sujeitos à revogabilidade, à chamada revocatória. Isso significa que os titulares de mandatos, à exceção dos membros do Poder Judiciário, estão sob permanente controle dos cidadãos. Podem perder seus mandatos desde que 10% dos eleitores em nível subnacional e 15% em nível nacional solicitem a revocatória e esta, em referendo popular, seja aprovada pela maioria absoluta dos votos válidos.

Além disso, existe a chamada morte cruzada. Desde que, por exemplo, o Legislativo bloqueie o Plano Nacional de Desenvolvimento, elaborado pelo Conselho Nacional de Planejamento, o presidente da República pode dissolvê-lo e, ao mesmo tempo, extinguir o próprio mandato, convocando novas eleições gerais. O Conselho Nacional de Planejamento é outra demonstração da democracia participativa equatoriana, já que integra, além dos distintos níveis de governo, a participação cidadã. O Plano que elabora e envia ao Legislativo tem "caráter vinculante para a política econômica e de investimentos do setor público" (FLORES; CUNHA FILHO; COELHO, 2009, p.9).

O Poder Judiciário tem uma característica particular que se faz presente no próprio nome: Função Judicial e de Justiça Indígena. Ou seja, em nível do Judiciário, reconhece-se a decisão dos constituintes de constituir no Equador um Estado Plurinacional[3]. Isso fica claro no artigo 171 da Constituição, que determina:

> As autoridades das comunidades, povos e nacionalidades indígenas exercerão funções jurisdicionais, com base em suas tradições ancestrais e seu direito próprio, dentro de seu âmbito territorial,

3 O Estado Plurinacional é uma novidade na América Latina; foi implantado tanto na Bolívia quanto no Equador, como forma de reconhecer os direitos indígenas, seu idioma e sua cultura. O problema é que essa instituição pode dar margem a intentos de desmembrar a nação equatoriana. Por exemplo, representantes da Conaie, principal entidade indígena, questionam a legitimidade da representação do presidente Rafael Correa como chefe de Estado do conjunto da Nação equatoriana.

> com garantia de participação e decisão das mulheres. As autoridades aplicarão normas e procedimentos próprios para a solução de seus conflitos internos, e que não sejam contrários à Constituição e aos direitos humanos reconhecidos em instrumentos internacionais. (ECUADOR, 2008: art. 171).

Os magistrados, por sua vez, não gozam da perpetuidade prevista na não revogabilidade presente na maioria das democracias representativas. Lá o magistrado tem um mandato de nove anos, renovável a cada três anos.

Essas mudanças institucionais faziam parte do que Correa designou de "Revolução Cidadã" e seriam o caminho para a refundação do Estado equatoriano.

Para implementar a refundação prevista na nova Constituição, o governo de Rafael Correa defrontou-se, desde o início, com os limites impostos pelo desmantelamento do aparelho estatal realizado pelos governos que o precederam, pela dolarização da economia[4] e pelo impacto da crise mundial. Em 2004, na oposição, ele havia qualificado a dolarização de "barbaridade técnica" (CORREA, 2004), referência que repetiu em seu livro de 2010 (CORREA, 2010), já como presidente da República.

---

4 Antes de cair, em janeiro de 2000, o presidente Jamil Mahuad Witt deu o salto no escuro e decretou a dolarização da economia, sem qualquer preparação técnica prévia. Depois de 115 anos como moeda nacional do Equador, o sucre deu lugar ao dólar estadunidense como moeda de curso legal. Além de perder a soberania, o Equador perdia a capacidade de fazer políticas cambial e monetária.

A desorganização das estruturas estatais dificultava a realização dos investimentos públicos previstos no PND, bem como o planejamento de longo prazo. Sem moeda própria, o governo estava limitado em sua tarefa de fazer políticas cambial, monetária e fiscal, dificultando a criação dos instrumentos necessários à implementação do PND. A situação se complicava mais ainda diante do impacto da crise mundial. Como reagir a ela sem as estruturas estatais adequadas e cerceado na possibilidade de praticar políticas cambial, monetária e fiscal?

A crise mundial, deflagrada pela implosão da bolha hipoteco-imobiliária dos EUA em meados de 2007, converteu-se em crise financeira generalizada no segundo semestre de 2008 e em recessão generalizada a partir de 2009. Isso significa que, desde o primeiro ano de seu governo, Rafael Correa esteve às voltas com o impacto da crise no Equador.

O impacto da crise mundial sobre a América Latina pode ser dividido em três momentos:

> 1) até meados de 2008, exacerbação dos preços das *commodities*, com pressões inflacionárias, fluxos de capitais e pressões altistas sobre as taxas de câmbio, expansão do crédito interno, sustentação ou aceleração do crescimento; 2) no terceiro trimestre de 2008, violenta reversão dos preços das commodities, ativos financeiros e reais e queda abrupta da liquidez e do crédito, com queda de receitas de exportação, corte do crédito externo, fortes pressões baixistas sobre o câmbio em vários países, mudança na avaliação de riscos e fuga para a segurança em título do

> Tesouro dos EUA; 3) a partir dos últimos meses de 2008, desaceleração da demanda externa e do crescimento da economia mundial, recessão nos países centrais e desaceleração na Ásia, aprofundamento da aversão ao risco e desaceleração generalizada nas economias latino-americanas (CARVALHO et al, 2010, p.5).

Na primeira etapa, prosseguiu e acelerou-se o aumento do preço do petróleo que, em meados de 2008, atingiu o pico de US$ 156. Depois de haver atingido o patamar de US$ 9,20 em 1998, a cotação do produto passou a melhorar gradativamente graças à combinação entre a retomada da iniciativa por parte da OPEP e o crescimento da demanda mundial alavancada pela China. Mas, a partir de 2007, os preços foram catapultados pela demanda especulativa provocada pelos capitais que se evadiram da especulação financeira depois que a crise hipoteco-imobiliária deu seus primeiros sinais.

Nesse primeiro momento, o governo equatoriano decidiu aumentar a participação do Estado na renda petroleira. "Em junho de 2006, o governo de Alfredo Palácio determinou a destinação de 50% dos excedentes petroleiros para o Estado[5] (...), percentual elevado para 99% pelo governo de Rafael Correa em outubro de 2007" (CARVALHO et al, 2010, p.10). Isso permitiu o aumento do investimento público: sua participação no PIB cresceu de 4% para 13%[6].

---

5 Antes, eram apenas 20%, cabendo os demais 80% às companhias petroleiras.

6 Cf. palestra realizada em 19.07.2010, para um grupo de pesquisadores brasileiros, pelo Dr. Pedro Paz, ex-ministro da Economia do governo Correa, de onde saiu para ser responsável pela coordenação de uma nova arquitetura financeira para a região.

Além disso, montou-se uma nova arquitetura financeira doméstica, com o fortalecimento dos bancos públicos[7]; criaram-se instrumentos para proteger a indústria nacional; adotaram-se medidas com vistas a fortalecer a economia popular, como o uso da renda petroleira para programas sociais: o gasto público social aumentou de 4% do PIB para 8%[8;] e realizou-se a auditoria da dívida externa, o que redundou no abatimento do valor da mesma[9].

O governo foi recompondo a estrutura estatal que havia sido desmantelada. E, com base nela, começou a implementar seu programa de desenvolvimento. Iniciou a mudança da matriz produtiva, retomando o processo de industrialização[10], e a melhoria das condições de vida da população; além do aumento dos gastos sociais[11], aumentou-se o salário real:

---

7 As instituições financeiras públicas são: Banco Nacional de Fomento, Corporação Financeira Nacional, Banco Equatoriano da Habitação e Banco Equatoriano de Desenvolvimento.

8 Conforme palestra ministrada por Alberto Acosta, no dia 22.07.2010, a um grupo de pesquisadores brasileiros.

9 "Segundo a Comissão para a Auditoria Integral do Crédito Público (CAIC), se as taxas de juros houvessem se mantido em 6% anuais, como se pactuou originalmente, os pagamentos do governo equatoriano haveriam cancelado toda a dívida em 1995. O que se seguiu pagando daria lugar a um valor a cobrar da banca internacional de 5,4 mil milhões de dólares" (SALTOS; VÁZQUEZ, 2009, p.308). Por outro lado, graças à auditoria, a relação dívida externa/PIB caiu à metade, isto é, da faixa de 25% para cerca de 12,5% (fonte: BCE. Disponível em: www.ecuadorencifras.com. Acesso em: 04.03.2011).

10 Apesar disso, o setor industrial ainda "não conseguiu constituir-se num eixo de acumulação que garanta o desenvolvimento nacional" (SALTOS; VÁZQUEZ, 2009, p.238).

11 Entre os programas sociais, destaca-se o Bono de Desenvolvimento Humano, "que em meados de 2009 se situava em 30 USD, com aproximadamente 800 mil receptores diretos" (Ibid., 297).

de um índice de 180,33 em dezembro de 2007[12], o salário mínimo real médio subiu para 194,80 em dezembro de 2008[13]. Caiu, em consequência, ainda que timidamente, o índice de pobreza da população: de 37,60% em dezembro de 2006 para 35,09% em dezembro de 2008 (INEC, 03.03.2011)[14].

Investimentos públicos, coadjuvados pela expansão do mercado interno, haveriam de proporcionar o crescimento da economia. Isso foi possível, em grande medida, devido ao aumento da renda petroleira: em função dos elevados preços que vigoraram até meados de 2008, o valor das exportações do produto aumentou de US$ 8,3 bilhões em 2007 para US$ 11,7 bilhões em 2008[15].

Assim, o PIB equatoriano, que já vinha crescendo no contexto do período de "bonança mundial"[16], manteve-se em expansão: 2,5% em 2007 e 6,5% em 2008 (BCE, 16.02.2011). Em consequência, caiu a taxa de desemprego: de 9,03% da

---

12 Deflacionado pelo Índice de Preços ao Consumidor mensal.

13 Fonte: www.bce.fin.ec.

14 O cálculo de índice de pobreza considera uma renda mínima *per capita* de US$ 56,64, em valores de dezembro de 2006, corrigidos anualmente pelo IPC.

15 Fonte: www.bce.fin.ec.

16 "A guinada das condições externas é mais dramática por ter se seguido ao período de mais de cinco anos de bonança externa, em que se combinaram condições favoráveis aos países do Continente, com liquidez abundante, forte aumento da demanda por exportações e altas acentuadas dos preços das principais *commodities* exportadas" (CARVALHO et al, 2010, p.1). Nesse período – 2002-2007 -, o PIB do Equador cresceu a uma média anual de 5%. Mas, na verdade, essas "condições favoráveis" estavam forjando a vulnerabilidade externa desses países, que cobraria seu preço a partir da crise mundial iniciada em 2007.

população economicamente ativa em dezembro de 2006, caiu para 7,5% em igual mês de 2007 e 2008[17].

Essas medidas se enquadravam na visão do novo governo, que definira a retomada da industrialização por substituição de importações como caminho para o desenvolvimento e considerava fundamental o aumento do papel do Estado como instrumento desse processo, ao lado de uma inserção internacional soberana[18].

O presidente Correa deixou isso claro em seu livro de 2010:

> Para que estas restrições possam ser superadas novamente se requerem estratégias explícitas de desenvolvimento, tais como a integração regional, a priorização de compras públicas para produtores nacionais, adequadas proteções ao comércio exterior, e planificação nacional em geral. Cabe indicar que a qualidade das políticas públicas também pode considerar-se como um bem público (CORREA, 2010, p.181).

E completa: "nesse sentido, o papel do Estado é fundamental, basicamente por sua mencionada eficiência alocativa, e particularmente através da provisão de bens públicos que melhorem a competitividade sistêmica, tal como a infraestrutura econômica" (Ibid. p.181).

---

17 Fonte: www.bce.fin.ec.

18 Cf. palestra do Dr. Pedro Paz, já citada.

O governo de Correa elaborou sua própria concepção de desenvolvimento. Para ele, o objetivo do desenvolvimento é o melhoramento contínuo da qualidade de vida; assim, deve ser orientado pelas necessidades e demandas dos cidadãos. Seu Plano Nacional de Desenvolvimento contempla as seguintes estratégias: desenvolvimento interno com inclusão social; relações internacionais soberanas com inserção ativa no mercado mundial; diversificação produtiva com maiores níveis de valor agregado, isto é, com industrialização; integração territorial e desenvolvimento rural com o avanço equilibrado de todas as regiões do país; sustentabilidade do patrimônio natural; Estado com capacidade efetiva de planificação, regulação e gestão; democratização econômica e protagonismo social; garantia de direitos (SALTOS; VÁZQUES, 2009, p.319-320).

Integração regional e moeda regional como instrumentos de soberania e desenvolvimento

Apesar do forte impulso desenvolvimentista promovido pelo Estado, persistia o engessamento imposto pela dolarização e consequente ausência de moeda própria, o que, como já analisamos, limita a possibilidade de implementar política econômica própria. Esse problema pôde ser contornado enquanto os preços do petróleo e, em consequência, a renda petroleira estavam aumentando, mas tenderia a aparecer de maneira mais contundente com o agravamento do impacto da crise internacional.

Mesmo havendo considerado a dolarização uma “barbaridade técnica” à época da sua decretação, Rafael Correa não

a extinguiu depois que assumiu a presidência da República. Um dos seus ex-ministros e responsável por coordenar a formulação de uma nova arquitetura financeira regional, Pedro Paz, apresenta as explicações.

Segundo Pedro Paz, pequenos estados nacionais não seriam viáveis. Dado o grau de internacionalização da economia mundial, esses estados não teriam instrumentos para defender-se das ações dos monopólios dos países ricos, dentre elas os ataques especulativos dos capitais financeiros. Assim, os países menores da América Latina só poderiam defender suas economias e viabilizar seu desenvolvimento nos marcos de uma regulação continental, respaldada na integração produtiva. A soberania continental, assim conquistada, seria fundamental para garantir a soberania de cada nação. Nesse sentido, ter-se-ia que criar uma arquitetura financeira regional que implicasse a criação de uma moeda regional e de estruturas financeiras e monetárias regionais[19].

A integração regional seria, portanto, imprescindível não apenas para garantir a extinção da dolarização e a recriação de moeda própria, mas para a própria sobrevivência do Equador enquanto nação. Essa é também a opinião de outro ex-ministro de Correa, Alberto Acosta. Para ele, "através da integração, criar a soberania regional para fortalecer soberanias nacionais"[20]. O próprio Correa tem essa opinião, ao apresentar a integração regional como a primeira dentre as estratégias de desenvolvimento (CORREA, 2010, p.181).

---

19 Cf. palestra já citada.

20 Cf. palestra realizada, no dia 22.07.2010, para um grupo de pesquisadores brasileiros.

Foi por essa razão que, por ocasião da XVIII Cúpula Ibero-americana, em outubro de 2008, o Equador propôs a "criação de uma 'moeda eletrônica', cujo valor dependeria da cotação de várias moedas nacionais da região" (CARVALHO, 2010, p.11). Percebe-se, assim, que a estratégia de Correa para sair da dolarização passa pela integração regional e pela criação de uma moeda regional[21]. Correa sistematizou essa proposta em seu livro de 2010. Afirma ele:

> Um passo fundamental para a otimização na utilização da poupança regional e para fazer a América Latina muito mais eficiente no uso de seus recursos, é a nova arquitetura financeira regional (NAFR). O eixo para esta NAFR se baseia em um novo processo de integração que aponte para a criação de um banco regional de desenvolvimento, de um fundo comum de reservas, de um sistema de pagamentos e do impulso de um sistema monetário comum, que possa começar com a emissão de direitos regionais de giro e uma divisa eletrônica regional (CORREA, 2010, p.182-83).

21 É óbvio que, com uma integração regional solidária e cooperativa, pequenas países, como o Equador, podem fortalecer suas economias, mas isso não significa, necessariamente, que a saída da dolarização e a recriação de moeda própria só poderiam ocorrer nos marcos de uma moeda regional.

A ação estatal diminuiu os efeitos e a duração da crise no Equador

Quando o impacto da crise mundial se fez sentir mais fortemente na economia equatoriana, sobretudo a partir de 2008-09 com a queda do preço do petróleo[22] e a diminuição das compras internacionais[23], o governo do Equador, de um lado, contava para agir com a retomada da reconstrução das estruturas estatais, mas, de outro, estava engessado pela dolarização e, por conseguinte, limitado em implementar políticas macroeconômicas para enfrentar os efeitos da crise.

Apesar dessa limitação, o governo utilizou os instrumentos de que dispunha para agir. Para garantir os investimentos públicos, recorreu às reservas monetárias acumuladas durante o período de alta do preço do petróleo[24], realizou uma reforma tributária que viabilizou o aumento da receita pública[25] e utilizou recursos da Previdência Social. Além

22 O preço do produto, que subira de US$ 80 em fins de 2007 para US$ 156 em julho de 2008, baixou para US$ 30,18 no primeiro trimestre de 2009 (SALTOS; VÁZQUEZ, 2009, p.65). Além disso, caíram fortemente as remessas de emigrantes, que representam cerca de 10% da população equatoriana: diminuíram 13,3% de 2008 para 2009.

23 O valor das exportações de petróleo pelo Equador caiu de US$ 11,7 bilhões em 2008 para US$ 7 bilhões em 2009. Em consequência, as exportações totais caíram de US$ 18,5 bilhões para US$ 13,8 bilhões (fonte: www.bce.fin.ec). Estas chegaram a cair 43,8% no primeiro trimestre de 2009 em relação a igual período de 2008 (SALTOS; VÁZQUES, 2009, p.65).

24 As reservas monetárias, numa economia dolarizada, coincidem com as reservas cambiais. Elas haviam subido de US$ 2 bilhões em dezembro de 2006 para US$ 6,1 bilhões em dezembro de 2008 (fonte: Banco Central do Equador).

25 Entre janeiro-novembro de 2009 e igual período de 2010, a receita pública subiu 27% e a despesa, 20%. O aumento da receita se deveu, basicamente, ao incremento do Imposto de Valor Agregado (www.bece.fin.ec).

disso, solicitou novos créditos em organismos internacionais, particularmente o BID e a Corporação Andina de Fomento, além da China, Venezuela e Irã[26]. Ao mesmo tempo, aumentou as tarifas externas para conter as importações e fortalecer a industrialização por substituição de importações e elevou o imposto sobre saída de divisas, de 0,5% para 1%. O salário real, por sua vez, seguiu subindo, fortalecendo o mercado interno: o índice do salário mínimo real médio, que fora de 194,80 em dezembro de 2008, subiu para 210,63 em dezembro de 2009 e 216,95 em dezembro de 2010[27].

Não foi possível evitar inteiramente o impacto da crise mundial, mas, além de o impacto haver sido menor do que em outros lugares[28], desapareceu mais rapidamente[29]. O desemprego, por sua vez, depois de haver permanecido estável durante o pior momento (2009), voltou a cair no ano seguinte: a taxa elevou-se de 7,5% em dezembro de 2008 para 7,93% em dezembro de 2009, para voltar a cair, para 6,11%, em dezembro de 2010[30]. A inflação, que atingira a cifra de 8,83% no auge dos preços das *commodities* em 2008, baixou para 4,31% em 2009 e 3,33% em 2010 (BCE, 03.03.2011).

As ações anticíclicas do governo durante a crise contribuíram para esse resultado, mas nada disso teria sido possível se Rafael Correa não houvesse começado a reconstruir as

---

26 Cf. palestra de Acosta já citada.

27 Fonte: www.bce.fin.ec.

28 O PIB cresceu 0,36% em 2009 (BCE, 16.02.2011), quando os países centrais e boa parte da América Latina amargaram uma forte retração da atividade econômica. O PIB da América Latina caiu 1,9% naquele ano.

29 A primeira estimativa do Banco Central do Equador é de que o PIB teria crescido 3,75% em 2010 (BCE, 16.02.2011).

30 Fonte: www.bce.fin.ec.

estruturas estatais no período anterior. Sem isso, teria sido impossível a ação estatal para viabilizar o investimento e o financiamento públicos, bem como a proteção da produção doméstica. A retomada do aumento do preço do petróleo a partir de 2009 também deu sua contribuição[31]. Mas não foi suficiente para evitar o reaparecimento do déficit comercial em 2009 e 2010[32]: em 2009, porque as exportações caíram mais que as importações e, em 2010, porque as importações cresceram mais que as exportações. Tanto para realizar a política fiscal contracíclica quanto para cobrir os déficits comerciais, o governo recorreu às reservas cambiais[33].

Fiel à sua posição de que a integração regional é um poderoso instrumento para o desenvolvimento e para a defesa das pequenas economias diante de crises internacionais, o governo acelerou as gestões para estimular a integração sul-americana e caribenha. É importante registrar que, ao mesmo tempo, impôs a derrota do Tratado de Livre Comércio com os Estados Unidos – um dos símbolos da sua administração, ao lado da Constituinte e da auditoria da dívida.

Assim, por ocasião da VII Cúpula da ALBA[33], realizada em Cochabamba, Bolívia, em outubro de 2009, quando esse bloco transformou-se de Alternativa Bolivariana para

---

31 A cotação do produto, que caíra para US$ 26,09 em dezembro de 2008, subiu para US$ 67,82 em dezembro de 2009 e US$ 81,52 em dezembro de 2010 (www.bce.fin.ec). Em fevereiro de 2011, em função do processo especulativo desencadeado pela crise política no mundo árabe, já havia ultrapassado os US$ 100.

32 US$ 331,38 no primeiro ano e US$ 1,489 bilhão, no segundo (www.bce.fin.ec).

33 Assim, o montante das reservas caiu de US$ 6,1 bilhões em 2008 para US$ 3,3 bilhões em dezembro de 2010 (BCE, 31.12.2010).

as Américas em Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América, o Equador, que estava fora da ALBA, assinou a Declaração final, aderindo a seus princípios e decisões (DECLARACIÓN, 2009). Entre essas decisões, encontram-se a criação do Sistema Unitário de Compensação Regional de Pagamentos (SUCRE), como caminho para instituir uma moeda regional[34], e o estabelecimento de um grupo de trabalho para avaliar diferentes alternativas para a criação de um mecanismo de manejo das reservas internacionais, que teria a denominação de "Fundo de Reservas de ALBA-TCP".

Ademais, Correa aproveitou o período de sua presidência temporária da União das Nações Sul-Americanas - UNASUL[35], a partir de agosto de 2010, para acelerar o processo de formalização e construção real do bloco. Foi assim que impulsionou a constituição de sua Secretaria Geral, que passou a ser ocupada pelo ex-presidente argentino, Néstor Kirchner[36]. Declarou, no momento de sua posse, que tentaria converter a UNASUL em organização de estados latino-americanos para a qual o MERCOSUL e a Comunidade Andina de Nações deveriam convergir.

Os projetos da UNASUL e da ALBA foram propostos, respectivamente, pelo Brasil e a Venezuela, ambos em oposição à proposta estadunidense de criação da Área de Livre

---

34 O Equador fez a primeira operação com base no sucre regional, ainda de forma simbólica, com a Venezuela, em julho de 2010. Foram transacionadas 5.430 toneladas de arroz.

35 A UNASUL reúne os 12 países da América da Sul, tanto os integrantes do MERCOSUL e da Comunidade Andina de Nações quanto os que estão fora desses blocos: Chile, Guiana e Suriname.

36 Kirchner faleceria logo depois.

Comércio das Américas – ALCA e expressando um questionamento ao modelo de integração que vinha sendo implementado na região, o qual privilegiava uma visão "comercialista" de integração, baseada na competição. As novas propostas, ao expressarem o posicionamento das correntes progressistas que assumiram governos em vários países da região, condensaram uma visão de integração mais solidária, fundamentada na cooperação.

Essa nova visão teria, no entanto, que se defrontar com dois obstáculos: a pressão dos EUA para realizar acordos bilaterais de comércio com países da região, após o fracasso da ALCA, e as assimetrias nos níveis de desenvolvimento presentes nesses países.

Nesse meio tempo, Correa havia sido reeleito presidente do Equador. Com a aprovação da nova Constituição, todos os mandatos foram extintos e foram convocadas novas eleições. Estas se realizaram em 2009, exatamente quando eram mais fortes no Equador os efeitos da crise mundial.

O candidato que polarizou com Correa foi o ex-presidente deposto Lúcio Gutiérrez. Este, além de procurar comparar os dois governos, apresentou um programa de corte basicamente neoliberal: reformas para atrair o capital estrangeiro, fortalecimento da dolarização e retirada do Equador da OPEP. Correa, por sua vez, propôs aprofundar a "Revolução Cidadã": integração latino-americana, impedimento das privatizações e proteção das empresas públicas, avanço dos programas sociais, economia a serviço do ser humano. A despeito da crise, Correa venceu no primeiro turno. Foi a primeira vez que isso ocorreu desde a redemocratização em 1979. Isso teria se devido ao fato de que "Correa tem conseguido, ainda que

com grandes restrições estruturais, cumprir sua agenda política" (PEDROSO, 2010, p.27).

Considerações finais

O governo de Rafael Correa deflagrou um processo de transformação do país, centrado na busca do desenvolvimento com base em maior autonomia nacional, na ação do Estado na economia, na integração regional e na melhoria da distribuição de renda e das condições de vida da população. Mas, segundo vários analistas equatorianos, dentre eles Alberto Acosta[37], o Equador ainda defronta-se com sérios problemas antigos e recentes, tais como:

- o ainda forte peso do capital estrangeiro no país[38], que interfere no nível de autonomia nacional e implica em forte drenagem para o exterior de recursos gerados internamente;
- a dolarização da economia, que dificulta a realização de política econômica voltada para o desenvolvimento;

37 Conforme palestra ministrada a um grupo de pesquisadores brasileiros, na FLACSO do Equador, no dia 22.07.2010. Alberto Acosta, antigo professor de Economia da FLACSO do Equador, foi ministro de Rafael Correa, assumindo depois a presidência da Assembleia Nacional Constituinte, quando se desentendeu com o Presidente a propósito dos encaminhamentos da Constituinte, passando então a ser um dos críticos mais contundentes da nova administração.

38 "Algumas das empresas maiores estão fundindo-se ou vendendo-se a companhias estrangeiras" (SALTOS; VAZQUEZ, 2009, p.239).

- a preponderância do modelo primário-exportador, que engendra vulnerabilidade externa na economia[39];
- uma economia rentista com base no petróleo, que faz o comportamento da economia depender da renda gerada por um único produto;
- a forte concentração de riqueza[40] e renda[41], que dificulta o desenvolvimento do mercado interno e a promoção de um melhor nível de vida para a população.

39 O setor manufatureiro em 2009 não empregava mais que 14% da força de trabalho; enquanto isso, cerca de ¾ das exportações, em 2008-09, era representado por produtos primários (Ibid., p.64, 239, 274, 275). Pior ainda, com concentração das exportações para um único mercado: em 2008, cerca de 45% das exportações equatorianas destinava-se aos EUA (SALTOS; VÁZQUEZ, 2009, p.275).

40 Os 25 principais grupos econômicos do país controlavam em 2007 25,58% do PIB equatoriano. No setor financeiro, a concentração era ainda maior: os cinco principais grupos financeiros detinham, em dezembro de 2008, 78,18% dos ativos do sistema financeiro privado; o maior grupo, o Pichincha, detinha sozinho 33,6%; o setor financeiro público participava com apenas 25% do conjunto do sistema financeiro (SALTOS; VÁZQUES, 2009, p.269, 295, 296, 297).

41 De acordo com o Informe de Desenvolvimento Humano de 1999, elaborado pelo PNUD, enquanto os 20% mais pobres da população recebiam apenas 2,5% da renda nacional, os 20% mais ricos auferiam 58,7% (Ibid., p.298-299). O índice de pobreza experimentou uma diminuição no governo Correa – de 37,60% em dezembro de 2006 para 33,01 em junho de 2010 -, mas seguiu elevado (INEC, 03.03.2011).

Referências

AYALA MORA, E. **Resumen de História del Ecuador**. 3.ed. Quito: Corporación Editora Nacional, 2008.

BANCO CENTRAL DO EQUADOR. **Balance General Consolidado**. 31.12.2010. Disponível em: <www.bce.fin.ec>. Acesso: 03.03.2011.

______. Cifras económicas del Ecuador, vários números. 2011. Disponível em: <www.bce.fin.ec>. Acesso: 03.03.2011.

______. Disponível em: <www.bce.fin.ec>. Acesso: 16.02.2011.

CARVALHO, C.E.; ALMEIDA, M.; WOCHLER, R.V.; BRAGA, C.; PEDROSO, C. **A América Latina e a crise**: impactos iniciais e primeiras reações. São Paulo: [s.n.], 2010.

CEPAL. **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe**. 2008.

COELHO, A. L. "As eleições equatorianas de 2006 e os desafios à governabilidade". **Observador On-Line**, v. 1, n. 8, out. 2006, Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano, IUPERJ/UCAM.

______. "Os movimentos sociais equatorianos e bolivianos – atuações e implicações para a governabilidade", 2008, Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano, IUPERJ/UCAM.

CORREA, R. Dolarización y desdolarización: más elementos para el debate. Comentários al dossier de Iconos. **Iconos**, Revista de Ciencias Socialres, Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales-Sede Acadêmica de Ecuador. n. 20, sep.2004.

______. **Ecuador: de Banana Republic a la no República**. Bogotá: Debate, 2010.

DECLARACIÓN de la VII Cumbre del ALBA – TCP. Cochabamba, Bolívia, 17 out. 2009.

ECUADOR. **Constitución del Ecuador**, 2008, Asamblea Constituyente.

FLORES, F.P.; CUNHA FILHO, C.M.; COELHO, A.L. Mecanismos de democracia participativa: o que há de comum nas constituições da Bolívia, Equador e Venezuela. **Observador On-Line**, v. 4, no. 7, jul. 2009. Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano. IUPERJ/UCAM.

INEC. **Datos preliminares Censo de Población y Vivienda 2010**. Disponível em: <www.inec.gob.ec>. Acesso: 04.03.2011.

INEC. **Pobreza por ingresos**: resultados a junho 2010. Disponível em: <www.inec.gob.ec>. Acesso: 03.03.2011.

PALACIOS, F. C. El Ecuador de 2008: proceso constituyente y el nuevo orden político-administrativo. **Papéis Legislativos**, Rio de Janeiro: Observatório Político Sul-Americano, IUPERJ/UCAM, v. 2, n.3, ago. 2008.

PEDROSO, C. S. **Conjuntura política do Equador**: os significados da reeleição de Rafael Correa e os desafios à estabilidade democrática. São Paulo, 2010.

RECALDE, P. Elecciones presidenciales 2006: una aproximación a los actores del proceso. **Iconos**, Revista de Ciências Sociales, Quito: Facultad Latinoamericana de Ciências Sociales-Sede Acadêmica de Ecuador. no. 27, PP. 15-25, enero 2007.

SALTOS, N; VÁZQUEZ, L. **Ecuador, su realidad.** 17. ed. Edición actualizada. Quito: Fundación de Investigación y Promoción Social José Peralta, 2009.

Parte II

Segurança na Região Andina

Agendas e dinâmicas de segurança andina e o conselho de defesa sul-americano

Augusto W. M. Teixeira Júnior

Resumo

O presente artigo analisa a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) à luz de dinâmicas e agendas de segurança da região Andina. A partir da explanação sobre o conflito entre Colômbia, Equador e Venezuela em 2008, o texto aborda o modo como as deficiências dos mecanismos hemisféricos e regionais de prevenção e resolução de conflitos no contexto da invasão colombiana ao Equador contribuíram para o surgimento do CDS. A discussão não é apenas útil para entender a emergência do Conselho, mas permite compreender a formação da sua agenda e o escopo de atuação. O artigo promove uma análise política da formação do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul tendo por base a crise entre Colômbia, Equador e Venezuela e os seus efeitos para a região.

Abstract

This chapter discusses the creation of the South American Defense Council (SADC) in relation to the security dynamics and agenda of the Andean region. Departing from the discussion of the conflict between Colombia, Ecuador and Venezuela in 2008, the paper shows how the failure in hemispheric and regional mechanisms of conflict prevention and resolution, in the context of Colombian invasion of Ecuador, is related to the emergence of SADC. This discussion is not only useful for understanding the emergence of the Council, but allows understanding the formation of SADC's agenda and scope of action. This chapter does a political analysis of the formation of UNASUR South American Defense Council in as related to the crisis between Colombia, Ecuador and Venezuela and its effects to the region.

Introdução

Em dezembro de 2008, durante a Cúpula Extraordinária da Unasul[1] foi criado o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS). Fruto de intensas negociações político-diplomáticas entre os 12 países da região, o CDS surgiu como iniciativa regional para estimular e aprofundar o diálogo e a cooperação em matéria de defesa na América do Sul. Distinto de iniciativas anteriores que se destacaram como arranjos *ad hoc*, a exemplo do Grupo de Contadora, Apoio e Grupo do Rio, o Conselho de Defesa emerge com o ineditismo e o potencial

1 União das Nações Sul-Americanas.

de rivalizar com o sistema interamericano de defesa, de caráter hemisférico, em especial o sistema da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Ao lado de seu caráter inovador no cenário regional, outros aspectos instigam à reflexão, como o seu contexto de criação e a formação de sua agenda de cooperação em defesa. Tendo sido criado no ano de 2008, o Conselho surge no esteio de crises diplomáticas e militares regionais, dentre as quais se destacam a invasão e ataque a acampamento das FARC por tropas colombianas em território equatoriano[2] e a crise separatista no departamento de Pando, Bolívia. Embora motivados por razões distintas, ambos os conflitos compartilham o fato de serem localizados na sub-região andina, foco de instabilidades e tensões na América do Sul, em especial após o apaziguamento entre as três potências platinas, Argentina, Brasil e Chile.

O texto que segue buscará discutir o impacto das dinâmicas de (in)segurança andina para a criação e formação da agenda de cooperação do Conselho de Defesa da Unasul. Para tal, partirá daquilo que considera uma *conjuntura crítica*: a crise diplomática e militar envolvendo Colômbia, Equador e Venezuela. Dado o escopo e espaço do texto, não será possível explicitar os mecanismos causais da criação e formação da agenda do CDS, mas esperamos poder demonstrar como as preferências de Colômbia e Equador, em especial no contexto dos efeitos da mencionada crise, afetaram a agenda do Conselho de Defesa Sul-Americano.

2 Evento o qual nos iremos referir como *crise andina*.

Mudança no centro gravitacional da (in)segurança sul-americana

Embora exibindo menos conflitos interestatais (guerras e crises violentas) do que outras regiões a América do Sul é um espaço marcado por tensões, embora nem sempre exiba uma expressão militarizada. As peculiaridades das dinâmicas de segurança na América do Sul intrigaram vários pesquisadores, intrigados para entender as razões da baixa incidência de guerras interestatais na região. Entre os quais se destacam Kacowitz (1998) sobre a "Paz Negativa" na América do Sul, Hurrell (1998) e a problematização da emergência de uma "comunidade de segurança" na região, Mares (2001) e a demonstração das especificidades do uso do poder militar nos conflitos na América Latina e do Sul. No conjunto desta literatura, Buzan e Waever (2003) talvez tenham sido os autores que obtiveram mais sucesso em desenvolver uma explicação mais profunda sobre o estado da segurança no subcontinente sul-americano. A partir de sua "Teoria dos Complexos Regionais de Segurança", os pesquisadores acima citados lograram em separar a América do Sul em dois sub-complexos, o *Norte Andino*[3] e *Cone Sul*[4].

---

3 Do qual fazem parte Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guiana. Notar que esta classificação incorpora a região amazônica como parte de uma grande região Andina.

4 Composto pela Argentina, Brasil, Chile. De acordo com os autores, Paraguai, Uruguai e Bolívia fazem parte do sub-complexo, especialmente na condição de estados-tampão (2003, p.317). Deve-se notar, porém, casos como o da Bolívia, que além de fazer parte do bloco ALBA, passa a ter a sua agenda de segurança cada vez mais moldada pelo sub-complexo andino.

Desde o século XIX até o final da Guerra Fria, a dinâmica de segurança sul-americana foi fortemente influenciada pela rivalidade entre as potências regionais, como Argentina e Brasil. Porém, o apaziguamento e a redução das tensões entre estes países, como também ocorrido com o Chile e Peru, resultou na ausência de guerra entre os países do Cone Sul. Paralelo a este processo, a região andina manteve intactos problemas longevos, como a existência de grupos insurgentes e guerrilhas, disputas territoriais e o narcotráfico. O que queremos enfatizar é que é possível notar na América do Sul uma mudança no centro gravitacional das principais fontes de ameaças, riscos e insegurança. A fonte de instabilidade regional muda do sub-complexo do Cone Sul para o sub-complexo andino. Como efeito mais direto, observa-se a regionalização da insegurança andina para toda a América do Sul. O caso mais evidente deste fenômeno talvez seja o espraiamento do conflito andino e os seus efeitos para a região.

Embora a Colômbia esteja em guerra civil há mais de 40 anos, os seus impactos foram sentidos regionalmente com mais força a partir da virada dos anos 2000. Neste momento, o conflito interno colombiano foi articulado com a lógica estadunidense da Guerra Contra as Drogas, ao lado de um movimento mais amplo de tentativa de influenciar a agenda de segurança da América Latina para as então chamadas "novas ameaças", em especial o narcotráfico e, após o 11 de Setembro, o terrorismo.

Com a implementação do *Plano Colômbia* a partir de 1999 e com a plena militarização da luta com o *Plano Patriota*, a guerra contra as guerrilhas passa por uma

transformação doutrinária. A luta do governo Uribe contra as FARC[5] passa a ser travada à luz da doutrina de *contrainsurgência*. Sistematizada e apresentada ao público no contexto da *Política de Defesa Segurança Democrática*[6], de 2003, esta concepção estratégica gerou resultados como a modernização e transformação das Forças Armadas colombianas. Deste período até o presente, as FFAA[7] daquele país têm sido transformadas em uma força de alta mobilidade e eficiência na condução da luta contrainsurgência. Incidindo também sobre a Marinha, esta passou a ser predominantemente uma força naval de águas marrons[8].

Apesar do custo humano da luta armada e dos impactos regionais de sua transformação e evolução, o resultado tem sido favorável aos governos colombianos. No entanto, os custos deste processo colocaram a região em situações onde a segurança regional foi seriamente ameaçada pela possibilidade de escalada de um conflito regional entre Colômbia, Equador e Venezuela, sobre o qual nos referiremos como Crise Andina.

A Crise Andina como Conjuntura Crítica

Ao implementar o Plano Colômbia e Patriota na guerra de contrainsurgência contra as FARC e demais grupos não-estatais, a Colômbia adotou a estratégia de "assassinatos seletivos", buscando desarticular as lideranças das FARC com a

5 Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.
6 Disponível em: <http://www.resdal.org/Archivo/d00001f6.htm>.
7 Sigla internacional para Forças Armadas.
8 Para mais detalhes, ver IISS (2010, p. 56).

sua base. Com tal objetivo, na madrugada de 1 de março de 2008 deu-se início a "Operação Fênix". Tropas colombianas invadiram o espaço aéreo e território equatoriano com vistas a destruir um acampamento das FARC e eliminar Raúl Reyes, importante líder da guerrilha. Após bombardeio do acampamento realizado por aviões de ataque leve *Super Tucano*, tropas de terra tomaram o local e resgataram material de inteligência. Embora Bogotá tenha argumentado que a operação se deu no contexto de uma "perseguição quente", a rápida e violenta ação realizada pelas Forças Armadas Colombianas foi interpretada pelo Equador e por vários outros países sul-americanos como uma agressão à soberania e território equatoriano. De imediato, uma crise política e diplomática foi instalada arrastando os países da região e organizações internacionais para a tentativa de mediação e resolução.

Pouco após o desencadear da crise, o Presidente Uribe afirmou ter encontrado provas no acampamento que confirmavam o envolvimento de membros do governo venezuelano com a guerrilha colombiana, acusando-o de ser complacente com o "terrorismo". Além do crescimento da tensão diplomática e militar entre Colômbia e Equador, tendo este último aumentado de imediato o efetivo militar na fronteira com a Colômbia, o presidente venezuelano, Hugo Chavéz ordenou a movimentação de 10 batalhões para a fronteira colombiana, fechando também a representação diplomática da Venezuela em Bogotá (CAROLL; BRODIZINSKY, 2008). Embora o aumento da presença militar destes países na região de fronteira com a Colômbia não tenha levado a uma escalada e conflagração bélica, mudanças importantes foram sentidas na dimensão estratégica-militar. Um mês após o incidente, o Ministro da Defesa e os Comandantes do Exército e Força

Aérea equatorianos foram substituídos. Os Comandos de Defesa Territorial foram substituídos por um novo Comando Central, construído com vistas a poder lançar forças-tarefas com missões específicas, em especial as de "soberania de fronteira" e "soberania energética" (IISS, 2010).

Apesar da importância deste episódio na história recente da região, houve situações de crise anteriores. Por que elas não produziram resultados semelhantes, como a criação de uma institucionalidade como o Conselho de Defesa Sul-Americano? Se lembrarmos da Guerra de Cenepa, entre Equador e Peru, observaremos que foi um conflito onde uma crise escalou para a condição de guerra interestatal, envolvendo a mediação de vários países da região, os Estados Unidos e a OEA. Contudo, aquele evento não logrou em produzir uma nova institucionalidade que buscasse ser responsável pela gerência de conflitos e da segurança regional. Não que este conflito não tivesse reverberações internacionais prévias, há muito produziu efeitos nocivos na América do Sul, principalmente no Equador e na Venezuela (RAMÍREZ, 2009). Argumentamos, contudo, que a crise andina de 1 de março de 2008 constitui uma conjuntura histórica, um momento de transição, onde países importantes da América do Sul agiram diante dos efeitos da regionalização do conflito colombiano.

O desenvolvimento da crise diplomática e os mecanismos de mediação e solução de controvérsias

Nas primeiras horas após a eclosão do conflito, começaram a agir os mecanismos diplomáticos, nacionais e multilaterais nas Américas. A crise, que inicialmente fora deflagrada na lógica de um conflito entre Governo e grupo armado

não-estatal, espalhou-se para país fronteiriço, o Equador, contaminando a Venezuela. Após o ataque do dia 1 de março, o Brasil, OEA e o Grupo do Rio agiram no sentido de impedir uma escalada violenta da crise.

Num breve período de tempo, o governo equatoriano buscou junto a OEA sanções contra a ação colombiana (NOSSA; GOY, 2008), sendo respaldado em especial pelos membros da ALBA[9]. O processo de negociação se arrastou por meses, não havendo logro em conseguir as sanções contra a Colômbia. Isso se deveu em parte, pelo possível veto estadunidense na Organização dos Estados Americanos. O resultado imediato das negociações junto à OEA foi a aprovação de uma resolução pelo Conselho Permanente desta instituição, acertada por Colômbia e Equador. No documento, Bogotá admitia ter violado a integridade física e territorial do Equador e este, em troca da admissão formal de Bogotá, desistiu de pedir sanções à OEA contra a Colômbia (MIRANDA; DORLHIAC, 2008). Devido a posições extremamente antagônicas, a resolução não logrou acalmar plenamente os ânimos. Mantidas as animosidades, os efeitos diplomáticos da ação militar colombiana fariam se sentir por mais tempo.

Conjuntamente à OEA, destacou-se a relevância do Grupo do Rio como espaço de mediação. No dia 07 de março, menos de uma semana após o ataque colombiano, deu-se a 20ª Cúpula do Grupo do Rio. Mecanismo permanente de consulta internacional entre países da América Latina e Caribe, o Grupo abordou a questão da crise. Buscou impedir uma escalada entre os partícipes e abrir canais para

---

9 *Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América.*

uma negociação diplomática que satisfizesse os anseios dos antagonistas centrais, Colômbia e Equador (FIORI, 2008). Na ótica do primeiro, à luz da lógica da "guerra ao terror", o ataque em Angostura estava de acordo com a perspectiva de "defesa preventiva" (SAINT-PIERRE, 2008). Na concepção equatoriana, o ataque colombiano foi lido na ótica do direito internacional, numa perspectiva westphaliana, tratou-se da invasão do seu território e da morte de nacionais. As duas posições diplomáticas e lógicas antagonistas mostraram-se difíceis de mediar, cabendo ao Brasil um papel especial.

Segundo Saint-Pierre (2008), foi destacada a atuação da diplomacia brasileira ao manter o conflito em caráter bilateral, afastando a Venezuela e os Estados Unidos de sua possível escalada. Seja no Grupo do Rio ou através do Itamaraty, o Brasil buscou evitar a escalada entre os respectivos países. Contudo nota-se um claro movimento de "regionalizar" a solução e mediação do conflito, seja trazendo-o para o Grupo do Rio, e posteriormente defendendo a União das Nações Sul-Americanas como local adequado para a sua mediação e solução (GIRALDI, 2010).

As preferências em Defesa e Segurança de Colômbia e Equador e o Conselho de Defesa Sul-Americano

Após a sua recente criação, em maio de 2008, a União das Nações Sul-Americanas passou a ser, cada vez mais, o ambiente preferencial para discutir e mediar as consequências da crise diplomática andina. Embora causada por um evento episódico, a crise e os seus efeitos se arrastaram pela região e fóruns diplomáticos por mais de 2 anos, acompanhando, em

paralelo a criação da Unasul e posteriormente do Conselho de Defesa Sul-Americano, em dezembro do mesmo ano.

O contexto de criação do CDS se deu nas cinzas ainda quentes da contenda entre os países andinos em questão. Assim sendo, a sua emergência foi afetada pela disputa entre Colômbia e Equador pela definição da criação ou não do Conselho e posteriormente, sobre a sua agenda e atribuições. Embora a ideia básica sobre a criação do CDS tenha partido do Brasil, em especial da articulação entre a Presidência da República, a Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) e com o Ministério da Defesa (TEIXEIRA JR, 2010), o processo de criação e institucionalização foi negociado com os demais países da região, não passando incólume às crises e tensões vividas neste espaço.[10]

Em abril de 2008, apenas um mês após a deflagração do conflito entre os três países andinos aqui discutidos, o então Ministro da Defesa do Brasil, Nelson Jobim, visitou a Venezuela (15 de abril) e a Colômbia e Equador (28 de abril) com o objetivo de apresentar e discutir a proposta brasileira do CDS (MEDEIROS FILHO, 2010). Embora contando com posturas mais favoráveis, como a do Equador e Venezuela[11], o governo brasileiro não contou com o interesse imediato da Colômbia (BBC, 2008), vindo a aderir ao Conselho em julho daquele ano, após visita e negociação direta do Presidente Lula

10 O amadurecimento da proposta do CDS-Unasul passou pelos debates do Grupo de Trabalho para tal fim, criado em maio de 2008. Saint-Pierre e Castro (2008) apresentam uma interessante discussão sobre a recepção da proposta brasileira do CDS na América do Sul.

11 A Venezuela já havia realizado a tentativa de criar uma arquitetura regional de defesa, a OTAS (Organização do Tratado do Atlântico Sul).

da Silva junto a Álvaro Uribe (JARDIM, 2008). Apesar do aceite colombiano, o governo de Bogotá atrelou a participação de seu país no órgão mediante três condições, sendo elas "a tomada de decisões por consenso, a participação exclusiva das forças institucionais dos países membros e, por último, o "rechaço total aos grupos violentos"[12].

A posição equatoriana, desde o início, foi de apoio a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano. O governo de Quito entendia que a criação do CDS poderia ser útil como mecanismo de respeito e garantia do direito internacional, podendo possuir um potencial dissuasor de atitudes como a realizada pela Colômbia em 1 de março de 2008. Quito não apenas foi um entusiasta da proposta como teve um importante papel na criação e operacionalização do CDS quando à frente da Presidência Pro Tempore do CDS-Unasul, a partir de agosto de 2009. A atuação equatoriana no secretariado do CDS preocupou-se centralmente em avançar o debate e a implementação e criação de medidas de confiança mútua na região. Como aponta Pérez (2009), uma tarefa complexa, em virtude da existência de distintas concepções sobre segurança e defesa na região e a existência de conflitos e tensões latentes. No que concerne a implementação do CDS e de sua operacionalização, no Plano de Ações 2010-2011 (CDS, 2010), das 21 medidas, divididas em quatro eixos, o Equador foi responsável por sete delas. Ainda durante a gestão equatoriana, foram lançados dois volumes dos *Cuadernos de Defensa*, o primeiro sobre a modernização de Ministérios da Defesa, o segundo, versava acerca da confiança e segurança na América do Sul.

12 Op. Cit.

Ao nos voltarmos ao Estatuto do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul (CDS, 2008), poderemos observar a congruência de preferências exibidas pelo Equador e Colômbia na composição de objetivos e características da estrutura institucional. Primeiramente, o CDS não se coloca como legalmente divergente dos mecanismos de direito internacional e solução de controvérsias vigentes, como a Carta das Nações Unidas e a Carta da OEA (Artigo 2). Esta posição reforça tanto o ensejo equatoriano de reforço do direito internacional como a posição colombiana de não se afastar de institucionalidades das quais participam os EUA, como a OEA e a ONU. Ainda na sua seção *Princípios,* no Artigo 3, expõe um conjunto de medidas a serem defendidas que se coadunam com princípios consagrados tanto da diplomacia brasileira, como também são pleitos de países como o Equador, conduzindo à defesa da soberania. Porém, na mesma seção é colocado que o Estatuto do CDS "Afirma el pleno reconocimiento de las instituciones encargadas de la defensa nacional consagradas por las Constituciones de los estados miembros." Ou seja, não reconhece a legalidade e legitimidade de grupos insurgentes nos territórios nacionais, sendo assim o exercício da defesa nacional um dever que cabe apenas às forças constitucionais. Os *Objetivos* elencados no documento versam fundamentalmente sobre a criação de uma identidade comum em defesa na região, mas dizem respeito a melhora da percepção da segurança regional promovendo medidas de confiança mútua. Em *Estrutura* e *Funcionamento,* observa-se que está satisfeito o pleito colombiano pela tomada de decisões por consenso.

Considerações Finais

O presente capítulo buscou discutir como o conflito entre Colômbia, Equador e Venezuela, desencadeado em 1 de março de 2008, influenciou a criação do Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul. O texto buscou esclarecer as razões do predomínio da questão das medidas de confiança mútua no CDS e como as dinâmicas de (in)segurança nos países andinos ganham força ao moldar as instituições e a agenda da segurança regional.

O capítulo inicia apresentando os traços que caracterizam a América do Sul como uma zona de paz, onde existe uma baixa incidência de guerras. Tal concepção foi problematizada quando trouxemos a "Teoria dos Complexos Regionais de Segurança". Esta nos permite observar uma fratura estrutural na segurança regional sul-americana, entre o Norte Andino e o Cone Sul. Observamos que as principais fontes de ameaças na América do Sul mudam de lugar, do Sul do subcontinente para o Norte, sendo a sub-região andina uma área caracterizada pela instabilidade.

Para uma melhor compreensão de como a região andina torna-se importante para explicar as mudanças recentes na segurança regional, entre elas a própria criação do Conselho de Defesa Sul-Americano, escolhemos nos ater a crise diplomática entre Colômbia, Equador e Venezuela. O seguinte caso foi observado à luz da concepção neo-institucional sobre conjunturas críticas, onde se acredita que determinados eventos podem criar possibilidades de mudança política. Apresentamos como um conjunto de transformações, no setor de defesa e segurança da Colômbia, ajuda-nos a entender a

Crise Andina e de como o surgimento de lógicas de segurança plenamente destoantes faz cada vez mais necessário uma instância de diálogo e cooperação como o CDS.

Esta avaliação torna-se mais clara quando apresentamos as dificuldades de resolução do conflito e na redução das animosidades entre os países envoltos na crise sob escrutínio. Embora tenham sido valorosos os esforços da OEA, do Grupo do Rio e de chancelarias nacionais, os efeitos da crise fizeram-se sentir por bastante tempo. Neste ponto, apresentamos como a política externa brasileira buscou "regionalizar" a resolução do conflito para um ambiente institucional distinto daqueles erguidos sob a lógica da segurança e defesa hemisférica. Neste momento do texto, buscamos mostrar que embora a proposta inicial de criação do CDS tenha partido do Brasil, as preferências no campo da defesa e da segurança de países como Colômbia, Equador e Venezuela foram importantes na criação de uma agenda para o CDS-Unasul.

Embora o presente trabalho não tenha podido discutir os mecanismos causais que explicariam com mais profundidade a relação entre a Crise Andina (X) e a criação e agenda do CDS (Y), preocupamo-nos em estabelecer uma explanação que sustente a existência de uma correlação entre o evento (caso) e o resultado observado. Sugerimos mais estudos sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano, em especial sobre como países como Colômbia, Venezuela e Brasil, que possuem concepções sobre Defesa muito distintas, operacionalizam o Conselho em consonância com os meios nacionais de defesa e segurança.

Referências

BUZAN, Barry; WAVER, Ole. **Regions and Powers**: the structure of international security. Cambridge/New York: Cambridge University Press, 2003.

CARROLL, Rory; BRODIZINSKY, Sibylla. Chavez sends 10 battalions to Colombian border after killing of Farc commander. **The Guardian**, 3 mar. 2008. Disponível em: <http://www.guardian.co.uk/world/2008/mar/03/venezuela.colombia>. Acessado em: 10 fev. 2012.

CDS. ESTATUTO DEL CONSEJO DE DEFENSA SURAMERICANO DE LA UNASUR. Disponível em: <http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=159%3Aestatuto-del-consejo-de--defensa-suramericano&catid=57%3Aespanol&Itemid=189&lang=pt>. Acesso em: 09 jan. 2012.

CDS. Plan de Acción 2010-2011. Disponível em: <http://www.cdsunasur.org/es/plan-de-accion/plan-de-accion-2010-2011>.

COLÔMBIA ficará fora de Conselho de Defesa Sul-americano. **BBC Brasil**, 21 mai. 2008. Disponível: <http://noticias.terra.com.br/mundo/noticias/0,,OI2902007--EI8140,00-Colombia+ficara+fora+de+Conselho+de+Defesa+Sulamericano.html>. Acesso em: 15 fev. 2012.

FIORI, Mylena. Grupo do Rio discute amanhã solução para crise entre Equador e Colômbia. **Agência Brasil,** 06

mar. 2008. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2008-03-06/grupo-do-rio-discute-amanha-solucao-para-crise-entre-equador-e-colombia>. Acesso em: 22 fev. 2012.

GIRALDI, Renata. Brasil defende mediação da Unasul na crise entre Venezuela e Colômbia. **Agência Brasil,** 27 jul. 2010. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/selecao-diaria-de-noticias/midias-nacionais/brasil/agencia-brasil/2010/07/27/brasil-defende-mediacao-da-unasul-na-crise-entre>. Acesso em: 22 fev. 2012.

HURRELL, Andrew. An emerging security community in South America? In: ADLER, Emanuel; BARNETT, Michael (Orgs.). **Security Communities**. Nova York: Cambridge University Press, 1998. p. 228-264.

IISS. **The Military Balance 2010**: the annual assessment of global military capabilities and defense economics. London: IISS, 2010.

JARDIM, Claudia. Colômbia adere a Conselho de Defesa Sul-americano. **BBC Brasil,** 19 jul. 2008. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2008/07/080719_lulauribeconselho_cj_cg.shtml>. Acesso em: 24 fev. 2012.

KACOWICZ, Ariel M. **Zones of Peace in the Third World:** South America and West Africa in Comparative Perspective. SUNY series in global politics. New York: State University of New York Press, 1998.

MARES, David R. **Violent Peace:** militarized interstate bargaining in Latin America. New York: Columbia University Press, 2001.

MIRANDA, Renata; DORLHIAC, Gabriella. Colômbia e Equador fecham acordo. **O Estado de S. Paulo,** 06 mar. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/impresso,colombia-e-equador-fecham-acordo,135625,0.htm>. Acesso em: 22 fev. 2012.

NOSSA, Leonencio; GOY, Leonardo. Equador cobra posição da OEA contra a Colômbia. **O Estado de S. Paulo**, 05 mar. 2008. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,equador-cobra-posicao-da-oea-contra-a-colombia,135182,0.htm>. Acessado em: 16 fev. 2012.

PÉREZ, Rosa Mercedes. Desafíos del Ecuador en la Presidencial del Consejo de Defensa Sudamericano, 2009. Disponível em: <http://www.unasurcds.org/images/stories/publicaciones/articulo_viceministra_ecu.pdf>. Acesso em 23 fev. 2012.

RAMÍREZ, Socorro. El conflicto colombiano¿ un asunto regional? In: **VII CURSO PARA DIPLOMATAS SUL-AMERICANOS**. Rio de Janeiro, 19 de outubro a 12 de novembro de 2009. Palácio Itamaraty. Brasília: FUNAG, 2010. p. 181-202.

SAINT-PIERRE, Héctor. Itamaraty evitou o pior na crise entre Colômbia e Equador. **UNESP.** Disponível em: <http://www.unesp.br/aci/jornal/235/suplea.php. 2008>. Acesso em: 15 fev. 2012.

SAINT-PIERRE, Héctor; CASTRO, Gustavo Fabián. "El Consejo Sudamericano de defensa." **Boletín RESDAL**. v.11, n. 29, Junho 2008. Disponível em: <http://www.resdal.org/csd/articulo-gustavo-hector.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2012.

TEIXEIRA JR. A. W. M. O Conselho de Defesa Sul-Americano da Unasul: criação institucional e cultura estratégica. In: OLIVEIRA, Marcos Aurélio Guedes de. (Org.). **Comparando a Defesa Sul-Americana**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011. p. 127 -147.

Segurança Humana, Estatal e Pública no Arco Andino: *um entrecruzamento de análises e suas problemáticas*

Paulo Roberto Loyolla Kuhlmann

Resumo

A temática da Segurança Humana corresponde à modificação do objeto de referência do âmbito estatal para o âmbito da sociedade, do indivíduo. Se a soberania corresponde à ideia de reivindicação do monopólio da violência legítima, segundo Weber, o que pressuporia o controle e a ordem interna, por um lado, e a defesa de invasões de outros Estados, por outro, significa que a segurança humana, em primeira instância, mesmo que no aspecto estreito de controle de ameaças internas e externas por parte do Estado, trata dos dois ambientes indistintamente, mas de maneira diferente. Apesar de haver uma grande discussão por parte dos que estudam segurança na América Latina sobre as implicações de misturar as esferas, utilizando forças armadas e polícia em âmbitos cruzados, é isto que tem ocorrido, em geral. No Arco

Andino, considerado como “arco de instabilidade” por analistas de Defesa e Segurança, então, isto tem se tornado recorrente, desde a guerra suja de Fujimori no combate ao Sendero Luminoso, até na Colômbia, com o combate aos movimentos outrora guerrilheiros, hoje de difícil delimitação, como as FARC e a ELN. Todos estes países se influenciam e são influenciados entre si, tendo diversas questões problemáticas de dificuldades de controle do Estado, com diferentes manifestações a arranjos em relação à operacionalização dos meios de Defesa e Segurança, tornando esta zona cinzenta de difícil delimitação mais nebulosa ainda. Este texto tem a finalidade de apresentar algumas das diversas lógicas de entrecruzamento das forças militares e policiais e as diferentes relações de insegurança humana criadas.

Abstract

The human security is the change of the reference object to the state level for the level of society, and the individual level. If sovereignty corresponds to the idea of claiming a monopoly of legitimate violence, according to Weber, which presupposes control and internal order, on the one hand, and the defense of invasions of other states, on the other, means that human security in the first instance even narrower than in the control aspect of internal and external threats by the state, deals with the two environments alike, but with different approach. Although there are a lot of debates in security research in Latin America on the implications of crossed fields, using armed forces and police in both spheres, this is what has occurred, in general. In the Andean Arc, considered as

"arc of instability" by analysts, Defense and Security, then, it has usual practice, in Fujimori's dirty war in the fight against Shining Path, as to Colombia, with the former guerrilla movement fighting, today's difficult delimitation, such as the FARC and ELN. All these countries have influence and are influenced one another, and they have several issues with the difficulties of state control, with different manifestations of the arrangements in relation to the operation of the means of defense and security, making it difficult gray area even more nebulous boundaries. This paper aims to compare the many intersections of the military and police forces and different relations of human insecurity created.

Introdução

No ano de 1935, foi editado interessante livro escrito pelo general Mário Travassos, denominado Projeção Continental do Brasil, prefaciado por Pandiá Calógeras, que havia sido ministro da Guerra (1919-1922) de Epitácio Pessoa, apontando para a necessidade do Brasil se voltar para a bacia do Amazonas, onde dominava a foz, ao invés de investir na bacia do Prata, cuja foz era dominada pela Argentina, se quisesse ser grande.[1] As inimizades entre Brasil e Argentina certamente foram aguçadas a partir desta ótica, mas a estratégia sugerida não deu resultados efetivos, pois atualmente o Brasil tem muito mais contatos econômicos com seus parceiros do Cone Sul do que com os parceiros amazônicos. É bem verdade que

1 TRAVASSOS, Mario. **Projeção Continental do Brasil**. 2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935. p. 39-46.

Travassos apontava para as dificuldades da região amazônica, tais como o vazio de ecúmeno e a falta de transportes ferroviários.

Entretanto, considerando o montante de dinheiro que circula por produção, possivelmente a Amazônia, mais especificamente a região Andina, desponta-se como um dos principais locais de plantio e distribuição de coca do mundo,[2] tendo a Colômbia como o principal produtor e o Peru, em segundo lugar.[3] Portanto, apesar de os países não terem conseguido que suas estruturas fossem integradas estatalmente e produzissem relações comerciais relevantes, os meios informais foram mais eficientes em fazê-lo, superando qualquer questão relativa às dificuldades oriundas do difícil acesso, ou de infraestrutura, o que aponta para uma óbvia incapacidade dos Estados de realizar projetos integradores que sejam mais interessantes economicamente do que as atividades ilegais e informais na região.

O Conselho de Defesa Sul Americano (CDS) tem seguido importante caminho, que enfoca a soberania, diferencia Defesa (conceito tradicional), de Segurança, buscando fortalecer governos, democracias e a paz regional entre os países, buscando a concertação ao invés do litígio. Medidas de confiança tipicamente ligadas à Defesa foram estabelecidas, como controle e padronização de gastos militares, o

---

2 Grupo de pesquisa RETIS, Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia, 1996, Disponível em <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/droga/p01pub01.htm>.

3 World Drug Report 2011, p. 99. Disponível em <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf>.

estabelecimento de livros brancos e políticas de Defesa, dentre outras[4]. Entretanto, as inquietações de grande parte dos países não se referem às questões de defesa, e apesar do princípio do fortalecimento da soberania seguido pelo CDS, há problemas transnacionais tais como o crime organizado, o narcotráfico, as migrações e deslocados, dentre outros, que necessitam, necessariamente, de cooperação em matéria de segurança, visando à proteção dos cidadãos sul-americanos. Já que o Conselho de Defesa não é o fórum para a discussão destas questões, é importante que se busquem formas de trabalho e ação conjuntas para que se tomem medidas conjuntas necessárias e urgentes.

Neste momento, portanto, sublinhamos as incapacidades estatais, pela dificuldade de superação e integração para solucionar problemas de segurança regional graves. Este texto visa a discutir estas questões, de acordo com o debate quanto à temática das seguranças e seus entrecruzamentos, na região Andina, privilegiando Colômbia, Peru e Equador

Seguranças e suas espacialidades

Pode-se dizer que a definição tradicional de segurança, dentro da lógica internacional, é a delimitada por Estados dentro de um ambiente anárquico que lutam por sua sobrevivência. Portanto, a segurança internacional, à maneira realista, é composta por países soberanos que têm suas estruturas de

---

4 RUZ, María Inés, El Consejo de Defensa Suramericano a dos años de su instalación. In MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**, 2011, p. 3-9.

defesa externa - preocupados com possíveis invasões de países vizinhos - e segurança interna - que busca criar um ambiente de relativa equalização entre os cidadãos sob o guarda-chuva do Estado que os abriga.

Além disso, a segurança estatal,[5] que soma elementos de controle interno e de inviolabilidade externa - após construções dos estados absolutistas, que se firmavam como estados porque eram competentes para colher impostos, organizar exércitos e guerrear[6] -, é embelezada pela ideia de nação, que pressupõe o povo, livre, em armas, para sua própria defesa. Não é à toa que, dentro dessa lógica, os estados, sejam totalitários ou não, queimam seus homens, com ou sem razões ideológicas "puras", por guerras justas ou injustas.

Posteriormente, e dentro de uma noção de mudança, ou diminuição das guerras interestatais, e aumento de conflitos intraestatais, com o esvaziamento das guerras e motivos nacionais para lutar, surge a ideia de que os conflitos intraestatais podem ser alimentados de fora, fazem parte de países com estruturas débeis, e com profundas fissuras no tecido social. Neste momento, unem-se as ideias de novas ameaças com as de Segurança Humana.

---

5 Ver CEPIK, Marcos, Segurança Nacional e Segurança Humana: Problemas Conceituais e Consequências Políticas, **Security and Defense Studies Review**, v. 1, p. 1-19, Spring 2001.

6 TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: EdUSP, 1996.

Segurança Pública versus Segurança Cidadã

Quando se fala em segurança pública, admite-se, em tese, que há a necessidade de uma mínima ordem interna para que as coisas "funcionem", dentro de um Estado. Hobbes desejava isto, já que o contexto em que vivia era de conturbação grave entre as lógicas religiosas conflituosas da época. Por isso, a necessidade de um soberano forte e indiscutível, para colocar ordem entre os desordeiros e insociáveis homens. Interessantemente, a figura do ditador romano teria esta finalidade: colocar "ordem na casa", quando o império estivesse em caos. A ditadura, portanto, seria um expediente extraordinário utilizado pela legislação romana e que tinha metas e prazo determinados. Possivelmente, semelhante ao que ocorreria com as situações de estado de defesa e sítio, nas constituições atuais.

Entretanto, quando se fala em ordem, deve-se ter em conta que ordem se refere a uma determinada situação de equilíbrio entre os que mandam e os que obedecem. No famoso filme Encouraçado Potemkin, fica claro que há um momento de tensão incontrolável, quando a ordem se rompe definitivamente. Portanto, conforme os pensadores marxistas, o momento de rompimento da ordem, para uma possível rebelião, ou revolução, pressupõe a necessidade de determinadas condições, e que aparentemente poderiam ser previstas pelos governantes, se atuassem na mitigação dos problemas originais.

Na mesma lógica desta discussão, recorre Jorge Nef,[7] ao abordar o conceito de "ordem" junto ao termo "homeostase", emprestado da Biologia, que pressupõe um organismo em equilíbrio constante. Esta expressão é utilizada pelos psicólogos da linha sistêmica, que pressupõem que um paciente com problema pode ser o bode expiatório de uma família que, por não conseguir contornar o desequilíbrio, aponta para um culpado, isentando-se da culpa coletiva, como se o *iceberg* apontasse para sua ponta, única parte visível. Portanto, um corpo social necessitaria de ordem e equilíbrio, fato que é discutido por Samuel Huntington, no livro "A ordem política das sociedades em mudança", quando afirma que não é a pobreza, ou a riqueza, que trazem crises, mas sim as sociedades que estão em mudança drástica, onde os equilíbrios se rompem.[8] Talvez o lema positivista inscrito na bandeira brasileira, segundo esta visão, demonstre uma situação incompatível, já que a ordem e o progresso teriam, ao menos, dificuldade de andar juntos, dependendo de quão desequilibrado for o progresso, ou o desenvolvimento.

A solução para o equilíbrio, indicada no período da Guerra Fria, segundo Nef, que denomina de medidas preventivas para a contrainsurgência, indica o binômio da "Segurança e Desenvolvimento" como a fórmula para a solução de conflitos. Quanto ao Desenvolvimento, a impressão é que a América

---

7 NEF, Jorge, Seguridad humana y vulnerabilidad mutua. In: ARAVENA, F. R., GOUCHA, M. **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe.** Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002, p. 41-45.

8 HUNTINGTON, Samuel. **A Ordem Política nas Sociedades em Mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 1992. p. 54,55.

Latina, subdesenvolvida, deve adotar a fórmula liberal de crescimento, que proporcionaria, imediatamente, riqueza, e em consequência aquietaria os descontentes; quanto à Segurança, adotou-se a lógica da Segurança Nacional que indicaria a caça às bruxas, ou seja, a caça aos comunistas e a todas as formas de pensamentos contrários à lógica da democracia com liberdade de mercado, propalada pelo Ocidente, em guerra contra o "monstro" soviético.[9]

Jorge da Silva,[10] dentro desta mesma linha, afirma que determinados direcionamentos têm sido apresentados pelo hegemon de forma a que o restante da América Latina siga a rédea determinada pelos EUA, ou seja, a 3ª guerra mundial, que seria a guerra ao comunismo, a 4ª guerra, que seria a guerra às drogas, e a 5ª guerra, o combate ao terrorismo. Neste ponto, Nef coincide com Silva,[11] afirmando que a resposta do Ocidente é utilizar-se da criminalização do perigo e prescrevendo um estado de segurança nacional protegendo a sociedade contra si mesma, e utilizando-se de "mais do mesmo", ou seja, se o combate tradicional não tem funcionado, é só aumentar a dose do remédio, utilizando-se de mais armas, mais militares e mais repressão[12]. Portanto, a Segurança

---

9 NEF, Jorge. Seguridad humana y vulnerabilidad mutua. In: ARAVENA, F. R., GOUCHA, M., **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002, p. 33-35.

10 SILVA, Jorge da, Seguridad Humana y Seguridad Pública: el global y su influencia en el local. In ARAVENA, F. R., GOUCHA, M. **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002, p. 288.

11 SILVA, 2002, p. 288; NEF, op. cit., p. 38.

12 NEF, Jorge, op.cit., p. 36-38.

Pública está embebida da lógica da Segurança Nacional Tradicional, típica da lógica da Guerra Fria. Vejam a definição da Escola Superior de Guerra: "Segurança Nacional é o grau de garantia que, através de ações políticas, econômicas, psicossociais e militares, o Estado proporciona à Nação, para a conquista e manutenção dos objetivos nacionais a despeito de antagonismos e pressões (existentes ou potenciais)". [13]

Nesta definição de Segurança Nacional, é nítido que os antagonismos internos, portanto, desestruturadores da ordem interna, são objeto da preocupação e das ações da área cinzenta coberta ora pela segurança nacional, ora pela segurança pública, de difícil delimitação e discussão.[14]

Por estas questões é que se começou a falar em Segurança Comunitária, Segurança Cidadã, como forma de inserir os cidadãos na preocupação com sua própria segurança, como partícipes da solução, como sujeitos e não como objetos parte do problema, e como objeto da segurança, e não contra quem a segurança pública iria agir, em favor do Estado.

Portanto, apesar de Cepik[15] afirmar que a Segurança Estatal não seria abalada por questões de Segurança Humana, ou melhor, que não haveria canais comunicantes necessariamente, Nef,[16] entretanto, aponta para a direção contrária: partindo da visão do Sistema Mundo, de Wallerstein, ou da

---

13 BICUDO, Hélio. **Segurança Nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 56.

14 EDMUNDS, Timoty. What are armed forces for? The changing nature of military roles. In: **Europe. International Affairs,** 2006, p. 1073,1074.

15 CEPIK, 2006, p. 12-15.

16 NEF, Jorge, op. Cit., p. 40-48.

Teoria da Dependência, de Faletto e Cardoso[17], afirma que a Teoria da Interdependência foi uma resposta do *mainstream* a uma realidade clara, de relações entre centros e perifeiras, sendo que as periferias estão, hoje em dia, misturadas com os centros, integrando a todos num Sistema de Vulnerabilidade Mútua Assegurada, como se pudéssemos afirmar, então, que é patente a influência de um mundo em relação a outro, do interno em relação ao externo, e do externo em relação ao interno.[18]

Entretanto, se Nef está certo em afirmar que os lemas antigos da Segurança e Desenvolvimento não dão conta das questões atuais, ainda assim, alguns ainda recentemente afirmam que os problemas dos países do Arco Andino, especificamente Equador e Peru, ocorrem por motivo de falta de desenvolvimento, como afirma Craig Deare, professor do Centro Hemisférico de Estudos de Defesa em Washington, D. C., à época, numa lógica perpetuadora de um pensamento que não produziu soluções regeneradoras: “En gran medida, el esfuerzo de las entidades de seguridad pública se encuentra combatiendo los efectos de problemas cujas causas radican en esas mismas debilidades de desarrollo del país”.[19]

Portanto, segurança pública pressupõe a proteção dos habitantes por parte do Estado, numa postura passiva. Pressupõe, ainda, uma ordem pública, que significaria normas de convivência para o uso dos espaços públicos - neste caso, as

---

17 Idem, p. 40.

18 Idem, op. Cit., p. 40-48.

19 DEARE, Craig. **Comentarios:** Ecuador, Perú, México. In: PERALES, José Raúl, (ed.). **Reforma de las Fuerzas Armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**,. {s.l.:s.n.], 2008, p. 97.

desordens cometidas por protestos oriundos de descontentamentos pelas desigualdades ou injustiças, ou são coibidas com dureza, ou são pensadas de forma diferente.[20] De acordo com Juan Rial,[21] a Segurança Cidadã pressupõe a participação da comunidade, garante as liberdades e a defesa do cidadão coletivo, abrangendo também os habitantes que juridicamente não são cidadãos[22]. Desse modo, inclui os seres humanos periféricos, em qualquer parte do mundo, pressupondo a dignidade de ser igual na condição humana, e tornando-os objeto da segurança.

Segurança Hemisférica e Segurança Regional

É relevante saber, principalmente quanto aos países do Arco Andino, que influências esses países recebem dos Estados Unidos, e como elas se dão, em termos de segurança. Costuma ser chamada de Segurança Hemisférica a segurança do continente americano, gerenciada pela Organização dos Estados Americanos (OEA) e, por consequência, induz que a América Latina assuma boa parte das guerras do "Ocidente", propaladas pelos Estados Unidos, que assumem a condição de timoneiro do continente americano.

20 RIAL, Juan. **Seguridad pública, seguridad ciudadana**: sobre información y lenguaje. In: DONADIO, Marcela, **Índice de seguridad pública y ciudadana en América Latina**: El Salvador, Guatemala y Honduras. Buenos Aires: RESDAL, 2011, p. 88.

21 Idem.

22 Idem.

Apesar das distorções que isto causa aos países da América do Sul, por lutarem e combaterem em "guerras" não escolhidas por eles, algumas conquistas proporcionadas pelo sistema hemisférico foram positivas e causaram bons impactos e prolongamentos posteriores. Por meio da OEA, houve a reunião de ministros de Williamsburg,[23] em 1995, onde são tratadas: a necessidade da busca por acordos pacíficos em relação a questões de fronteiras, a busca pelo ideal democrático e a abertura do debate da temática de Defesa.

Dentro desta dimensão, a UNASUL e respectivo Conselho de Defesa Sul-Americano herdaram o compromisso democrático, o controle civil sobre os militares e as medidas de confiança da OEA, apesar da luta por estabelecimentos próprios de segurança no Cone Sul, Arco Andino e América Central, negando o direito de que os Estados Unidos gerissem a segurança da região como se pertencente à sua lógica única. Portanto, as conquistas de Williamsburg foram positivas, uma vez que parecem ter gerado o amadurecimento dos países para a resolução conjunta e a busca de soluções compartilhadas.

Portanto, a ingerência estadunidense na região, histórica e atual - interferindo nos países à sua volta, buscando alinhavar agendas comuns de segurança, para garantir sua segurança, chegando ao ponto de regular os conflitos internos e a segurança pública -, caracteriza de fora para dentro a interferência mútua da segurança regional, ou estatal, na segurança interna,

---

23 COMISSÃO DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA, I Reunião de Ministros de Defesa nas Américas, 1995. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm>.

ou pública e, por conseguinte na segurança humana, de forma negativa, muitas vezes.

No Conselho, a ideia é não criar nenhuma força regional, tal como a Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), como também se ater somente aos assuntos de Defesa. Entretanto, instâncias outras devem ser formadas para tratar de problemas que realmente transpassam fronteiras, ainda que as soluções não busquem ultrapassar a soberania dos países, como já observado.

Exemplo de conflitos cruzados e estruturas militares e policiais

1) Colômbia

A Colômbia tem um histórico de violência e de não conciliação, e enfrenta a falta dos monopólios básicos, segundo Alejo Vargas.[24] Além disso, a força policial e as forças armadas estão imbricadas no mesmo ministério, o da Defesa, e há indiferenciação de missões dos dois organismos. Fala-se comumente da policialização dos militares e da militarização da polícia.[25]

Apesar dos progressos recentes no combate às FARC, com a crescente falta de apoio popular aos grupos guerrilheiros

---

24 VELÁSQUEZ, Alejo Vargas. La singularidad colombiana: Fuerza Armada en seguridad interior. In: DONADIO, Marcela. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina**: edición 2007. Buenos Aires: Ser en 2000, 2007.

25 Idem.

da Colômbia, a lógica de Santos tem sido a de aumentar os efetivos policiais e militares,[26] o que parece caracterizar um agravamento, ao invés de uma possível solução consorciada. A decisão das FARC de não mais fazer reféns,[27] comemorada, ainda não indica uma condição necessária para uma negociação que gere o apaziguamento na Colômbia.

Portanto, talvez o aumento de militarização e securitização na Colômbia possa provocar um excedente em forças de defesa e segurança que possa causar sérios riscos futuros, pela desproporção de percentual entre civis e militares neste país, cada vez mais alta.

2) Equador

O maior problema relacionado às questões de Defesa e Segurança do Equador era o problema de fronteira com o Peru, fato que foi encerrado com as negociações no ano de 1995, após mais de 40 anos de disputas.

Posteriormente a essas questões de fronteira, o problema da Colômbia, sobretudo do enfrentamento aos grupos guerrilheiros, principalmente às FARC, gerou preocupações no Equador, tanto é que, antes de estabelecerem um pensamento

---

26 COLORADO, Paula. **Santos anuncia plan contra las Farc**, El Colombiano, 25 Nov. 2011. Disponível em: <http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/S/santos_anuncia_plan_contra_las_farc/santos_anuncia_plan_contra_las_farc.asp>.

27 ORTIZ, Delis. FARC anunciam que não farão mais sequestros na Colômbia. **Jornal da Globo**, 28 Fev. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/02/farc-anunciam-que-nao-farao-mais-sequestros-na-colombia.html>.

de segurança mais totalizante, estabeleceram a Política de Segurança da Fronteira Norte, em 2000. Um plano parcial, que não contemplava toda a segurança do Equador, mas só a região de contato com a Colômbia, já que a segurança do Equador se viu ameaçada pelos rescaldos possíveis pelo transbordamento do conflito interno colombiano.[28]

Entretanto, o possível transbordamento do conflito foi visto de forma surpreendente: o ataque ao acampamento das FARC em território equatoriano pelo governo Uribe, em março de 2008, sem aviso ou autorização do governo do Equador, o que gerou grande crise entre os países, que teve repercussão em toda a América do Sul, já que se verificou que a lógica do ataque preventivo norte-americano não só assombrava, como se fazia presente, dando seus primeiros "frutos", por meio do Plano Colômbia.[29]

Creio que este caso é emblemático e problemático: um problema interno da Colômbia acabou por influenciar regionalmente, e provocou reações de reforço da soberania dos países da região; por outro lado, fortalece orientações independentes das emanadas pela Organização dos Estados Americanos, e uma busca por soluções subcontinentais, por meio da UNASUL e do Conselho de Defesa Sul-americano.

---

28 ROMÁN, O. J. El proceso político para la reestructuración de las Fuerzas Armadas de Ecuador. In: PERALES, J. **Reforma de las fuerzas armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center, 2008, p. 70.

29 MURTA, Andrea. Lógica da "guerra contra o terror" ameaça democracias latino-americanas. Entrevista com Juan Gabriel Tokatlian. **Folha de S. Paulo**, 10.03.2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u380326.shtml>.

Neste caso, talvez, o problema gerou a solução de, com a crise, integrar mais a região.

Apesar disso, após a assunção de Santos à presidência da Colômbia, o estranhamento existente entre os países, que ficou na iminência de causar uma crise grave entre os dois países, foi diminuído, e as boas relações retornaram.

Houve ações mais intensivas do Exército do Equador na região de fronteira com a Colômbia, como também a reativação da *Comisión Binacional de Frontera*, cuja finalidade é estreitar as informações de inteligência entre os dois países.[30]

Outras questões relevantes que demonstram ainda mais a questão do entrecruzamento de seguranças, agora não mais das questões hemisféricas, mas da região de fronteiras, são o deslocamento de migrantes colombianos forçados.[31] Aqui se tipifica um problema de segurança humana, já que os deslocados são uma questão a ser tratada pelos dois países, gerando um problema de absorção por parte do Equador, que pode claramente considerá-la uma questão mais de segurança pública, pelo desequilíbrio causado pelos deslocados; portanto, a segurança humana, ou cidadã, considerando estas pessoas como dignas de uma cidadania sul-americana, deveriam ser tratadas com condições dignas, o que necessariamente não ocorrerá

---

30 GUZMÁN, Sandra Borda, Cambios y continuidad en seguridad y defense en Colombia durante 2010. In: MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**, 2011. p. 101.

31 ZEPEDA, Beatriz, La política externa de Ecuador durante el governo de Rafael Correa: un balance. In: MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**, 2011. p. 115.

somente a partir da provisão dos Estados, podendo vir por meio de pressões de ONGs ou de órgãos internacionais, ou de acordos regionais que porventura contemplem esta problemática séria.

A questão talvez consideravelmente mais crítica que viveu recentemente o Equador foi a crise de estabilidade que se abateu na manifestação dos policiais contra o presidente Rafael Correa, em setembro de 2010. O Equador ainda tem uma alta rotatividade de presidentes, o que demonstra uma instabilidade política considerável. Entretanto, quando este fato ocorreu, visualizou-se a possibilidade de um golpe que deporia Rafael Correa, o que demonstra mais ainda a instabilidade política do Equador.

Neste caso, o apoio dos presidentes da região foi irrestrito ao presidente Rafael Correa, o que demonstra que a cláusula democrática, gestada no seio da OEA, dá frutos agora.

3) Peru

A despeito de conflitos recentes, tais como o contencioso entre Equador e Peru em 1995, mediado pela MOMEP, e uma questão de fronteira com o Chile, em discussão na ONU, não há problemas tradicionais de segurança interestatal quanto ao Peru.[32]

32 IGLESIAS, Carlos Basombrío, Las reformas al sector seguridad en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares - el caso peruano. In: PERALES, J. **Reforma de las fuerzas armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center, 2008, p.

A despeito de o Sendero Luminoso ter sido combatido duramente entre 1980 e 1990, e ter perdido sua força com a captura de seu principal líder em 1992, houve discursos a respeito do ressurgimento do Sendero, a partir de 2007, por influência do combate ao narcotráfico e às FARC na Colômbia,[33] já que o Plano Colômbia iniciou-se em 2002.

Entretanto, um de seus principais líderes atuais, Comrade Artemio, admitiu em dezembro de 2011 que o Sendero já havia sido derrotado.[34] Além disto, Comrade foi capturado em fevereiro de 2012.[35]

Todavia, o Peru tem a “capacidade” de produzir a cadeia completa do narcotráfico, desde a plantação e refino, embora sejam firmas familiares que distribuem a traficantes colombianos e mexicanos, o que, segundo Bassombrio,[36] é motivo de menos violência interna por este motivo.

A despeito de qualquer outra análise, para o Peru, após a cessação do contencioso com o Equador, e do sufocamento do Sendero Luminoso, Bassombrio apontava para a seguinte ordem de prioridade de problemas em seu país:[37]

1. Vandalismo das gangues juvenis
   (baixas taxas de homicídio, mas alta vitimização)

---

33 PARTLOW, Joshua, In Peru, a Rebellion Reborn, The Washington Post, Nov 12, 2008; A12. Disponível em <http://www.latinamericanstudies.org/peru/rebellion-reborn.htm>

34 Peru’s Shining Path defeated, rebel leader admits, http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-16066029

35 Peru Shining Path leader Comrade Artemio captured.12 Fev. 2012. Disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-17005739>. Acesso em 12 de fevereiro de 2012.

36 IGLESIAS, op. Cit., p. 63.

37 IGLESIAS, 2008, p. 59-67

2. Manifestações nacionais do narcotráfico
3. Violência em massa nos protestos de origem social
4. Enfrentamento dos remanescentes subversivos do Sendero

Interessantemente, segundo esse autor, é como se o Peru tivesse se blindado em relação aos problemas regionais resultantes do narcotráfico, e o Sendero não significasse quase nada, constando como uma das últimas preocupações em relação à segurança de seu país, ainda que denunciassem o ressurgimento do Sendero.

A despeito disto tudo, coincidindo com Bassombrio, há uma região que é caracterizada pela produção em grande quantidade de coca, e que coincide com a área de atuação do Sendero. Por este motivo, em fevereiro de 2007, o Peru lançou o Plano VRAE[38], delimitando três ações básicas na região:

> el militar, que combate a los remanentes senderistas; el policial, que lucha contra los narcotraficantes; y el civil, que busca realizar obras de impacto socio económico, como la electrificación de la zona y la construcción de carreteras, que impulsen el desarrollo de los pobladores de la zona y los cultivos alternativos a la hoja de coca...

38 PERU, "Una Opción de Paz y Desarrollo en Seguridad para el Valle de los Ríos Apurimac y Ene - Plan VRAE", **El peruano**, p. 300339 -300341, 23 Fev. 2007.

Na sequência, em janeiro de 2009, o governo do Peru criou uma nova região militar, denominada Região Militar VRAE[39] (Vale do Rio Apurimac e Ene), que buscou dar prosseguimento ao Plano VRAE, continuando a lógica da divisão de tarefas entre forças militares e policiais.

Bassombrio afirma que a delimitação de tarefas entre forças militares e forças policiais se baseava na guerra suja de Fujimori ao Sendero, buscando evitar a corrupção das forças militares, mas deixa de citar a função essencial civil que envolve a questão econômico-social que, segundo os próprios militares, impede a erradicação do plantio de coca na região, negando uma das únicas formas de ganho do pessoal pobre da região[40]. Ainda que o Sendero esteja quase totalmente neutralizado, assim não é com as áreas de cultivo de coca, que têm crescido tanto na Bolívia quanto no Peru, infelizmente.[41] Portanto, a questão social deve ter prioridade, não como afirma Nef, de forma a buscar um desenvolvimento liberal que, num passe de mágica, solucione os problemas de segurança, mas considerando a questão do ponto de vista das pessoas, de sua segurança mínima que proporcione o desenvolvimento pessoal, diferente da visão desenvolvimentista dos anos de Guerra Fria.

39 PERU. Ministerio de Transportes y Comunicaciones, Proyetos en el VRAE, Disponível em: <http://www.proviasdes.gob.pe/inf_vrae/vrae.html>.

40 Peru military Joint Chiefs commander: coca eradication in cocaine-producing jungle valley "an error", 27 Jun. 2008, Disponível em: <http://www.peruviantimes.com/27/peru-military-joint-chiefs-commander-coca-eradication-in-cocaine-producing-jungle-valley-an-error/470/>.

41 Ver World Drug Report 2011, p. 99-105. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf>.

Considerações Finais

A necessidade de soluções concertadas regionalmente é cada vez mais premente, para providenciar a cidadania aos marginalizados. Para isso, é fundamental que os problemas de segurança da região sigam uma lógica parecida com a dos problemas de Defesa: a decisão conjunta e compartilhada.

Talvez só assim se consiga trilhar o caminho da segurança humana, nesses países. Entretanto, é visível a necessidade de que os países possam estruturar lógicas internas de segurança humana, apartando-se da lógica anterior, herdada da Guerra Fria, de segurança contra os cidadãos da América do Sul, abolindo o dissenso, e do desenvolvimento segundo uma ótica liberal instantânea, que o simples desenvolvimento teria condições de apaziguar o país.

Referências

BICUDO, Hélio. **Segurança nacional ou submissão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

CEPIK, Marcos. Segurança nacional e segurança humana: problemas conceituais e consequências políticas. **Security and Defense Studies Review**, Vol. 1, Spring 2001, p. 1-19.

COLORADO, Paula. Santos anuncia plan contra las Farc. **El Colombiano**, 25 Nov. 2011. Disponível em: <http://www.elcolombiano.com/BancoConocimiento/S/santos_anuncia_plan_contra_las_farc/santos_anuncia_plan_contra_las_farc.asp>.

COMISSÃO DE SEGURANÇA HEMISFÉRICA. **I Reunião de Ministros de Defesa nas Américas**, 1995. Disponível em <http://www.summit-americas.org/Williamsburg-spanish.htm>.

DEARE, Craig. Comentarios: Ecuador, Perú, México. In: PERALES, José Raúl (ed.). **Reforma de las Fuerzas Armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**.[s.l.:s.n.], 2008. p. 97.

EDMUNDS, Timoty. What are armed forces for? The changing nature of military roles in Europe. **International Affairs**.[s.l.:s.n.], 2006, p. 1073,1074.

GRUPO DE PESQUISA RETIS. **Movimento de dinheiro e tráfico de drogas na Amazônia**. 1996, Disponível em: <http://acd.ufrj.br/fronteiras/pesquisa/droga/p01pub01.htm>.

GUZMÁN, Sandra Borda. Cambios y continuidad en seguridad y defensa en Colombia durante 2010. In: MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**, 2011, p. 101.

HUNTINGTON, Samuel. **A ordem política nas sociedades em mudança**. Rio de Janeiro: Forense, 1992.

IGLESIAS, Carlos Basombrío. Las reformas al sector seguridad en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares - el caso peruano. In: PERALES, J. **Reforma de las fuerzas armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center, 2008, p.

MURTA, Andrea. Lógica da "guerra contra o terror" ameaça democracias latino-americanas. Entrevista com Juan Gabriel Tokatlian. **Folha de S. Paulo**, 10.03.2008. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u380326.shtml>.

NEF, Jorge. Seguridad humana y vulnerabilidad mutua. In: ARAVENA, F. R; GOUCHA, M. **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002, p. 33-35.

ORTIZ, Délis. FARC anunciam que não farão mais sequestros na Colômbia. **Jornal da Globo**, 28 fev. 2012. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2012/02/farc-anunciam-que-nao-farao-mais-sequestros-na-colombia.html>.

PARTLOW, Joshua. In: Peru, a Rebellion Reborn. **The Washington Post**, Nov 12, 2008; A12. Disponível em http://www.latinamericanstudies.org/peru/rebellion-reborn.htm

PERU military Joint Chiefs commander: coca eradication in cocaine-producing jungle valley "an error", 27 Jun. 2008, Disponível em: <http://www.peruviantimes.com/27/peru-military-joint-chiefs-commander-coca-eradication-in-cocaine-producing-jungle-valley-an-error/470/>.

PERU Shining Path leader Comrade Artemio captured.12 Fev. 2012. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-17005739>.

PERU, una opción de paz y desarrollo en seguridad para el valle de los ríos Apurimac y Ene - Plan VRAE. **El peruano**, 23 Fev. 2007, p. 300339 -300341.

PERU. Ministerio de Transportes y Comunicaciones. Proyetos en el VRAE. Disponível em: <http://www.proviasdes.gob.pe/inf_vrae/vrae.html>.

PERU'S Shining Path defeated, rebel leader admits, Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/news/world-latin-america-16066029>.

RIAL, Juan. Seguridad pública, seguridad ciudadana: sobre información y lenguaje. In: DONADIO, Marcela. **Índice de seguridad pública y ciudadana en América Latina**: El Salvador, Guatemala y Honduras. Buenos Aires: RESDAL, 2011, p. 88.

ROMÁN, O. J. El proceso político para la reestructuración de las Fuerzas Armadas de Ecuador. In: PERALES, J. **Reforma de las fuerzas armadas en América Latina y el impacto de las amenazas irregulares**. Washington D.C.: Woodrow Wilson Center, 2008.

RUZ, María Inés. El Consejo de Defensa Suramericano a dos años de su instalación. In: MATHIEU, H.; GUARNIZO, C. N. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**, 2011, p. 3-9.

SILVA, Jorge da. Seguridad humana y seguridad pública: el global y su influencia en el local. In: ARAVENA, F. R.,

GOUCHA, M. **Seguridad humana, prevención de conflictos y paz en América Latina y el Caribe**. Santiago, Chile: FLACSO-Chile, 2002.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: EdUSP, 1996.

TRAVASSOS, Mario. **Projeção continental do Brasil**.2.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. **World Drug Report 2011**, p. 99. Disponível em: http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/WDR2011/World_Drug_Report_2011_ebook.pdf.

VELÁSQUEZ, Alejo Vargas. La singularidad colombiana: fuerza armada en seguridad interior. In: DONADIO, Marcela. **Atlas comparativo de la defensa en América Latina.** (Edición 2007). Buenos Aires: Ser en 2000, 2007.

ZEPEDA, Beatriz. La política externa de Ecuador durante el gobierno de Rafael Correa: un balance. In: MATHIEU, H., GUARNIZO, C. N. **Anuario 2011 de la seguridad regional en América Latina y el Caribe**, 2011, p. 115.

O Sendero Luminoso e o 17 de maio de 1980: *metamorfoses possíveis?*

Tereza Cristina Nascimento França
Fabio José da Silva Franco
Mariana Fortaleza Vieira
Neyff Rosendo Feitosa

Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa maior cujo título é "O renascimento do Sendero Luminoso: O Peru e os efeitos de um *Intractable Conflit* (2002-2010)" que vem se desenvolvendo no âmbito do Labecon (Laboratório de Estudos de Conflitos e Paz). A proposta principal é analisar o Peru e o renascimento do Sendero Luminoso no início do século XXI. O presente artigo está dividido em duas partes: Uma cronologia das ações do Sendero Luminoso entre 2002 e 2010 e os caminhos do Sendero Luminoso em 2010. A base desta pesquisa se pauta por livros, periódicos e relatórios, arrolados através de métodos dedutivos, indutivo, hipotético-indutivo, dialético e fenomenológico. A escala de intensidade de conflitos do

Conflito Barômetro, desenvolvida pelo *Heidelberg Institute for International Conflict Research* serviu não somente para estabelecer o grau de severidade do problema como também para acompanhar a variação das questões durante o período em análise. Esta preocupação fundamenta-se não somente na percepção da precarização das questões como também como uma forma de acompanhar a volatização inerente aos conflitos.

Abstract

This article is part of a larger research project entitled The rebirth of the Shining Path: Peru and the effects of an intractable conflict (2002-2010) has being developing under the Labecon (Laboratory for the Study of Conflict and Peace). The main purpose is to analyze the revival of Peru and the SenderoLuminoso in the XXI century. This present article is presentend in two parts: A chronology of the Shining Path's actions between 2002 and 2010 and the ways of the Shining Path in 2010. The basis of this research is primarily books, journals and reports, examined by deductive methods, inductive, hypothetico-inductive, dialectical, and phenomenological. The intensity scale conflict used is from Conflict Barometer, developed by the Heidelberg Institute for International Conflict Research served not only to establish the severity of the problem but also to monitor the variation of the questions during the review period. This concern is based not only on the perception of insecurity issues as well as a way to monitor the volatilization inherent conflicts.

O cenário peruano e os conflitos na América latina

O final da Guerra Fria significou o nascimento de uma nova ordem internacional sob o signo da segurança internacional clivado de novas ameaças e conflitos. Apesar da América do Sul (13 países e 3 territórios em 17.850.568 km^2) ser considerada, juntamente com a Oceania (16 países e 22 territórios 9.008.458 km^2), um dos continentes mais pacíficos do planeta, não significa que o cenário não tenha registrado em sua história atual a existência da guerra no sentido clausewitziano já que é uma situação ausente da região desde a década de 1930.

Apesar de a região ser um cenário de baixa propensão a conflitos interestatais, ela apresenta áreas de fricções entre os Estados, especialmente no tocante às fronteiras, que são os mais antigos conflitos da região (FRANÇA, 2011a, p.71). O conflito pode ser intraestados e/ou interestados podendo confrontar o próprio desenvolvimento de um Estado, especialmente no sentido de influenciá-lo não somente em sua independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural como também na tentativa de reversão de processos antigos de inserção subordinada em sua própria história.

Desse modo, para melhor estudar a problemática dos conflitos, faz-se necessário analisar se os conflitos podem ou não trazer instabilidade ou mesmo estabilidade ao Estado, principalmente por ser ele o ator diretamente afetado pelos problemas supracitados. Enfatizem-se ainda as dimensões estatais sociopolíticas que são diretamente afetadas por tais problemas de segurança, ou seja, o próprio Estado, mercado e a sociedade civil e a sociedade política. Assim, pensar a segurança sistêmica significa antes de mais nada refletir sobre o

papel do Estado e como sofre a influência do meio ou interage com ele.

A questão da segurança sistêmica envolve não somente a segurança dos Estados, mas também outros quatro tipos de segurança: a Segurança Corporativa que por envolver os riscos das ameaças e conflitos transnacionais baseia-se fundamentalmente na cooperação internacional; Segurança Humana, Segurança Mercadológica e Segurança Externa que se remete diretamente ao cenário onde o Estado desenvolve suas áreas de interesse estratégico, a saber, as relações externas de defesa, tanto no quadro multilateral, como no quadro bilateral.

Antes do 11 de Setembro de 2001, a análise dos crimes transnacionais e guerrilhas não estavam presentes no centro das teorias estatocêntricas. Esta exclusão ocorria pelo aspecto marginal destes grupos. No entanto, devido ao aumento das operações criminais e dos grupos ilegítimos o cenário mudou. O crime é hoje transnacional. A complexidade das ações criminosas aumentou exponencialmente em relação não somente às áreas geográficas, mas também por causa das tecnologias e as facilidades de comunicação. E neste quesito que os 1496 km de região fronteiriça entre Peru e Colômbia passam a ser instrumentos de interesse para os grupos que traficam drogas (POLLETO, 2008).

Peru e o Sendero Luminoso

O Peru é o vigésimo país do mundo em termos de extensão geográfica, 1.285.216 km, sobre a qual vivem 29.248.943 habitantes. O país registra três grandes problemas: disputas de fronteiras com o Chile e Equador, movimentação humana

e problemas com drogas ilícitas. A movimentação humana está estimada entre sessenta a cento e cinquenta mil pessoas ocasionadas não somente pela guerra civil ocorrida no período entre 1980-2000, mas também pelo fato do Peru ser o segundo maior produtor de folha de coca do mundo.

O Peru é dividido em três regiões: o litoral, a região serrana e a região montanhosa. É no litoral que se encontram melhores oportunidades de desenvolvimento e sua população é, majoritariamente, de origem hispânica. Já as regiões serranas e de montanhas além de apresentarem dificuldades inerentes ao tipo de solo e de clima, contam com o descaso do governo, agravando a situação de miséria dos seus habitantes que, por sua vez, são de ascendência indígena e que têm por idiomas o aimará e o quéchua. Para Russell W. Switzer (2007), foi esta condição de miséria aliada ao preconceito étnico e ao descaso por parte das autoridades que favoreceu o surgimento de insurgências. Ademais, o fator ideológico foi um instrumento norteador das ações do Sendero Luminoso que, inspirado pelo maoísmo, acreditava na inevitabilidade da violência como único caminho para alcançar o socialismo através de uma revolução do campo em direção à cidade.

O Sendero Luminoso foi fundado na década de sessenta por Abimael Guzmán, ex-professor de filosofia, também conhecido pelos membros do grupo como "Presidente Gonzalo", que além de estudar Quechua (língua falada por grande parte da população indígena do Peru) buscou atrair simpatizantes de sua ideologia esquerdista para levarem a cabo uma revolução no Peru.

O grupo é oriundo de rupturas no Partido Comunista do Peru, decorrentes de um processo de cisão na esquerda em

todo o mundo durante as décadas de cinquenta e sessenta. Seu nome oficial é Partido Comunista do Peru (PCP), no entanto, o nome Sendero Luminoso nasceu da máxima do marxista peruano José Carlos Mariátegui: "O Marxismo-Leninismo abrirá o caminho iluminado para a revolução" e foi adotado para diferenciá-lo dos outros partidos comunistas do país. O objetivo principal da organização era o de pôr fim às instituições consideradas burguesas através de uma revolução comunista de origem camponesa inspirada na Revolução Chinesa de Mao-Tsé-Tung (1949).

Entre o final dos anos 70 até o início de sua luta armada em 17 de maio de 1980, o Sendero Luminoso foi muito ativo, especialmente na condução de campanhas guerrilheiras, chegando a estar presente em 25% do território peruano, e atentados. Outra peculiaridade do grupo está na data do primeiro atentado em Chuschi, 17 de maio de 1980, haver ocorrido no mesmo dia em que Fernando Belaúnde foi eleito pondo fim a doze anos de regimes militares. Em 12 de setembro de 1992, Abimael Guzmán e sua companheira e número dois da organização, Elena Iparraguirre são capturados e trinta e dois dias depois condenados à prisão perpétua.

De acordo com o monitoramento do Heidelberg, em 2002, o Sendero Luminoso não poderia ser considerado como finalizado apesar dos ataques em áreas isoladas do país. Contudo em 2003, o Sendero Luminoso abandonou o estado de latência em prol do estado de crise ao atacar uma unidade militar, no dia 10 de julho, matando sete soldados. No mesmo ano, a Comissão da Verdade e Reconciliação do Peru, lançou um relatório cobrindo o período entre 1980 e 2000. Nele, consta a morte de 70 mil pessoas, a maioria camponeses de origem indígena, 50% delas devido às ações diretas do Sendero Luminoso.

Nos anos seguintes, o Sendero Luminoso manteve a intensidade de ação graças a atos violentos e bloqueios de rodovias, a fim de atrair a atenção do governo e da imprensa para que fosse concedido o pedido de anistia dos prisioneiros senderistas. Ressalte-se que todos os atos do Sendero Luminoso utilizavam a força armada como solução para os problemas. A Comissão da Verdade e Reconciliação arrolou as denúncias de massacres de camponeses, opositores e de julgamentos sumários. Este dado somente vem a reforçar que a relação entre o Sendero Luminoso e os camponeses pobres foi muito mais forjada pelo medo e falta de opção do que pela alternativa política, especialmente nos anos pós 1980, enquanto que na década anterior, a militância camponesa havia sido amalgamada pelas reivindicações sociais.

Ao final de 2004, a polícia peruana chegou a prender membros do grupo infiltrados no sistema educacional do país. No entanto, a partir de 2007, o perfil do Sendero Luminoso sofreu uma mudança: acusação de envolvimento com o narcotráfico que rendeu à organização guerrilheira mais de 40 milhões de dólares por ano, tornando o Peru um dos maiores produtores de cocaína do mundo. De acordo com Cynthia Arnson e William Zartman (*apud* CEPALUNIE; MENDONÇA, 2006), esse dinheiro era usado para o pagamento dos combatentes e para melhorias em diversos setores. Ressalte-se que, em meados dos anos 1990, o Sendero controlava quase 25% dos municípios peruanos e fazia uso da capacidade militar de 25 mil homens.

Em 2008, após vários confrontos, o grupo foi responsabilizado pela morte de onze pessoas, sendo nove policiais e, como represália, teve dez baixas, dentre elas um dos seus líderes. Os rebeldes remanescentes se dividiram, em 2008,

em duas facções: Comitê Regional de Huallaga (CRH), com cem membros aproximadamente, e o Comitê Regional Central (CRC), com trezentos membros. O primeiro atuava no norte do país e o segundo no Vale da Região de Apurimac e Ene (VRAE), no sul. Um ataque mais incisivo foi ordenado para a região do VRAE, contando com mil soldados para destruir o Sendero Luminoso (HEIDELBERG, 2008).

No ano de 2009, o conflito atingiu um grau mais elevado, rendendo-lhe o nível quatro, crise severa, na escala de conflitos do Heidelberg. Nesse ano, o envolvimento da guerrilha com o narcotráfico se intensificou, pois o grupo passou a fornecer armas e munições aos traficantes. Em 2010, o confronto foi reduzido ao nível três graças, sobretudo, à prisão de um dos comandantes senderistas Edgar Mejía, conhecido como Camarada Izula (HEIDELBERG, 2010). A marcante popularidade dos senderistas se deve, nas palavras de João Fábio Bertonha,

> ao fato do Sendero Luminoso se integrar à vida dos camponeses pobres. Ao contrário dos políticos tradicionais, fazendo seus discursos em espanhol sobre democracia, parlamentos e outras questões longe do cotidiano dos camponeses, o Sendero fazia sua propaganda em idioma indígena e oferecia soluções práticas para o dia a dia de muitos peruanos (...). Além disso, o Sendero Luminoso tinha uma política de respeito aos camponeses que era inovadora em termos de uma sociedade racista e desigual como a peruana (BERTONHA, 2001).

Certamente Bertonha toca em um aspecto fundamental: o Sendero Luminoso como resultado de uma realidade ainda presente na grande maioria dos países latinos americanos e não somente no Peru. Para Octavio Ianni, a história social dos países latino-americanos, no século XX, registra a presença constante, e frequentemente decisiva, de movimentos sociais camponeses. A partir dessa perspectiva, entende-se a importância de conhecer as razões da ascensão e da queda desse grupo, bem como o seu *statu quo* no cenário hodierno (IANNI, 1985).

Esta observação tornou-se bastante pertinente ao longo da pesquisa até aqui efetuada, especialmente por se pautar por duas realidades: a presença de conflitos de natureza tradicional lado a lado com a ascensão de conflitos intraestatais cujos riscos atingem um *status* interestatal. São eles, a saber: ameaças relacionadas a guerrilhas, grupos etno-políticos, violência social, degradação do meio ambiente, escassez de recursos, epidemias, riscos ambientais, ameaças da criminalidade organizada, terrorismo, tráfico de drogas, armas e pessoas, questões energéticas, em especial os refugiados e os IDP´s (*internally displaced people*); bem como ameaças de atores não estatais, sem rosto, desterritorializados que imputam desafios estratégicos à segurança regional e internacional.

A segunda realidade é a necessidade de examinar os caminhos trilhados pelo Sendero Luminoso no período entre 2002 e 2010. Apesar de o Sendero Luminoso haver se reestruturado neste período não ficou ainda clarificado como ocorreu o processo de troca de norteamento. Neste momento, as perguntas de trabalho se concentram em torno da nova configuração do grupo: O que levou o Sendero Luminoso a deixar

de contemplar a busca pelo fim das instituições burguesas em prol da participação no tráfico de drogas? Até que ponto pode-se afirmar que esta nova roupagem é apenas uma sobrevivência ou tentativa de sobrevivência do grupo? E se como esta sobrevivência deve ser tratada: como uma rota indicativa político ou como mais um grupo que responderá pelo rótulo de guerrilheiros das drogas?

O Sendero Luminoso no século XXI

Os caminhos trilhados pelo Sendero Luminoso, no período entre 2002 e 2010, advieram de duas heranças: primeira a de ser um grupo armado advindo de uma organização altamente personalista em torno da figura de seu líder Abimael Guzmán. A segunda era o isolamento do Sendero no plano político esquerdista e no próprio meio campesino. Este insulamento devia-se em grande parte pela utilização da violência como meio, o que permitiu que o governo de Alan Garcia utilizasse insurgências rurais como as Rondas Campesinas reconhecidas sob a lei 24.571 como uma organização que fazia serviços à comunidade e contribuía para o desenvolvimento e para a paz social. Até este momento da pesquisa, afirma-se que na reestruturação do Sendero Luminoso ocorreu sob um alto preço tanto para o grupo, como para a população pobre e também para o Estado.

Pari passu às duas heranças supracitadas há que levar em conta o monitoramento do Sendero Luminoso realizado pelo Conflito Barômetro para o período entre 2002 e 2010. Durante esse período, registra-se uma clara movimentação: de conflito latente, em 2002, passa à crise nos dois anos seguintes.

Já em 2005, recuou ao *status* de conflito manifesto e retornou à posição de crise entre 2006 e 2008. No ano seguinte, alcançou o maior patamar de sua história, crise severa, para recuar ao *status* de crise no ano de 2010. Com isso, fica claro que os picos, entre 2006 a 2009, refletem a intensidade de sua ação especialmente a partir de 2007, quando o envolvimento com as drogas expandiu o seu raio de ação.

Em 2008, durante uma reunião entre o ministro da defesa colombiana, Juan Manuel Santos e o ministro da defesa peruana, Antero Flores Aráoz, houve a confirmação de contatos entre as FARC com o Sendero Luminoso e também com o MRTA (Movimiento Revolucionário Túpac Amaru). Esta informação havia sido conseguida através de notebooks encontrados no acampamento no Equador quando o número dois das FARC, Raúl Reyes, foi abatido. Ao final da reunião, os dois governos acordaram a necessidade de impulsionar a cooperação binacional especialmente nas áreas de defesa, especificamente na luta contra o narcotráfico, terrorismo e o crime transnacional organizado. Ação esta que somente reforça a presença da segurança corporativa e externa.

Assevera-se que o Sendero Luminoso aponta mais para uma finalização de sua existência enquanto guerrilha atrelada à herança maoista, do que uma finalização do grupo em si. Os golpes sofridos pelo grupo com as subsequentes lideranças sendo presas ou mortas, e os contragolpes governamentais exauriram o grupo a tal ponto que, em 2010, na data em que o grupo alcançou trinta anos do início de sua luta armada, o Sendero Luminoso encontrava-se fracionado e transformado em um grupo dependente do tráfico de cocaína para sobreviver. Os tempos onde o Sendero Luminoso pautava por ser

um movimento ideológico forte ficaram para trás. Ressalte-se que duas das ideologias mais caras ao Sendero Luminoso de Guzmán eram: a sua identificação esquerdista e a sua aproximação dos campesinos. Ambas tornaram-se legados malditos: enquanto que a esquerda não consegue se livrar do rótulo que a correlaciona com o Sendero Luminoso, a base campesina se esvaziou deixando principalmente as fileiras do grupo esvaziadas.

O Sendero Luminoso de 2010 além de se mostrar fortemente desfalcado está dividido quanto ao campo de ação que deveriam se pautar. No próprio ano de 2010, vieram à luz as acusações trocadas entre as suas lideranças: 'Artemio' da base Huallaga acusava 'José' e 'Raul' de "*vendepatria*" e os identificava para a população como comprometidos com o narcotráfico enquanto se autointitulava como seguidor do marxismo-leninismo.

Considerações Finais

O 17 de maio de 1980 tornou-se uma data inesquecível para os peruanos pela chegada da democracia depois de anos de ditadura militar. Contudo, também ficou marcada como o início da luta armada do Sendero Luminoso. Olhando em retrospectiva, pergunta-se se haveria algo a ser comemorado. A resposta para os membros do Sendero Luminoso seria não. A resposta para o Peru também seria negativa. E a resposta para a população que se viu presa na luta entre o Estado e o Sendero Luminoso é também contraproducente. De fato os três perderam. O Estado peruano viu-se obrigado a conviver com a herança radical do governo Fujimori especialmente no

tocante ao Sendero Luminoso ao infringir diversas diretrizes dos direitos humanos na tentativa de extirpar os problemas de segurança ligados ao grupo; ao mesmo tempo em que a necessidade de erradicar o Sendero Luminoso era fundamental para avançar ao futuro. Perdeu ainda a própria democracia peruana cuja data de ascensão, 17 de maio, que deveria ser amplamente comemorada, retomada da democracia, tornou-se manchada para sempre.

O Peru que tem graves problemas sociais convive ainda com o fantasma do Sendero Luminoso do passado sob a liderança de Abimael Guzmán que uma vez disse aos campesinos que iriam mudar a face do país. Em realidade a miséria e a história de privações ainda pontuam a realidade social peruana. A possibilidade de mudança social alcançou o patamar de uma realidade longínqua.

A despeito de o Sendero Luminoso se encontrar com sua fileira bastante reduzida, em torno de cem componentes, ele ainda é objeto de preocupação, afinal foi assim que eles começaram. E há, sem sombra de dúvida, uma metamorfose em andamento, mas sem o pensamento, sem a base e sem a ação personalista tão fortemente impressa pelo Presidente Gonzalo.

Quanto a Guzmán, três meses e três dias depois de 17 de maio de 2010, ele e a namorada Elena Iparraguirre, ambos cumprindo prisão perpétua, casaram-se nas instalações da Base naval do porto El Callao, oeste de Lima, onde Guzmán está preso. A cerimônia durou 15 minutos...

Referências

BERTONHA, João Fábio. **Sendero Luminoso**: ascensão e queda de um grupo guerrilheiro. Espaço Acadêmico, Maringá, 10 ago. 2001.

COMISSÃO DE VERDADE E RECONCILIAÇÃO. **Relatório Final.** Disponível em: http://www.cverdad.org.pe/ingles/ifinal/index.php.

FRANÇA, Tereza Cristina Nascimento. "O papel dos conflitos no quebra-cabeça da segurança hemisférica latino--americana" In: OLIVEIRA, Marcos (Org.) *Comparando a defesa sul*-americana. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011a. p.65-87.

HEIDELBERG INSTITUTE FOR INTERNATIONAL CONFLICT RESEARCH. *Conflict Barometer 2002*, Heidelberg.

______. *Conflict Barometer 2003*, Heidelberg.

______. *Conflict Barometer 2004*, Heidelberg.

______.*Conflict Barometer 2005*, Heidelberg.

______.*Conflict Barometer 2006*, Heidelberg.

______.*Conflict Barometer 2007*, Heidelberg.

______.*Conflict Barometer 2008*, Heidelberg.

______.*Conflict Barometer 2009*, Heidelberg.

______.*Conflict Barometer 2010*, Heidelberg.

IANNI, Octavio. Revoluções Camponesas na América Latina. In: SANTOS, José Vicente T. dos (org.). **Revoluções Camponesas na América Latina**. São Paulo: Unicamp,1985

SWITZER, Russel W. Jr. **Sendero Luminoso and Peruvian Counterinsurgency**. B.S, University of the State of New York, Maio 2007.

Parte III

Temas Específicos

Democracia(s) em debate: *novos discursos democráticos nos países andinos*

Fabricio Pereira da Silva

Resumo

O artigo analisa concepções democráticas expressadas nos processos de refundação levados adiante na Venezuela, Bolívia e Equador. Procura primeiramente destacar contradições e transformações temporais em cada caso (apontando também novas instituições democráticas participativas desenhadas naqueles países a partir das referidas concepções). No final, apresenta sugestões para uma comparação entre os casos.

Abstract

This paper examines some concepts about democracy presented in the processes of "re-foundation" carried forward in Venezuela, Bolivia and Ecuador. First, highlights some contradictions and transformations in each case (and presents

new participative democratic institutions in these countries designed according to these concepts). At the end, proposes suggestions for a comparative analysis between the cases.

Introdução

Esse artigo aborda concepções democráticas dos novos governos da Venezuela, Bolívia e Equador, onde movimentos de "refundação" das instituições estatais e da política de maneira geral canalizaram o descontentamento popular, chegando ao poder com apoio majoritário (PEREIRA DA SILVA, 2011). Para isso, serão avaliados quais aspectos da democracia têm sido criticados e fomentados nos processos transformadores analisados. Além disso, serão apontadas eventuais transformações discursivas ao longo do desenvolvimento desses novos governos.

A seguir, apresento algumas evidências discursivas como forma de ajudar a construir as visões de democracia majoritárias que circulam nos referidos processos refundadores, caso a caso. Adicionalmente, aponto em cada caso as instituições participativas desenvolvidas a partir de tais visões[1]. Ao final,

---

1 Não tratarei aqui dos mecanismos de democracia direta introduzidos por esses regimes, basicamente referendos para revogação e ratificação de leis constitucionais, bem como de decisões relativas à política externa (nos três países, qualquer modificação constitucional deve ser ratificada, assim como decisões transcendentes relacionadas à perda de soberania nacional para organismos internacionais); revogação de todos os cargos eletivos; iniciativa de lei popular, e inclusive de convocação de assembleia constituinte. Exemplos disso são as ratificações das convocações de assembleias constituintes nesses países, e a posterior aprovação popular

lanço sugestões para a realização de um exercício comparativo. Parto do pressuposto de que os discursos e conceitos são sínteses em constante rearrumação das desiguais e cambiantes correlações de forças entre os líderes dos processos refundadores, os partidos e organizações sociais que os apoiam, bem como as disputas com setores oposicionistas. Como em qualquer movimento complexo, há diversas concepções em disputa, e versões minoritárias sempre presentes. Evidentemente, a gênese e as disputas entre essas concepções não poderão ser analisadas ou sequer "mapeadas" em profundidade nessas páginas. A função desse artigo é eminentemente realizar uma primeira abordagem sintética de cada uma delas, e sugerir um exercício comparativo.

A Venezuela entre a "V República" e o "socialismo do século XXI"

O processo refundador venezuelano, iniciado a partir da eleição para presidente de Hugo Chávez em 1998, apresenta desde então transformações, de forma alguma unidirecionais, com indefinições, quebras e transições mais sutis. Transformações, no entanto, que levaram de um processo de refundação do Estado, da República (fundando a "V

---

das novas constituições; bem como os diversos referendos revogatórios levados a cabo especialmente na Venezuela e na Bolívia, incluindo os dos próprios presidentes – no primeiro por iniciativa popular (da oposição), no segundo do próprio presidente –, em ambos os casos vencidos pelos mandatários. Também não vou tratar das transformações introduzidas nos mecanismos de representação, estendendo-os na forma de aumento da representação de gênero e indígena, bem como a estendendo a espaços onde anteriormente não existia – como o Poder Judiciário.

República"), a uma tentativa de lançamento de uma transição mais profunda a uma nova sociedade e economia, (in) definidas de forma geral como "socialismo do século XXI", "um conceito vago associado a valores como a solidariedade, a fraternidade, a justiça, a liberdade e a igualdade" (LÓPEZ MAYA, 2008, p.69). Segundo Chávez, ele deveria recorrer ao cristianismo "autêntico", ao marxismo e ao bolivarianismo, articulando ideais como a moral, a ética, o nacionalismo, a democracia. Além disso, deveria ser eminentemente social, não econômico, o que o permitiria promover a propriedade privada "honesta", baseada em relações de trabalho "harmoniosas" (apud MARINGONI, 2009, p.174-175).[2]

Nessa tentativa inconclusa de transição, ver-se-á que as noções de democracia "oficiais" também vivenciaram transformações significativas. Chávez que, desde os anos 1970, fomentava movimentos militares que visavam ao golpe de Estado – finalmente tentado sem sucesso em 1992 –, após ser anistiado e deixar a prisão, em 1994, defendeu o boicote às eleições. Ele deixou essa posição para aceitar a participação institucional menos de dois anos antes de sua eleição para presidente, e o fez de maneira até certo ponto "instrumental", na medida em que considerava "podre" e "enganosa" a democracia vigente em seu país. No entanto, ao atacar as instituições, ele propôs substituí-las por novas instituições democráticas.

---

2 "Em seus discursos atuais Chávez se refere a amplas influências políticas que vão desde Jesus, passando por Bolívar, Gramsci, Trotsky e Mao, chegando até Antonio Negri. O que à primeira vista pode parecer um coquetel ideológico absurdo na verdade representa a amplitude de influências políticas, sociais, culturais e até religiosas que nutrem [o movimento]. Chávez não assume tanto o papel de dar uma linha política, mas sim de abrir um marco político" (AZZELLINI, 2007, s. p.).

Nos primeiros anos de governo, o projeto transformador liderado por Chávez apontava para uma valorização da participação. Essa valorização se expressava na fórmula da "democracia protagônica". Nesse ponto, as formas clássicas de representação deveriam ser mantidas, e são reconhecidas na nova Constituição. Tudo isso, malgrado a desvalorização que vez por outra se dirigia a ela desde o discurso oficial – especialmente no que tange às instituições anteriores (da "IV República") e aos partidos de forma geral.[3] No entanto, progressivamente, pode-se notar uma transformação dessa combinação entre formas de representação e participação, na direção de uma valorização maior da segunda, porém agora concebida de forma ligeiramente distinta. Isso pode ser traduzido na fórmula lançada desde 2006 do "poder popular" e de uma "democracia revolucionária e socialista", em meio à construção de uma "nova geometria do poder" – tudo isso articulado com o avanço das propostas na direção de um "socialismo do século XXI". Chávez então manifestou "mais claramente tendências a enterrar as instituições liberais" (LÓPEZ MAYA, 2008, p.69). Note-se que não se trata apenas de uma mudança na correlação entre participação e representação. Buscou-se uma mudança na natureza da concepção de participação, e das instituições desenhadas para sua efetivação. Nesse sentido, o elemento principal a ser levado em conta é a constituição dos Conselhos Comunais (CC), organizados a partir de certo número de famílias estabelecidas num âmbito

3 Note-se que o chavismo não apenas voltou seus ataques à "partidocracia" e aos "partidos tradicionais", mas igualmente levou anos para aceitar a ideia de se organizar num partido próprio (o Partido Socialista Unido da Venezuela, PSUV), bem como retirou do texto constitucional as referências às organizações partidárias.

espacial local. Estes foram fomentados pelo regime especialmente a partir de 2006, como mecanismo preferencial de participação popular no desenho e implantação de políticas públicas. A Lei Orgânica dos Conselhos Comunais (de 2006, modificada em 2009) os define como:

> instâncias de participação, articulação e integração entre os cidadãos, cidadãs e as diversas organizações comunitárias, movimentos sociais e populares, que permitem ao povo organizado exercer o governo comunitário e a gestão direta das políticas públicas e projetos orientados a responder às necessidades, potencialidades e aspirações das comunidades, na construção do novo modelo de sociedade socialista de igualdade, equidade e justiça social (ASAMBLEA NACIONAL DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, 2009).

Os CC se estruturam a partir da realização periódica de assembleias locais, que estabelecem comitês dirigentes com distintas funções. Dedicam-se prioritariamente à articulação de organizações de base existentes e ao fomento de novas; elaboração de um plano de trabalho; controladoria social sobre projetos públicos; e mesmo ao eventual desenvolvimento e gestão de projetos públicos. Conjuntamente, são responsáveis pela participação direta nas decisões e na implantação de políticas públicas a nível barrial e comunitário, e relacionam-se diretamente com o Executivo nacional (JUNGEMANN, 2008), atualmente através do Ministério do Poder Popular para as Comunas e Proteção Social. Este capacita e forma seus

dirigentes, define parâmetros para seu funcionamento, avalia suas atividades, fomenta novos CC, e disponibiliza os recursos financeiros e técnicos necessários para a realização de seus projetos – exercendo provavelmente um razoável poder sobre eles.[4] Recentemente, tem havido um esforço para que os CC formem instâncias superiores, denominadas "comunas", que assumiriam o autogoverno em espaços maiores e potencialmente assumiriam um caráter ainda mais marcado de poder alternativo e sobreposto às instituições de representação municipais.

Ao longo desse processo de transformações, um dado a ser considerado é a significativa extensão ideológica apresentada pelo processo refundador venezuelano, que se ampara desde o início em construções ideológico-identitárias difusas como o "bolivarianismo" e o "chavismo" – associados, mas com fronteiras distintas (SEABRA; PEREIRA DA SILVA, 2011) – e mais tarde, o "socialismo do século XXI". Da mesma maneira, os conceitos de democracia do processo apresentam aspectos difusos e cambiantes. Mas de forma genérica, nota-se certa inflexão (inconclusa) de uma participação em órgãos de planificação a uma tentativa de construção do poder popular, associado à cúpula estatal. Uma constante seguiu sendo a

---

4 Segundo García-Guadilla (2009), os CC são criados de "cima para baixo"; dependem dos recursos oficiais; prestam-se mais à execução de benfeitorias locais que ao debate ou ao desenho de políticas públicas mais gerais; dificilmente reúnem setores sociais plurais, além de possuir dificuldades de articulação entre eles; e são acionados pelo regime como apoios em momentos eleitorais. Conclui que "enquanto os objetivos e o discurso presidencial falam de apoderamento, transformação e democratização, as práticas observadas apontam na direção do clientelismo, cooptação, centralização e exclusão devido à polarização política" (p.320-321).

realização de atos plebiscitários, oscilando entre a expressão da vontade popular e a legitimação do processo e de seu líder máximo. Ou seja, como fortalecimento efetivo da democracia ou como manutenção e mesmo aprofundamento das capacidades do Executivo.

A Bolívia entre o "viver bem" e o "(neo) desenvolvimentismo"

O caso boliviano é distinto do venezuelano, em suas concepções democráticas e desenvolvimento posterior. O Movimento ao Socialismo (MAS), seu líder e as forças sociais que eles agregam desde o processo de construção contra-hegemônica que os levou ao poder, apresentam, no entanto, uma característica comum ao desenvolvimento chavista: a pluralidade ideológico-identitária, que se traduz na complexidade do projeto e igualmente de sua visão de democracia. Como desenvolvi em trabalho anterior (PEREIRA DA SILVA, 2009), o MAS se equilibra entre correntes indigenistas, nacional-populares e de esquerda "tradicional". Assim se desenvolveu seu governo nos primeiros anos, e se construiu uma concepção plural de democracia, que preservou os elementos representativos (ainda que não em chave precisamente liberal), fomentou a participação e defendeu valores de uma "democracia comunitária" associada a ideias de coletivismo, consenso mediante debate, assembleísmo e cooperativismo – que deveria fazer-se presente nas organizações populares e movimentos sociais, nos espaços locais de autonomia territorial, e ser reconhecida pelo Estado plurinacional. A inspiração aqui vem da experiência dos sindicatos camponeses/

indígenas[5], que constituíram o principal núcleo fundador e dinamizador do MAS e do processo contra-hegemônico ora constituindo-se em hegemônico. A ideia se associa de forma geral à concepção de um "bem viver" andino, que seria baseado na "complementaridade de conhecimentos", num estado de vida integrado à natureza e baseado numa visão cosmológica de paridade do homem com ela, que levaria a uma sociedade de justiça social e ambiental (TAMBURINI MALLONI, 2011).

Sugiro que, nessa complexa equação, as correntes e propostas nacional-populares vêm se impondo. Com isso, vem se manifestando crescentemente um projeto (neo)desenvolvimentista, que curiosamente se associa a interesses perfeitamente materialistas e "ocidentalistas" do principal movimento indigenista associado ao governo, dos cocaleiros, que exigem conexões com os grandes centros urbanos, escoamentos para sua produção e colonização de novas terras. E que encontra igualmente afinidades ideológicas com projetos de referentes da esquerda, como o vice-presidente Álvaro García Linera e seu "capitalismo andino-amazônico."[6]

---

5 Estruturas sindicais "ocidentais" (e o próprio nome "sindicato") imbricadas com estruturas comunais originárias. Os sindicatos, mais que instrumentos reivindicativos e de socialização, organizam a vida comunitária dos indivíduos e famílias que os integram, repartindo terras, aplicando justiça comunitária, organizando trabalho voluntário, comercializando produtos cultivados, entre outras funções.

6 Este advoga ou prevê uma etapa de desenvolvimento capitalista de Estado, valorizando o comunitarismo, a pequena produção e a diversidade étnico-cultural, antes do socialismo de novo tipo ("socialismo comunitário") baseado nas tradições comunitárias originárias (GARCÍA LINERA, 2010).

Agora que se manifestam enfrentamentos internos entre setores camponeses indígenas e urbanos do Altiplano de um lado, com povos indígenas originalmente do Oriente por outro[7], coloca-se no centro do processo uma tensão entre nacionalização e desenvolvimento industrial estatalmente orientado, em contraposição a valores de preservação da natureza e do "viver bem". Para García Linera (2011), esse dilema seria desnecessário, na medida em que a pretensa "industrialização popular" que ora começa deve respeitar o meio ambiente, sendo essencialmente distinta da exploração da natureza do modo capitalista. Só o tempo dirá se essa formulação apresenta alguma sustentação na realidade. Mas o ponto a ser destacado é que o (neo)desenvolvimentismo parece estar se impondo como denominador comum entre setores indigenistas, de esquerda e nacional-populares no governo – com predominância desses últimos.

O novo Estado boliviano apresentaria características de "democracia comunitária", seria marcado pelo protagonismo dos movimentos sociais, mas manteria os elementos

---

7 Dos quais, as disputas ocorridas, em 2011, em torno da construção (finalmente cancelada pelo governo central) de uma estrada cruzando o Território Indígena e Parque Nacional Isidoro Sécure (TIPNIS) foi apenas o evento mais dramático. Para Vadillo Pinto (2011), as diferenças entre aimaras e quéchuas que buscam terras para assentamentos nas regiões do Oriente e amazônicas, e povos indígenas das terras baixas que demandam o reconhecimento oficial dos seus territórios como "espaços de vida" e não de produção agrícola tendem a se aprofundar. Tais diferenças não seriam de origem étnica, cultural ou geográfica, e sim econômicas e classistas.

representativos. Dessa forma, estaria se constituindo uma "democracia intercultural", sustentada

> na existência das nações e povos indígena originário camponeses[8] e das comunidades interculturais e afrobolivianas (...) com diferentes formas de deliberação democrática, distintos critérios de representação política e o reconhecimento de direitos individuais e coletivos, (...) [e] baseada na complementaridade da democracia direta e participativa, democracia representativa e democracia comunitária" (Lei do Regime Eleitoral, apud COLPARI, 2011, p. 5)[9].

Nesse sentido, para além das consultas recorrentes e relativamente informais entre o governo e os movimentos sociais, especialmente em seus primeiros anos, e dos referendos e revocatórias de mandato, essa complementaridade entre distintas formas de democracia começou a tomar forma a partir da promulgação de duas leis em meados de 2010, a Lei Marco de Autonomias e Descentralização "Andrés Ibáñez" e a Lei do Regime Eleitoral. No sentido da descentralização, foram

---

8 Esta foi a fórmula oficial encontrada para expressar na nova legislação boliviana a pluralidade identitária contida nos indivíduos, grupos sociais e movimentos que se compreendem ao mesmo tempo como indígenas ("povos originários") e camponeses.

9 Remeto à tese de Boaventura de Sousa Santos acerca da "demodiversidade" (na linha da "ecologia de saberes" proposta pelo autor) e da fusão entre democracia representativa e participativa/direta na direção de uma "democracia de alta intensidade" (SANTOS, 2010; SANTOS, AVRITZER, 2003).

definidos quatro níveis administrativos e deliberativos além do nacional: o departamental, o municipal, o regional e o indígena. Além disso, foram constituídos órgãos consultivos, de transparência e controle estatal, através do Ministério de Transparência e Luta contra a Corrupção. Nele, articulam-se atividades em quatro eixos: aprofundamento da participação cidadã; transparência na gestão pública e direito de acesso à informação; eliminação da corrupção; e fortalecimento e coordenação institucional. Espera-se fomentar esses valores a partir de atividades de audiências públicas, capacitações e prestação de contas, com a participação de organizações sociais e originárias e de funcionários públicos, no âmbito dos distintos órgãos governamentais nacionais (e eventualmente em outros níveis)[10].

O Equador e os dilemas da "revolução cidadã"

A refundação levada a cabo no Equador por Rafael Correa e seu movimento Pátria Altiva e Soberana (PAÍS) está num ponto de desenvolvimento preliminar em relação aos casos anteriores, e parece mais moderada que seus congêneres, basicamente por duas razões: o perfil do líder e de seu movimento (o primeiro mais moderado e desenvolvimentista, o segundo mais difuso e "cidadão"); e o fato de se constituir descolado movimento indigenista, que lhe faz oposição. Aqui também

---

10 Ainda é cedo para avaliar a natureza dessa interação. No entanto, na medida em que é o Estado que define a agenda, a legitimidade dos participantes e os espaços de abertura, em boa medida essa participação estaria organizada e controlada desde o Estado, "de cima para baixo".

se dedica especial atenção às modalidades de democracia participativa e direta, e foram desenvolvidos mecanismos plebiscitários e de consulta e apoderamento popular. Correa e seu movimento assumiram uma modalidade de governo "decisionista", um esforço de "campanha permanente" associado "a uma variedade extrema de presidência plebiscitária" (CONAGHAN; DE LA TORRE, 2008, p.269). No entanto, as modalidades de democracia representativa não chegaram a ser contestadas.

A construção ideológica do movimento apresenta características de um "socialismo cristão", e propostas que oscilam entre o (neo)desenvolvimentismo (um "desenvolvimento equitativo") e elementos ecológicos e "pós-materialistas" (quando chega a se referir ao "viver bem"). No entanto, há evidente predominância do primeiro: "não nos enganemos, necessitamos prosperidade material, capacidade de acumulação, produzir mais do que consumimos" (CORREA, 2010, [s.p.]). Eventualmente se referiu à passagem de um Estado "burguês" a um Estado "popular", bem como ao "socialismo do século XXI", de forma ainda mais imprecisa que no caso venezuelano: "sem pretender ter todas as respostas, é ao menos nossa resposta frente a sistemas excludentes, especulativos, responsáveis de haver conduzido a humanidade a um beco sem saída de crise civilizatória e de destruição do meio ambiente" (CORREA, 2010, [s. p.]).

Nesse sentido, os experimentos democráticos equatorianos seguem a mesma direção dos apresentados na Bolívia: organismos deliberativos e consultivos associados ao aparato estatal nacional, através de uma instituição que integra um dos novos poderes estatais, a função de Transparência

e Controle Social. Trata-se do Conselho de Participação Cidadã e Controle Social (CPCCS), que agrega e fomenta diversos projetos e instituições voltadas à participação e desenvolvimento de projetos; à *accountability* vertical (fiscalização, transparência, prestação de contas); e à transparência e controle da corrupção.[11]

O CPCCS se estrutura desde uma direção formada por conselheiros que se candidatam e são escolhidos mediante concurso público[12], passando por secretarias executivas, e chegando às iniciativas de participação (Cabildos Populares e Redes Cidadãs) e controle social (Controladorias e Observatórios Cidadãos). Desses organismos, os primeiros são os que permitiriam efetivamente maior deliberação popular – ainda que preservem, também, valores e funções de fomento da transparência, rendição de contas e conscientização popular. Em especial, as Redes Cidadãs, articulações

---

11 Como versa o Artigo 204 da nova Constituição: "A Função de Transparência e Controle Social promoverá e impulsionará o controle das entidades e organismos do setor público, e das pessoas naturais ou jurídicas do setor privado que prestem serviços ou desenvolvam atividades de interesse público, para que os realizem com responsabilidade, transparência e equidade; fomentará e incentivará a participação cidadã; protegerá o exercício e cumprimento dos direitos; e prevenirá e combaterá a corrupção" (REPÚBLICA DEL ECUADOR, 2008). Além do CPCCS, a Função de Transparência e Controle Social também é constituída por outros órgãos, como a Defensoria Geral do Povo, a Controladoria Geral do Estado e as Superintendências de Bancos, Companhias e Telecomunicações.

12 Podem se candidatar representantes de organizações sociais ou cidadãos comuns, selecionados por mérito e oposição, com espaço previsto no processo para o controle e impugnação por parte da cidadania. Os requisitos são apenas a maioridade e não estar filiado a nenhum partido (PERNASETTI, 2010).

de membros da sociedade civil e cidadãos comuns a nível local, regional e nacional, que esperam funcionar como articulação e legitimação nas relações entre Estado e sociedade. Deve-se destacar, também, que o Estado promove outros espaços de participação, tais como: mesas de diálogo, assembleias locais, a criação de "cadeiras vazias" em órgãos governamentais para serem preenchidas por membros da sociedade civil, além de garantir a participação de cidadãos no Conselho Nacional de Planejamento, responsável pelo Plano Nacional de Desenvolvimento.

Considerações finais

Os três governos refundadores analisados nessas páginas apresentam concepções "heterodoxas" de democracia (críticas à concepção liberal de democracia eminentemente representativa e procedimental), que associam à representação diversas concepções de participação, deliberação direta, comunitarismo e poder popular. Pode-se entender a democracia como uma pluralidade de formas de expressão que permite diversas combinações e estruturações, mediante atuação direta ou deliberação a partir de representantes. Nos países estudados, sugiro que há uma combinação entre as instituições da democracia representativa, novas formas de participação e fenômenos mais próximos de uma "democracia plebiscitária". Em certo sentido, poderiam constituir expressões de "demodiversidade" (SANTOS, 2010; SANTOS, AVRITZER, 2003), mas ao mesmo tempo das dificuldades contidas em sua realização. Por um lado, a democracia representativa é criticada nesses processos de refundação, geralmente associada à "velha

política", aos "partidos tradicionais", à corrupção e dominação que os refundadores pretendem superar. Por outro, a partir dos novos Estados e da sociedade organizada, surgem expressões e novas institucionalidades de participação e deliberação direta, que na prática convivem até aqui com a preservação dos mecanismos de representação.

Além disso, os diferentes processos de refundação lançaram mão de alguns mecanismos de democracia direta semelhantes, como o plebiscito, o referendo e a revogação de mandato. Quanto aos novos espaços de participação, passam principalmente por mecanismos de controle e rendição de contas, através da instituição nos três países de novos poderes direcionados a isso, transformando a lógica liberal clássica de divisão do aparato estatal em três poderes[13]; e de cogestão, aí incluídos o desenho de políticas públicas e elaboração de planos nacionais na Bolívia e no Equador, e a execução de obras, programas sociais, prestação de serviços e mesmo gestão de empresas públicas na Venezuela.

No entanto, começa a notar-se aqui certa diferença, especialmente a partir das elaborações venezuelanas em torno do "poder popular" e do "socialismo do século XXI", bem como da instituição dos CC. Ainda que de forma inconclusa, o caso venezuelano parece apresentar desde então ecos de uma transformação mais profunda das concepções democráticas e desenhos institucionais, na qual um novo poder (micro) local alternativo começa a assumir funções de prestação

13 A Função de Controle, Defesa da Sociedade e do Estado na Bolívia, a Função de Transparência e Controle Social no Equador, e o Poder Cidadão na Venezuela.

de serviços e funções públicas – enquanto na Bolívia e no Equador seguem atuando prioritariamente como espaços de consulta, deliberação, pressão e *accountability* vertical. Resta saber se esse novo espaço de poder comunal preserva autonomia em relação ao poder central, e se tem capacidade decisória sobre o desenho de políticas e projetos nacionais – ou apenas sobre atividades muito específicas a nível local ou de bairros.

Referências

ASAMBLEA NACIONAL DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA. **Ley Orgánica de los Consejos Comunales**. Caracas: [s. n.], 2009.

AZZELLINI, D. La Revolución Bolivariana: "o inventamos o erramos". Claves para leer el proceso de transformación social venezolano. Herramienta, n. 36, 2007.

COLPARI, O. La nueva participación ciudadana en Ecuador y Bolivia. ¿Resultado de la lucha del movimiento indígena-campesino? **Nómadas. Revista Crítica de Ciencias Sociales y Jurídicas**, n. especial América Latina, 2011.

CONAGHAN, C.; DE LA TORRE, C. The permanent campaign of Rafael Correa: making Ecuador's plebiscitary presidency. **Press/Politics**, v. 13, n. 3, 2008.

CORREA, Rafael. **Discurso**. Congreso de la Confederación Latinoamericana de Organizaciones del Campo (CLOC) – Vía Campesina. Quito, 2010.

ESTADO PLURINACIONAL DE BOLIVIA. **Constitución Política del Estado**. S.l.: Gaceta Oficial de Bolivia, 2009.

GARCÍA-GUADILLA, M. P. La praxis de los Consejos Comunales. ¿Poder popular o instancia clientelar? In: Ayala, M. Quintero, P. (orgs.). **Diez años de revolución en Venezuela**. Historia, balance y perspectivas (1999-2009). Ituzaingó: Maipue, 2009.

GARCÍA LINERA, Álvaro. **Las tensiones creativas de la revolución**. La quinta fase del proceso de cambio. La Paz: Vicepresidencia del Estado Plurinacional – Presidencia de la Asamblea Legislativa Plurinacional, 2011.

______. El socialismo comunitario: un aporte de Bolivia al mundo. Entrevista al Vicepresidente del Estado Plurinacional Ciudadano Álvaro García Linera. **Revista de Análisis: reflexiones sobre la coyuntura**, ano 3, n. 5, 2010.

JUNGEMANN, B. Organizaciones sociales y anclaje territorial. Escenarios y componentes de la transformación socio-territorial y local en Venezuela. **Cuadernos del CENDES**, v. 25, n. 67, 2008.

LÓPEZ MAYA, M. Venezuela: Hugo Chávez y el bolivarianismo. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias Sociales**, v. 14, n. 3, 2008.

MARINGONI, Gilberto. **A revolução venezuelana**. São Paulo: UNESP, 2009.

PEREIRA DA SILVA, Fabricio. **Vitórias na crise: trajetórias das esquerdas latino-americanas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2011.

______. Equilíbrios precários: a trajetória do Movimento ao Socialismo e seus dilemas. In: Domingues, J. M. et al. (orgs.). **A Bolívia no espelho do futuro**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ.

PERNASETTI, F. Agendas de reforma e aprofundamento da democracia na América do Sul: um primeiro olhar sobre o Conselho de Participação Cidadã e Controle Social do Equador. **Observador On-line**, v. 5, n. 7, 2010.

REPÚBLICA BOLIVIARIANA DE VENEZUELA. **Constitución de la República Bolivariana de Venezuela.** S.l.: Gaceta Oficial de la República Bolivariana de Venezuela, 1999.

REPÚBLICA DEL ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. S.l.: Registro Oficial, 2008.

SEABRA, R. L.; PEREIRA DA SILVA, F. Sugerencias teóricas para un abordaje de la vía bolivariana. **II Congreso Historia Inmediata**, Maracaibo, 2011.

SANTOS, B. S. Para una democracia de alta intensidad. **Ecuador Debate**, n. 80, 2010.

______. AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. In: Santos, B. S. (org.). **Democratizar a democracia**. Porto: Afrontamento, 2003.

TAMBURINI MALLONI, L. El movimiento indígena originario. Su rol en la construcción de la sociedad y el Estado boliviano. In: OPN – UARGM. **El Estado Plurinacional Autonómico**. Alcances y límites. Santa Cruz: OPN – UARGM, FBDM, UARGM, 2011.

VADILLO PINTO, A. El movimiento indígena originario. Su rol en la sociedad y el Estado. In: OPN – UARGM. **El Estado Plurinacional Autonómico**. Alcances y límites. Santa Cruz: OPN – UARGM, FBDM, 2011.

As relações do Brasil com a Colômbia (1995-2010): *aproximações e divergências*

Fábio Borges

Resumo

Nesse artigo, analisaremos as relações do Brasil com a Colômbia nos mandatos dos presidentes brasileiros Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). Historicamente Brasil e Colômbia mantiveram um padrão de relações distantes, tanto por fatores geográficos (dificuldade de integração da infraestrutura entre os dois países que são separados pela Amazônia) quanto políticos (a desconfiança dos mandatários colombianos sobre um possível sub-imperialismo brasileiro). Por outro lado, o período dessa pesquisa mostrará que tanto do ponto de vista comercial quanto dos investimentos houve uma intensa aproximação entre esses dois países amazônicos, porém com um forte desequilíbrio favorável ao Brasil. Assim como dissemos que a Amazônia separa Brasil e Colômbia, ela também os une, mas especialmente

por seus problemas compartilhados, como tráfico de drogas e degradação do meio ambiente. Nesse sentido, há uma aproximação entre os dois países a partir da constatação mútua da necessidade de cooperação em ambos os temas para políticas eficientes, embora verifiquemos que os diagnósticos e as soluções apontadas são divergentes, especialmente devido à grande influência dos EUA na Colômbia.

Abstract

In this article we will analyze the relations between Brazil and Colombia in the governments of Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) and Lula da Silva (2003-2010). Historically Brazil and Colombia maintained a pattern of distant relations, both by geographical factors (difficulty infrastructure integration between the two countries that are separated by Amazon forest) and political (distrust of the Colombian representatives about a possible Brazilian sub-imperialism). Despite this, the period of this study shows that both commercial and investment were an intense closeness between these two Amazonian countries, but with a strong imbalance in favor of Brazil. As we said that the Amazon separates Brazil and Colombia, it also unites them, but especially by their shared problems such as drug trafficking and environmental degradation. In this sense, there is a rapprochement between the two countries, which realize the need for cooperation on both issues for effective policies, but find that the diagnosis and solutions suggested are different, especially given the large U.S. influence in Colombia.

Introdução

Desde os anos 1980, a Colômbia ganhou destaque internacional em virtude de seus problemas de violência ligados à cocaína, guerrilhas e paramilitares. Especialmente em 1998, esse cenário ganhou evidência com a elaboração do chamado "Plano Colômbia", projeto de combate às drogas no país em grande parte financiado pelo governo dos EUA. Esse problema colocou toda a região amazônica (compartilhada por oito países e de uma colônia[1]) em atenção, tanto por fatores humanitários quanto geopolíticos.

A maioria dos países, incluindo o Brasil que possui uma grande fronteira com a Colômbia, temia o transbordamento (*spillover* em inglês) dos conflitos colombianos para seus territórios. As ameaças eram muitas. Entre as mais preocupantes, a migração de laboratórios de produção de cocaína para os territórios vizinhos, os impactos ambientais em virtude da utilização das fumigações às plantações de coca, que contaminariam os rios e outras culturas, e a fuga de guerrilheiros colombianos, em suas lutas com os exércitos regulares ou paramilitares, para os países limítrofes.

Do ponto de vista brasileiro, a presença do EUA na Amazônia e o agravamento dos conflitos colombianos representavam uma grande preocupação para a Segurança Nacional do Brasil. Nessa questão, a atitude brasileira era ambígua, pois ao mesmo tempo em que defendia o tradicional princípio de não intervenção em assuntos estrangeiros, almejava uma liderança na integração regional.

---

1 Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela e da colônia - Guiana Francesa.

A saída que o Brasil encontrou para tentar exercer uma espécie de "hegemonia consensual" foi intensificar a integração em termos de comércio e infraestrutura e aparentemente despolitizar as suas relações com os vizinhos (BURGES, 2005; 2009). Neste artigo, buscaremos identificar aproximações e divergências entre o Brasil e a Colômbia entre 1995 e 2010, tratando dos temas econômicos, políticos, militares e ambientais dessas relações bilaterais.

As relações econômicas do Brasil com a Colômbia (1995-2010)

As relações comerciais do Brasil com a Colômbia apresentaram um crescimento expressivo recentemente, passando as exportações de um valor de 456 milhões de dólares em 1995, para um ápice de 2 bilhões e 325 milhões de dólares em 2007 aproximadamente. As importações passaram de um valor de 112 milhões de dólares aproximadamente em 1995 para 959 milhões de dólares mais ou menos em 2010, dando grande vantagem comercial para o Brasil atualmente, como poderemos observar na tabela e gráficos a seguir:

Tabela 1 – Balança Comercial do Brasil em relação à Colômbia (milhões de dólares – 1995-2010)

Ano	Exportações	Importações	Balança comercial
1995	456,231	111,770	344,461
1996	430,228	118,002	312,226
1997	506,602	133,935	372,667
1998	465,984	114,952	351,032
1999	402,256	198,547	203,709
2000	514,476	440,240	74,236

2001	605,714	204,732	400,982
2002	635,514	116,048	519,466
2003	747,296	105,861	641,435
2004	1 037,133	156,356	880,777
2005	1 404,565	151,306	1 253,259
2006	2 127,679	266,726	1 860,953
2007	2 324,663	457,628	1 867,035
2008	2 293,404	907,759	1 385,645
2009	1 798,919	615,958	1 182,961
2010*	1 948,404	959,860	988,544

Fonte: Elaboração própria baseada em: http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/. Acesso em março de 2011.

* Não contempla o mês de dezembro.

Gráfico 1 – Balança Comrcial do Brasil em relação à Colômbia (milhares de dólares – 1995-2010)

Fonte: Elaboração própria baseada em: http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/. Acesso em março de 2011.

Gráfico 2– Corrente de Comércio (Exportações somadas às Importações) do Brasil em relação à Colômbia (milhares de dólares – 1995-2010)

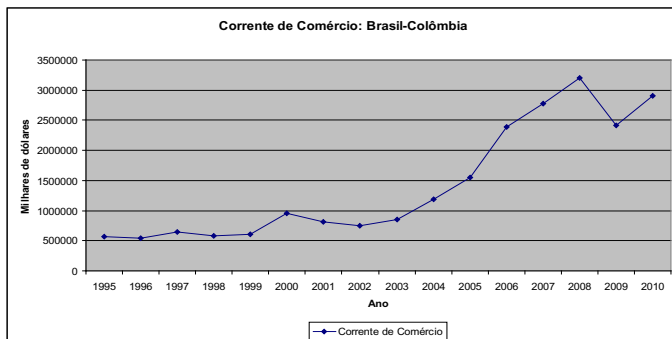
Corrente de Comércio: Brasil-Colômbia

Milhares de dólares

3500000
3000000
2500000
2000000
1500000
1000000
500000
0

1995 1996 1997 1998 1999 2000 2001 2002 2003 2004 2005 2006 2007 2008 2009 2010

Ano

Corrente de Comércio

Fonte: Elaboração própria baseada em: http://nt5000.aladi.org/siicomercioport/. Acesso em março de 2011.

Do ponto de vista da Corrente de Comércio entre os dois países, podemos observar claramente no último gráfico uma tendência de forte intensificação, especialmente depois de 2003, ou seja, do início do governo de Lula. A pesquisadora colombiana, Socorro Ramírez, explica que o Brasil e a Colômbia vêm buscando incentivar empresas que adiantem ações no setor siderúrgico, propiciando a complementaridade dos potenciais colombianos e brasileiros para a produção e exportação de aço, aproveitando o carvão energético da Colômbia e o ferro do Brasil. Por isso, vem realizando macro rodadas de negócios para aproximar investidores e exportadores. Diz:

> Os resultados destes esforços em comércio e investimento são interessantes para ambos os países. Para a Colômbia, com a entrada em vigência do acordo CAN-Mercosul, suas exportações aumentaram 50% ao Brasil (...) Para o Brasil aumentaram

> não somente as exportações senão também os investimentos na Colômbia. Primeiro se realizou a compra da Avianca e logo o grupo Gerdau adquiriu uma porcentagem de ações entre 53 e 60% das empresas Diaco e Siderúrgica do Pacífico *(Sidelpa*) e fará parte da *Sidemuña y Laminados Andinos* (LASA), ambas unidades da Diaco. Graças a essa aliança, Diaco e suas subsidiárias terão acesso à assistência técnica, tecnologia de ponta, assessoria na distribuição e práticas corporativas do grupo Gerdau. Em 2004, os investimentos brasileiros chegaram a 7,5 milhões de dólares em setores como construção, transporte, metal-mecânica, manufatura e comércio (...) (RAMÍREZ, 2007, p.162-163)[2].

Apesar desses dados de comércio e investimento serem realmente significativos, o tema que mais chama a atenção nas relações entre Brasil e Colômbia é um certo padrão de distanciamento, apesar que esse cenário vem mudando ao longo dos últimos tempos, em virtude dos problemas compartilhados na fronteira amazônica em relação aos conflitos envolvendo o tráfico de drogas, guerrilhas e meio ambiente[3].

---

2 Todas as traduções de outros idiomas são de exclusiva responsabilidade do autor.

3 Sobre essa temática é importante mencionar que a minha dissertação de mestrado trabalhou esse assunto em profundidade. Ver: BORGES, Fábio. Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005), Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - "San Tiago Dantas" - UNESP-UNICAMP-PUC-SP, sob orientação do Prof. Adjunto Enrique Amayo Zevallos, 2006. Algumas das fontes serão usadas novamente nesse artigo na análise sobre os impactos do combate à produção de coca e cocaína no meio ambiente.

Relações distantes do Brasil com a Colômbia: sub-imperialismo brasileiro?

Tanto do ponto de vista geográfico (falta de infraestrutura de integração) quanto geopolítico, as relações entre Brasil e Colômbia apresentam um padrão de certo distanciamento. Por exemplo, é bem interessante a colocação feita por Socorro Ramírez quando diz:

> (...) em tempos recentes, distintos meios colombianos manifestam certo temor ante o Brasil. Alguns militares expressaram a idéia do "sub-imperialismo" brasileiro, a derivando da magnitude geográfica e populacional do país vizinho, de seu poder militar, do pensamento geopolítico elaborado por seus colegas brasileiros para os territórios fronteiriços, e em particular para a Amazônia, assim como a pretensão brasileira nos anos sessenta e setenta de exercer uma liderança regional, quando, além disso, mantinha uma estreita relação com os Estados Unidos. Em sentido similar, alguns diplomatas colombianos têm pedido cautela no apoio da pretensão do Brasil de liderança regional porque possuem a imagem de que a nação vizinha somente toma em consideração seus próprios interesses e joga segundo sua conveniência como outsider ou como "irmão maior" (...) (RAMÍREZ, 2007, p. 144, minhas ênfases).

No entanto, a mesma autora nos explica que esses padrões de poucas relações entre esses dois países começaram a mudar em anos recentes. E complementa:

> A primeira razão se refere ao conflito colombiano. Ante o agravamento do conflito, até o final dos anos noventa, Brasília se limitou a fazer declarações genéricas a favor da paz de acordo com sua tradição diplomática de defesa da soberania das nações e da não intervenção em assuntos internos. Fernando Henrique Cardoso outorgou um apoio discreto nas atuações do governo de Andrés Pastrana (1998-2002) na abertura e término dos diálogos com as guerrilhas (RAMÍREZ, 2007, p.148-149).

Mas aponta que houve discrepâncias sobre as opções governamentais colombianas e sobre a participação do Brasil nos mecanismos do governo Pastrana:

> O fato do governo colombiano não ter incluído ao Brasil na comissão internacional de nove membros – Venezuela, México e Cuba, junto a Canadá e seis europeus – que ocorreu entre março de 2001 e fevereiro de 2002 e que coordenava a 26 países amigos dos diálogos com as FARC, dentro dos quais estava Brasil, foi assumido pelo Itamaraty como expressão de uma escassa valorização de sua atuação diplomática. Por sua vez, San Carlos (Ministério de Relações Exteriores

> da Colômbia) considerou inexplicável a ausência do Brasil na mesa dos doadores organizada para buscar apoios ao processo de paz então iniciado. No entanto, tão logo foi eleito Álvaro Uribe (2002-2006) Cardoso colocou a sua disposição a experiência do Brasil na busca de soluções pacíficas como o havia feito no conflito entre Peru e Equador (RAMÍREZ, 2007, p.148-149, minha ênfase)[4].

Sobre as relações entre Uribe e Lula, a pesquisadora colombiana explica que vários fatores contribuíram para gerar temores e distâncias iniciais. Completa:

> As ofertas de Lula em sua campanha para mediar as negociações do governo com as FARC, geraram uma recusa dos setores governamentais e de opinião colombianos (...) Logo em sua posse, Lula se comunicou com vários de seus colegas sul-americanos e lhes propôs realizar uma reunião sobre vários temas, entre eles, os casos do Iraque e da Colômbia, sem haver consultado a administração Uribe, cujo protesto conseguiu que se mudasse a reunião anunciada por outra que ocorreu em Bogotá.

4 Fernando Henrique Cardoso considera que o auge de sua diplomacia presidencial foi justamente pôr fim ao contencioso militar entre Equador e o Peru [1998] e que custara, nos 40 anos anteriores, milhares de vidas. Argumenta que foi um trabalho paciente para garantir a paz em que estavam envolvidos o Brasil, o Chile, a Argentina e os EUA, mas que na fase final se desenrolou principalmente no Brasil (CARDOSO, 2006, p. 637, minha ênfase).

> Por último, a “diplomacia de microfones” praticada por funcionários da Colômbia – o Ministro do Interior e de Justiça – e do Brasil – o assessor de Relações Exteriores de Lula – criaram o temor de que surgisse uma tensão nas relações bilaterais (RAMÍREZ, 2007, p. 149).

Porém, a mesma pesquisadora diz que o governo Lula respeitou as decisões políticas tomadas por Uribe, ainda que estas sejam frequentemente criticadas nos meios estatais e de opinião brasileiros. Na opinião de Ramírez, a segunda razão para o aumento das relações entre a Colômbia e o Brasil foi o interesse de Lula em desenvolver uma política sul-americana de mais alto perfil como parte de uma estratégia de liderança regional do Brasil que já tinha sido iniciada no governo Cardoso. Porém acrescenta:

> Essa liderança não é bem aceita em alguns meios colombianos, que, da mesma maneira com os temores do passado, agregam que a economia brasileira poderia arrasar a colombiana. Mais recentemente, a posição desses setores há cedido a favor da integração física e comercial sul-americana, o que permitiu que o Mercosul e a Comunidade Andina concretizassem acordos entre ambos blocos (RAMÍREZ, 2007, p. 150).

Os conflitos Colômbia e Brasil: a questão da segurança regional

O tema da segurança regional gera muitas desconfianças entre Brasil e Colômbia, mas também perspectivas de cooperação, como podemos observar no trecho a seguir:

> Do lado colombiano, certos atores governamentais e militares assim como membros das agências de inteligência e de segurança pública percebem como fonte de insegurança os desacordos brasileiros com as políticas colombianas de "Segurança democrática", e as relações políticas de certos setores brasileiros com as [Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia] FARC. Alguns grupos em diversos meios se irritam que setores brasileiros não vejam suas próprias implicações no problema das drogas, senão que assumem como um problema exclusivo da Colômbia, que transferiria drogas, traficantes e guerrilheiros ao lado brasileiro da fronteira (RAMÍREZ, 2007, p. 154).

Continua dizendo que esses atores colombianos acreditam que essas percepções brasileiras pressionam contra qualquer entendimento em matéria de defesa e segurança para fazer frente a problemas comuns e abre caminho para uma perigosa xenofobia anticolombiana. Por outro lado acrescenta:

> Outros setores de caráter governamental, acadêmico e de formadores de opinião, mais do que perceber ameaças, observam oportunidades e chamam a atender as

> preocupações brasileiras em matéria de segurança para, a partir delas, construir formas de atuação conjunta frente a problemas comuns e mecanismo de boas tarefas para o Brasil. Além disso, insistem que apesar das posições discrepantes entre os atuais governos da Colômbia e Brasil (na época Uribe e Lula), ou justamente por isso, o Brasil pode jogar um papel decisivo nas aproximações para um diálogo com as guerrilhas ou com o governo venezuelano, tendendo a encontrar acordos duradouros (RAMÍREZ, 2007, p. 154).

Aprofundando as razões dos desentendimentos entre Colômbia e Brasil, diz que além das diferenças nas percepções da natureza e forma de tratar o conflito colombiano, os grandes problemas são a desinformação e o desconhecimento mútuo. Completa:

> Por um lado, o centro das preocupações que tem muitos colombianos está apenas nas urgências nacionais, um grande localismo e uma informação guiada por pré-conceitos. Por outro lado, para os brasileiros a informação que fornecem os meios de comunicações freqüentemente reduzem a situação colombiana à violência, o que não ajuda a entender a evolução do conflito e nem a existência de uma saturação nacional com a confrontação. (...) Estas diferenças de perspectivas dificultam a construção de relações mais sólidas e de mecanismos compartilhados em matéria de segurança (RAMÍREZ, 2007, p. 155).

Por exemplo, Ramíres diz que Colômbia e Brasil não têm conseguido concretizar acordos sobre o SIVAM-SIPAM, projeto brasileiro de segurança e proteção ambiental que pretende controlar com aviões, radares e satélites o espaço aéreo amazônico. Na perspectiva colombiana, os custos dos serviços oferecidos pelo Brasil são muito altos e, sob a ótica brasileira, a colaboração não se aprofunda por causa de pressões dos Estados Unidos contrários a essa cooperação (RAMÍREZ, 2007, p. 155).

Por outro lado, o professor da Universidade Nacional da Colômbia, Jaime Caycedo (2005) diz que existem coincidências fundamentais entre todos aqueles que percebem os perigos que derivam de uma situação tão complexa como a que envolve a Colômbia e o conflito interno colombiano, e acrescenta que sua solução é cada vez menos um assunto puramente colombiano e converte-se numa necessidade da América Latina e do Caribe para viver em paz, estabilidade, soberanamente, e progredir na solução de seus problemas sociais e culturais.

Reforçando essa tendência, tivemos em 1º de março de 2008 a crise entre Equador e Colômbia, em virtude do ataque de militares colombianos a membros das FARC em território equatoriano e que matou Raúl Reyes, número dois da guerrilha. Pouco depois e em circunstâncias não totalmente esclarecidas até hoje, morria também o fundador e membro mais importante das FARC, Manuel Marulanda, conhecido como “Tiro certo”.

A debilidade das FARC pareceu clara no resgate da ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt e de mais 14 reféns, em 2 de julho de 2008, em uma ação quase cinematográfica. Segundo a versão oficial, os guerrilheiros das FARC César

(codinome de Gerardo Aguliar) e Enrique (codinome de Alexander Farfán) foram enganados pelo exército. Eles teriam colocado os reféns num helicóptero das Forças Armadas porque uma farsa teria feito os rebeldes acreditarem que esse helicóptero pertencia a uma organização humanitária que levaria os cativos até o líder da guerrilha, Alfonso Cano (FARC, 2008, p.A18).

Por outro lado, as FARC acusam os guerrilheiros de traição e jornais suíços divulgaram que os dois guerrilheiros teriam recebido US$ 20 milhões pelos reféns, mas Bogotá negou a versão. O presidente Uribe saiu muito fortalecido dessa operação chamada "Operação Xeque", ganhando popularidade interna e afastando a possibilidade do presidente venezuelano Hugo Chávez de apoiar as FARC. Também conseguiu apoio internacional para que a guerrilha solte os reféns, inclusive o presidente Lula em um encontro com Ingrid Betancourt, em 5 de dezembro de 2008, apelou às FARC colocar fim à luta armada (LULA, 2008).

Mais recentemente, deram-se outras libertações, entre elas a do ex-deputado Sigifredo López que estava em cativeiro havia quase 7 anos, no dia 5 de fevereiro de 2009. Foi resultado de uma missão humanitária organizada pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) com o apoio logístico do Exército brasileiro. López, o último civil do grupo de reféns políticos das FARC, foi sequestrado, em 2002, com outros 11 deputados na Assembleia Legislativa de Valle del Cauca, no sudoeste da Colômbia (REFÉM, 2009).

Desde meu trabalho já citado de 2006, defendo essa aproximação entre Brasil e Colômbia, por entender que os problemas ligados às drogas, guerrilhas e meio ambiente não podem ser encarados apenas como um problema nacional

colombiano, pois afeta a Amazônia em seu conjunto. Dessa maneira, é muito positivo o Brasil estar ajudando nos resgates dos reféns das FARC (BORGES, 2006).

Questões amazônicas e ambientais: problemas e oportunidades nas relações entre Brasil e Colômbia

Na Colômbia, uma grande preocupação é o impacto ambiental da política de fumigações nas áreas de produção de folha de coca. Por exemplo, a pesquisadora Constanza Ramírez (1998, p. 21-22) aponta que as fumigações dos cultivos ilícitos têm sido, até o momento, desastrosas em termos de perda de biodiversidade, isso porque: (1) tem deslocado os cultivos para dentro da selva e conduzido os cultivadores a realizar plantações em terrenos de bosques, costa de páramos ou selvas para recuperar o dinheiro investido no cultivo perdido e; (2) na medida em que momentaneamente se diminui a oferta, a fumigação tem contribuído para manter altos os preços dos cultivos, estimulando os cultivadores a conservar a produção com segurança de retorno dos seus investimentos.

Essa autora aponta, também, que com os poucos recursos econômicos que têm contado os programas de substituição de lavouras, em comparação com as grandes somas empregadas na fumigação por causa da luta antinarcótico, o governo acaba impedindo a obtenção de resultados eficientes no controle e na erradicação dos cultivos ilícitos (RAMÍREZ, 1998, p. 22).

O ambientalista Gustavo Wilches (1998, p. 31) argumenta que em termos gerais se pode afirmar, sem temor de se equivocar, que os custos ambientais pagam todos os

colombianos (na nossa hipótese, podemos dizer que todos os países amazônicos) em perdas de qualidade ambiental, patrimônio ecológico e cultural, oportunidades econômicas etc, porém existem atores sociais que são muito mais afetados diretamente que outros e diz:

> Dentro de cada comunidade afetada, as mulheres e as crianças acabam especialmente prejudicadas pela deterioração ambiental. Para citar um só exemplo, frente ao esgotamento da água e da madeira para lenha em uma determinada região, as mulheres e as crianças devem caminhar cada vez mais quilômetros para (...) abastecer suas famílias com estes recursos sem os quais resulta impossível a vida (WILCHES, 1998, p. 32).

Diante dessas pesquisas, é interessante observar algumas denúncias da imprensa sobre a situação atual, mostrando como as questões ambientais são transnacionais e, em particular, podem afetar a Amazônia brasileira também.

Em 24 de junho de 2000, foi publicado no jornal **O Estado de São Paulo** uma matéria denominada “Cocaleiros envenenam meio ambiente”, demonstrando a importância do tema. Ali se observava que os plantadores colombianos também se envenenavam. Informava ainda que os plantadores usam 183 tipos de pesticidas (COCALEIROS, 2000).

> Os plantadores (cocaleiros) são as maiores vítimas (...) Não usam nenhuma proteção – luvas ou máscaras – na manipulação dos venenos. Nem têm a menor

> idéia da quantidade a ser usada. Também não respeitam prazos. Pulverizam de forma regular e indiscriminada plantações e matas para ampliar as áreas de plantio. Contaminam a própria produção de coca e outras lavouras, como a de banana (COCALEIROS, 2000).

Segundo o Itamaraty, o governo Fernando Henrique Cardoso estava atento e preocupava-se com uma possível utilização de fungos contra os cultivos ilícitos que poderiam contaminar a rede fluvial brasileira, principalmente os rios Içа e Japurá (PERIGO, 2000).

> "A grande preocupação para nós é a guerra biológica na Amazônia. O Brasil tem que se precaver se forem usar os fungos, como o *Fusarium oxysporum*, que podem atingir também outros cultivos, não ilícitos, que são de sobrevivência dos camponeses da região. Além do mais, quem garante que essas armas biológicas não possam atingir a Amazônia brasileira? As fumigações (com utilização de produtos químicos espalhados por aviões, que matam não só as plantações de coca e papoula, mas os cultivos normais, de subsistência, ambos desenvolvidas pelos camponeses) já foram feitas nos últimos oito anos e a área plantada de coca cresceu 30%", advertiu Walter Maierovitch, ex-secretário nacional antidrogas e presidente do Instituto Brasileiro Geovanni Falconi, dedicado ao estudo de assuntos como criminalidade organizada (PERIGO, 2000).

Tanto o fungo que infecta a planta através de sua raiz, provocando a sua morte, quanto outras armas biológicas não apresentam confiabilidade em relação a atacar somente os cultivos ilícitos e ainda mais em não prejudicar o meio ambiente nem a saúde das pessoas (PERIGO, 2000).

> Testes realizados em meados da década de 90 mostram que o fungo *Fusarium oxysporum* pode infectar outras espécies. Não se sabe tampouco se o fungo pode ter vida longa, pode sofrer mutações, infectando outras plantas "inocentes". O governo peruano já se negou a testar ou desenvolver o polêmico fungo em seu território (PERIGO, 2000).

No dia 02 de agosto de 2000, o senador independente colombiano Rafael Orduz, segundo o jornal El Tiempo, criticou a "falta de transparência" nas discussões sobre a guerra biológica que se pretende levar a cabo no país.

> "O uso de fungos, estrangeiros ou nativos da Colômbia, pode ter efeitos nefastos sobre a saúde humana e o meio ambiente num dos países mais ricos em biodiversidade do mundo", afirmou. O senador protestou ainda contra o "lobby feito pelo governo dos Estados Unidos e pelo Programa das Nações Unidas para Fiscalização Internacional de Drogas" para utilização do fungo. No mesmo dia, mais de 50 colombianos da comunidade científica enviaram uma carta ao presidente Andrés Pastrana expressando sua preocupação com a guerra biológica através de fungos como o Fusarium oxysporum (PERIGO, 2000).

Continuando a polêmica, em 31/01/2002 foi publicado no jornal **Folha de São Paulo** (FSP) uma matéria intitulada "Coca destrói Amazônia, dizem EUA", na qual observa que o plantio de drogas causou destruição de 2,3 milhões de hectares da floresta amazônica nos últimos 20 anos, segundo estudo do Departamento de Estado norte-americano. O desmatamento foi provocado principalmente pela utilização de defensivos agrícolas aplicados em áreas preparadas para o cultivo de folhas de coca. O secretário-adjunto de Estado para Assuntos Internacionais de Execução da Lei e de Narcóticos, Rand Beer, afirmou que os produtos químicos, levados pela chuva, penetram nas bacias hidrográficas, afetando plantas e animais – direta ou indiretamente (COCA, 2002).

A já citada pesquisadora Socorro Ramírez argumenta que as questões amazônicas e ambientais são percebidas de maneira diferente pela Colômbia e pelo Brasil. Com bastante clareza a autora diz:

> Na Colômbia meios vinculados as negociações ambientais possuem a percepção de que, em sua atividade, **os representantes do Brasil assumem a questão amazônica como se fosse um assunto exclusivamente seu** e não buscam atuar conjuntamente com os países que compartilham a responsabilidade por essa zona, em particular com os andinos. Ao mesmo tempo, consideram que os **brasileiros mostram incoerência entre seus discursos nas tribunas internacionais de proteção da Amazônia e as concessões madeireiras e empresariais, que carregam destruição, sendo defendidas pelo Brasil como um esforço para evitar**

> **a sua desnacionalização e a ingerência externa.** Por outro lado, para setores brasileiros, a Colômbia tem visto a Amazônia apenas como um assunto de zonas distantes de colonização e mais recentemente de problemas de segurança, enquanto **para o Brasil é parte central de sua identidade e de seus interesses nacionais** (RAMÍREZ, 2007, p. 163-164, minhas ênfases).

Sobre a possibilidade de a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) ajudar na resolução desses conflitos, a última autora é bastante cética, dizendo que seu dinamismo tem sido muito precário e segue em aberto a possibilidade de torná-la uma verdadeira organização amazônica multilateral (RAMÍREZ, 2007, p. 164).

Sobre o papel do Brasil na região, a autora vai ao mesmo sentido de nossas análises anteriores dizendo que:

> Os últimos três anos do governo Cardoso mostraram um renascimento do interesse pela América do Sul, com o relançamento do Mercosul em abril de 2000, as duas primeiras cúpulas Sul-americanas em 2000 e 2002 e a reiteração nelas de que o Brasil não pretendia exercer a liderança no subcontinente. Porém estes gestos e intenções foram impotentes desde o ponto de vista da capacidade econômica e militar do governo federal para sustentar compromissos concretos com os países vizinhos, o que mostrou uma liderança mais ideal do que real. Lula reiterou essas iniciativas e agregou mecanismos mais concretos, em particular no terreno comercial (RAMÍREZ, 2007, p. 165).

Estes projetos estratégicos na Amazônia colombiana, uma zona sensível do ponto de vista político, militar, ecológico e multicultural, além de estarem associados a projetos de infraestrutura e comércio, buscam também a neutralização do delito transnacional, articulado com a confrontação armada (RAMÍREZ, 2007, p. 166). Por fim, sobre as relações entre Colômbia e Brasil, a mesma autora diz:

> Ainda que no nível oficial a Colômbia priorize sua relação com os Estados Unidos e o Brasil com a América do Sul, a proposta de construir a Comunidade Sul-americana de Nações gerou interesse para a Colômbia, em especial em cinco campos: infraestrutura, comércio, convergência e não simplesmente absorção da CAN pelo Mercosul, segurança e entendimento com os vizinhos. Existe também um maior apreço pelo papel que o Brasil possa jogar nos diálogos ou negociações com as guerrilhas ou por sua contribuição na distenção colombo-venezuelana. É de se esperar que não se trate somente de um interesse momentâneo da Colômbia ampliar suas exportações ou que **a Comunidade Sul-americana não seja somente para o Brasil uma oportunidade de aproveitar o pontecial energético andino, frente a um novo ciclo de crescimento da economia brasileira, que demandaria importações e sócios** (RAMÍREZ, 2007, p. 171, minha ênfase).

Considerações Finais

As relações econômicas do Brasil com a Colômbia se intensificaram muito entre 1995 e 2010, porém com um padrão de comércio desequilibrado a favor do Brasil. Nos âmbitos da cooperação ao combate às drogas e aos impactos ambientais, parece haver uma maior convergência de propósitos, apesar da preocupação constante do peso excessivo do Brasil na região por parte dos colombianos e da divergência na forma de atuação no combate aos ilícitos na Colômbia, que do ponto de vista brasileiro, é ineficiente e muito atrelado aos interesses dos EUA na região amazônica, a qual possui recursos cada vez mais valorizados na geopolítica mundial.

Referências

BORGES, Fábio**. Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005),** Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais - "San Tiago Dantas" - UNESP-UNICAMP-PUC-SP, 2006.

BURGES, Sean W. Bounded by the Reality of Trade: practical Limits to a South American Region. **Cambridge Review of International Affairs**, V.18, n. 3, out. 2005.

BURGES, Sean W. **Brazilian Foreign Policy after the Cold War.** United States of America: University Press of Florida, 2009.

CARDOSO, Fernando Henrique (FHC). **A arte da política: a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAYCEDO, Jaime. Impacto regional do conflito colombiano na América Latina. In: CAYCEDO, Jaime. **Hegemonias e Emancipações no século XXI**, Buenos Aires: CLACSO, julho de 2005.

COCA destrói Amazônia, dizem EUA. **FSP**, 31 jan. 2002.

COCALEIROS envenenam meio ambiente. **OESP**, 24 jun. 2000.

FARC acusam guerrilheiros de traição. **O Estado de São Paulo** (OESP), 12 jul. 2008.

LULA encontra Betancourt e apela às FARC por fim de luta armada. **Reuters**, 05/12/2008.

PERIGO mora ao lado. Revista **Isto é**, n.1610, 09 ago. 2000.

RAMÍREZ, Constanza. Conflicto agrario y medio ambiente. **Revista Foro**, Colômbia, n. 35, 1998.

RAMÍREZ, Socorro. Colombia y Brasil: una lenta y paradójica aproximación. In: HOFMEISTER, Wilhelm; ROJAS, Francisco and SOLÍS, Luis Guillermo. (Comp.). **La percepción de Brasil en el contexto internacional**: perspectivas y desafíos. Tomo 1: América Latina. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2007, p. 135-174.

REFÉM libertado acusa Farc de executarem 11 colegas de cativeiro. **O Estado de São Paulo** (OESP), 6 de fev. de 2009.

WILCHES, Gustavo. El medio ambiente y la guerra en Colombia. **Revista Foro**, Colômbia: n. 35, 1998.

LIVROS EDUEPB E LATUS

1. **Pluralismo Jurídico:** Para além da visão monista - Raíssa de Lima e Melo
2. **Mulher, corpo e cuidado** - Maria de F. de A. Silveira; e Dulce M. Rosa Gualda
3. **Avaliação de serviços: um olhar na qualidade da gestão** - (Orgs) Maria José Cariri Benígna; e Maria A. Amado Rivera
4. **Farmacêutico na Farmácia** - Rosimary S. Cunha Lima; Maria do Carmo Eutálio; e Magnólia de L. S. Targino
5. **Representações sociais e saúde** - Aliana Fenandes; Maria. do R de Carvalho; e Moisés Domingos Sobrinho
6. **EPI Info para iniciantes** - (Orgs) Sonia Maria de L. Maciel; e Pedro Henrique de A. e S. Leite
7. **Ensino de lingua: do impresso ao virtual** - (Orgs) Antonio de Pádua Dias da Silva; Maria de L. L. Almeida; Simone Dália de Gusmão Aranha; e Tereza. N. de Farias Campina
8. **A história da mídia regional** - C. B de Souza; F. G. de Oliveira; e Gorete M. Sampaio de Freitas
9. **Livro de resumo de monografias** - Maria Dora Ruiz Temoche
10. **Planejamento tributário no campo de incidência do ICMS** - Alexandre H. S. Ferreira; e Ana Maria da P. Duarte
11. **1930 - A Revolução que mudou a História do Brasil** - (Orgs) João M. L. Santos; Cláudo José L. Rodrigues; Inês Caminha L. Rodrigues; e José Octávio de A. Melo
12. **Curso de Direito Constitucional** - Lorivaldo da Conceição
13. **Fragmentos** - Juarez Filgueras de Góis
14. **Gênero em questão** - (Org) Antonio de Pádua Dias da Silva
15. **Jogos eletrônicos** - Eliane de M. Silva; Filomena M. G. da S. C Moita; e Robson Pequeno de Souza
16. **Nascido do Fogo, Filho da Paz** - Ket Jeffson Vasconcelos Leitão
17. **Política Tributária e Justiça Social** - Alexandre Henrique Salema Ferreira
18. **Revista Sócio-Poética** - Departamento de Letras da UEPB
19. **O Sábio e a Floresta** - Moacir Werneck de Castro
20. **Universidade e o fazer poético em prosa e poesia** - (Orgs) Fabíola Nóbrega; Marcelle V. Carvalho; e Tatiana Fernandes Sant'ana
21. **Sustentabilidade - um enfoque sistêmico** - (Orgs) Waleska S. Lira; Helio de L. Lira; Maria José dos Santos; e Lincon Eloy de Araújo
22. **Bioquímica clínica** - uma abordagem geral - Sandra Reis Farias

23. **Mortalidade Geral – Epidemologia** – Anthonyanny A. Silva Lima; Maria J. Cariri Benigna
24. **Estudos Filológicos: Literatura – Cultura** – Marinalva Freire da Silva
25. **Dicionário de termos relativos a gestão de pessoas** – Maria Dora Ruiz Temoche
26. **Práticas de Políticas Públicas** – (Orgs) Marcelo A. Pereira; Maria da G. A. Pereira; Sandra. M. A de S. Celestino; Sueli Ramos de R. M. Cavalcanti; e Wíliam A. de Lacerda
27. **Saúde Humana** – (Org) Inácia Sátiro Xavier de França
28. **O Segredo de Pergamo** – Ket Jeffson Vasconcelos Leitão
29. **A queda do meteorito** – Giusone Ferreira Rodrigues
30. **Trajetória empreendedora: estudo de casos numa realidade local e global –** (Org) Vera Lúcia Barreto Motta
31. **Identidades de gênero e práticas discursivas –** (Org) Antonio de Pádua Dias da Silva
32. **O lugar da Educação Física** – Maria José de Figueirêdo Gomes
33. **O papel político dos fóruns de educação de jovens e adultos** – Eduardo Jorge Lopes da Silva
34. **Pesquisa histórica – resumo de monografias** – (Orgs) Luíra Freire Monteiro; e Flávio Carreiro de Santana
35. **Anos de luta – Waldir Porfírio**
36. **Mulher e violência: histórias do corpo negado** – Lígia Pereira dos Santos
37. **Agricultura orgânica** – José Geraldo R. dos Santos; e Emmanuelly Calina X. R. Santos
38. **Sobre o diálogo: introdução a uma leitura filosófica de** – Julio Cesar Kestering
39. **Novos cenários da Administração** – (Org) maria Dora Ruiz Temoche
40. **O despertar da cultura** – (Org) Marinalva Freire da Silva
41. **Manual básico de Radiologia Odontológica** – Maria de Fátima Cavalcanti Rodrigues
42. **Formas de sociabilidade e instauração da alteridade** – Inácia S. Xavier de França; Lorita M. Freitag Paghuca
43. **Paremiologia nordestina** – Fontes Ibiapina
44. **Resistência indígena no Piauí colonial 1718 – 1774** – João Renor F. de Carvalho
45. **Planejando o (des)envolvimento local** – Roberto Alves de Araújo; e Ana Siqueira de Araújo
46. **Deuses em poéticas: estudos de Literatura e Teologia** – (Orgs) Salma Farraz; Antonio Magalhães; Eli Brandão; Waldecy Tenório; Douglas Conceição
47. **Campina Grande em debate** – (Org) Roberto Véras de Oliveira
48. **História do Direito e da violência: recortes de uma abordagem interdisciplinar** – Marcelo Alves Pereira Eufrásio

49. **Contos jurídicos: normas de sobredireito da Lei de Introdução ao Código Civil** – Ket Jeffson Vasconcelos Leitão
50. **A Bacia do Rio Gramame: Biodiversidade, uso e conservação** – (Orgs) José Etam de Lucena Barbosa; e Takako Watanabe; e R. José da Paz
51. **Ser criança – repensando o lugar da criança na educação infantil** – (Orgs) Glória M. de Souza Melo; Soraya. M. de A. Brandão; e Marinalva. da Silva Mota
52. **Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia** – (Org) Renato Dagnino
53. **De portas abertas para o lazer** – (Orgs) Elaine Melo de B. Costa Lemos; Eduardo Ribeiro Dantas; e Cheng Hzin Nery Chão
54. **Gênero e práticas culturais** – (Orgs) Charliton J. dos Santos Machado; Idalina M. F. Lima Santiago; e Maria L. da Silva Nunes
55. **Da resistência ao poder – o (P)MDB na Paraíba (1965 / 1999)** – José Otávio de Arruda Mello
56. **Políticas públicas e desenvolvimento regional** – (Orgs) Carlos. A. Máximo Pimenta; Cecília Pescatore Alves
57. **Histórias vividas e contadas no Bar do Brito** – (Orgs) A. C. Barbosa de Souza; Antonio Guedes Rangel Junior; Clara M. Araújo Pinto; e Sonia Maria A. de Oliveira Brito
58. **De memória e de identidade** – (Orgs) Antonia M. M. da Slva; Francisco Paulo da Silva; Ivanaldo Oliveira dos Santos; e Maria Edileuza da Costa
59. **A luz que não se apaga** – Rômulo de Araújo Lima
60. **Cálculo avançado** – (Orgs) Aldo Trajano Louredo; e Alexandro M. de Oliveira; e Osmundo Alves Lima
61. **Fisioterapia na gravidez** – (Org) Maria do Socorro B. e Silva
62. **Educação Universitária** – Pedro Bergamo
63. **Amora –** Fidélia Cassandra
64. **Educação em questão** – recortando temas e tecendo ideias – (Pedro Lúcio Barboza)
65. **Ciço de Luzia** – Efigênio Moura
66. **Zila Mamede** – trajetórias literárias e educativas – Charliton José dos Santos Machado
67. **A voz da infância e outras vozes** – Calos Azevedo
68. **A Educação da Mulher em Lima Barreto** – (Jomar Ricardo da Silva)
69. **Porta aberta à poesia popular** – Almira Araújo Cruz Soares
70. **Mulheres representadas na literatura de autoria feminina** – Antonio de Pádua Dias da Silva
71. **Residências terapêuticas** – (Orgs) Maria de Fátima de A. Silveira e Hudson Pires de O. Santos Júnior
72. **A nuvem de hoje** – Braulio Taveres
73. **Tecnologias digitais na educação** – (Orgs) Robson Pequeno de Sousa; Filomena M. C. da S. C. Moita; e Ana Beatriz Gomes Carvalho.
74. **A representação da sogra na obra de Leandro Gomes de Barros** – José Itamar Sales da Silva

75. **Viagem aos 80 anos da Revolta de Princesa** – Janduí Dantas
76. **Cidadania glocal, identidade nordestina** – José Marques de Melo
77. **Uma nova ciência para um novo senso comum** – Marcelo Germano Gomes
78. **A feira** – o trovador encantado – Maria de Lourdes Nunes Ramalho
79. **Nordeste como inventiva simbólica** – Geralda Medeiros Nóbrega
80. **Era uma vez diferente** – Aline Pereira
81. **Colecionismo, práticas de campo e representações** – Maria Margaret Lopes e Alda Heizer.
82. **Ensaios de Antropologia da Política** – Elizabeth Christina de Andrade Lima
83. **A Bela Acordada** – Lígia Pereira dos Santos
84. **Eu macharei na tua luta – a vida de ELISABETH TEIXEIRA –** (Orgs) Lourdes M. Bandeira; Neide Miele; Rosa M. G. Silveira
85. **Apropriação Social da Ciência e da Tecnologia –** (Orgs) Maria C. P. I. Hayashi; Cidoval M. de Sousa; e Danilo Rotrberg
86. **Midiatização da Ciência – cenários, desafios, possibilidades –** (Org) Antonio Fausto Neto
87. **Psicologia da Saúde – teoria, intervenção e pesquisa –** (Org) Railda Fernandes Alves
88. **As periércias de um caçador de ETs –** Jorge Dellane da Silva Brito
89. **Becquerel e a descoberta da radioatividade –** Roberto de Andrade Martins
90. **Mpb de A a Z (2 edição) –** Ricardo Anísio
91. **ECO –** Juarez Filgueras de Góis
92. **As três verdades de Deus –** Janduí Dantas
93. **Sabedoria de cabôco –** José Alves Sobrinho
94. **Agenda Ambiental – gestão socioambiental –** (Org) Antônio Augusto Pereira de Sousa; Djane de Fátima Oliveira; Givanildo Gonçalves de Farias; e Mercília Tavares Jordão
95. **Etnografia e Educação – conceitos e usos –** Carmen Lúcia Guimarães de Mattos; e Paula Almeida de Castro
96. **Orgulho de ser caririzeiro –** Victor Paulo Sampaio
97. **Genealogia do Direito à Saúde –** Marcone do Ó Catão
98. **Antonio Carlos Nóbrega em acordes e textos armoriais** – Luís Adriano Mendes Costa
99. **Identidades & sensibilidade – o cinema como espaço de leituras –** (Org) Iranilson Buriti
100. **Dom José Maria Pires – Uma voz fiel à mudança social –** (Org) Sampaio Geraldo Lopes Ribeiro
101. **Paisagens Híbridas – Fontes e escrituras da História –** (Org) Juciene Ricarte Apolinário
102. **Cenários históricos e educativos – Sertão, questão indígena e espaço de saber –** (Org) Juciene Ricarte Apolinário

Sobre o livro

Impressão	Gráfica Universitária da UEPB
Formato	15 x 21 cm
Mancha Gráfica	10,8 x 17 cm
Tipologias utilizadas	Garamond Premier Pro 12,5pt Franklin Gothic Demi 12,5pt
Papel	Apergaminhado 75g/m2 (miolo) e Cartão Supremo 250g/m2 (capa)